GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

# DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXII Nº 211 SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1998 PREÇO: R$ 0,66

## SUMÁRIO

### SEÇÃO I


| | PÁGINA |
|---|---|
| SECRETARIA DE GOVERNO | 1 |
| SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 2 |
| SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO | 4 |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 5 |
| SECRETARIA DE SAÚDE | 5 |
| SECRETARIA DE OBRAS | 5 |
| SECRETARIA DE AGRICULTURA | 5 |
| POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL | 6 |
| SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE | 6 |
| SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 6 |
| SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 7 |
| SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO | 7 |
| TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL | 7 |


### SEÇÃO II


| | |
|---|---|
| ATOS DO PODER EXECUTIVO | 22 |
| SECRETARIA DE GOVERNO | 22 |
| SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 23 |
| SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO | 24 |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 24 |
| SECRETARIA DE SAÚDE | 30 |
| SECRETARIA DE OBRAS | 32 |
| SECRETARIA DE AGRICULTURA | 32 |
| SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE | 32 |
| SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE | 33 |
| SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 33 |
| SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO | 33 |


### SEÇÃO III


| | |
|---|---|
| SECRETARIA DE GOVERNO | 34 |
| SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 34 |
| SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO | 34 |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 38 |
| SECRETARIA DE SAÚDE | 39 |
| SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 39 |
| SECRETARIA DE OBRAS | 40 |
| SECRETARIA DE TRANSPORTES | 42 |
| SECRETARIA DE AGRICULTURA | 42 |
| SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA | 42 |
| POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL | 42 |
| POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL | 42 |
| SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE | 43 |
| SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA | 43 |
| SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE | 43 |
| SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 44 |
| SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO | 44 |
| TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL | 44 |
| INEDITORIAIS | 45 |
| ÍNDICE | 46 |


## SEÇÃO I

## SECRETARIA DE GOVERNO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 4 de novembro de 1998

**PROCESSO: 030-008.382/98**
**INTERESSADO: S/A CORREIO BRAZILIENSE**
**ASSUNTO: RENOVAÇÃO ASSINATURA PERIÓDICO**

**Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, a favor de S/A CORREIO BRAZILIENSE, no valor de R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), referente a renovação de assinatura de jornais para a Secretaria de Governo.**

**PROCESSO: 030-008.760/98**
**INTERESSADO: BANCO DE BRASÍLIA S.A E OUTROS**
**ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE VALES-TRANSPORTE**

***Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, nos valores de R$ 974,92 (novecentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos) a favor de VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA., R$ 112,00 (cento e doze reais) para EMPRESA SANTO ANTONIO TRANSPORTE E TURISMO e R$ 11.492,10 (onze mil, quatrocentos e noventa e dois reais e dez centavos) à mercê do BANCO DE BRASÍLIA S.A., referente a aquisição de vales-transporte para os servidores da Secretaria de Governo, referente ao mês de novembro/98.***

**LUIZ ANTONIO M. REBELLO**
**Adjunto**

## SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O SUBSECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência, delegada pelo art 4º, do Decreto nº 16.821, de 02 de outubro de 1995, torna público o relatório da doação recebida pela Administração Regional de Sobradinho.

Doador : Condomínio Poly Center de Sobradinho CGC Nº 02103792-0001/55
Processo nº : 134.001.835/98
Termo de Doação nº : 01/98
Termo de Aceite nº : 01/98
Material: Cimento, marca Portland CP II-F 32, 60(sessenta) sacos com 60Kg cada um, no valor total de R$ 389,08 (trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos).

PEDRO BRAGA NETTO

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 5 de novembro de 1998

PROCESSO Nº 139.000.429/93
INTERESSADO : CONDOMÍNIO DA SHC/SW QRSW 04 BLOCO "A-6"
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se a Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139 001.216/96
INTERESSADO : PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, operada nos autos do processo acima epigrafado.

Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PEDRO BRAGA NETTO

## CONSELHO DE ENTORPECENTES DO DISTRITO FEDERAL

### SÚMULA Nº 2

A ducentésima trigésima quinta sessão ordinária do Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal-CONEN/DF de 29 de outubro de 1998, aprovou por unanimidade a implantação do projeto SOS/Comunidade para o ano de 1999, esse enunciado será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

Brasília-DF, 3 de novembro de 1998
CÂNDIDA ROSILDA DE MELO OLIVEIRA
Presidente do Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal

NEUDA RIBEIRO MACÊDO
Secretaria Executiva

# SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 29, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto no art. 33, da Lei nº 1.174, de 24.07.96 e em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal contida na Decisão nº 8.719/96, aprovada na Sessão Ordinária nº 3.200, realizada a 26.09.96, quando apreciou o Processo nº 2453/96, resolve:

1. Publicar, na forma constante dos anexos a esta Portaria, a consolidação das informações relativas a pessoal em 30 de junho de 1996, a que se refere o art. 33, da Lei nº 1.174, de 24 de julho de 1996 - Lei das Diretrizes Orçamentárias - dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações.
2. Declarar que os dados dos demonstrativos são de inteira responsabilidade dos respectivos Órgãos.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

### QUANTITATIVO DE PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO

| Quadro de Pessoal do Distrito Federal | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| CARREIRA: Auditoria Tributária | | | |
| Auditor Tributário | 400 | 222 | 178 |
| Fiscal Tributário | 250 | 106 | 144 |
| Técnico Tributário | 100 | 57 | 43 |
| CARREIRA: Magistério Público | | | |
| Especialista de Educação | 53 | 40 | 13 |
| Professor | 155 | 141 | 14 |
| CARREIRA: Fiscalização e Inspeção | | | |
| Fiscal de Obras | 342 | 285 | 57 |
| Fiscal de Posturas | 423 | 365 | 58 |
| Inspetor Sanitário | 150 | 118 | 32 |
| Inspetor de Saúde | 130 | 123 | 7 |
| Fiscal de Concessões e Permissões | 381 | 203 | 178 |
| Fiscal Ambiental | 70 | 36 | 34 |
| Inspetor de Obras | 120 | 92 | 28 |
| Inspetor Ambiental | 20 | - | 20 |
| Inspetor Sanitário e Industrial | 20 | - | 20 |
| Técnico Sanitário e Industrial | 35 | 3 | 32 |
| CARREIRA: Finanças e Controle | | | |
| Analista de Finanças e Controle | 205 | 147 | 58 |
| Técnico de Finanças e Controle | 390 | 198 | 192 |
| CARREIRA: Orçamento | | | |
| Analista de Orçamento | 184 | 128 | 56 |
| Técnico de Orçamento | 198 | 81 | 117 |
| CARREIRA: Procurador do Distrito Federal | | | |
| Procurador | 145 | 78 | 67 |
| CARREIRA: Assistência Jurídica | | | |
| Assistente Jurídico | 50 | 33 | 17 |
| CARREIRA: Apoio às Atividades Jurídicas | | | |
| Assistente de Apoio às Atividades Jurídicas | 235 | 174 | 61 |
| Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas | 90 | 60 | 30 |
| CARREIRA: Administração Pública | | | |
| Analista de Administração Pública | 915 | 223 | 692 |
| Técnico de Administração Pública | 5.133 | 2.810 | 2.323 |
| Auxiliar de Administração Pública | 5.749 | 1.431 | 4.318 |

### QUANTITATIVO DE CARGOS CRIADOS, OCUPADOS E VAGOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

**Arquivo Público do Distrito Federal**

| CARREIRA: Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 5 | - | 5 |
| Técnico de Administração Pública | 15 | 8 | 7 |
| Auxiliar de Administração Pública | 13 | 10 | 3 |

**Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação**

| CARREIRA: Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 72 | 12 | 60 |
| Técnico de Administração Pública | 93 | 62 | 31 |
| Auxiliar de Administração Pública | 48 | 27 | 21 |

**Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal**

| CARREIRA: Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 70 | 7 | 63 |
| Técnico de Administração Pública | 40 | - | 40 |
| Auxiliar de Administração Pública | 20 | - | 20 |

**Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos**

| CARREIRA: Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 44 | 26 | 18 |
| Técnico de Administração Pública | 59 | 54 | 5 |
| Auxiliar de Administração Pública | 57 | 37 | 20 |

**Instituto de Saúde do Distrito Federal**

| CARREIRA: Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 116 | 106 | 10 |
| Técnico de Administração Pública | 167 | 183 | (16) |
| Auxiliar de Administração Pública | 233 | 237 | (4) |

**Jardim Botânico de Brasília**

| CARREIRA: Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 25 | 2 | 23 |
| Técnico de Administração Pública | 50 | 28 | 22 |
| Auxiliar de Administração Pública | 125 | 29 | 96 |

**Polícia Civil do Distrito Federal**

| CARREIRA: Polícia Civil do Distrito Federal | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Perito Médico-Legista | 80 | 68 | 12 |
| Papiloscopista Policial | 305 | 284 | 21 |
| Perito Criminal | 201 | 188 | 13 |
| Escrivão de Polícia | 505 | 413 | 92 |
| Agente de Polícia | 3.649 | 2.170 | 1.479 |
| Agente Penitenciário | 400 | 353 | 47 |
| CARREIRA: Delegado de Polícia do Distrito Federal | | | |
| Delegado de Polícia | 400 | 236 | 164 |

**Departamento de Estrada e Rodagem**

| CARREIRA: Atividades Rodoviárias | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Atividades Rodoviárias | 56 | 47 | 9 |
| Técnico de Atividades Rodoviárias | 729 | 616 | 113 |
| Auxiliar de Atividades Rodoviárias | 430 | 346 | 84 |

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília-DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador
ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora
LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social
EDSON SAMPAIO DE SOUZA
Divisão de Divulgação

**Departamento de Transito**

| CARREIRA: Procurador Autárquico | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Procurador Autárquico | 6 | - | 6 |
| CARREIRA: Atividade de Trânsito | | | |
| Inspetor de Trânsito | 50 | - | 50 |
| Analista de Trânsito | 100 | 26 | 74 |
| Assistente de Trânsito | 700 | 343 | 357 |
| Agente de Trânsito | 450 | 176 | 274 |
| Auxiliar de Trânsito | 200 | 112 | 88 |

**Departamento Metropolitano e Transporte Urbano**

| CARREIRA: Procurador Autárquico | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Procurador Autárquico | 4 | - | 4 |
| CARREIRA: Atividades em Transporte Urbano | | | |
| Especialista de Transportes Urbanos | 33 | - | 33 |
| Analista de Transportes Urbanos | 50 | - | 50 |
| *Técnico de Transportes Urbanos* | 210 | - | 210 |
| Auxiliar de Transportes Urbanos | 60 | - | 60 |

**Instituto de Desenvolvimento Habitacional**

| QUADRO SUPLEMENTAR EM EXTINÇÃO | | | |
|---|---|---|---|
| Administrador | 4 | 4 | - |
| Advogado | 15 | 15 | - |
| Analista de Sistema | 4 | 4 | - |
| Arquiteto | 11 | 11 | - |
| Assistente Social * | 3 | 4 | - |
| Economista | 4 | 4 | - |
| Engenheiro | 6 | 6 | - |
| Psicólogo | 1 | 1 | - |
| Sociólogo | 1 | 1 | - |
| Assistente Técnico de Administração | 134 | 134 | - |
| Desenhista Projetista | 6 | 6 | - |
| Digitador | 2 | 2 | - |
| Operador de Computador | 1 | 1 | - |
| Programador | 1 | 1 | - |
| Técnico de Contabilidade | 11 | 11 | - |
| Técnico de Edificações | 4 | 4 | - |
| Agente de Portaria | 28 | 28 | - |
| Artífice Especializado ** | 11 | 10 | - |
| Ascensorista | 5 | 5 | - |
| Auxiliar de Administração | 33 | 33 | - |
| Auxiliar de Contabilidade | 11 | 11 | - |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 6 | 6 | - |
| Mestre *** | 2 | 1 | 1 |
| Mestre de Obras *** | 16 | 15 | 1 |
| Motorista | 18 | 18 | - |
| Recepcionista | 1 | 1 | - |
| Telefonista | 2 | 2 | - |
| Vigia | 6 | 6 | - |

* servidor reintegrado
** servidor demitido por justa causa
*** servidor aposentado pelo INSS

**Instituto de Ecologia e Meio Ambiente**

| CARREIRA: Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 20 | 12 | 8 |
| Técnico de Administração Pública | 16 | 10 | 6 |
| Auxiliar de Administração Pública | 19 | 10 | 9 |

**Instituto de Planejamento Territorial Urbano**
***NÃO POSSUI QUADRO***

**Serviço de Limpeza Urbana**

| CARREI Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 67 | 11 | 56 |
| Técnico de Administração Pública | 1.010 | 649 | 361 |
| Auxiliar de Administração Pública | 5.002 | 2.879 | 2.123 |

**Fundação Cultural do DF**

| CARREIRA: Administração Pública | | | |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 50 | 3 | 47 |
| Técnico de Administração Pública | 250 | 186 | 64 |
| Auxiliar de Administração Pública | 335 | 211 | 124 |
| CARREIRA: Atividades Culturais | | | |
| Especialista de Atividades Culturais | 30 | 2 | 28 |
| Técnico de Atividades Culturais | 180 | 25 | 155 |
| Auxiliar de Atividades Culturais | 72 | 17 | 55 |
| CARREIRA: Musico da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro | | | |
| Músico | 118 | 61 | 57 |
| CARREIRA: Assistência Jurídica | | | |
| Procurador Fundacional | 3 | - | 3 |

**Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso**
***NÃO INFORMOU O QUADRO EFETIVO***

**Fundação de Apoio a Pesquisa do DF**
***NÃO POSSUI QUADRO***

**Fundação do Serviço Social do DF**

| CARREIRA: Assistência Jurídica | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Procurador Fundacional | 5 | 2 | 3 |
| CARREIRA: Assistência Pública em Serviços Sociais | | | |
| Assistente Superior em Serviços Sociais | 416 | 239 | 177 |
| Assistente Intermediário em Serviços Sociais | 1.478 | 1.052 | 426 |
| Assistente Básico em Serviços Sociais | 1.061 | 779 | 282 |
| CARREIRA: Atividades Apoio à Reintegração Social ao Adolescente Infrator | | | |
| Instrutor de Reintegração Social | 38 | - | 38 |
| Atendente de Reintegração Social | 195 | 25 | 170 |
| Auxiliar de Reintegração Social | 82 | - | 82 |

**Fundação Educacional do DF**

| CARREIRA: Magistério Público | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Especialista em Educação | 400 | 114 | 286 |
| Professor Nível 1 | 9.033 | 8.690 | 343 |
| Professor Nível 2 | 3.331 | 3.162 | 169 |
| Professor Nível 3 | 9.150 | 7.510 | 1.640 |
| CARREIRA: Assistência Jurídica | | | |
| Procurador Fundacional | 12 | 2 | 10 |
| CARREIRA: Assistência a Educação | | | |
| Especialista de Educação | 3.652 | 3.114 | 538 |
| Analista de Educação | 380 | 177 | 203 |
| Assistente de Educação | 712 | 499 | 213 |
| Agente de Educação | 6.344 | 5.683 | 661 |
| Auxiliar de Educação | 7.152 | 6.700 | 452 |

**Fundação Hospitalar do DF**

| CARREIRA: Assistência Pública à Saúde | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Assistente Superior de Saúde | 5.010 | 4.518 | 492 |
| Assistente Intermediário de Saúde II | 9.970 | 10.103 | (133) |
| Assistente Intermediário de Saúde I | 3.360 | 2.452 | 908 |
| Assistente Básico à Saúde | 418 | 530 | (112) |

**Fundação Hemocentro de Brasília**
***NÃO POSSUI QUADRO***

**JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA**

| CARREI Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 25 | 3 | 22 |
| Técnico de Administração Pública | 50 | 31 | 19 |
| Auxiliar de Administração Pública | 125 | 63 | 62 |

**FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA**

| CARREIRA: Assistência Jurídica | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS |
|---|---|---|---|
| *Procurador Fundacional* | 4 | 2 | 2 |
| CARREIRA: Desenvolvimento Agropecuário | | | |
| Analista de Desenvolvimento Agropecuário | 155 | 47 | 108 |
| Técnico de Desenvolvimento Agropecuário | 809 | 450 | 359 |
| Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário | 557 | 417 | 140 |

**Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal**

| CARREIRA: Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | AGREGADO | VAGOS | EXCEDENTE |
|---|---|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 15 | 6 | - | 11 | - |
| *Técnico de Administração Pública* | 6 | 7 | - | 2 | - |
| Auxiliar de Administração Pública | 13 | 1 | - | 12 | - |
| CARREIRA: Bombeiro Militar do Distrito Federal | | | | | |
| Coronel | 9 | 17 | 4 | - | 4 |
| Tenente Coronel | 24 | 30 | 5 | - | 1 |
| Major | 47 | 42 | 8 | 13 | - |
| Capitão | 69 | 73 | 4 | - | - |
| Capitão Feminino | 1 | - | - | 1 | - |
| Primeiro Tenente | 84 | 50 | - | 34 | - |
| Primeiro Tenente Feminino | 2 | - | - | 2 | - |
| Segundo Tenente | 101 | 35 | - | 66 | - |
| *Segundo Tenente Feminino* | 3 | - | - | 3 | - |
| Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Saúde | | | | | |
| Tenente Coronel - Médico | 2 | 2 | - | - | - |
| Major - Médico | 5 | 5 | - | - | - |
| Capitão - Médico | 9 | 9 | - | - | - |
| Primeiro Tenente | 12 | 8 | - | 4 | - |
| Tenente Coronel - Dentista | 1 | 1 | - | - | - |
| Major - Dentista | 2 | 1 | - | 1 | - |
| Capitão - Dentista | 3 | 3 | - | - | - |
| Primeiro Tenente - Dentista | 3 | 3 | - | - | - |
| Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Complementares | | | | | |
| *Tenente Coronel* | 1 | - | - | 1 | - |
| Major | 2 | - | - | 2 | - |
| Capitão | 5 | 5 | - | - | - |
| Primeiro Tenente | 6 | 11 | - | - | 5 |
| Segundo Tenente | 7 | - | - | 7 | - |
| Quadro de Oficiais Bombeiros Militares de Capelão | | | | | |
| Capitão | 1 | 1 | - | - | - |
| Quadro de Oficiais Bombeiros Militares de Administração | | | | | |
| Capitão | 12 | 14 | 7 | 5 | - |
| Primeiro Tenente | 13 | 16 | - | - | 3 |
| Segundo Tenente | 18 | 18 | - | - | - |
| Quadro de Oficiais Bombeiros Militares de Músico | | | | | |
| Capitão | 1 | 1 | - | - | - |
| Primeiro Tenente | 1 | 1 | - | - | - |
| Segundo Tenente | 1 | 1 | - | - | - |
| Quadro de Oficiais Bombeiros Militares de Manutenção | | | | | |
| Capitão | 1 | 3 | - | - | 2 |
| Primeiro Tenente | 2 | 3 | - | - | 1 |
| Segundo Tenente | 3 | 3 | - | - | - |
| Quadro de Oficiais Bombeiros Militares de Manutenção | | | | | |
| Asp. A Oficial | - | 33 | - | - | 1 |
| Cadete 3º ano | - | 41 | - | - | - |
| Cadete 2º ano | - | 42 | - | - | - |
| Cadete 1º ano | - | 45 | - | - | - |
| Quadro Geral de Praças Bombeiros : | | | | | |
| Subtenente | 78 | 94 | 18 | 2 | - |
| 1º Sargento | 292 | 234 | 12 | 70 | - |
| 2º Sargento | 464 | 304 | 12 | 172 | - |
| 3º Sargento | 709 | 436 | 10 | 283 | - |
| Cabo | 1.183 | 1.011 | 53 | 225 | - |
| Soldado BM/1 | 3.164 | 3.350 | 93 | - | 93 |
| Soldado BM/2 | - | 107 | - | - | - |
| Taifeiro | 259 | - | - | 259 | - |

**Polícia Militar do Distrito Federal**

| CARREIRA: Administração Pública | CRIADOS | OCUPADOS | VAGOS | EXCEDENTE |
|---|---|---|---|---|
| Analista de Administração Pública | 27 | 13 | 14 | - |
| Técnico de Administração Pública | 225 | 42 | 183 | - |
| Auxiliar de Administração Pública | 65 | 27 | 38 | - |
| CARREIRA: Polícia Militar do Distrito Federal | | | | |
| Coronel | 13 | 8 | 5 | - |
| Tenente-Coronel | 34 | 44 | - | 10 |
| Major | 76 | 101 | - | 25 |
| Capitão | 169 | 142 | 27 | - |
| Primeiro-Tenente | 216 | 174 | 42 | - |
| Segundo-Tenente | 234 | 176 | 58 | - |
| Aspirante * | - | 3 | - | - |
| Subtenente | 94 | 104 | - | 10 |
| Primeiro-Sargento | 181 | 200 | - | 19 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Segundo-Sargento | 460 | 498 | - | 38 |
| | Terceiro-Sargento | 1.247 | 1.031 | 216 | - |
| | Cabo | 2.244 | 2.252 | - | 8 |
| | Soldado | 9.652 | 7.956 | 1.696 | - |
| | Alunos | - | 1.217 | - | - |

# SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

## PORTARIA Nº 1.186, DE 5 DE NIOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 152 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e ainda o que consta do processo nº 142.001.309/96, resolve:.

Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial para, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar os fatos constantes do mencionado processo.

Parágrafo único. Os trabalhos de apuração da tomada de contas de que trata este artigo serão conduzidos pela Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especiais, instituída por meio da Portaria SEFP nº 679, de 29 de setembro de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

## PORTARIA Nº 1.187, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 07 de dezembro de 1988, e o que consta dos Processos nºs 030.008531/98, 052.001410/98, 054.001411/98 060.002889/98 e 061.011788/98, resolve:

I - Promover, na forma dos Anexos I, II, III e IV a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Polícia Militar do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Fundo de Saúde do Distrito Federal, Fundação Hemocentro de Brasília e Fundação Hospitalar do Distrito Federal, aprovados pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

| ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FONTE | DETALHADO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 220103/00001 **24103** **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL** | | | | 5.000.000 |
| 06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | | | | |
| Ref: 000853 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 31.90.12 | 130 | 5.000.000 | |
| | | | | 5.000.000 |
| 220105/00001 **24105** **POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL** | | | | 1.020.000 |
| 06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | | | | |
| Ref: 000283 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 31.90.08 | 130 | 20.000 | |
| | 31.90.11 | 130 | 1.000.000 | |
| | | | | 1.020.000 |
| 00944/1 - 200080 * As transferências não constam do Total | | | TOTAL | 6.020.000 |

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

| ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FONTE | DETALHADO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 170201/17201 **23201** **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL** | | | | 26.516 |
| 13.075.0428.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA | | | | |
| Ref: 000703 0004 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR EM SERVIÇOS DE NÍVEL SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO | 34.90.36 | 221 | 3.705 | |
| | 34.90.36 | 232 | 22.811 | |
| | | | | 26.516 |
| 170202/17202 **23202** **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA** | | | | 1.602 |
| 13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | | | | |
| Ref: 000879 0040 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA | 34.90.93 | 232 | 1.602 | |
| | | | | 1.602 |
| 170901/17901 **23901** **FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL** | | | | 15.000 |
| 13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | | | | |
| Ref: 002099 0037 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE | 34.90.39 | 100 | 15.000 | |
| | | | | 15.000 |
| 00944/2 - 200080 * As transferências não constam do Total | | | TOTAL | 43.118 |

ANEXO III

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

| ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FONTE | DETALHADO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 220103/00001 **24103** **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL** | | | | 5.000.000 |
| 06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | | | | |
| Ref: 000853 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 31.90.17 | 130 | 5.000.000 | |
| | | | | 5.000.000 |
| 220105/00001 **24105** **POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL** | | | | 1.020.000 |
| 06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | | | | |
| Ref: 000283 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 31.90.92 | 130 | 1.020.000 | |
| | | | | 1.020.000 |
| 00944/3 - 200081 * As transferências não constam do Total | | | TOTAL | 6.020.000 |

ANEXO IV

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

| ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FONTE | DETALHADO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 170201/17201 **23201** **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL** | | | | 26.516 |
| 13.075.0428.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA | | | | |
| Ref: 000703 0004 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR EM SERVIÇOS DE NÍVEL SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO | 34.90.39 | 221 | 3.705 | |
| | 34.90.39 | 232 | 22.811 | |
| | | | | 26.516 |
| 170202/17202 **23202** **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA** | | | | 1.602 |
| 13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | | | | |
| Ref: 000879 0040 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA | 34.90.39 | 232 | 1.602 | |
| | | | | 1.602 |
| 170901/17901 **23901** **FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL** | | | | 15.000 |
| 13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | | | | |
| Ref: 002099 0037 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE | 34.90.30 | 100 | 10.000 | |
| | 34.90.33 | 100 | 5.000 | |
| | | | | 15.000 |
| 00944/4 - 200081 * As transferências não constam do Total | | | TOTAL | 43.118 |

## PORTARIA Nº 1.188, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 136.001010/98 e 144.000621/98, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Governo, da Região Administrativa VIII – Núcleo Bandeirante e da Região Administrativa XIV – São Sebastião, aprovado pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

| ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FONTE | DETALHADO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 110101/00001 **11101** **SECRETARIA DE GOVERNO** | | | | 70.000 |
| 03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | | | | |
| Ref: 000823 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE | 34.90.39 | 100 | 70.000 | |
| | | | | 70.000 |
| 190110/00001 **11110** **REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE** | | | | 3.000 |
| 03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | | | | |
| Ref: 000359 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 31.90.92 | 100 | 3.000 | |
| | | | | 3.000 |
| 190116/00001 **11116** **REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV - SÃO SEBASTIÃO** | | | | 25.000 |
| 03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | | | | |
| Ref: 000496 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 31.90.92 | 100 | 10.000 | |
| | 31.90.93 | 100 | 15.000 | |
| | | | | 25.000 |
| 00950/1 - 200080 * As transferências não constam do Total | | | TOTAL | 98.000 |

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

| ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FONTE | DETALHADO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 110101/00001 **11101** **SECRETARIA DE GOVERNO** | | | | 70.000 |
| 03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | | | | |
| Ref: 000823 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE | 34.90.93 | 100 | 70.000 | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 70.000 |
| 190110/00001 11110 | **REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE** | | | | 3.000 |
| 03.007.0021.8502 | ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | | | | |
| Ref: 000359 0001 | ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 31.90.93 | 100 | 3.000 | |
| | | | | | 3.000 |
| 190116/00001 11116 | **REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV - SÃO SEBASTIÃO** | | | | 25.000 |
| 03.007.0021.8502 | ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | | | | |
| Ref: 000496 0001 | ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 31.90.13 | 100 | 22.000 | |
| | | 31.90.16 | 100 | 3.000 | |
| | | | | | 25.000 |
| 00950/2 - 200081 | * As transferências não constam do Total | | | TOTAL | 98.000 |

## SUBSECRETARIA DA RECEITA

## DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 511-DAT/SUREC/SEFP, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1998

Não-incidência do ITBI na transmissão de imóvel decorrente de incorporação para integralização de capital subscrito

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 11, de 29.12.88 e no *inciso III, alínea "a"*, do artigo 3º, § § 2º, 3º e 6º do Decreto nº 16.114/94 e considerando ainda o que consta do processo nº 040.004977/91, declara:
Não incidir o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI, em decorrência da transferência assim caracterizada:
Transmitente : JOÃO NOGUEIRA DE REZENDE
Adquirente : AGROPECUÁRIA INDUSTRIAL E COMERCIAL SANTA CLARA LTDA
Imóvel : SQS 111 BL A AP 504 – BRASÍLIA - DF
Natureza da Transação : INCORPORAÇÃO PARA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SUBSCRITO
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 512-DAT/SUREC/SEFP, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.011249/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, a transmissão dos bens deixados por MARIA LUZIA PESSOA, falecida em 19.7.97, para JORGETH DE AZEREDO MIRANDA, CPF N.º 116.553.721-49.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 513-DAT/SUREC/SEFP, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

Imunidade quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "b" da Constituição Federal e considerando ainda o que consta do processo nº 040.005492/98, declara:
A CONGREGAÇÃO CLARETIANA, CGC Nº 17.203.928/0016-52, imune quanto ao IPVA, relativo ao exercício de 1994, em relação ao veículo placa JDW 3595.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 514-DAT/SUREC/SEFP, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.012189/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCD a transmissão do bem imóvel, localizado na QNP 14 CJ X LT 11 - CEILÂNDIA - DF, para MANOEL ALVES BEZERRA, CPF N.º 046.498.261-87, e OUTROS, decorrente do falecimento de ENESINA MARIA BEZERRA, ocorrido em 11.12.97.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

# SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº: 082.014841/97; INTERESSADA: CEB; ASSUNTO: FATURAS.
À vista das instruções contidas no presente processo, e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, e disposições do Decreto nº 17.954, de 30.12.96, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a despesa no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília, referente aos serviços de fornecimento de energia elétrica prestados à FEDF.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

# SECRETARIA DE SAÚDE

## FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 30, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998

**O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL,** no uso de suas atribuições regimentais e,

**Considerando** a Portaria nº 555, de 14 de julho de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, **RESOLVE:**

ART. 1º - Liberar as farmácias do Distrito Federal para comercializarem Alimentos Modificados, Para Fins Especiais, Repositores Hidroeletrolíticos, Alimentos para Gestantes e Nutrizes, *Suplementos Vitamínicos e/ou Minerais, Alimentos Infantis* e Adoçantes, importados legalmente, que estejam amparados pela referida Portaria.

Parágrafo Único - As penalidades bem como as apreensões desses produtos, feitas a partir de 14 de julho de 1998, data da emissão da Portaria nº 555, tornam-se sem efeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

ANTÔNIO LUIZ RAMALHO CAMPOS

# SECRETARIA DE OBRAS

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 3 de novembro de 1998

PROCESSO : Nº 030.000.085/98
INTERESSADO: VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no CAPUT do Artigo 25, combinado com o Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Inexigibilidade de Licitação a favor da VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA, para atender despesas com aquisição de vales-transportes para servidores desta Secretaria

HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA

# SECRETARIA DE AGRICULTURA

## FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

## DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 3 de novembro de 1998

PROCESSO: 073.000785/98
INTERESSADO: FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: Contratação Temporária de Serviços de Vigilância
RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, tendo em vista a INEXIGIBILIDADE de licitação, nos termos do Art. 24 Inciso IV, do mesmo diploma legal, bem como AUTORIZO a realização de despesa e DETERMINO a emissão da Nota de Empenho, em favor do LINDOMÁRIO FRANCISCO DE OLIVEIRA, no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) conforme inciso I do artigo 38, combinado com o inciso II do artigo 39 do Decreto Nº 16.098 de 29.11.94.

Publique-se e encaminhe-se ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS para as providências cabíveis.

PROCESSO: 073.003205/97
INTERESSADO: DIVISÃO DE PESSOAL - DPFZDF
ASSUNTO: Empenho Estimativo Vales-Transporte

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, tendo em vista a INEXIGIBILIDADE de licitação, nos termos do caput 25, do mesmo diploma legal, bem como AUTORIZO a realização de despesa e DETERMINO a emissão da Nota de Empenho, em favor da VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA, no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); TRANSPROGRESSO LTDA, no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme inciso I do artigo 38, combinado com o inciso II do artigo 39 do Decreto Nº 16.098 de 29.11.94.

Publique-se e encaminhe-se ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS para as providências cabíveis.

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

# POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO COMANDANTE GERAL
Em 3 de novembro de 1998

Referência: Processo nº 054.001.358/98
Interessado: Polícia Militar do Distrito Federal
Assunto: Ratificação de ato de dispensa de licitação
Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico os atos praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente à dispensa de licitação fundamentada no Inciso IV do art. 24 do referido Diploma Legal, em favor da firma RCS Centro de Cirurgia e Traumatologia, para fazer face ao pagamento das despesas com cirurgia buco-maxilo-facial, em caráter de urgência, a ser realizada na pessoa do 3º Sgt PM José Heden Araújo Barboza, mat. 10.168/0, conforme Nota de Empenho nº 1323/98.

Referência: Processo nº 054.001.405/98
Interessado: Polícia Militar do Distrito Federal
Assunto: Ratificação de ato de inexigibilidade de licitação
Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico os atos praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente à inexigibilidade de licitação fundamentada no Inciso I do art. 25 do referido Diploma Legal, em favor da Companhia Brasileira de Cartucho - CBC, para fazer face ao pagamento das despesas com a aquisição de cartuchos CBC, conforme Nota de Empenho nº 1311/98.

DANIEL DE SOUZA PINTO JÚNIOR -- CEL QOPM

# SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

## FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

## DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 28 de outubro de 1998

PROCESSO: 081.001145/98
INTERESSADO: CARMEN LÚCIA DE SOUSA.
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Tendo em vista o contido nos autos e o disposto na Lei 4.320/64, combinado com os artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94 e a competência expressa no inciso I, do artigo 38 e incisos II e IV do artigo 39 do Decreto citado, RECONHEÇO A DÍVIDA e autorizo a emissão de empenho na Atividade 8502.0001, Fonte 100, Natureza da Despesa 31.90.92, bem como o respectivo pagamento no valor de R$7.400,70 (SETE MIL E QUATROCENTOS REAIS E SETENTA CENTAVOS), em favor de CARMEM LÚCIA DA SILVA GADELHA, referente a pagamento de pensão, bem como conversão de pecúnia de Licença-Prêmio no período de novembro/95 à dezembro/97.
Publique-se e remeta-se ao DAG/FCDF para as providências complementares.

NILSON RODRIGUES DA FONSECA

# SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

## CONSELHO DO TRABALHO

RESOLUÇÃO N.º 71, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O Conselho do Trabalho do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 892/95, alterada pela Lei n.º 1.998, de 3 de julho de 1998, e pela Lei Complementar n.º 005/95, alterada pela Lei Complementar n.º 113, de 2 de julho de 1998, juntamente com os Decretos n.º 16.961/95 e n.º 19.572/98, resolve:
Art. 1º As operações das carteiras de crédito urbano e rural do Programa BANCO DO TRABALHO terão como única fonte de recursos o FUNSOL.
Art. 2º As taxas de juros do FUNSOL, determinadas pelo inciso III do art. 8º da Lei Complementar nº 005, de 14 de agosto de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 113, de 2 de julho de 1998, ficam estabelecidas da seguinte forma:
I- para as operações de capital de giro, a TJLP mais juros de 6% (seis por cento) ao ano;
II- para operações de investimento, a TJLP mais juros de 3% (três por cento) ao ano.
Art. 3º Serão cobrados dos inadimplentes do Programa BANCO DO TRABALHO os seguintes encargos:
I - comissão de permanência: TJLP mais juros de 2% (dois por cento) ao mês;
II - multa: 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da(s) parcela(s) devida(s);
III - juros moratórios: 1% (um por cento) ao ano.
Art. 4º O protesto do título de crédito, bem como a negativação dos devedores e coobrigados nos serviços de proteção ao crédito ocorrerá após 40 dias do vencimento da primeira parcela devida e não paga.
Art. 5º As condições de renegociação das dívidas vencidas e vincendas em que seja comprovada a incapacidade econômica e financeira do devedor e coobrigados para liquidá-las serão definidas pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, de conformidade com os seguintes parâmetros:
I- prazo: máximo de 24 meses;
II- taxas: vigentes para o programa BANCO DO TRABALHO por ocasião da renegociação;
III- valor: limitado ao valor atualizado da dívida até a data da renegociação.
Art. 6º Será cobrado do tomador a tarifa de 0,5% (cindo décimos por cento) sobre o montante renegociado, a ser creditada integralmente ao FUNSOL.
Art. 7º Esgotados os procedimentos normais de cobrança, compreendendo aí visitas realizadas pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal e correspondências expedidas pelo Banco, o BRB está autorizado a executar judicialmente os devedores, após 60 dias de inadimplemento.
Parágrafo Único - As despesas decorrentes da execução judicial dos clientes inadimplentes serão debitadas ao FUNSOL e, na hipótese de serem recebidas dos devedores, serão automaticamente creditadas ao Fundo.
Art. 8º Os parâmetros para renegociação de dívidas serão definidos pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, considerando-se as peculiaridades de cada situação.
Art. 9º Fica proibida a concessão de novos créditos do Programa BANCO DO TRABALHO para os tomadores que tiverem suas dívidas executadas.
Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 11 Revogam-se as Resoluções nº 36, de 25 de julho de 1997, nº 58, de 16 de dezembro de 1997, e demais disposições em contrário.

IVAN GUIMARÃES - Representante do Governo
VALDO SOARES LEITE - Representante dos Trabalhadores
CLÁUDIO COSTA VARGAS - Representante dos Empregadores

RESOLUÇÃO N.º 72, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O Conselho do Trabalho do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 892/95, alterada pela Lei n.º 1.998, de 3 de julho de 1998, e pela Lei Complementar n.º 005/95, alterada pela Lei Complementar n.º 113, de 2 de julho de 1998, juntamente com os Decretos n.º 16.961/95 e n.º 19.572/98, resolve:
Art. 1º Autorizar a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda - SETER a promover a transferência dos saldos das operações da Carteira de Crédito Urbano do programa BANCO DO TRABALHO para a Carteira de Perdas, observado o seguinte:

I - serão objeto de transferência as operações com parcela(s) vencida(s) e não paga(s) há 180 dias ou mais;
II - com vistas à transferência, o saldo será recalculado mediante aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre o capital emprestado, desde a data da liberação do crédito;
III - os valores recebidos em pagamento do principal da dívida serão descontados do saldo recalculado de acordo com o inciso II deste artigo;
IV - as operações inscritas na Carteira de Perdas deixarão de sofrer atualização, a não ser em casos de acordos e liquidações, quando então serão atualizadas pela TJLP desde a data da transferência;
V - a transferência poderá ocorrer independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para seu recebimento;
VI - os procedimentos judiciais de cobrança porventura iniciados não deverão ser interrompidos em função da transferência de que trata este artigo.
Art. 2º Autorizar a SETER a recalcular os saldos das operações de que trata o inciso I do artigo 1º, independentemente de efetivada a transferência para a Carteira de Perdas, nos casos de negociação.
Parágrafo único - O saldo final das operações não poderá ser inferior ao calculado conforme o disposto no artigo 1º.
Art. 3º Autorizar, ainda, a SETER a recalcular os saldos das operações - renegociadas ou não - que tenham tido os seus valores atualizados, total ou parcialmente, com a incidência do Fator Diário de Inadimplência do BRB - FDI.
§ 1º Os saldos serão recalculados mediante substituição do FDI, aplicado sobre o valor das prestações, pelos encargos previstos no art. 5º da Resolução n.º 71, deste CTDF, ou em regulamentação que o substitua.
§ 2º Os valores recebidos serão descontados do saldo recalculado conforme o parágrafo 1º deste artigo.
§ 3º As operações renegociadas cujo saldo tenha sido calculado com aplicação do FDI poderão ser objeto de nova renegociação, observando-se, nesse caso, as condições regulamentares vigentes.
Art. 4º Ocorrendo saldo credor em favor do mutuário, decorrente dos recálculos autorizados por esta Resolução, considerar-se-á a dívida extinta.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES - Bancada do Governo
EDMAR ADAYR STORTI - Representante dos Empregadores
JOSÉ ZUNGA A . DE LIMA - Bancada dos Trabalhadores

RESOLUÇÃO Nº 73, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998
"AD REFERENDUM"

O Presidente do Conselho do Trabalho do Distrito Federal no uso das atribuições que são conferidas pela Lei nº 892/95 e pela Lei nº 1.989, de 03 de julho de 1998, Decreto 16.961 de 22 de novembro de 1995, combinado com o subitem 2.2.1.1- da cláusula Segunda do Termo Aditivo nº 006/98- Convênio MTb/SPES/CODEFAT Nº 008/96 - SINE/DF, resolve:

Art. 1º - Aprovar o remanejamento dos subítens da despesa de custeio constante do Plano de Trabalho SPES/97, conforme discriminação abaixo:

INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA/SEGURO DESEMPREGO/PROGER

| DISCRIMINAÇÃO | TOTAL APROVADO/SPES | ALTERAÇÃO CANCELAMENTO SUPLEMENTAÇÃO | AUTORIZADO PELO CONSELHO DE TRABALHO |
|---|---|---|---|
| Material de Consumo | | | |
| Material copa e cozinha | 3.377,00 | -3.137,00 | 240,00 |
| Material de expediente | 33.750,00 | +6.437,00 | 40.187,00 |
| Material de Higienização | 3.377,00 | -3.300,00 | 77,00 |
| Outros Serviços de Terceiros | | | |
| Alimentação e Hospedagem | 47.500,00 | -27.500,00 | 20.000,00 |
| Conservação,Adap. de Bens Móveis | 107.605,00 | -39.672,72 | 167.932,28 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Seminários, Congressos | 37.500,00 | -37.500,00 | |
| Publicidade e Propaganda | 95.500,00 | -45.500,00 | 50.000,00 |
| Locação Imóveis Pessoa Jurídica | 162.080,00 | +19.223,00 | 181.303,00 |
| Locação de Imóveis Pessoa Física | 17.920,00 | +4.500,00 | 22.420,00 |
| Água e luz | 1.500,00 | +32.200,00 | 33.700,00 |
| Divulgação Impressa | 34.250,00 | -34.250,00 | |
| Serviço de limpeza e Conservação | 17.500,00 | +47.979,00 | 65.479,00 |
| Serviços de Vigilância | 50.000,00 | +136.442,81 | 186.472,81 |
| Seguro para Veículos | 3.750,00 | -2.250,00 | 1.500,00 |
| Manutenção de Bens Móveis | 53.673,00 | 53.673,00 | |

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

# SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

## FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

## CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2 DE OUTUBRO DE 1998

Dispõe sobre o prazo para a apresentação da documentação necessária à elaboração de Convênios

O Conselho Superior da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, incisos III e IV, da Lei nº 347, de 04 de novembro de 1992 e, tendo em vista a decisão prolatada em sua 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 1998, resolve:

Art. 1º - Estipular o prazo de sessenta dias para que os coordenadores, que tenham projetos de pesquisa aprovados por esta Fundação, apresentem todos os documentos necessários à realização dos respectivos convênios.

§ 1º A critério exclusivo do Conselho Diretor, e desde que devidamente justificado, o prazo estabelecido no caput deste Artigo poderá ser prorrogado, impreterivelmente, por mais trinta dias.

§ 2º Os prazos previstos neste artigo serão contados a partir da data do recebimento de carta desta Fundação ao Coordenador, informando sobre a aprovação do projeto, conforme data contida no formulário Aviso de Recebimento da Empresa de Correios e Telégrafos.

§ 3º Após os prazos previstos nesta Resolução, caso não haja manifestação por parte do interessado, a aprovação do projeto estará automaticamente cancelada, sendo o respectivo processo imediatamente arquivado.

§ 4º A documentação de que trata este artigo será solicitada conforme relação constante do Anexo Único.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURA MARIA GOULART DUARTE
Presidente do Conselho

ANEXO

1 – RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA PESSOA JURÍDICA

1.1 – Cópia autenticada do Ato Constitutivo (Lei de criação, Estatuto, Contrato Social, etc., devidamente registrado em Cartório);
1.2 – Cópia autenticada do C.G.C.;
1.3 – Certidão Negativa da Débitos expedida pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal;
1.4 – Certidão Negativa de Débitos expedida pelo INSS/MPAS (quando aplicável);
1.5 – Certidão Negativa de Débitos do FGTS (quando aplicável);
1.6 – Comprovante atualizado do endereço do estabelecimento;
1.7 – Cópia autenticada do ato de nomeação dos representantes legais;
1.8 – Representantes legais: Cópias autenticadas do C.P.F., Carteira de Identidade, comprovante de residência, bem como as respectivas declarações sobre estado civil, profissão e nacionalidade;
1.9 – Termo de aceite da execução do projeto por autoridade competente da instituição executora;
1.10 – Declaração de que não está recebendo apoio financeiro de outra agência para as mesmas finalidades;
1.11 – Orçamento detalhado;
1.12 – Quadro de Usos e Fontes.

2 – RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA PESSOA FÍSICA

2.1 – Cópia autenticada do C.P.F., da Carteira de Identidade, bem como as respectivas declarações sobre estado civil, profissão e nacionalidade;
2.2 – Certidão Negativa da Débitos expedida pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal;
2.3 – Comprovante atualizado do endereço (conta de água, luz, telefone ou declaração de próprio punho);
2.4 – Declaração de que não está recebendo apoio financeiro de outra agência para as mesmas finalidades;
2.5 – Orçamento detalhado;
2.6 – Quadro de Usos e Fontes.

Obs:

a) Para o Coordenador responsável por Projeto ou Evento desenvolvido por Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, serão exigidos os documentos explicitados nos subitens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4;
b) Caso a execução seja realizada por uma segunda entidade, serão exigidos todos os documentos constantes dos itens 1 e 2.

# SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 5 de novembro de 1998

Processo : 030.002.847/98
Interessado : BANCO DE BRASÍLIA S/A & VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA.
Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, a favor do **BANCO DE BRASÍLIA S/A** no valor de **R$ 5.041,10 ( Cinco Mil Quarenta e Um Reais e Dez Centavos),** e da **VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA** no valor **R$ 46,00 ( Quarenta e Seis Reais)** referente a aquisição de Vales-Transporte para servidores desta Secretaria no mês de novembro do corrente exercício. 98NE00124 e 98NE00125.

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY

# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

## SECRETARIA DAS SESSÕES

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3372

Aos 20 dias do mês de outubro de 1998, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI e JORGE CAETANO e o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procurador-Geral JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, o Presidente, Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA, declarou aberta a sessão.

**E X P E D I E N T E**

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3371 e Extraordinária Administrativa nº 278, ambas de 15.10.98.

O Senhor Presidente, acompanhado pelos demais membros do Plenário, inclusive pelo representante do Ministério Público, deu boas-vindas ao Conselheiro JORGE CAETANO, que reassumiu suas funções na Corte, após o gozo de férias. O Conselheiro agradeceu a manifestação de cordialidade.

A seguir, deu conhecimento ao Tribunal dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 05/98-RCC, mediante o qual o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO comunica que fruirá férias, relativas ao período aquisitivo de 1997, a partir do próximo dia 5 de novembro.

- Ofício nº 07/98-GCJC, do Conselheiro JORGE CAETANO, comunicando que reassumiu, a partir do dia 17 do corrente mês, suas funções nesta Corte.

Finalmente, submeteu à consideração do Plenário a Representação nº 040/98-DP, pelo qual a Diretoria-Geral de Administração desta Corte propõe a transferência, para 30 do mês em curso - 6ª feira -, da comemoração do *Dia do Servidor Público,* prevista como Ponto Facultativo para 28.10.98.- O Tribunal aprovou a proposição.

**J U L G A M E N T O S**

**PROCESSO DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA**

O Senhor Presidente deu continuidade ao julgamento do Processo nº 5261/96 (apensos os de nºs 4061/96, 112.003.163/95 e 5 volumes) - Relator: Conselheiro RONALDO COSTA COUTO -, de que pedira vista, em sessão anterior, a Conselheira MARLI VINHADELI (Revisora). O processo trata da prestação de contas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, referente ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 8196/98.- O Tribunal, após amplo debate da matéria, determinou a devolução dos autos ao Gabinete do Relator.

**RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS**

PROCESSO Nº 2725/85 - Aposentadoria de DÉLIO BERNARDINO DE MELO-SEFP. - DECISÃO Nº 8197/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar o retorno dos autos à SEFP/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias, juntar aos autos documentação que possibilite o enquadramento do inativo, consoante prevê a Lei-DF nº 99/90 e o Decreto nº 12.466/90.

PROCESSO Nº 4307/90 (apensos os de nºs 26/84 e 050.002.281/89) - Pensão especial concedida a PATROCINA GOMES RODRIGUES e outros-PCDF. - DECISÃO Nº 8198/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à PCDF para, no prazo de 180 ( cento e oitenta) dias: I - Com referência à concessão inicial (Lei nº 6782/80): a) acostar informações que demonstrem a participação do instituidor da pensão em Curso de Formação Policial Profissional, de forma a justificar o pagamento da parcela IHPC, nos termos do art. 2º, § 5º, inciso II, da Lei nº 7.923/89, c/c o art. 3º da Lei nº 7.961/89; b) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 21 - Processo 50.002.281/89, a fim de que os 165 dias prestados pelo ex-servidor no período de 07.11.61 a 20.04.62 sejam computados em dobro, para efeito de aposentadoria e adicionais; c) confeccionar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 50 - Processo nº 050.002.281/89 - PCDF, observando a DN-TCDF 02/93, a fim de fixar o valor do vencimento em NCZ$772,65, de acordo com a tabela salarial vigente à época da concessão, e elevar o percentual de ATS de 27% para 28%, em conformidade com a alínea anterior, atentando, ainda, para o resultado obtido no cumprimento da alínea "a" precedente; d) tornar sem efeito os documentos substituídos; II - Relacionada com a integralização da pensão (Lei nº 8.112/90): a) editar ato de revisão para fazer constar, da fundamentação legal, somente no § 5º, do art. 40, da CRFB e os arts. 215 e 248 da Lei nº 8112/90; b) juntar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90;

c) tornar sem efeito o apostilamento constante às fls 48/49 - Processo 050.002.281/89, por não ser esta a forma correta de conceder a integralização da pensão prevista na Lei nº 8.112/90; d) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo DF, com indicação da data de vigência; e) convocar a beneficiária Cátia Regina Gomes da Nova para que a mesma apresente a declaração sobre o seu atual estado civil, bem como as respectivas declarações de não-acumulação de pensão e de não exercício de cargo público permanente, em razão do alcance da maioridade em 23.08.92; f) providenciar apostilamento, caso se evidencie a perda do direito à percepção de pensão temporária, em face do solicitado na alínea anterior, a fim de excluir do rol de beneficiários a filha Cátia Regina Gomes da Nova; g) excluir do rol de beneficiários Luiz Eduardo Gomes da Nova, em razão do alcance da maioridade em 25.05.97; h) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 5981/92 - Aposentadoria de PAULO ARANTES DE ARAÚJO-FZDF. - DECISÃO Nº 8199/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a aposentadoria em apreço; II - dispensar o ressarcimento das parcelas recebidas a maior, a título de proventos da primeira inativação, tendo em vista o precedente citado pela instrução.

PROCESSO Nº 2105/93 - Aposentadoria de JOSEFA BORGES DE FRANÇA-FEDF. - DECISÃO Nº 8200/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar o retorno dos autos à FEDF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) acostar aos autos o referido processo de Justificação Judicial, nº 001/90, mencionado no documento de fls. 11 do apenso; II) caso não conste no processo supracitado as informações necessárias, sobre as circunstâncias especiais que impossibilitaram a expedição regular da certidão, solicitar esclarecimentos junto à Prefeitura Municipal de Jaguaribe-CE, tendo em vista que o referido meio de prova só é admissível quando atende o disposto no Enunciado nº 27, das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal, "verbís": "O tempo de serviço público comprovado por justificação judicial somente será aceitável quando circunstâncias especiais, como roubo ou extravio de documentos, impossibilitem a regular expedição da certidão própria."

PROCESSO Nº 3787/93 (apensos os de nºs 2080/87 e 030.005.462/92) - Pensão civil concedida a OTÁVIO MASSAROTTO-SEFP. - DECISÃO Nº 8201/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à SEFP/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 15, do Processo nº 030-005462/92-GDF, para: a) corrigir o quantitativo do tempo de serviço relativo ao ano de 1.979; b) excluir o tempo contado em dobro a título de licença-prêmio por assiduidade, para fins de aposentadoria; II - elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 16 do processo em tela, para corrigir o valor da Gratificação de Apoio às Atividades Tributárias para 120%, atentando para o reflexo desta modificação no cálculo do ATS; III - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3973/93 (apensos os de nºs 4963/83 e 030.000.664/92) - Pensão civil concedida a CATARINA COSTA VIEGAS e outros-SEFP. - DECISÃO Nº 8202/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à SEFP/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1) anexar o processo de revisão dos proventos do ex-servidor, conforme consta à fl. 12 do Apenso nº 030.000.664/92; 2) juntar aos autos documentos que comprovem que a Srª Catarina Costa Viegas mantinha união estável como entidade familiar com o "de cujus", conforme preceitua a artigo 217, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.112/90; 3) refazer o demonstrativo de tempo de serviço de fl. 21 do Apenso nº 030.000.664/92, para constar as faltas mencionadas na certidão de fl. 8 do Apenso nº 4.963/83; 4) refazer o título de pensão de fl. 22 do apenso-pensão, com a finalidade de fazer constar a parcela ATS com o percentual de 29%; 5) anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90; 6) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 4058/93 (apensos os de nºs 3211/83 e 030.009.955/92) - Pensão civil concedida a ARABELA DOS SANTOS SILVA e outro-SEA. - DECISÃO Nº 8203/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão da pensão em apreço; b) determinar á SEA/DF que promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: 1 - anexar aos autos a declaração de não-acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90; 2 - confeccionar o novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 17 do Apenso-pensão nº 030.009.955/92, a fim de: 2.1 - excluir 180 dias relativos à licença-prêmio indevida, considerando que à época da aposentadoria do ex-servidor estava em vigor a Lei nº 1.711/52, que computava apenas decênios e não qüinqüênios, não chegando o mesmo a adquirir tal benefício na atividade; 2.2 - comprovar com certidão da NOVACAP (deduzidas as faltas injustificadas), o período de 20.04.58 até 20.04.60 contado em dobro pela Lei-local nº 22/89; 3 - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4291/93 (apensos os de nºs 1823/85 e 030.000.608/93) - Pensão civil concedida a MARIA PINHEIRO MIRANDA e outras-SEFP. - DECISÃO Nº 8204/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à SEFP/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) juntar aos autos documentos que comprovem que a Srª MARIA JOSÉ CAVALCANTE mantinha união estável como entidade familiar com o "de cujus", conforme preceitua o artigo 217, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.112/90; b) anexar aos autos a declaração das beneficiárias, atestando a não-acumulação ou acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 4729/93 (apensos os de nºs 1857/88 e 030.004.158/93) - Pensão civil concedia a MARIA APARECIDA GONÇALVES LYRIO-PRG. - DECISÃO Nº 8205/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à PRG/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90; b) elaborar outro demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 11 do Apenso nº 030.004.158/93, para nele lançar os 151 dias de licenças para trato de interesse particular e 03 dias de faltas injustificadas, indicados na certidão da NOVACAP de fl. 23 do mesmo apenso. Sem prejuízo, corrigir os decênios de licenças especiais contados em dobro; c) confeccionar novo título, em substituição ao de fl. 22 do Apenso nº 030.004.158/93, para nele alterar o adicional de 35% para 34%, bem como o valor da parcela "redutor de teto"; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 8037/93 - Aposentadoria de IDELZINETE ANTÃO DE MACEDO CARLOS-SE. - DECISÃO Nº 8206/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - no mérito, dar provimento ao Pedido de Reexame de fl. 63; II - rever a Decisão nº 2830/98, de 13.05.98 (fl. 53), que considerou ilegal a concessão em apreço e determinar que os autos retornem à Secretaria de Educação, em diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: II.a) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 09, para adequá-lo as informações de fl. 59; II.b) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 19, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de excluir dos proventos a vantagem do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52, visto que a servidora não atende os requisitos necessários à sua percepção; II.c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1131/94 (apenso o de nº 030.013.279/93) - Pensão civil concedida a MARIA JOSÉ GOMES-SEA. - DECISÃO Nº 8207/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão da pensão em apreço; b) determinar à SEA/DF que promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: 1 - confeccionar o novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 15 (Processo nº 030.013.279/93), a fim de excluir 180 dias relativos à licença-prêmio indevida, considerando que à época da aposentadoria do ex-servidor estava em vigor a Lei nº 1.711/52, que computava apenas decênios e não qüinqüênios, não chegando o mesmo a adquirir tal benefício na atividade; 2 - anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90; 3 - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 3002/94 - Pedido de reexame da Decisão nº 4.229/98, formulado por ANTÔNIA LOPES DE SIQUEIRA-SEFP. - DECISÃO Nº 8208/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento, excepcionalmente, do recurso; b) dar ciência à interessada e à SEFP/DF do caráter suspensivo desta decisão, consoante estabelece o art. 1º c/c o art. 4º, da Resolução nº 91, de 14 de outubro de 1997; c) determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para o exame do mérito.

PROCESSO Nº 5685/94 (apensos os de nºs 3205/89 e 030.014.768/93) - Pensão civil concedida a ANELITA URCINO FERREIRA-SEA. - DECISÃO Nº 8209/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à SEA/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 15 do Processo nº 030.014.768/93, considerando apenas 365 dias referentes à licença especial e o total de 12.403 dias computados para aposentadoria, que correspondem a 33 anos, 11 meses e 28 dias (arredondados para 34 anos - artigo 78, § 2º, da Lei nº 1.711/52); b) em decorrência, elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 28 do Processo nº 030.014.768/93, para considerar os proventos proporcionais a 34/35 avos; c) anexar aos autos prova documental da designação pelo ex-servidor da beneficiária, como sua dependente econômica, na forma do art. 217, letra "e", da Lei nº 8.112/90; d) anexar aos autos as demais peças integrantes da justificação judicial a que se refere o documento de fl. 21 do Processo nº 030.014.768/93 e provas materiais que comprovem a dependência econômica declarada à fl. 13 do mesmo apenso; e) anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90; f) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 5673/95 (apenso o de nº 101.000.945/95) - Pensão civil concedida a JANAÍNA MINIATI PEREIRA DOS SANTOS e outra-FSS. - DECISÃO Nº 8210/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à FSS/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - juntar documento indicando as seguintes informações cadastrais, relativas à ex-servidora; I.a) identificação funcional (nome e matrícula); I.b) qualificação funcional (cargo, classe, padrão, nível, referência e lotação); I.c) forma e data de ingresso no cargo em que ocorreu o óbito; I.d) estado civil; I.e) situação da ex-servidora (se ativa ou inativa) na data do óbito; II - elaborar demonstrativo de tempo de serviço, indicando, de forma detalhada, o período de prestação de serviços, as licenças, as faltas e a apuração do percentual de anuênios; III - elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 16 - apenso, fazendo constar o fundamento legal das parcelas e seus respectivos percentuais, a fim de utilizar os valores referentes à época do falecimento da instituidora e excluir a parcela denominada "Gratificação de Produtividade" (Decisão nº 8458/96, Processo nº 2409/96); IV - anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225, da Lei nº 8.112/90; V - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5520/96 (apenso o de nº 082.026.129/95) - Aposentadoria de JOSÉ ABDALA BADAUY-FEDF. - DECISÃO Nº 8211/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, tendo em vista que o tempo de professor autônomo não é considerado como efetivo exercício de magistério, bem como o período averbado mediante justificação judicial, baseada em provas testemunhais, não se presta para tal fim, o que torna insuficiente o requisito temporal necessário; II - determinar à FEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 6216/96 (apensos os de nºs 2272/96 e 040.000.711/95) - Pensão civil concedida a MYRIAN PICCIRILLI CAMPOS e outras-SEA. - DECISÃO Nº 8212/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

**RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA**

PROCESSO Nº 1963/93 - Relação de tomadas de contas especiais instauradas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, no 1º trimestre de 1993. - DECISÃO Nº 8213/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7506/93 - Auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Administração do Distrito Federal, objetivando verificar a legalidade e proceder ao registro das admissões, referentes ao concurso público para preencher cargos de Fiscal de Obras e Fiscal de Posturas da carreira de Fiscalização e Inspeção, aberto pelo Edital nº 224/93-IDR. - DECISÃO Nº 8214/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do resultado da auditoria e dos documentos juntados às fls. 192/204; II. considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões para cargos pertencentes à Carreira Fiscalização e Inspeção do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, oriundas do certame regulado pelo Edital nº 223/94-IDR: a) cargos de Fiscal de Obras: - Alexandre do Nascimento Bittencourt; Ana Lúcia Amaral de Oliveira; Antônio Dimas da Costa Júnior; Atamon Domingues de Oliveira; Claudecina Vasques de Matos; Cristiano Lopes da Cunha; Daniel Linhares Lim-Apo; David Leite da Silva; Dori Alves Júnior; Elizabete Coutinho Guerra; Elvis da Crua Avelar; Emerson Barbosa da Silva; Emiliano Batista da Silva Júnior; Érica Cristina Farias; Euler Rodrigues de Souza; Fábio Monteiro do Nascimento; Francis Christian Alves Bicca; Hamilton Alves Nery; Hélio Tatuo Sameshima; Josebias Tod Santos; Joseilda Noleto Cabral; Luiz Alberto Queiroz; Márcio Luiz dos Santos; Paulo César Peres Nunes; Poty Carvalho Lima; Rivanda Marcelino Brasil Campos; Roger William Pereira Lobo; Roosemar Pereira Silva; Sérgio Pereira dos Santos; Sidnei José dos Santos; Valtécio de Almeida Batista; Wellington José de Santana e Wendel Farias Lopes; b) Cargos de Fiscal de Posturas: - Adelisson Márcio Campos Gomes; Alexandre Senos Moreira; Allan Marinet Guimarães de Almeida; André Luiz Viana da Silva; Carlos Joaquim de Almeida; Cláudio Straiotto; Creusa D'Oliveira Lins; Evandro de Melo Oliveira; Fabrícia Vieira Meira; Flávia Regina de Andrade Campos; Genival Hermano da Silva França; Gilson de Oliveira Durão Gil; Iane Ruas Almeida; Ione Bernardes de Brito; João Luiz Vieira da Silva; Josefa Elizete Alves Bonfim; Kátia Martins dos Santos; Leandro Paraguassu Tomé; Leonardo Lintomen Azevedo; Luciano de Souza Pereira; Luciano Soares Carreiro; Márcia Cabral Borges; Mílsia Rodrigues; Rejane Gomes de Sousa; Roberto Riva Rodrigues de Mesquita; Sérgio Ernandes Andrade de Almeida; Sônia Alex Smielevski; Sylvia Helena Caldas Curley e Vitor Eduardo Perotto; III. autorizar a publicação da relação de servidores constantes de fls. 208/209; IV. determinar à RA IV Brazlândia que, em 15 (quinze) dias, remeta a esta Corte documentação comprobatória da data em que o servidor RONALDO SPÍNDOLA MARIZ (Fiscal de Obras) entrou em exercício, além de proceder à correção da referida data no SIGRE.

PROCESSO Nº 0451/94 (apensos os de nºs 869/94, 1367/94, 1368/94, 6448/94, 180/95 e 189/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, em decorrência de acidente de trânsito. - DECISÃO Nº 8215/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2736/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8216/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5987/94 - Auditoria especial realizada na Diretoria-Geral de Administração desta Corte, objetivando verificar a legalidade e proceder ao registro das admissões referentes ao concurso público para os cargos de Técnico de Administração Pública-B, especialidades de condução de veículos e de reprografia-Edital nº 164/94-IDR, publicado no DODF de 20/10/94. - DECISÃO Nº 8217/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do resultado da auditoria de regularidade realizada no Departamento de Pessoal do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dos documentos juntados às fls. 59/64; II. considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões para o cargo de Técnico de Administração Pública-B, especialidades de Condução de Veículos e de Reprografia, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, objeto do Edital nº 164/94-IDR: a) Especialidade: Condução de Veículos: - Ailton Nunes da Silva; Cristovan Álvares Cabral; Dailton das Graças Gomes Franco; Francisco Moura de Carvalho; Genilson dos Anjos Souza; Hamilton de Souza Gomes; José Nunes Diener; Josué Gouveia de Oliveira; Marcelo Moraes de Oliveira; Robert Souza Prazeres e Ueslei Camelo Barbosa; b) Especialidade: Reprografia: - Andréa Gerhard Delforge; III. autorizar a publicação da relação de nomes constantes do item anterior; IV. autorizar, ainda, o retorno dos autos à 4ª ICE, para arquivamento. Declarou-se impedida de participar do julgamente deste processo a Conselheira MARLI VINHADELI, por ter assinado as referidas nomeações.

PROCESSO Nº 1956/95 (apensos os de nºs 2268/94, 835/95, 4344/96, 4431/96, 6045/96, 6048/96, 6051/96, 6708/96, 6710/96 e 737/97) - Tomadas de contas especiais instauradas pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade. - DECISÃO Nº 8218/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3538/95 (apensos os de nºs 5446/95, 5765/95, 1007/96, 1008/96 e 1010/96) - Tomadas de contas especiais instauradas pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, referente ao exercício de 1995, para apurar irregularidades apontadas nos referidos apensos. - DECISÃO Nº 8219/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4064/96 (apensos os de nºs 2951/93 e 3722/96) - Contendo o Ofício nº 1267/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8220/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 1267/98-SUAUD/SEFP, de 2/10/98 (fls. 89/90); II. autorizar a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, a contar de 13/10/98, para que a SEFP remeta a esta Corte de Contas, o Processo de TCE nº 030.004.364/96-IDHAB; III. restituir os autos à 3ª ICE, para os fins devidos.

PROCESSO Nº 6235/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 8221/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7534/96 (apensos 2 volumes) - Auditoria programada realizada junto à Polícia Civil do Distrito Federal, relacionada ao Edital da Concorrência nº 02/96. - DECISÃO Nº 8222/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados da inspeção realizada na PCDF, consubstanciados na Informação de fls. 68/71, e dos documentos anexados às fls. 58/67 e 253/259 - do anexo II; II - relevar o atraso verificado na emissão do termo de recebimento definitivo, em relação ao disposto no § 3º, artigo 73, da Lei nº 8.666/93; III - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 7778/96 - Contrato nº 3672/96 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma LYNX Engenharia e Participações Ltda. - DECISÃO Nº 8223/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à 3ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 7785/96 - Contrato nº 3659/96 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasilia e a firma URBRÁS Urbanização e Premoldados Ltda. - DECISÃO Nº 8224/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 3ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 7804/96 - Contrato nº 3638/96 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma COLMAR Engenharia e Empreendimentos Ltda. - DECISÃO Nº 8225/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à 3ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 1750/97 (apensos os de nºs 7448/96, 7598/96, 7606/96, 522/97, 523/97 e 524/97) - Relação dos processos de tomadas de contas especiais concluídas no trimestre de janeiro a março de 1997, encaminhadas a esta Corte pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, conforme determinado no artigo 156, parágrafo 4º, inciso I, do Regimento Interno do TCDF. - DECISÃO Nº 8226/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2743/97 (apenso o de nº 082.003.496/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 8227/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0641/98 - Ofício nº 2068/98-SSP/DF, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos referentes ao Processo de TCE nº 050.000.106/98. - DECISÃO Nº 8228/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 1928 e 2068/98-SSP/DF (fls. 14 e 15); II - autorizar a prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, até 9/12/98, para que a SSP/DF conclua os trabalhos de TCE constantes do Processo nº 050.000.106/98-0; III - restituir os autos à 1ª ICE, para os fins devidos.

PROCESSO Nº 1192/98 - Auditoria de regularidade na FEDF, em cumprimento do PGA - Plano Geral de Ação de 1998, com o objetivo de verificar os procedimentos para contratação e execução de obras de construção, ampliação e reforma de seus prédios escolares no exercício de 1997. - DECISÃO Nº 8229/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do relatório da auditoria realizada na FEDF e dos documentos de fls. 1/3; II. dispensar a auditoria autorizada no item IV da Decisão nº 4958/96, Processo nº 3313/95, S.O. nº 3170, de 18/6/96; III. determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, preste esclarecimentos ou adote providências corretivas com relação às restrições apontadas nos itens 254, 262, 281, 290, 292 e 294 do relatório de auditoria; IV. assinar igual prazo ao Diretor Executivo e à Diretora da Divisão de Engenharia e Arquitetura da Fundação Educacional do Distrito Federal, para que, na forma do artigo 43, inciso II, e parágrafo único, da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94, apresentem razões de justificativa para as irregularidades seguintes: a) falta de projetos básicos com perfeita caracterização da obra (fl. 33); b) inclusão nas planilhas orçamentárias de itens relativos a cópias de projetos, taxas e emolumentos, pessoal, materiais e transporte, sobre os quais é ainda aplicado o percentual do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas (fl. 44); c) indefinição de quantidades de diversos itens do orçamento (fl. 46); d) contratação de obras no regime de empreitada por preço global sem as condições legais exigidas (fl. 46); e) falta de controle sobre os serviços medidos (fl. 47); f) concessão de prorrogações de prazo sem que os motivos alegados pela contratada tenham dado causa a atrasos (fl. 48); g) pagamento antecipado de despesas (fl. 50); h) falta de controle sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços - ISS (fl. 54); i) ausência de formalização de termo aditivo de contrato (fl. 55); j) não aplicação das sanções previstas no contrato (fl. 56); k) ausência de documentos atualizados e de registros nos processos (fl. 56); l) falta de controle sobre os serviços autorizados por meio dos contratos de manutenção (fl. 58); V. determinar, ainda, à FEDF que, no prazo acima, indique os responsáveis pela atestação da fatura referente à 3ª etapa da obra de construção do Centro de Ensino Especial de Ceilândia, concedendo-lhes, desde logo, trinta dias, para que apresentem razões de defesa, ante a iminência da aplicação da multa prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94, por terem infringido o "caput" do artigo 59 do Decreto nº 16.098, de 29/11/94; VI. alertar a Secretaria de Fazenda e Planejamento: a) sobre a aceitação de notas fiscais em duplicidade e falta de controle na obra do Centro de Ensino Especial de Ceilândia, ocorrências que podem estar se repetindo em outros órgãos ou entidades do Complexo Administrativo do GDF e afetam negativamente a base de cálculo do ISS; b) para que se abstenha de aprovar a abertura de créditos suplementares utilizando fonte em desacordo com o que estabelece a Lei Orçamentária, tendo em vista os créditos adicionais concedidos à Fundação Educacional do DF no exercício de 1997, com recursos originados da anulação total de dotações orçamentárias; c) quanto à orientação que deve prestar aos usuários do SIAFEM sobre a necessidade de preencher o campo "empenho original" das notas de empenho, visando evitar múltiplas emissões desse documento para uma só despesa e resguardar sua padronização; VII. autorizar a remessa à FEDF de cópia das folhas 16 a 71 do Relatório de Auditoria nº 004/98 da 2ª ICE, para subsidiar o entendimento desta decisão.

PROCESSO Nº 1382/98 - Ofício nº 1320/98-GAB/SES, mediante o qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo para conclusão da tomada de contas especial referente ao Processo nº 061.042.197/98. - DECISÃO Nº 8230/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 1320/98-GAB/SES, 1/10/98 (fls. 18/19); II. relevar o atraso apontado; III. autorizar a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, até 5/12/98, para que a FHDF conclua os trabalhos pertinentes ao Processo de TCE nº 061.042.197/98; IV. restituir os autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 2693/98 - Consulta formulada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal acerca da vinculação previdenciária dos servidores ocupantes de cargos comissionados, sem vínculo efetivo com a Administração Pública do DF. - DECISÃO Nº 8231/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu solicitar a oitiva do Ministério Público, que funciona junto a esta Corte de Contas, para manifestar-se sobre a consulta, em caráter preferencial.

**RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO**

PROCESSO Nº 3524/90 - Aposentadoria de LYGIA CELIA DE MENDONÇA-SEFP. - DECISÃO Nº 8232/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4126/91 - Aposentadoria de ALVINO DOS SANTOS OLIVEIRA-PCDF. - DECISÃO Nº 8233/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3168/93 (apenso o de nº 030.000.738/93) - Pensão civil concedida a ALEXANDRE DE ALMADA VIEIRA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 8234/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3486/93 (apenso o de nº 030.002.135/92) - Pensão civil concedida a IZABEL ESTEVES DE ANDRADE-SEA. - DECISÃO Nº 8235/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3652/93 (apenso o de nº 030.008.294/92) - Pensão civil concedida a ANNA MARIA CASTRO DA COSTA E SILVA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 8236/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3946/93 (apensos os de nºs 1532/89 e 030.008.610/92) - Pensão civil concedida a AUREA PETRONILO DE AQUINO e outros-SEA. - DECISÃO Nº 8237/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que, "a posteriori", adote as seguintes providências que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 22 do Apenso nº 030.008.610/92, que registre o correto total de licenças para tratamento de saúde usufruídas pelo ex-servidor, a saber: em 1988, 191 (cento e noventa e um) dias e em 1989, 58 (cinqüenta e oito) dias; b) anexar ao feito declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, na forma do artigo 225 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4336/93 (apensos os de nºs 3502/89 e 030.009.745/92) - Pensão civil concedida a GILDA SANTOS DIAS-SEA. - DECISÃO Nº 8238/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que, "a posteriori", adote as seguintes providências que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, nos termos do artigo 225 da Lei nº 8.112/90; b) refazer o Demonstrativo de Tempo de Serviço de fl. 14 do Apenso nº 030.009.745/92, com o fito de excluir 545 (quinhentos e quarenta e cinco) dias de licenças Especial e por Assiduidade.

PROCESSO Nº 4606/93 (apenso o de nº 030.001.634/91) - Pensão civil concedida a MARIA DA CRUZ MACEDO-SEA. - DECISÃO Nº 8239/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que, quanto à integralização da pensão adote, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as seguintes providências: a) formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; b) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; c) anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 4730/93 (apenso o de nº 030.008.780/92) - Pensão civil concedida a DAGMAR BRITO RAMOS-SEA. - DECISÃO Nº 8240/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5773/93 (apensos os de nºs 2246/91, 1702/92, 4384/92, 1074/93, 1054/94, 5802/94 e 072.000.129/95) - Representação do Ministério Público junto à Corte, objetivando levantar o grau de dependência financeira dos fundos e serviços de saúde de servidores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Distrito Federal, ante as vedações existentes no § 3º, art. 206, da Lei Orgânica do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 8241/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1524/94 - Aposentadoria de RAIMUNDA MARIA MELO DE SOUSA-FEDF. - DECISÃO Nº 8242/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2024/94 (apenso o de nº 030.012.768/93) - Pensão civil concedida a JUSSARA CLEMENTE MENDONÇA-SEA. - DECISÃO Nº 8243/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2447/94 (apenso o de nº 467/80) - Pensão civil concedida a MARIA JOSÉ TEIXEIRA AVERSA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8244/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a SEA/DF: I- da pensão da Lei n.º 6782/80: a) justifique e fundamente as transformações ocorridas no cargo de Diretor de Obras/Novacap, de Assessor e de Coordenador Técnico/Codebrás, exercidos no período de 12 de abril de 1967 até 15 de setembro de 1975, mapa de fl. 80 (2/5 do CNE?); b) apresente o memorial de cálculo relativo a parcela incorporada (2/5 do CNE), bem como a tabela de vencimentos da Novacap, de agosto de 1989; c) elabore outro título, em substituição ao de fl. 83, para nele corrigir o percentual do ATS de 15% para 20%; as parcelas incorporadas 2/5 do EC 01 para 1/5; e 1/5 do DAS 02 para 2/5. Observar o disposto no inciso II, da DN n.º 02/93-TCDF; II - da pensão da Lei n.º 8.112/90 (integralização a partir de 1º de janeiro de 1992: a) anexe extrato do processo de pensão concedida pelo INSS na vigência da Lei n.º 3373/58, com indicação dos beneficiários na data do óbito, os cancelamentos ocorridos e os que mantiveram as condições para manutenção do benefício, com base na Lei n.º 8.112/90; b) formalize a integralização de pensão, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1992, fundamentando-a nos artigos 215 e 248, da Lei n.º 8.112/90, c/c o parágrafo 5º, do artigo 40, da Carta Magna; c) anexe comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão de pensão pelo DF, com indicação da data de sua vigência; d) solicite da(s) beneficiária(s) remanescente(s) o termo de opção previsto nos artigos 222, inciso V, e 225 da Lei n.º 8.112/90; e) solicite, ainda, a ÂNGELA MARIA TEIXEIRA AVERSA que, na mesma data, comprove seu estado civil e se exercia ou não cargo público permanente, nos termos do parágrafo único, do artigo 5º, da Lei n.º 3373/58; II) julgar ilegal o ato de revisão consubstanciado na Portaria de fl. 82.

PROCESSO Nº 4787/94 (apensos os de nºs 082.007.015/94, 082.014.025/94 e 42 volumes) - Prestação de contas anual da Fundação Educacional do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 8245/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da prestação de contas em apreço, relevando os atrasos apontados; II - relevar, excepcionalmente, o descumprimento dos arts. 146, incisos II e III, bem como as alíneas "a" e "b" ; e 150 e seu § 1º, do Regimento Interno, devido ao tempo decorrido, recomendando a entidade atendê-los nas próximas prestações de contas; III - determinar diligência à FEDF para que, no prazo de 30 dias: a) remeta demonstrativo discriminado das contas Créditos Tributários, Outros Créditos não Tributários, Responsáveis por Danos e Outras Responsabilidades, relativos aos saldos apresentados em 31.12.93, esclarecendo as providências efetivamente tomadas para regularização e posição atual; b) encaminhe documentos sobre as regularizações e baixas ocorridas nas contas Cauções em Garantia; Salários não Reclamados e Ordens Bancárias Não Procuradas, esclarecendo das pendências ainda existentes e das providências efetivamente tomadas a respeito, recomendando, ainda, que nas próximas prestações de contas seja juntado Quadro Demonstrativo e discriminativo que compõe os saldos destas contas; c) preste informações esclarecedoras quanto a regularização do valor de CR$ 6.738.340,82, na conta Outros Depósitos, juntando documentos comprobatórios; d) informe da existência de bens tidos como faltosos no inventário físico de bens móveis e imóveis, realizado em 31.12.93, e não localizados posteriormente, relacionando-os e esclarecendo, se for o caso, as omissões quanto as providências que deveriam ter sido tomadas; e) remeta o Termo de Conferência de Almoxarifado e Depósito de Bens (art. 146-V- "a" do Regimento Interno), bem como esclareça a respeito da ausência do Termo de Conferência de Saldo em Caixa, inclusive considerando neste a existência de títulos e valores em tesouraria; f) informe se o Subsistema de Controle de Estoque-SCE já se encontra implantado e operacionalizado nas Diretorias Regionais de Ensino, em caso contrário, preste os devidos esclarecimentos; IV - recomendar à FEDF que faça acompanhar às Demonstrações Financeiras, quando apresentadas de forma sintética, o Balanço Analítico de todas as contas, inclusive por conta-corrente dos saldos invertidos, se houver; V - autorizar a devolução à origem dos apensos referentes aos volumes do inventário físico de bens móveis e imóveis, exceto o de resumo; VI - autorizar o sobrestamento dos autos, até decisão final dos Processos nºs 4373/93 e 5918/93; VII - devolver os autos à 2ª Inspetoria, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2075/95 (apensos os de nºs 7689/96, 967/97, 4042/97, 2044/98 e 3286/98) - Demonstrativos de Aplicações Financeiras e respectivos rendimentos do Governo do Distrito Federal, referentes ao exercício de 1995, remetidos a esta Casa de conformidade com o art. 4º do Decreto nº 15.557, de 11.04.94. - DECISÃO Nº 8246/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: 1. tomar conhecimento do Ofício nº 367/98-GAB/SEFP, fl. 577; 2. comunicar ao Governo do Distrito Federal que a verificação da exatidão dos valores das aplicações financeiras do GDF serão feitas diretamente via SIAFEM, ou por auditoria realizada "in loco", dispensada a remessa dos demonstrativos de aplicações financeiras, tal como prevista no art. 4º do Decreto nº 15.557, de 11 de abril de 1994; 3. autorizar o arquivamento dos autos e retorno à 1ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1166/96 (apenso 1 volume) - Contrato nº 3476/95 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma Colmar Engenharia e Empreendimentos Ltda. - DECISÃO Nº 8247/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, autorizou o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 4082/96 - Auditoria de regularidade realizada junto à Polícia Militar do Distrito Federal para verificar a legalidade das admissões oriundas de concurso público. - DECISÃO Nº 8248/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4317/96 (apenso o de nº 082.004.081/95) - Aposentadoria de TERESA DE JESUS ROCHA-FEDF. - DECISÃO Nº 8249/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4847/96 - Auditoria programada levada a efeito na Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, dando cumprimento ao Plano Geral de Auditoria - GAPLAN, referente ao 3º trimestre de 1996. - DECISÃO Nº 8250/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício n.º 169/PRES - FSS/DF e anexos (fls. 144/162), considerando insatisfatórias as razões de defesa nele contidas em função de tal documentação já constar dos autos; II. oficiar ao ex-titular da FSS/DF, nominado no parágrafo oito da Instrução, concedendo-lhe 15 (quinze) dias para apresentar suas razões de defesa com vistas à eventual aplicação de sanção, de acordo com o art. 57, § 1º, da Lei Complementar n.º 01, de 09.05.94, em virtude do não atendimento da Decisão nº 715/97, item II; III. reiterar à FSS/DF os termos do item II da Decisão nº 715/97; IV. autorizar nova inclusão dos autos em roteiro de futura auditoria a ser realizada na FSS/DF, com vistas à verificação do efetivo atendimento ao item II da Decisão n.º 715/97.

PROCESSO Nº 1748/97 (apensos os de nºs 4511/96, 4983/96, 6553/96, 8003/96 e 207/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelas irregularidades apontadas nos Processos nºs 1748/97, 4983/96 e 6553/96. - DECISÃO Nº 8251/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3113/97 (apenso o de nº 134.000.748/97) - Tomada de contas anual do agente de material da RA V - Sobradinho, relativa ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 8252/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas anual em apreço; II. cientificar à RA V quanto ao cometimento, no decorrer do exercício de 1996, das seguintes falhas observadas por ocasião da verificação física realizada pela SEFP no Órgão em relação às contas do agente de material: · não acompanhamento pelo órgão dos níveis de estoques máximo e mínimo não atendendo ao disposto no item 28.2 da Portaria nº 03-SEA, de 16/01/96; · existência de notas de empenho arquivadas como fax; · ficha de controle de estoque sem registro de data de entrada; · divergência entre a data de recebimento do material no Pedido Interno de Material digitado e a data de saída do material na Ficha de Controle de Estoque; · existência de material armazenado do lado externo do almoxarifado; · existência de material em contato direto com o piso, contrariando o disposto no item 15, subitem V, da Portaria nº 03-SEA, de 16/01/96; III. determinar à Administração Regional de Sobradinho que adote as medidas necessárias à correção das falhas assinaladas no item anterior, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes; IV. na forma dos arts. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94 e 167, inciso I, do RI/TCDF, julgar REGULARES as contas do agente de material da Administração Regional de Sobradinho e autorizar, em conseqüência, a expedição da competente quitação ao servidor ANTÔNIO DE PÁDUA VIANA TELES, Matrícula nº 26.022-2, Chefe da Seção de Material e Patrimônio no período de 01.01 a 31.12.96; V. autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 3208/97 (apenso o de nº 113.000.281/97) - Pensão civil concedida a JUDITE MOREIRA LOPES DE ASSIS e outros-DER/DF. - DECISÃO Nº 8253/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto ao DER/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I. retificar o ato concessório, fl. 55/57-apenso, para dele excluir as vantagens do artigo 62 da Lei nº 8.112/90, regulamentada pela Lei nº 8.911/90, bem como as vantagens do cargo em comissão de Encarregado de Vigilância, símbolo DF-02; II. elaborar novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 58-apenso, para excluir a parcela "5/10 da Representação Mensal do DF-02", colocando em seu lugar a parcela 4/10 do Cargo DF-02 e calculando corretamente o valor da mesma, nos termos das Leis nºs 1004/96 e 1141/96; III. juntar aos autos o demonstrativo de licenças médicas, com a respectiva fundamentação legal da concessão; IV. esclarecer a divergência entre o valor de vencimento constante do último contracheque emitido antes do óbito, fl. 12-apenso, e o registrado no título de pensão, fl. 58-apenso; V. tornar sem efeito os documentos que vierem a ser substituídos.

PROCESSO Nº 0785/98 - Contrato DIRAD/DESEG-98/039 celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e a empresa TREVISAN Auditores Independentes. - DECISÃO Nº 8254/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1829/98 (apenso o de nº 101.000.171/98) - Aposentadoria de BENEDITO DE LISBOA CANHÊTE-FSSDF. - DECISÃO Nº 8255/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal a concessão, para fins de registro do respectivo ato, determinando à FSS/DF que, "a posteriori", adote as seguintes providências que serão objeto de verificação em futura auditoria: I. elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 14 - apenso, a fim de corrigir o tempo averbado, que é de 4.469 dias, em vez de 4.829 dias; II. tornar sem efeito a peça substituída.

PROCESSO Nº 1973/98 - Representação Nº 04/97-MF, da Procuradora do Ministério Público junto à Corte, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, versando sobre as Leis Distritais nºs 1772/97 e 1732/97. - DECISÃO Nº 8256/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, acolhendo solicitação da autora da representação em exame, determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2088/98 - Concurso público para empregos de Analista de Sistemas e Programador da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, aberto pelo Edital nº 55/98-IDR. - DECISÃO Nº 8257/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos editais acostados às fls. 21/26; II. determinar ao IDR que justifique, no prazo de 15 (quinze) dias, a alteração realizada no Edital Normativo n.º 55/98 - IDR, por meio do Edital n.º 77/98 - IDR, publicado no DODF de 30.06.98, no que se refere à competência para homologar o Resultado Final do Concurso, contrariando o art. 49 do Decreto n.º 16.254/94.

PROCESSO Nº 2198/98 (apenso o de nº 061.003.440/98 e 45 volumes) - Prestação de contas anual da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, referente ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 8258/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2428/98 (apenso o de nº 030.008.586/94) - Revisão dos proventos da aposentadoria de BALTAZAR GASPAR DOS REIS-SEA. - DECISÃO Nº 8259/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3540/98 - Resultados da ação fiscalizadora realizada pela 1ª ICE no Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - IPDF, por meio do Sistema SISCOEX, exercício de 97. - DECISÃO Nº 8260/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

**RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI**

PROCESSO Nº 2132/89 (apensos os de nºs 485/88, 563/88, 579/88, 1406/88, 1510/88, 1580/88, 1100/89 e 082.010.273/87) - Prestação de contas anual da Fundação Educacional do Distrito Federal, referente ao exercício de 1988. - DECISÃO Nº 8261/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) autorizar a devolução dos anexos (28 volumes do Inventário Físico de Bens Patrimoniais) à Fundação Educacional do Distrito Federal, recomendando-lhe que mantenha os documentos em questão à disposição da Corte pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do conhecimento desta decisão; II) conservar sobrestadas as contas em apreço, até solução final das pendências observadas no Processo 2025/88, a serem apreciadas em conjunto com o resultado dos Processos nºs 3208/88 e 2790/89.

PROCESSO Nº 3088/90 (apensos os de nºs 5558/94 e 030.008.878/94) - Atas de órgãos colegiados da Companhia de Água e Esgotos de Brasília. - DECISÃO Nº 8262/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5096/90 - Revisões dos proventos da aposentadoria de FRANCISCO PACHECO BRAGA-SEA. - DECISÃO Nº 8263/98.- Havendo o Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 5347/90 - Aposentadoria de MARIA AMELIA BORGES FRANCISCHETTI-SEA. - DECISÃO Nº 8264/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, pelo encaminhamento dos autos ao Ministério Público, para exame conjunto do processo, com o de nº 5342/96, também a ele encaminhado nesta oportunidade.

PROCESSO Nº 0213/94 (apenso o de nº 074.000.015/93) - Prestação de contas da PROFLORA S.A. - Florestamento e Reflorestamento - Em Liquidação, referente ao exercício de 1992. - DECISÃO Nº 8265/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6772/94 (apensos 3 volumes) - Contrato nº 166/94 celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma Hugo Rocha Braga Consultores Associados S/C. - DECISÃO Nº 8266/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu: I) de acordo com o art. 33, parágrafo único, da Lei Complementar nº 01/94, conhecer do recurso interposto pela CEB a fls. 377/388, vez que, embora intempestivo,

contempla elementos novos; II) tendo em vista as anteriores participações do Ministério Público nos autos em apreço (fls. 35/40 e 334/347), encaminhar o processo "sub examine" àquele "parquet", com vista à emissão de pronunciamento; III) dar ciência desta decisão à recorrente.

PROCESSO Nº 6905/94 (apensos os de nºs 040.001.020/94, 040.004.811/94 e 1 volume) - Tomada de contas anual do ordenador de despesa da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, referente ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 8267/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício n.º 1905/97 - GAB/SEFP e, relevando a falha apontada pela instrução, considerar atendida a diligência objeto da Decisão nº 5659/96; II) nos termos do artigo 17, I, da Lei Complementar nº 01/94, julgar regulares as contas dos Ordenadores de Despesa da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, referente ao exercício de 1993, autorizando, em conseqüência, a expedição dos certificados de quitação aos responsáveis nominados a fls. 49; III) devolver os autos à Inspetoria competente, para os devidos fins, autorizando o arquivamento dos autos e devolução dos apensos à origem

PROCESSO Nº 3416/95 (apensos os de nºs 694/93 e 081.000.893/95) - Aposentadoria de ANÍSIO BORBA e pensão civil concedida a GENEROSA MARIA DE OLIVEIRA BORBA-FCDF. - DECISÃO Nº 8268/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria em apreço (Proc. nº 30.003.550/92); II - determinar a baixa dos autos em diligência, para que a FCDF, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) elabore novo título de pensão, em substituição ao de fl. 39-apenso e observando o contido na D.N. TCDF nº 02/93, a fim de excluir a parcela intitulada "Vantagem Pessoal - Horas Extras Incorporadas", conforme determinado no item II, alínea "a", da Decisão TCDF nº 7278/97 (Processo de auditoria nº 1682/97), bem assim considerar o percentual de 08% para a parcela referente ao adicional por tempo de serviço, consoante demonstrativo de fl. 07-apenso; b) torne sem efeito o documento substituído; III - autorizar a inclusão pela 4ª ICE do processo em roteiro de futura auditoria programada na jurisdicionada, com vistas a verificar o fiel cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 5100/95 - Convênio nº 024/95 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Associação dos Moradores da FERCAL. - DECISÃO Nº 8269/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do Convênio nº 24/95 e de seu 1º Termo Aditivo, sem prejuízo de futuras averiguações; II) determinar à Fundação Educacional do DF que se abstenha de firmar ajustes sem especificar o valor e o crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa, de modo a não contrariar o disposto no art. 55, III e V, da Lei nº 8.666/93; III) autorizar o retorno dos autos à Inspetoria competente, para fins de arquivamento.

PROCESSO Nº 5103/95 - Termo de Permissão de Uso nº 01/95 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Associação de Ginástica da Octogonal e Cruzeiro. - DECISÃO Nº 8270/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do Termo de Permissão de Uso nº 01/95 - FEDF e determinou o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 2347/96 - Termo de Permissão de Uso nº 02/95 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Mitra Arquidiocesana de Brasília. - DECISÃO Nº 8271/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do Termo de Permissão de Uso nº 02/95 - FEDF, relevou a falha apontada e determinou o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3118/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER para apurar responsabilidades por prejuízos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8272/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento dos documentos constantes de fls. 01/12, relevando o atraso apontado pela instrução; II) considerar encerrada a tomada de contas especial de que trata o Processo 072.000.057/96, por perda de seu objeto, em razão do ressarcimento dos prejuízos; III) autorizar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3412/96 - Convênio nº 011/95 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e o Centro Social FORMAR. - DECISÃO Nº 8273/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao conhecer dos 1º e 2º Termos Aditivos ao Convênio nº 011/95, determinou o arquivamento do Processo "sub examine", sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3413/96 - Convênio nº 012/95 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Casa Transitória de Brasília. - DECISÃO Nº 8274/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, conheceu dos 1º e 2º Termos Aditivos ao Convênio nº 012/95 e determinou o arquivamento do Processo "sub examine", sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 4729/96 (apenso o de nº 082.006.981/95) - Aposentadoria de SYLVIA REGINA JOBIM ALVES FERREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 8275/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5079/96 (apenso o de nº 082.004.273/94) - Aposentadoria de MARIA MAGALI GERTRUDES-FEDF. - DECISÃO Nº 8276/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5330/96 (apenso o de nº 082.016.835/95) - Aposentadoria de LUIZA CAVALCANTI MONTENEGRO DE CASTRO-FEDF. - DECISÃO Nº 8277/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5342/96 (apenso o de nº 082.028.780/94) - Aposentadoria de MARIA AMELIA BORGES FRANCISCHETTI-FEDF. - DECISÃO Nº 8278/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5425/96 (apenso o de nº 050.000.619/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 8279/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, e conhecendo dos documentos acostados às fls. 45/57, do apenso, decidiu: I) considerar satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada mediante a Decisão nº 3676/97; II) nos termos dos arts. 157, II, do RI/TCDF, e 2º, § 7º, da Emenda Regimental nº 01, ter por encerrada a tomada de contas especial, por perda de objeto, em razão do reaparecimento dos bens tidos como extraviados; III) em conseqüência, autorizar o retorno dos autos à Inspetoria própria, para fins de arquivamento, e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 7088/96 (apenso o de nº 082.003.363/96) - Aposentadoria de SÔNIA PINTO DE OLIVEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 8280/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar à Fundação Educacional do DF que anexe comprovante do direito da interessada à percepção da Gratificação de Titulação, constante do abono provisório de fls. 28-apenso; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria na FEDF, com vista a verificar o fiel cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 7288/96 (apenso o de nº 082.027.532/95) - Aposentadoria de EUNICE DOURADO OLIVEIRA SANTOS-FEDF. - DECISÃO Nº 8281/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7301/96 (apenso o de nº 082.022.799/95) - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES LEITE COSTA-FEDF. - DECISÃO Nº 8282/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7868/96 (apenso o de nº 082.002.212/96) - Aposentadoria de ANA MARIA PIGNATON CAMARGO DE AZEVEDO-FEDF. - DECISÃO Nº 8283/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar à Fundação Educacional do DF que: a) retifique o demonstrativo de tempo de serviço e o abono provisório (fls. 17 e 35-apenso) para incluir o tempo constante da certidão de fls. 05-apenso (85 dias), prestado ao Estado do Espírito Santo, no cômputo para ATS, alterando-se a referida parcela para 23%; b) anexe comprovante do direito da interessada à percepção da Gratificação de Titulação constante do abono provisório de fls. 35-apenso; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria na FEDF, com vista a verificar o fiel cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 8093/96 (apensos os de nºs 467/96 e 210.000.768/95) - Prestação de Contas de Subvenção Social concedida pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal à Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé, no exercício de 1995 - DECISÃO Nº 8284/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0260/97 (apenso o de nº 082.009.174/96) - Aposentadoria de ANTÔNIO DE ALMEIDA BARBALHO-FEDF. - DECISÃO Nº 8285/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar à Fundação Educacional do DF que anexe comprovante do direito da interessada à percepção da Gratificação de Titulação, constante do abono provisório de fls. 28-apenso; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria na FEDF, com vista a verificar o fiel cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 0753/97 - Convênio n º 038/91 celebrado entre a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e o então Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social. - DECISÃO Nº 8286/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do Ofício nº 1262/98 e dos demais documentos aqui acostados, decidiu: I) conceder à Secretaria de Fazenda e Planejamento prorrogação de prazo, até 05.12.98, para conclusão da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 040.002.004/95; II) autorizar o retorno dos autos à Inspetoria própria para que, além das providências pertinentes, promova o acompanhamento da referida TCE.

PROCESSO Nº 1176/97 - Ofício nº 278/98-PRES/TCB, pelo qual a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para cumprimento da diligência objeto da Decisão Plenária nº 3886/98. - DECISÃO Nº 8287/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu tomar conhecimento do Ofício nº 278/98-PRES/TCB e seus anexos (fls. 70/75) e, relevando o atraso apontado pela instrução, conceder à TCB prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para cumprimento da diligência objeto da Decisão Plenária nº 3886/98.

PROCESSO Nº 3419/97 (apenso o de nº 073.000.844/97) - Aposentadoria de ARNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA-FZDF. - DECISÃO Nº 8288/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 2296/94.

PROCESSO Nº 4049/97 - Contendo pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8289/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício nº 1316/98-GAB/SES (fls. 29), relevando o atraso apontado na Instrução; II) prorrogar, em caráter excepcionalíssimo, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão da TCE de que trata o Processo 061.023.297/97; III) comunicar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, para os fins colimados no item II, acima, não serão concedidas novas dilações de prazo.

PROCESSO Nº 0355/98 - Auditoria de regularidade levada a efeito na Região Administrativa XI - Cruzeiro. - DECISÃO Nº 8290/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento da auditoria, preliminarmente, autorizou a remessa de cópia do relatório de fls. 12/22 à Região Administrativa XI - Cruzeiro, bem como à Secretaria de Administração do Distrito Federal e à Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais/SEG, determinando-lhes que, no prazo de 60 dias, teçam as considerações que julgarem pertinentes ao assunto, indicando - estas últimas nas áreas de sua competência - as medidas saneadoras que porventura estão sendo ou irão ser adotadas, objetivando fortalecer o sistema de controle interno afeto à Administração Regional, no que diz respeito aos pontos frágeis ali apontados. Decidiu, mais, acolhendo proposta do Conselheiro JORGE CAETANO, dar conhecimento, também, desta decisão à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

PROCESSO Nº 1648/98 - Ofício nº 1218/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, para remessa do processo de prestação de contas anual da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, referente ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 8291/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e em atenção ao Ofício nº 1218/98-SUAUD/SEFP, concedeu a prorrogação de prazo, por mais 90 (dias), para que a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal encaminhe o Processo nº 101.000.270/98, referente à prestação de contas da FSS/DF.

PROCESSO Nº 2202/98 - Pedido de prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para o encaminhamento da prestação de contas anual, referente ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 8292/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício nº 1218/98-SUAUD/SEFP, concedendo à Secretaria de Fazenda e Planejamento a prorrogação de prazo, na forma solicitada; II) reiterar à Proflora S.A. os termos da Decisão nº 4330/98, alertando-a para as sanções de que trata o art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 2414/98 - Auditoria programada levada a efeito no Fundo Habitacional do Distrito Federal (FUNDHABI), em cumprimento ao Plano Geral de Auditoria para o exercício de 1998. - DECISÃO Nº 8293/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento dos resultados da auditoria em apreço, decidiu: I) determinar ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, gestor do FUNDHABI, que, a partir do exercício de 1999, passe a encaminhar a esta Corte, via Secretaria de Fazenda e Planejamento, os balancetes trimestrais e a prestação de contas anual do referido fundo; II) recomendar ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, na qualidade de gestor do FUNDHABI, que: a) inclua, em seus futuros editais de licitação e anexos, disposições que guardem conformidade com a Lei nº 8.666/93, de modo que não mais se repitam falhas como a verificada no Processo nº 030.010.300/96, onde se estipulou como uma mera faculdade da Administração a atribuição de efeito suspensivo nos casos de recursos interpostos contra o julgamento das propostas comerciais, quando tal efeito é obrigatório, à luz do disposto no art. 109, § 2º, da Lei nº 8.666/93; b) estabeleça, em seus próximos contratos, o prazo de duração do ajuste, bem assim faça constar o local de realização da obra naqueles atinentes a construção civil, em atendimento ao princípio constitucional da publicidade; III) autorizar o retorno dos autos à Inspetoria própria, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 2742/98 - Representação conjunta formulada pelos membros do Ministério Público junto a este Tribunal, versando sobre a possível inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 1897/98. - DECISÃO Nº 8294/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu, preliminarmente, restituir o processo à Inspetoria própria, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 2670/98.

PROCESSO Nº 2923/98 - Representação formulada pelos membros do Ministério Público junto a este Tribunal, versando sobre a possível inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 1932/98, que institui o Programa de Incentivos às Empresas Geradoras de Tecnologia de Ponta. - DECISÃO Nº 8295/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu restituir o processo à Inspetoria própria, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 2670/98.

PROCESSO Nº 2979/98 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8296/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento dos Ofícios nºs 751/98 e 984/98-GAB/SEA e, relevando o atraso apontado pela Instrução, concedeu à Secretaria de Administração prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da TCE de que trata o Processo nº 030.005.226/98.

PROCESSO Nº 3556/98 - Contratos celebrados entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e terceiros. - DECISÃO Nº 8297/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento dos ajustes em apreço e autorizou o arquivamento do feito, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3587/98 - Ajustes celebrados entre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e terceiros. - DECISÃO Nº 8298/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, conhecendo dos ajustes em apreço, determinou o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3588/98 - Contratos administrativos celebrados entre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e terceiros. - DECISÃO Nº 8299/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, conhecendo dos ajustes em apreço, determinou o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3656/98 - Contratos celebrados entre o Tribunal de Contas do Distrito Federal e terceiros. - DECISÃO Nº 8300/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, conhecendo dos ajustes em apreço, determinou o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações.

**RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO**

PROCESSO Nº 0724/87 - Convênio nº 004/86 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - DECISÃO Nº 8301/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 730/95-PR-FSS/DF, bem como do resultado de inspeção realizada; II - autorizar o arquivamento dos autos, tendo em vista que no Processo nº 290/98 está sendo tratada a regularização dos imóveis do GDF, inclusive no que tange ao Centro de Bem Estar do Menor de Ceilândia.

PROCESSO Nº 1040/87 - Pensão especial concedida a GENESINA MARIA DE SÁ e outros-PCDF. - DECISÃO Nº 8302/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar o retorno dos autos à Polícia Civil do Distrito Federal para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes providências: I - edite ato de revisão, com vigência a partir de 01/01/91, visando à integralização da pensão concedida à fl. 09, revisado pelo ato de fl. 54 e retificado à fl. 83, fazendo constar da fundamentação legal somente os artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, além do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, atentando para a classificação funcional correta do ex-servidor à época; II - torne sem efeito o apostilamento constante de fl. 54 e a retificação de fl. 83, por não ser esta a forma correta de se conceder a integralização da pensão prevista na Lei nº 8.112/90; III - anexe aos autos: a) demonstrativo da classificação atualizada do ex-servidor, com as transformações ocorridas no seu cargo desde 17/06/86 (data do óbito do instituidor), até 01/01/91, consignando a respectiva fundamentação legal e a data de publicação; b) comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo Distrito Federal, com indicação da data de vigência; IV - providencie, por apostilamento, a partir de 25/03/94, a exclusão de SÉRGIO DANTAS DE SÁ da condição de beneficiário da pensão temporária, por ter atingido a maioridade.

PROCESSO Nº 3371/91 - Resultado de Inspeção Especial realizada na Fundação Cultural do Distrito Federal, com a finalidade de verificar as providências adotadas pela Entidade com relação à dívida pendente da BNTM - Assessoria e Marketing Ltda., por descumprimento do Contrato nº 005/90. - DECISÃO Nº 8303/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 111/96-PRES-FCDF, de 12/09/96, e demais documentos que o acompanham, fls. 142/45; II - considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 6999/95, fl. 140; III - determinar a inclusão, na pasta permanente de auditoria da Fundação Cultural do Distrito federal, de cópias das peças do processo em apreço necessárias ao acompanhamento da ação de cobrança executiva interposta pela Fazenda Pública, no âmbito do Processo nº 015.184/94, contra a empresa BNTM - Assessoria e Marketing Ltda., com a finalidade de obter a quitação do débito apurado no Processo nº 081.004.484/90, em virtude do descumprimento do Contrato nº 005/90; IV - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0012/93 (apensos os de nºs 3480/92 e 082.009.944/92) - Pensão civil concedida a GILBERTO BAILÃO e outros-FEDF. - DECISÃO Nº 8304/9[illegible] - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - rever os termos da Decisão nº 6.051/94, prolatada na Sessão Ordinária nº 3040, de 08/11/94, relativa ao Processo nº 3480/92, para considerar ilegal o ato de aposentadoria de IEDI CAVALCANTE BAILÃO, anulando-se, em conseqüência, o competente registro; II - determinar à Fundação Educacional que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências com relação à pensão em exame: a) exclua da folha de pagamento dos pensionistas a vantagem do artigo 184, II, da Lei nº 1.711/52, vez que a instituidora da pensão não fazia jus a esta parcela; b) inclua no ato de concessão de fl. 11 do Processo nº 082.009.944/92, apenso, o dispositivo legal que ampara a percepção dos Incentivos Funcionais, nos moldes do item I da Instrução Normativa nº 002/93-TCDF; c) proceda à juntada aos autos de declaração dos pensionistas de não-acumulação de mais de duas pensões, conforme dispõe o artigo 225 da Lei nº 8.112/90; III - dispensar o ressarcimento ao erário das importâncias recebidas a esse título. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, os votos do Relator, fs. 32/33 e 21/26, e do Revisor, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, fs. 28/30.

PROCESSO Nº 2629/93 (apenso o de nº 082.041.976/75 e anexo o de nº 8019/93) - Relatório de inspeção especial levada a efeito na Fundação Educacional do Distrito Federal para verificação da regularidade das matérias de que tratam os Processos nºs 082.001.788/90 e 41.976/75. - DECISÃO Nº 8305/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do resultado da diligência determinada na Decisão nº 4393/97, considerando-a parcialmente cumprida; II. relevar o atraso apontado; III. tomar conhecimento da inspeção determinada pela Decisão nº 4393/97 do Tribunal, considerando-a cumprida; IV. reiterar à Fundação Educacional do Distrito Federal os termos do item IV, subitem 4, da Decisão nº 4393/97, alertando-a de que o descumprimento de decisão do Tribunal enseja a aplicação de multa prevista no art. 57 da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94; V. Informar à mesma entidade que não é devida a aplicação de juros nos ressarcimentos de servidores que tenham recebidos, comprovadamente de boa-fé, valores a mais por erro da Administração, mas tão-só a utilização de atualização monetária, não sendo cabível, em conseqüência, a aplicação de juros nos débitos dos servidores Joaquim Santana Caixeta e Magda Tereza Francischetti; VI. determinar à mencionada fundação que: a) adote o procedimento de converter, primeiramente, para UFIR, cada um dos valores descontados dos vencimentos dos servidores JOAQUIM SANTANA CAIXETA e MAGDA TEREZA FRANCISCHETTI, constantes do Processo nº 082.041.976/75, e, em seguida, proceder ao abatimento do débito apurado em UFIR nas tabelas de fls. 283/285 do Processo nº 082.041.976/75-GDF; b) proceda à revisão de todos os casos de ressarcimento efetuado por servidores que se beneficiaram da Resolução nº 4362/93 do Conselho Diretor, independentemente de os mesmos terem sido decorrentes de valores a mais que tenham recebido de boa-fé, em conseqüência da ilegalidade de que se reveste essa resolução, e por isonomia de tratamento em relação aos servidores nominados anteriormente; c) deixe à disposição dos órgãos de controle o trabalho de revisão determinado acima, para exame futuro, atentando para o fato de que, nesse trabalho, deve constar, em essência, o nome e matrícula dos servidores envolvidos, os valores dos débitos convertidos pelo índice vigente da época, os valores descontados, também convertidos pelo índice vigente, os valores pendentes de ressarcimento e as providências adotadas para reaver esses valores; VII. autorizar a realização de inspeção, em época oportuna, na Fundação Educacional do Distrito Federal, para os fins indicados e na forma sugerida no item 8 da instrução, fl. 342; VIII. autorizar, mais, o envio do Processo nº 082.041.976/75 à Fundação Educacional do Distrito Federal, para auxiliar no cumprimento das determinações de que tratam os incisos anteriores.

PROCESSO Nº 5542/93 (apenso o de nº 072.000.093/95) - Balancete da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, referente ao 2º trimestre de 1993. - DECISÃO Nº 8306/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas especial, considerando cumprida a diligência determinada na Decisão nº 5722/96; II - determinar à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER/DF que, após rever seus cálculos, recorra ao devido processo legal no sentido de exigir que o INSS efetue o reembolso da cobrança indevida de multa e, se for o caso, de juro de mora, cuja incidência se faria somente a partir da decisão final daquele Instituto, e não desde a origem da relação questionada; III - autorizar desde já a verificação pelo órgão técnico, por ocasião da realização de auditoria programada junto à EMATER/DF, do cumprimento da determinação contida no item II; IV - autorizar, mais, o arquivamento dos autos, com devolução à origem do Processo nº 072.000.093/95, apenso.

PROCESSO Nº 0509/94 (apensos 3 volumes) - Ata da 1162ª Reunião da Junta de Controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 8307/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado de inspeção e dos documentos de fls. 324 a 526; II - relevar a falta de comprovação dos descontos dos valores residuais apontados pela instrução no parágrafo 31 do Relatório de Inspeção nº 023/98, fls. 527/36, em vista das possíveis dificuldades de realização de uns e da providência de efetivação de outros, sem prejuízo de se determinar ao DETRAN/DF que continue a envidar esforços para a recuperação de todas as parcelas pagas indevidamente; III - alertar o DETRAN/DF sobre a necessidade de dar exato cumprimento às decisões desta Corte de modo a evitar o ocorrido com respeito à Decisão nº 9534/96, em decorrência do que dispõem o inciso VII e o § 1º do art. 57 da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94; IV - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2369/94 (apenso o de nº 030.000.759/94) - Aposentadoria de MANOEL VIEIRA DA PAZ-SEA. - DECISÃO Nº 8308/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu considerar: I - cumprida a diligência determinada à fl. 34 do processo apenso; II - legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MANOEL VIEIRA DA PAZ, visto às fls. 23/24 do processo apenso.

PROCESSO Nº 1088/95 - Aposentadoria de ANA MACHADO COSTA-SES. - DECISÃO Nº 8309/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar o retorno dos autos à Secretaria de Saúde - SES para que, no prazo de 30 (trinta) dias: I - informe o fundamento legal específico que autoriza a incorporação da Complementação Salarial de que trata o art. 3º da Lei nº 379, de 10/12/92, à remuneração de inatividade, tendo em conta que este apenas autoriza o seu pagamento aos servidores em exercício na Secretaria de Saúde e Instituto de Saúde do Distrito Federal, que ocupam cargos correspondentes da Fundação Hospitalar; II - caso não seja comprovado o fundamento legal da percepção da referida parcela, adote as seguintes providências: a) elaboração de novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 47, para excluir a "Parcela Incorporada ao Provento"; b) apurar a quantia paga indevidamente àquele título, para fins de ressarcimento aos cofres públicos.

PROCESSO Nº 1940/95 - Aposentadoria de ORLÂNDIA DE OLIVEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 8310/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu considerar: I - cumprida a diligência determinada à fl. 32; II - legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ORLÂNDIA DE OLIVEIRA, fl. 17, retificado pela Instrução de fls. 34/35.

PROCESSO Nº 3067/95 - Atas das 1043ª à 1055ª Sessões do Conselho Fiscal da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 8311/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento das atas das 1043ª a 1055ª Sessões do Conselho Fiscal da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, relevando o atraso apontado; II - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0173/96 - Contrato nº 060/95 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma SERTERRA - Transportes, Escavações, Terraplenagem e Pavimentação Ltda. - DECISÃO Nº 8312/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da inspeção realizada em cumprimento à Decisão nº 3648/98 e do Of. Nº 744/98-GDG/DER-DF, fl. 168; II - determinar ao DER/DF que encaminhe a esta Corte cópia do Termo de Recebimento Definitivo do objeto do Contrato nº 060/95, imediatamente após a sua emissão; III - retornar os autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3096/96 (apenso o de nº 075.000.172/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. para apurar responsabilidades pela quebra de estoque constatada em inventário realizado na Unidade de Venda MM-15 da Jurisdicionada. - DECISÃO Nº 8313/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da Tomada de Contas Especial de que trata o Processo nº 075.000.172/95-apenso; II - autorizar a citação do responsável pelo prejuízo causado ao erário, identificado à fl. 53 do processo apenso, para, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 172 do Regimento Interno do TCDF, apresentar defesa acerca do resultado da TCE em apreço, ou se preferir, recolher 37.960,9698 UFIR no valor de R$ 36.484,29 (trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos) atualizado até julho/98; III - determinar a devolução dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 4914/96 (apensos 3 volumes) - Relatório de auditoria programada levada a efeito na Companhia de Água e Esgotos de Brasília, objetivando o exame da Concorrência Internacional nº 005/96 e dos contratos dela resultantes. - DECISÃO Nº 8314/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu autorizar o arquivamento do referido processo.

PROCESSO Nº 5158/96 (apensos 2 volumes) - Relatório de auditoria programada levada a efeito na Polícia Civil do Distrito Federal para averiguação da Tomada de Preços nº 25/96. - DECISÃO Nº 8315/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 10958/96, fls. 26/27; II - tomar conhecimento dos resultados da segunda e última etapa de auditoria, bem como dos documentos acostados aos autos, fls.29/32; III - autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE para arquivamento.

PROCESSO Nº 5507/96 (apenso o de nº 082.028.513/95) - Aposentadoria de MÁRIO AUGUSTO DE LUCENA SARMENTO-FEDF. - DECISÃO Nº 8316/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em

parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MÁRIO AUGUSTO DE LUCENA SARMENTO, visto às fls. 17/21 do processo apenso; II - alertar a Fundação Educacional do DF sobre a possibilidade de o interessado exercitar o direito de pleitear a contagem do tempo de serviço prestado à Fundação Universidade de Brasília, para efeito de Adicional por Tempo de Serviço.

PROCESSO Nº 0567/97 (apenso o de nº 082.006.367/96) - Aposentadoria de SÍRIO MARQUES-FEDF. - DECISÃO Nº 8317/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2340/97 (apenso o de nº 3217/97 e 1 volume) - Balancetes do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos - DMTU/DF e do Fundo de Transporte Público Coletivo - FTPC, referentes ao 1º trimestre de 1997. - DECISÃO Nº 8318/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 550/88-GAB/DMTU/DF e seus anexos, fls. 60/64, e considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 145/98, relevando a intempestividade do seu atendimento; II - autorizar o arquivamento dos autos e do Processo nº 3217/97, apenso.

PROCESSO Nº 3115/97 (apenso o de nº 141.001.064/97) - Tomada de contas anual dos agentes de material e patrimônio da Região Administrativa I - Brasília, relativa ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 8319/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas anual em apreço, considerando satisfatória a sua apresentação; II - determinar à Região Administrativa I - Brasília que adote as medidas necessárias à correção das seguintes impropriedades, detectadas nas contas do Agente de Material e Patrimônio do exercício de 1996: a) existência de fichas de prateleira arquivadas na Seção de Material e Patrimônio e de fichas de controle de estoque desatualizadas; b) inclusão desnecessária de Certidões expedidas pela Subsecretaria de Receita/SEFP, relativas a débitos de pessoas físicas para com a Fazenda Pública, nos processos de tomada de contas anual de agente de material; III - nos termos dos arts. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94 e 167, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, julgar regulares as contas dos Agentes de Material da Administração Regional de Brasília e autorizar, em conseqüência, a expedição da competente quitação aos servidores Ernani Xavier de Almeida, Matrícula nº 44.901-6, períodos de 01.01 a 10.03.96, 31.03 a 23.06.96 e 04.07 a 31.12.96 e José Augusto Filho, Matrícula nº 42.741-1, períodos de 11.03 a 30.03.96 e 24.06 a 03.07.96; IV - esclarecer à jurisdicionada que a presente decisão não terá reflexo ou interferência no exame de mérito de quaisquer processos, com destaque para os de tomada de contas especial, que se encontrem em tramitação ou que venham a ser instaurados; V - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 3724/97 (apenso o de nº 101.000.851/97) - Aposentadoria de FRANCISCO GONÇALVES MOREIRA-FSSDF. - DECISÃO Nº 8320/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de FRANCISCO GONÇALVES MOREIRA, visto à fl. 07 do processo apenso; II - determinar à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal que, "a posteriori", promova a regularização do processo apenso, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo demonstrativo, em substituição ao de fl. 16 do processo apenso, considerando o tempo de serviço prestado à NOVACAP apenas para efeito de aposentadoria, haja vista sua transformação em empresa pública a partir de 31/03/63 (Lei nº 4242/63); b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 19 do processo apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de retificar a parcela do Adicional por Tempo de Serviço para 18%, em decorrência do disposto na letra "a"; c) apurar as quantias pagas indevidamente ao servidor, à título de Adicional por Tempo de Serviço, para fins de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8112/90.

PROCESSO Nº 5280/97 (apenso o de nº 073.002.507/97) - Aposentadoria de JÚLIO INÁCIO DO NASCIMENTO-FZDF. - DECISÃO Nº 8321/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0186/98 (apenso o de nº 082.009.190/97) - Aposentadoria de MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 8322/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0190/98 (apenso o de nº 082.006.220/97) - Aposentadoria de MARIA LACERDA LAGES-FEDF. - DECISÃO Nº 8323/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0669/98 (apenso o de nº 082.006.286/97) - Aposentadoria de DIVINA MARIA DE JESUS-FEDF. - DECISÃO Nº 8324/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2887/98 (apenso o de nº 082.000.027/98) - Aposentadoria de JURACY DOS SANTOS REIS-FEDF. - DECISÃO Nº 8325/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2955/98 (apenso o de nº 082.017.742/97) - Aposentadoria de MARIA JOSÉ PEREIRA SENA-FEDF. - DECISÃO Nº 8326/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2959/98 (apenso o de nº 082.019.908/97) - Aposentadoria de JOÃO LINS DE ALMEIDA-FEDF. - DECISÃO Nº 8327/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

Encerrada a fase de julgamento de processos ostensivos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária, de caráter reservado, a realizar-se a seguir, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da Lei Orgânica desta Corte, matéria sigilosa.

Nada mais havendo a tratar, às 17h04, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ELMIZ ANTONIO ROCHA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata -contendo 132 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e representante do Ministério Público junto à Corte.

JOSÉ MILTON FERREIRA, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES.

ANEXO

**Sessão Ordinária de 20.10.98**

PROCESSO Nº : 0012/93 (B)
APENSOS: 082.009.944/92-GDF-PENSÃO
3480/92 - TCDF - APOSENTADORIA
ÓRGÃO DE ORIGEM : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: PENSÃO CIVIL

EMENTA: Pensão Civil concedida a GILBERTO BAILÃO e outros, beneficiários da ex-servidora IEDI CAVALINI BAILÃO, matrícula 73.550-7, fundada nos artigos 215, 217, item I, alínea "a" e 224 da Lei nº 8.112/90, conforme Instrução de 03/09/92, publicada no DODF de 04/09/92.
Proposta de diligência quanto à pensão. Revisão da Decisão nº 6051/94, exarada no Processo nº 3480/92 para considerar ilegal a aposentadoria. Pedido de vista. Acolhimento da proposta do Revisor.

O presente processo, que trata da pensão civil identificada na ementa, foi por mim relatado na 3365ª Sessão Ordinária, realizada em 24.09.98, tendo o Ilustre Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS pedido vista, sendo adiado o seu julgamento.

Retornam os autos ao meu Gabinete após o VOTO de vista exarado pelo digno Revisor, o qual concordando com o teor do voto por mim proferido às fls. 21/26, acrescenta a questão do ressarcimento ao erário das importâncias recebidas indevidamente a título de vantagem do artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52, cuja exclusão do pagamento dos pensionistas, está sendo determinada por esta Corte.

VOTO

Embora concordando com o ilustre Revisor de que não ficou suficientemente clara em meu voto anterior, devo, nesta oportunidade, acrescentar que entendi, naquela assentada, que a questão do ressarcimento não estaria em julgamento na fase de diligência da pensão ora proposta, mas sim quando da decisão final da mesma.

Entretanto, como a vantagem mandada excluir da folha dos pensionistas foi decorrente de sua inclusão indevida no ato de aposentadoria da instituidora da pensão, ora considerada ilegal por força da revisão da Decisão nº 6051/94 exarada no Processo nº 3480/92, curvo-me à proposta do nobre Revisor no sentido de decidir, nesta assentada, a questão por ele suscitada.

Assim sendo, acatando o sugerido no VOTO DE VISTA proferido às fls. 28/30, VOTO no sentido de que este Egrégio Plenário:

I - reveja os termos da Decisão nº 6.051/94, prolatada na Sessão Ordinária nº 3040 de 08/11/94, relativa ao Processo nº 3480/92, para considerar ilegal o ato de aposentadoria de IEDI CAVALCANTE BAILÃO, anulando-se, em conseqüência, o competente registro;

II - determine à Fundação Educacional que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências com relação à pensão em exame:

a) exclua da folha de pagamento dos pensionistas a vantagem do artigo 184, II, da Lei nº 1.711/52, vez que a instituidora da pensão não fazia jus a esta parcela;

b) inclua no ato de concessão de fl. 11 do Processo nº 082.009.944/92, apenso, o dispositivo legal que ampara a percepção dos Incentivos Funcionais, nos moldes do item I da Instrução Normativa nº 002/93-TCDF;

c) proceda à juntada aos autos de declaração dos prensionistas de não acumulação de mais de duas pensões, conforme dispõe o artigo 225 da Lei nº 8.112/90.

III - dispense o ressarcimento ao erário das importâncias recebidas a esse título.

Brasília-DF, 20 de outubro de 1998

**JORGE CAETANO**

Conselheiro

PROCESSO Nº: 0012/93 (A)
APENSOS Nºs: 082.009.944/92 - GDF - PENSÃO
3480/92 - TCDF - APOSENTADORIA
ÓRGÃO DE ORIGEM : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: PENSÃO CIVIL
EMENTA: Pensão concedida a GILBERTO BAILÃO e outros, beneficiários da ex-servidora IEDI CAVALINI BAILÃO matrícula nº 73.550-7, fundada nos artigos 215, 217, item I, alínea "a" e 224, da Lei nº 8.112/90, conforme Instrução de 03/09/92, publicada no DODF de 04/09/92. **Diligência.**

Examina-se nestes autos a pensão civil vitalícia concedida a GILBERTO BAILÃO, viúvo, e temporária a GILBERTO CAVALINI BAILÃO e MARINA CAVALINI BAILÃO, filhos, beneficiários da ex-servidora IEDI CAVALINI BAILÃO, falecida em 02/08/92, conforme Certidão de Óbito de fl. 03 do Processo nº 082.009.944/92-apenso.

A instrução procedida no âmbito da 4ª ICE, fls. 04/11, informa, inicialmente, que a instituidora da pensão faleceu na inatividade, o que ensejou a apensação a este do processo de aposentadoria nº 3480/92, com o intuito de subsidiar a análise da pensão, de acordo com os termos da Decisão nº 5793/95.

Destaca o órgão técnico que a ex-servidora teve sua inativação concedida pela Instrução de 05/06/92 (fl. 15 do Processo 3480/92, apenso), por invalidez qualificada, embasada nos artigos 186, inciso I, § 1º e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, acrescida da vantagem prevista no artigo 184, item II, da Lei nº 1711/52, c/c a Lei nº 6.701/79, já considerada legal por esta Corte na Decisão nº 6051/94, adotada na Sessão Ordinária nº 3040, de 08.11.94.

Na análise procedida por aquela unidade no processo de aposentadoria destacam-se três aspectos:

1º - vigência da concessão - conforme estabelece o artigo 188 da Lei nº 8.112/90, deve vigorar a partir da data da publicação;

2º - integralidade dos proventos - decorrente, no caso, de doença especificada em lei, adstrita à percepção da remuneração correspondente na data do laudo médico (fl. 13 do Processo 3480/92, apenso), nos termos do artigo 186, inciso I, § 1º da Lei nº 8.112/90; e

3º.- concessão da vantagem instituída pelo artigo 184 da Lei nº 1.711/52 - condicionada a possuir o servidor tempo de serviço para a modalidade de aposentadoria, prevista nos artigos 176, inciso II e 178, inciso I, alínea "a" da mesma lei (voluntária, com 30 ou 35 anos de serviço)..

Considerando tais aspectos, o corpo técnico assim se manifesta:

"...

10. Com o advento da Lei nº 8.112/90 alguns dispositivos da Lei nº 1.711/52 foram mantidos, porém com alterações, como é o caso do estabelecimento da vigência da aposentadoria por invalidez a partir da publicação do ato - já mencionada no parágrafo 6 desta informação - e da mudança da vantagem contida no inciso II, do art. 184, da Lei nº 1.711/52, na forma do art. 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90. Essa mudança, inclusive, foi objeto específico do parágrafo único, art. 5º, da Lei nº 197/91-DF, que convalidou sua vigência por mais um ano, a exemplo do art. 250 da Lei nº 8.112/90.

11. No caso vertente, a interessada, apesar de ter direito aos proventos integrais, em virtude da aposentadoria por invalidez qualificada, conta apenas com 24 anos, 07 meses e 19 dias de tempo de serviço (f. 06 do apenso-aposentadoria), tempo insuficiente, portanto, para que a servidora faça jus à vantagem do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52, em face da impossibilidade de aplicação do instituto do arredondamento previsto no parágrafo único, do art. 101, da Lei nº 8.112/90, visto que à época da aposentadoria, 09.06.92 (sic), já estava em vigor a Medida Cautelar que suspende a eficácia desse artigo - ADIn nº 609-6/DJ, do STF, de 08/04/92.

12. Dessa forma s.m.j., a nosso ver, a vigência da concessão da aposentadoria deve ser a partir de 09.06.92, data da publicação do ato de aposentadoria, em conformidade com o artigo 188, da Lei nº 8.112/90; os proventos devem ser calculados integralmente, dada a natureza da inativação e a interessada não faz jus a vantagem do art. 184, II, da Lei nº 1.711/52, tendo em vista a ausência do atendimento do requisito essencial previsto em lei (tempo suficiente à aposentadoria voluntária com proventos integrais.

...".

No que diz respeito à pensão foi constatado que, embora o ato de fl. 11 e o Título de Pensão de fl. 16 do Processo 082.009944/92, apenso, não registrem o direito à percepção da vantagem do artigo 184, II, da Lei nº 1.711/52, a mesma está sendo paga aos beneficiários da pensão, conforme demonstrativo de pagamento acostado à fl. 03 destes autos. Também foi observada a ausência, nos atos de concessão de aposentadoria e de pensão, do dispositivo legal que ampara a percepção dos Incentivos Funcionais, registrada também no Abono Provisório e no Título de Pensão, contrariando o disposto na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF.

Finalizando, a título de homogeneizar as decisões desta Casa, propõe a revisão da Decisão nº 6051/94 (fl. 47 do Processo 3480/92, apenso), e diligência junto à origem para adoção das providências elencadas às fls. 08/09.

O douto Ministério Público, em parecer da lavra do ilustre Procurador-Geral, Doutor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, fls. 17/19, entendendo assistir razão à instrução quanto à inativa não fazer jus à incorporação da vantagem do artigo 184, II, da Lei, nº 1.711/52, avocando também a Lei nº 6.701/79 que dispõe ser a referida vantagem devida a funcionário que se aposentar com o tempo de serviço fixado em lei, para aposentadoria voluntária com proventos integrais, assim se pronuncia:

"...

6. Depara-se, pois, com a questão de revisão de ofício de decisão adotada pela Corte, a qual traz, a cada mês, um prejuízo ao erário, agora transferido à pensão.

7. Constitucionalmente estabeleceu-se que as ações de ressarcimento decorrentes de prejuízos ao erário são imprescritíveis, conforme o disposto no § 5º do art. 37 da Lei Maior. Significa dizer que a qualquer momento os Tribunais de Contas poderão rever suas decisões que propiciaram dano ao erário, podendo, entretanto, a vista da Súmula nº 106 do TCU, deixar de obrigar a reposição das importâncias já recebidas de boa-fé, até a data do conhecimento da decisão pelo órgão competente.

8. Confirma-se esse entendimento pela Súmula nº 06 do STF que dispõe:

**"A revogação ou anulação pelo Poder Executivo, de aposentadoria ou qualquer outro ato aprovado pelo Tribunal de Contas, não produz efeitos antes de aprovada por aquele Tribunal, ressalvada a competência revisora do Judiciário."**

9. Ademais, pelo princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública está obrigada a policiar os atos administrativos que pratica. Sobre o tema o saudoso Hely Lopes Meirelles afirmou que: "é dever da Administração invalidar, espontaneamente ou mediante provocação, o próprio ato, contrário a sua finalidade, por inoportuno, inconveniente, imoral ou ilegal".

10. Nesse sentido, a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal assim prescreve:

**"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."**

11. Dessa forma, o Tribunal deve rever a Decisão nº 6.051/94 (fls. 47-apenso), que considerou legal a concessão de aposentadoria da instituidora da pensão, anulando, de conseqüência, o registro do ato de inativação.

..."

Acrescentando que, além das falhas apontadas pela instrução, o processo de pensão não contém a declaração de não acumulação de mais de duas pensões, conforme dispõe o artigo 225 da Lei nº 8.112/90, o ilustre parecerista opina no sentido de que este Egrégio Plenário, com fundamento no princípio da autotutela dos atos administrativos, deve rever a Decisão nº 6.051/94, adotada no Processo nº 3480/92, apenso, e anular o registro do ato de aposentadoria, em face da ilegalidade apontada. No tocante à pensão, propõe diligência junto à Fundação Educacional do Distrito Federal para as providências alinhadas nas letras 'a" a "c" de fl. 19.

**VOTO**

Concordo com a percuciente instrução elaborada pelo Corpo Técnico e com o parecer do douto Ministério Público quanto à exclusão da parcela relativa à vantagem do artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52, do ato de aposentadoria da instituidora da pensão ora apreciada, uma vez que o **caput** deste artigo e o art. 1º da Lei nº 6.701/79 dispõem taxativamente que essa só é devida aos servidores que se aposentam com o tempo de serviço fixado em lei para aposentadoria voluntária, com proventos integrais, e, em nenhum caso, ensejarão proventos na inatividade que excedam à remuneração percebida em serviço ativo. Tendo sido a ex-servidora aposentada por invalidez qualificada, contando com 24 anos, 07 meses e 19 dias de tempo de serviço, não poderia ser contemplada com aquela vantagem.

Concordo, mais, com a modificação introduzida pelo ilustre Procurador-Geral quanto a dever-se anular o registro do ato de inativação, ao invés de retificá-lo conforme pretendeu a instrução, tendo em vista que o que se encontra em julgamento é o processo referente à concessão da pensão, e o fato de se rever a Decisão nº 6051/94, prolatada à fl. 47 do Processo nº 3480/92, apenso, não faz parte do julgamento destes autos, ocorrendo apenas em nome do princípio da autotutela dos atos administrativos.

Isto posto, acompanhando em parte a instrução e integralmente o douto Ministério Público, VOTO no sentido de que este Egrégio Plenário:

I - reveja os termos da Decisão nº 6.051/94, prolatada na Sessão Ordinária nº 3040 de 08/11/94, no Processo nº 3480/92, para considerar ilegal o ato de aposentadoria de IEDI CAVALCANTE BAILÃO, anulando-se, em conseqüência, o competente registro;

II - determine à Fundação Educacional que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências com relação à pensão em exame:

a) exclua da folha de pagamento dos pensionistas a vantagem do artigo 184, II, da Lei nº 1.711/52, vez que a instituidora da pensão não fazia jus a esta parcela;

b) inclua no ato de concessão de fl. 11 do Processo nº 082.009.944/92, apenso, o dispositivo legal que ampara a percepção dos Incentivos Funcionais, nos moldes do item I da Instrução Normativa nº 002/93-TCDF; e

c) proceda à juntada aos autos de declaração dos prensionistas de não acumulação de mais de duas pensões, conforme dispõe o artigo 225 da Lei nº 8.112/90.

Brasília-DF, 24 de setembro de 1998

**JORGE CAETANO**

Conselheiro

**PROCESSO Nº: 12/93**
**APENSOS Nºs 082.009.944/92 - PENSÃO, 3480/92 - APOSENTADORIA**
**ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF**
**ASSUNTO: PENSÃO CIVIL**

**EMENTA**: Pensão civil instituída por IEDI CAVALINI BAILÃO, matrícula nº 73.550-7, Professora, Nível 03, Classe Única, Padrão 22F, em favor de seu viúvo, GILBERTO BAILÃO e de seus filhos GILBERTO CAVALINI BAILÃO e MARINA CAVALINI BAILÃO, nos termos do art. 215, 217, item I, alínea "a" e item II, alínea "a" da Lei nº 8.112/90. Exclusão do "quantum" da pensão da parcela relativa ao art. 184, II, da Lei nº 8.112/90, porque incluída indevidamente nos proventos da aposentadoria por invalidez da ex-servidora. Revisão da Decisão nº 6051/94, "in" Sessão de 08.11.94, exarada no processo nº 3480/92, para considerar ilegal a aposentadoria deferida com aquela vantagem. Pedido de vista. Acolhimento das propostas do Relator dos autos.

VOTO DE VISTA

Aprecia-se nos autos a concessão de pensão aos beneficiários da ex-servidora IEDI CAVALINI BAILÃO, qualificada na ementa, cuja aposentadoria foi considerada legal na Sessão de 08.11.94.
A 4ª ICE, analisando o feito juntamente com o processo de aposentadoria da instituidora do benefício, verificou que, aos proventos da inativa, foram acrescidas, indevidamente, a vantagem do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52 e art. 1º, da Lei nº 6.701/79. Indevidamente porque a ex-servidora aposentou-se por invalidez qualificada, não fazendo jus a essa vantagem, posto que a mesma é própria das aposentadoria por tempo de serviço. Assim, concluiu a instrução pela retificação do ato de inativação e, em conseqüência, pela exclusão da referida vantagem do quantum da pensão.
O voto do relator dos autos, Cons. Jorge Caetano, no entanto, acatando proposta do Ministério Público junto à Corte, pugna pela revisão da decisão do Tribunal que considerou legal a aposentadoria da inativa, cancelando o seu registro, tendo como escopo o poder da administração de rever seus atos quando eivados de vícios, na forma do Enunciado nº 473, da Súmula de Jurisprudência do STF.
É o Relatório.

**VOTO**

Pedi vista do processo na Sessão de 24 de setembro último, para analisar mais detidamente o assunto.
O exame do feito levou-me a concordar com o teor do voto do ilustre Relator. Entretanto, penso que a questão do ressarcimento ao erário das importâncias recebidas a título da vantagem do art. 184, II, da Lei nº 1.711/52, não ficou suficientemente clara.
O parecer do douto Ministério Público junto à Corte, lucidamente, defende a dispensa da reposição dessas parcelas, nos seguintes termos:
***"7. Constitucionalmente estabeleceu-se que as ações de ressarcimento decorrentes de prejuízos ao erário são imprescritíveis, conforme o disposto no §5º do art. 37 da Lei Maior. Significa dizer que a qualquer momento os Tribunais de Contas poderão rever suas decisões que propiciaram dano ao erário, podendo, entretanto, a vista da Súmula nº 106 do TCU, deixar de obrigar a reposição das importâncias já recebidas de boa-fé, até a data do conhecimento da decisão pelo órgão competente".***
Assim, estando presente a boa-fé da inativa, pois esta não laborou para o equivocado acréscimo aos seus proventos, permito-me incluir mais um item ao voto em exame, dispensando tal reposição, na forma da Súmula nº 106 do TCU, com a seguinte redação:

"III - dispense o ressarcimento ao erário das importâncias recebidas a esse título".

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1998.

**FREDERICO AUGUSTO BASTOS**
Conselheiro-Revisor

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3373**

Aos 22 dias do mês de outubro de 1998, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO e JORGE CAETANO, o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procurador-Geral JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, o Presidente, Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA, declarou aberta a sessão.
Ausente, por motivo de férias, a Conselheira MARLI VINHADELI.

**E X P E D I E N T E**

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3372 e Extraordinária Reservada nº 99, ambas de 20.10.98.

O Senhor Presidente, acompanhado pelos demais membros do Tribunal, deu boas-vindas ao Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, que reassumiu as suas funções na Corte, após o gozo de férias. O Auditor agradeceu a manifestação de cordialidade.

A seguir, convocou o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS para substituir o Conselheiro MAURÍLIO SILVA, que se encontra em gozo de férias.

Finalmente, deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 05/98-PM, mediante o qual o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS comunica que reassumiu, no dia 21 do mês em curso, suas funções na Corte.

- Ofício nº 544/98-PG, do Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, comunicando que a Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA se encontra em gozo de férias, a partir do dia 19 do corrente mês.

## JULGAMENTOS

### PROCESSO DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente deu continuidade ao julgamento do Processo nº 1707/98 (Relator: Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS), de que pedira vista, em sessão anterior, o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO (Revisor). O processo trata da Representação nº 05/98-CF, da Procuradora do Ministério Público junto a esta Casa, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, versando sobre a incorporação de "quintos" após a edição da Lei n 8.911, de 12.07.94, que regulamentou o art. 62 da Lei nº 8.112, de 12.12.90. - DECISÃO Nº 8338/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Revisor, com o qual concorda o Relator, decidiu acolher a representação em exame.

### RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 0765/96 - Revisão dos proventos da aposentadoria de MARIA JOSÉ DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 8339/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o sobrestamento dos autos, até a decisão que vier a ser tomada no Processo nº 6678/96, tendo em vista a similitude da matéria de que tratam os autos.

PROCESSO Nº 3515/90 - Aposentadoria e revisão dos proventos de RAIMUNDO MAGALHÃES SANTOS-SES. - DECISÃO Nº 8340/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou a baixa do processo em nova diligência, a fim de que a Secretaria de Saúde do DF, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie: I - a retificação dos atos referentes a esta aposentadoria (fl. 3-verso) e à revisão dos respectivos proventos (fls. 50/51), para excluir dos seus textos o § 3º do art. 2º da Lei nº 6.732/79; II - junto ao inativo, certidão específica expedida pela NOVACAP, referente ao tempo de serviço prestado àquela empresa pública (período de 18.07.58 a 07.09.59), conforme consta registrado à fl. 10, tendo em vista a possibilidade da contagem desse tempo, assim certificado, para todos os efeitos legais, inclusive para o fim previsto na Lei nº 22/89 (contagem em dobro); III - a elaboração: a) se fornecida a certidão a que se refere o item anterior, de novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição ao de fl. 5, computando-se o tempo prestado à NOVACAP, na forma da Lei nº 22/89, inclusive para adicional (ATS); b) de novo demonstrativo dos proventos decorrentes do procedimento de revisão, em substituição ao de fl. 56, para consignar a vantagem de que trata o art. 193 da Lei nº 8.112/90 pelo valor calculado com base na tabela de vencimentos das funções comissionadas da Administração local, observada a correlação de atribuições, níveis de responsabilidade e complexidade e a compatibilidade da remuneração da função exercida na União e a do quadro de pessoal do Distrito Federal.

PROCESSO Nº 3242/91 (apenso o de nº 132.000.378/91) - Aposentadoria e revisão dos proventos de JOSÉ MOREIRA DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 8341/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO Nº 0342/93 - Aposentadoria de CLARICE COSTA ROCHA NEIVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8342/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1395/93 (apenso o de nº 082.015.388/92) - Aposentadoria de INAH MARQUES DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8343/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria em apreço; b) determinar à FEDF que promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I - retificar o ato de fl. 18-apenso para incluir em sua fundamentação o permissivo legal dos "incentivos funcionais"; II - elaborar demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 05-apenso, para computar para adicionais o tempo de serviço prestado pela servidora à Secretaria de Educação de Minas Gerais (fl. 10-apenso); III - observando a DN nº 02/93-TCDF, elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 20-apenso, para alteração do percentual do adicional por tempo de serviço e o total dos proventos; IV - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 4595/93 (apensos os de nºs 4680/83 e 030.011.568/89) - Pensão civil concedida a MARIA DO CARMO OLIVEIRA MACHADO e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8344/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão em apreço; II - determinar o retorno dos autos à SEA, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências quanto à concessão com base na Lei nº 6782/80: a) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 32 do Apenso nº 030.011.568/89, de conformidade com aquele constante do Processo apenso nº 4680/83 (fl. 19), acrescentando-se o período contado em dobro na forma da Lei-DF nº 22/89 (914 dias para aposentadoria e 854 dias para adicionais); b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4894/93 - Aposentadoria de AMÉLIA NEIVA RESENDE-FEDF. - DECISÃO Nº 8345/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1714/95 (apensos os de nºs 3254/86 e 030.014.048/94) - Revisão dos proventos da aposentadoria de CLENITO CESAR FECHINE e pensão civil concedida a IRENE BRITO MELO FECHINE-SEA. - DECISÃO Nº 8346/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou a baixa dos processos apensos em diligência preliminar, para que a Secretaria de Administração do DF, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie: I - quanto à revisão dos proventos de aposentadoria, a elaboração de outro demonstrativo do abono provisório pertinente, em substituição ao de fl. 58 do Processo TC-nº 3.254/86, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para corrigir o valor da parcela referente ao adicional por tempo de serviço, tendo por base de cálculo 26% (vinte e seis por cento); II - quanto à pensão: a) a juntada de declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei nº 8.112/90; b) a elaboração: 1 - de novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição ao de fl. 12 do Processo SEA-nº 030.014048/94, para considerar, na apuração do citado tempo, as licenças especiais não usufruídas e as licenças médicas concedidas na vigência da Lei nº 1.711/52 (fl. 4 do Processo TC-nº 3.254/86); 2 - de outro título de pensão, em substituição ao de fl. 18 do Processo SEA-nº 030.014048/94, retificando os valores nele demonstrados, tendo em vista o resultado da revisão dos proventos de que trata o Processo nº TC-nº 3.254/86, fls. 30 a 38.

PROCESSO Nº 2603/95 - Contrato nº 004/95 celebrado entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e a firma Soma-Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistemas S/C. - DECISÃO Nº 8347/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) relevar o atraso apontado; b) tomar conhecimento dos documentos de fls. 35/42, considerando cumprida a diligência expressa na Decisão nº 4255/97 (alínea b), f. 33; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0213/96 (apenso o de nº 082.005.274/95) - Aposentadoria de EDNA CRUZ DE SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 8348/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4477/96 (apenso 1 volume) - Contrato nº 21/96 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma Alvorecer-Construções, Indústria e Comércio Ltda. - DECISÃO Nº 8349/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomando conhecimento do resultado da etapa final de auditoria, decidiu: I - recomendar à FEDF que: a) observe com rigor o prazo de garantia prestada por firma contratada, evitando-se a repetição de fato análogo ao verificado na execução do Contrato nº 21/96; b) em face do desfecho dado ao referido ajuste, doravante, justifique sempre seus atos, de modo a demonstrar a conveniência e oportunidade da decisão adotada; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 6450/96 (apenso o de nº 082.027.698/95) - Aposentadoria de MARIA DO ROSÁRIO PESSÔA PEREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 8350/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6542/96 (apenso o de nº 082.003.557/96) - Aposentadoria de MARGARIDA MARIA DA SILVA MOREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 8351/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0717/97 (apenso o de nº 082.009.872/96) - Aposentadoria de EDNA MARIA ROCHA DE SÁ-FEDF. - DECISÃO Nº 8352/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4032/97 (apenso o de nº 052.001.188/97) - Pensão civil concedida a PAULO CÉZAR SILVA GUIDA-PCDF. - DECISÃO Nº 8353/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0172/98 (apenso o de nº 082.013.839/97) - Aposentadoria de RAIMUNDO VIEIRA LINS-FEDF. - DECISÃO Nº 8354/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0306/98 - Denúncia veiculada na imprensa sobre possíveis pagamentos irregulares de despesas ao Hospital Santa Lúcia Ltda. - DECISÃO Nº 8355/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do resultado de inspeção realizada na Fundação Hospitalar do Distrito Federal e determinou o arquivamento do processo.

### RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 1713/94 (apenso 1 volume) - Atas de órgãos colegiados da Companhia Imobiliária de Brasília. - DECISÃO Nº 8356/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos Ofícios nºs 281/98 e 284/98-PRESI, e documentação anexa, do Presidente da TERRACAP; b) do Ofício nº 359/98-SHDU, do Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano do DF; c) do requerimento de fls. 1174/5; II - considerar prorrogado o prazo da Citação nº 102/98-3ª ICE, de 10/8/98, fls. 1146/7, por 30 (trinta) dias, na forma solicitada em 9/9/98 pelo sr. JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO; III - autorizar o acompanhamento do integral cumprimento da resolução que o Conselho de Política de Pessoal aprovou na sua 963ª reunião ordinária (DODF nº 179, de 21/9/98, págs. 4/5), a propósito da criação da Fundação de Previdência Privada dos Empregados da Companhia Imobiliária de Brasília - FUNTERRA, na forma sugerida no item 5 do parecer conclusivo do sr. Inspetor da 3ª ICE, fl. 1212; IV - restituir os autos à 3ª ICE para a continuação dos procedimentos determinados na Decisão nº 4644/98, de 2/7/98, notadamente seus itens V e VI, e demais providências pertinentes.

PROCESSO Nº 0958/95 (apenso o de nº 030.012.269/94) - Complementação de proventos da aposentadoria concedida a WALBER SERRA VIEIRA DE SOUSA-SEA. - DECISÃO Nº 8328/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 0965/95 (apenso o de nº 030.013.857/94) - Complementação de proventos da aposentadoria concedida a MARIA CÂNDIDA NOGUEIRA DE SÁ-SEA. - DECISÃO Nº 8329/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 0977/95 (apenso o de nº 030.012.461/94) - Complementação de proventos da aposentadoria concedida a NIVALDO JOAQUIM DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 8330/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 0981/95 (apenso o de nº 030.012.448/94) - Complementação de proventos da aposentadoria concedida a GERALDO NATHALINO PETRILLO-SEA. - DECISÃO Nº 8331/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 1121/95 (apenso o de nº 030.010.192/94) - Complementação de proventos da aposentadoria concedida a DOUGLAS RIZZO-SEA. - DECISÃO Nº 8332/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 1231/95 (apenso o de nº 030.014.125/94) - Complementação de proventos da aposentadoria concedida a FRANCISCO DA COSTA-SEA. - DECISÃO Nº 8333/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 2761/95 (apenso o de nº 093.000.201/95 e 3 volumes) - Prestação de contas anual da Companhia Energética de Brasília, pertinente ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 8337/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 3291/95 (apenso o de nº 030.002.659/95) - Complementação de proventos da aposentadoria concedida a RAIMUNDO GORDIANO DE SÁ-SEA. - DECISÃO Nº 8334/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 3368/95 (apenso o de nº 030.003.291/95) - Complementação de proventos da aposentadoria concedida a PEDRO XAVIER ROCHA-SEA. - DECISÃO Nº 8335/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 4634/95 (apenso o de nº 030.006.395/95) - Complementação de proventos da aposentadoria de OSWALDO ARRELARO-SEA. - DECISÃO Nº 8336/98.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 4954/95 (apenso o de nº 061.023.429/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 8357/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3561/96 (apenso o de nº 112.002.782/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 8358/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4177/96 (apenso o de nº 093.000.583/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Energética de Brasília para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 8359/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0520/97 (apenso o de nº 082.021.382/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 8360/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0579/97 (apenso o de nº 082.021.366/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 8361/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0768/97 (apenso o de nº 093.000.167/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Energética de Brasília para apurar responsabilidades por prejuízos decorrentes do furto de tíquetes alimentação/refeição. - DECISÃO Nº 8362/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1404/97 (apenso 1 volume) - Resultado de inspeção realizada pela 3ª Inspetoria de Controle Externo visando obter informações sobre reajustes tarifários promovidos pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília. - DECISÃO Nº 8363/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das informações prestadas pela 5ª ICE, em cumprimento do despacho do relator, fls. 43/47; II - aprovar a realização de auditoria integrada na Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB, para prosseguimento da coleta de informações sobre a Política Tarifária de água e esgotos, na forma proposta pela 3ª ICE, fls. 30/37; III - autorizar a 3ª Inspetoria de Controle Externo a reunir os recursos humanos necessários, podendo completá-lo mediante convocação de servidores de outras unidades do âmbito do Tribunal, sob a orientação da Presidência desta Corte; IV - determinar, ainda, que o plano de trabalho, com a definição da alocação de tempo, pessoal e outros recursos a serem empregados na referida auditoria, seja submetido previamente, com este processo, ao relator das Contas do Governador do ano de 1998, ou do exercício imediatamente posterior, se aquelas contas já tiverem sido apreciadas pelo Plenário. Na oportunidade, o Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, fez breve pronunciamento sobre a excelente qualidade do trabalho apresentado no referido processo.

PROCESSO Nº 3337/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília para apurar responsabilidades pela ausência de bens patrimoniais constatada após a realização de inventário em 1996 e outra para apurar prejuízos decorrentes de quebra de vendas. - DECISÃO Nº 8364/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3437/97 (apenso o de nº 093.001.148/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Energética de Brasília para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 8365/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0121/98 (apensos os de nºs 675/97, 1180/97, 1730/97, 2287/97, 2520/97, 2862/97, 2866/97, 2889/97, 3331/97, 3670/97, 3933/97, 4248/97, 4263/97, 4946/97, 5310/97, 120/98, 268/98 e 1 volume) - Contendo relatório e parecer prévio sobre as contas desta Corte de Contas, relativa ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 8366/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - aprovar os termos do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as contas do TCDF de 1997; II - devolver os autos à 5ª Inspetoria de Controle Externo, na forma proposta, fls. 311.

PROCESSO Nº 2536/98 (apensos os de nºs 2350/90 e 030.000.705/98) - Pensão civil concedida a MARIANA GOMES RABELO e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8367/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fim de registro, a pensão civil instituída por Alderico Bittencourt, Matrícula nº 09.737-3-SEA/DF, e determinou à Secretaria de Administração do DF que, posteriormente, proceda ao seguinte, que será objeto de verificação em futura auditoria programada: a) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 24-apenso (processo nº 030.000705/98); b) tornar sem efeito o documento substituído.

**RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO**

PROCESSO Nº 5867/91 (apensos 3 volumes) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, referente ao exercício de 1990. - DECISÃO Nº 8368/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. com base no inciso I, art. 17, da Lei Complementar nº 01/94, julgar REGULARES as Contas dos Ordenadores de Despesa do então Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, autorizando, em conseqüência, a expedição das competentes provisões de quitação aos responsáveis nominados no item "a", de fls. 114 e 115, dos autos; II. autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE, para as providências de praxe e posterior arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 2252/92 - Aposentadoria de JURANDI DE CERQUEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 8369/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que, "a posteriori", refaça o mapa de quintos de fl. 20, para fazer constar o período do 09.03.89 a 20.03.90 e excluir o período de 21.03.90 a 25.09.90, ambos referentes à função de Chefe da Seção de Fiscalização.

PROCESSO Nº 2882/92 (apensos os de nºs 1650/92, 5600/96 e 030.006.226/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar irregularidades na execução dos Contratos nºs 06, 08, 10 e 11/92. - DECISÃO Nº 8370/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar à SEFP que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) informe o nome dos responsáveis pelas contratações e pagamentos irregulares, inclusive dos respectivos executores, bem assim o grau de envolvimento de cada um nesses atos; b) preste circunstanciados esclarecimentos sobre a questão relativa ao recolhimento do ISS, adotando as medidas necessárias à defesa do erário, se for o caso, remetendo-se-lhe cópia das peças dos autos, que forem pertinentes.

PROCESSO Nº 4757/92 - Aposentadoria de DURVALINO PEREIRA CAMPOS-SEA. - DECISÃO Nº 8371/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que remeta ao interessado cópia do parecer do Ministério Público, a fim de que o mesmo posse resguardar, por sua iniciativa, à Jurisdicionada, a integralização da ordem jurídica.

PROCESSO Nº 3202/93 (apensos os de nºs 2427/81 e 030.006.742/92) - Pensão civil concedida a GUMERCINDA DUMONT ROSA-SEA. - DECISÃO Nº 8372/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I. confeccionar outro demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 19 (Proc. 030.006.742/92), a fim de: a. modificar a data de término do período apurado para 08.07.80; b. alterar o tempo de serviço averbado para 2767 dias, contados para aposentadoria, e 1.008 dias, computados para efeito de adicionais; c. alterar para 211 o número de faltas do ex-servidor e para 977 dias o número de licenças concedidas; d. acrescentar 406 dias, contados para todos os fins, com base na Lei/DF nº 22/89; e. modificar o percentual de ATS para 19%; II. elaborar outro Título de Pensão, em substituição ao de fl. 20 (Processo nº 030.006.742/92), a fim de alterar o percentual de ATS para 19%; III. anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, nos termos do art. 225 da Lei nº 8.112/90; IV. tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3382/93 (apenso o de nº 030.001.726/93) - Pensão civil concedida a JOSÉ PEDRO DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 8373/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a. apensar o processo de aposentadoria da instituidora da pensão ora examinada; b. anexar processo de justificação judicial de convivência marital de José Pedro da Silva ou qualquer outro documento hábil a comprovar que o interessado conviveu maritalmente com a servidora ao tempo do óbito; c. elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 16 - Processo nº 030.001.726/93, para excluir 540 dias de licença-prêmio não gozada, contados em dobro para aposentadoria, haja vista que a servidora se aposentou em 1979 (fl. 11 do Processo nº 030.001.726/93), quando ainda vigorava a Lei nº 1711/52; d. tornar sem efeito o documento substituído; e. anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei 8.112/90.

PROCESSO Nº 3583/93 (apenso o de nº 030.009.608/92) - Pensão civil concedida a ANA CRISTINA FEITOSA CARVALHO-SEFP. - DECISÃO Nº 8374/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência junto à SEFP, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: 1. corrigir numeração do Apenso nº 030.009.608/92, a partir de fl. 22; 2. esclarecer por que motivo na ficha funcional de fl. 23 do Apenso nº 030.009.608/92 não constam os valores, no mês de julho/92, da 2ª Classe, Padrão II, do cargo de Analista de Orçamento; 3. anexar aos autos os atos de designação e dispensa do ex-servidor para a(s) função (ões) exercida (s) e o "Mapa de Incorporação de Quintos"; 4. elaborar Título de Pensão, em substituição ao de fl. 16 do apenso nº 030.009.608/92, com a finalidade de fazer constar o ATS calculado sobre as parcelas "Vencimento+Gratificação de Orçamento", observando, também, o item 3 supra; 5. anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225, da Lei 8112/90.

PROCESSO Nº 3951/93 (apenso o de nº 030.002.543/91) - Pensão civil concedida a EUNICE LIMA DE CASTRO-SEA. - DECISÃO Nº 8375/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório e determinou o retorno dos autos à SEA/DF, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes providências: I. quanto à concessão, com base na Lei nº 6782/80: a) tornar sem efeito o demonstrativo de tempo de serviço de fl. 35 do Apenso nº 030.002.543/91; II. quanto à integralização da pensão: a) formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 1.1.1992, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; b) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 1.1.1992; c) anexar declaração da beneficiária de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 4886/93 (apensos os de nºs 3081/86 e 030.017.553/90) - Pensão especial concedida a ANTÔNIA FLAUZINA DA SILVA e outros-PMDF. - DECISÃO Nº 8376/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - com referência à concessão inicial (Lei nº 6782/80): a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo o órgão jurisdicionado confeccionar, "a posteriori", novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 33 - Processo GDF nº 30.017.553/90, corrigindo no Resumo do Tempo de Serviço o tempo apurado para Aposentadoria e Adicionais - prestado ao GDF - para 7.568 dias (em lugar de 5.568) e ainda considerando no total apurado para fins de aposentadoria como sendo 14.944 dias (em lugar de 12.944) e adicionais 10.766 (em lugar de 8.766); II - relacionada com a revisão da pensão (Lei nº 8.112/90): - retornar os autos à Polícia Militar do DF para, no prazo de 180 dias, adotar as seguintes providências, com fins de uniformização de procedimentos, consoante estabeleceu a decisão adotada no Processo nº 3.848/94: a) editar ato de revisão, com vigência a partir de 01.01.92, visando a integralização da pensão concedida, considerando o enquadramento do ex-servidor à época e fazendo constar da fundamentação legal os artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, além do § 5º, art. 40, da CRFB; b) juntar aos autos a declaração de não-acumulação de mais de 02 (duas) pensões das beneficiárias Antonia Flauzina da Silva e de Marluce Miguel da Silva, nos termos do artigo 222, inciso V, combinado com o artigo 225 da Lei nº 8.112/90; c) apresentar a declaração sobre o atual estado civil de Marluce Miguel da Silva; d) na hipótese da perda da condição de beneficiária, em face do solicitado na alínea "d" anterior, providenciar apostilamento, a fim de excluir do rol de beneficiários da pensão temporária, a filha Marluce Miguel da Silva; e) providenciar apostilamento visando excluir do rol de beneficiários os filhos Carlos Alberto Miguel da Silva e Luciano Miguel da Silva, a partir de 03.01.94 e 15.08.96, respectivamente; f) confeccionar o título de pensão relativo à integralização da pensão; g) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo DF, com indicação da data de vigência; III - autorizar a remessa do parecer de fls. 08/09, para os fins nele referidos.

PROCESSO Nº 4981/93 (apenso o de nº 030.006.608/90) - Pensão civil concedida a CLERILDA ALMEIDA DA SILVA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8377/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: - Quanto à concessão, com base na Lei 6782/80: I - considerar legal a concessão ora examinada; - Quanto à integralização da pensão, determinar o retorno dos autos à SEA, em nova diligência, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: a. formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeito a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei 8112/90; b. anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; c. anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei 8112/90.

PROCESSO Nº 5327/93 (apenso o de nº 030.009.441/86) - Pensão civil concedida a JOSEFA FERNANDES DE AMORIM-SEA. - DECISÃO Nº 8378/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório e determinou o retorno dos autos à Secretaria de Administração, em nova diligência, para que esta, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, tome as seguintes providências, quanto à integralização da pensão nos termos da Lei n.º 8.112/90: a) formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeito a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40

da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei n.º 8.112/90; b) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; c) anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 6410/93 (apensos os de nºs 3099/82 e 030.013.691/86) - Pensão civil concedida a MARIA DOS REIS MARQUES CONCEIÇÃO e outros-SEA. - DECISÃO Nº 8379/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, procedendo, "a posteriori", diligência, para os seguintes fins: I - quanto à concessão, com base na Lei 6782/90: a. considerar o demonstrativo de tempo de serviço constante do Processo nº 3099/82 (fl. 05), para efeito de concessão de pensão constante do Processo nº 030.013.691/86; b. autenticar os documentos de fls. 03/10 e 21 (Processo nº 030.013.691/86); c. tornar sem efeito o documento de fl. 24 (Processo nº 030.013.691/86); II - quanto à integralização da pensão: a. formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeito a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei 8112/90; b. anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; c. anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei 8112/90.

PROCESSO Nº 6584/93 (apenso o de nº 030.012.799/90) - Pensão civil concedida a HELENA IZABEL DA SILVA SOUZA e outras-SEA. - DECISÃO Nº 8380/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu pela legalidade da concessão, para fins de registro do ato de pensão, devolvendo, a seguir, o processo à SEA/DF, para que, adote as seguintes providências: a. formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeito a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei 8.112/90; b. anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; c. anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei 8112/90.

PROCESSO Nº 4124/94 (apenso o de nº 030.004.234/94) - Pensão civil concedida a MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO-SEA. - DECISÃO Nº 8381/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, adotando, "a posteriori", as seguintes medidas, a serem verificadas em futura inspeção: a. considerar o período de tempo de serviço de 01.06.61 a 10.10.73; b. anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90; c. tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5966/94 (apensos os de nºs 040.001.653/94, 040.004.731/94 e 040.008.987/95) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Polícia Militar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 8382/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 707/96-DAL e anexos, às fs. 47/75, bem como do Processo nº 040.008.987/97, considerando atendida pela SEFP a diligência contida no item I da Decisão nº 8802/95 e parcialmente cumprida pela PMDF a diligência contida no item II desta Decisão; b) relevar o atraso no cumprimento das referidas diligências, de 05 dias em relação à SEFP e de 68 dias em relação à PMDF; c) determinar à PMDF que, no prazo de 15 (quinze dias): c.1) proceda à regularização dos débitos inscritos em 1992 e 1993 na Conta 112290100 (Pagamentos Indevidos) e ainda pendentes de regularização, para tanto, efetuando a atualização dos mesmos, anexando posteriormente os devidos comprovantes; c.2) quanto aos bens ainda não localizados constantes do item 4 do Ofício nº 707/96-DAL, de 30 de abril de 1996, apresente comprovantes de sua localização, caso contrário, se ainda não o fez, proceda à instauração de tomada de contas especial; d) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, e a devolução dos apensos à origem.

PROCESSO Nº 2465/95 (apensos os de nºs 3403/96 e 101.001.412/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal - FSS/DF para apurar prejuízo com a interrupção da Tomada de Preços n.º 002/93 e a celebração de contrato de emergência com a firma SINAL - Comércio, Representação e Serviços de Higienização de Imóveis Ltda. - DECISÃO Nº 8383/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos autos; II. relevar os atrasos ocorridos; III. devolver o Processo de Origem n.º 101.001.412/94 apenso à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) proceder à juntada dos comprovantes dos pagamentos efetuados à empresa SINAL - Comércio, Representação e Serviços de Higienização de Imóveis Ltda., no período de janeiro a junho de 1994; b) demonstrar os valores per capita pagos à empresa SINAL - Comércio, Representação e Serviços de Higienização de Imóveis Ltda., no período referido do item anterior, por meio de quadro comparativo, considerando os valores apresentados pela empresa SERGEB - Empresa Brasileira de Serviços Gerais Ltda., às fls. 197 e 284 à 288 do Processo nº 101.001.412/94; c) caso seja apurado prejuízo, identificar os responsáveis na forma prevista no inciso IX do artigo 3º da Resolução-TCDF nº 102/98, de 15 de julho de 1998.

PROCESSO Nº 3857/95 (apenso o de nº 030.000.834/95) - Tomada de contas anual dos Agentes de Material do Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 8384/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da documentação acostada às fls. 35/40 do Processo n.º 030.000.834/95; II. relevar o atraso apontado; III. considerar satisfatoriamente atendida a diligência determinada pela Corte; IV. nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 01/94, julgar regulares as contas dos Agentes de Material DIMAS DONISETE ROCHA, Chefe da Seção de Material e Patrimônio no período de 01.01 a 05.04.94; CRISTIANO CARDOSO SOARES DE SÁ, Diretor da Divisão de Administração Geral, no período de 06.04 a 27.04.94; JORDAN FERNANDO DO VALLE, Encarregado de Apoio Administrativo no período de 28.04 a 31.10.94; e MANOEL MESSIAS ALVES DE AGUIAR, Encarregado de Apoio Administrativo no período de 01.11 a 31.12.94; V. determinar a devolução dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes e posterior arquivamento, bem como a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 4681/95 (apensos os de nºs 6294/93, 6299/93, 1659/94, 1660/94 e 071.000.071/94) - Tomada de contas anual dos dirigentes da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, referente ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 8385/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Instrução de fls. 42/71; b) da Instrução de fls. 233/236 - Processo 6299/93; c) desta Prestação de Contas, bem como do Apenso nº 071.000.071/94, encaminhado a esta Corte com atraso de 442 dias, consoante os prazos determinados no artigo 150 e § 1º do RI/TCDF; d) dos Apensos nºs 6294/93, 1660/94, 1659/94 e 6299/93, referentes aos balancetes dos trimestres 1º ao 4º de 1993, cujos exames conclusivos foram realizados em conjunto com as contas em apreço; Dos Apensos nº s 6294/93, 1660/94, 1659/94 e 6299/93; II - considerar parcialmente cumprida: a) a Decisão nº 8384/96 (Proc. nº 1660/94), devido ao descumprimento do item "a", transferindo esse reflexo para o exame em conjunto das referidas contas; b) a Decisão nº 7490/96 (Proc. nº 6294/93), devido ao descumprimento do item "a", transferindo esse reflexo para o exame em conjunto das referidas contas; III - relevar a diferença apontada de R$ 4,18 (quatro reais e dezoito centavos) no recolhimento a menor do débito, decorrente de aplicação de multa, imputado ao Sr. Manoel Olímpio de Vasconcelos Neto, em atendimento ao princípio da economicidade e da materialidade, considerando-o quite pelo recolhimento da multa; IV - dispensar o ajuizamento e a inscrição em Dívida Ativa da multa imposta ao Sr. Francisco de Castro Aragão (Decisão nº 8913/96, item II), até a presente data, em débito, no valor atualizado até agosto/97 de R$ 116,95 (cento e dezesseis reais e noventa e cinco centavos), por ser inferior ao valor mínimo estabelecido de 2 (duas) UPDF's previsto nos artigos 1º e 2º do Decreto nº 13.119/91, e determinar ao GDF que, com fulcro no parágrafo único do artigo 1º desse Decreto, mantenha o controle desse débito em cadastro eletrônico para os fins que se destina, após acórdão desta Corte, cuja quitação dar-se-á após o devido recolhimento; V - considerar procedente a defesa apresentada pelo Sr. Alberto Jones de Souza, quanto ao descumprimento das determinações do Tribunal referente aos balancetes de 1993 e 1994; VI - deliberar pelo arquivamento dos Processos nºs 1659/94, 1660/94, 6294/93 e 6299/93, referentes aos balancetes do primeiro ao quarto trimestres de 1993, tendo em vista que as diligências neles determinadas foram objeto de exame e comentários em conjunto ao exame das referidas Contas, descabendo, nesta data, o seu prosseguimento; das Contas em exame; VII - relevar, excepcionalmente, o atraso de 442 dias no encaminhamento destas Contas ao Tribunal; VIII - recomendar à CEASA/DF que: a) observe as recomendações contidas no Relatório de Prestação de Contas nº 017/94 - DPA/SEFP; b) proceda ao tombamento dos bens patrimoniais de propriedade dessa Entidade, identificados nos termos de responsabilidades juntados ao Relatório da Comissão de Inventário Físico de Bens Móveis e Imóveis referente ao exercício de 1993, fls. 169/204, do Processo nº 071.000.071/94; IX - relevar o descumprimento do parágrafo único do artigo 152 do RI/TCDF, para apurar responsabilidade pelos pagamentos das multas contabilizadas nas Contas 3.016.0608-0 e 3.016.0609-9, em atendimento ao princípio da economicidade, consoante a imaterialidade do valor levantado; X - julgar, com fulcro no inciso II do artigo 17 da Lei Complementar nº 01/94, combinado com o disposto no inciso II do artigo 167 do Regimento Interno/TCDF, as referidas contas regulares com as seguintes ressalvas: a) a despesa realizada no balancete de encerramento do exercício difere daquela constante na Demonstração de Resultado do Exercício; b) o saldo da conta de aplicação financeira no balancete diverge do saldo apresentado no memorando fornecido pelo BRB; c) a inexistência no Termo de Conferência de Caixa dos títulos e certificados em poder da Tesouraria, contrariando o disposto no artigo 147 III, combinado com o artigo 146, V "a", do RI-TCDF; d) a inclusão de cheques devolvidos, no valor de CR$ 52.681,94, sob o título de "cheques devolvidos", no grupo de disponibilidades, contrariando o disposto no § 1º do artigo 178 da Lei nº 6404/76; e) a existência de impropriedades nas Demonstrações Financeiras, a saber: (1) o uso de títulos genéricos para registrar direitos e provisões no grupo do Ativo Circulante; (2) o uso de títulos impróprios para classificar fatos contábeis do Ativo Circulante; f) a Demonstração de Resultado do Exercício e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos apresentam valores diferentes para o saldo devedor da correção monetária; g) o atraso na escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR; h) as receitas e as despesas computadas na Demonstração do Resultado do Exercício apresentam-se a menor daquelas evidenciadas no balancete; i) a conta Urbanização apresentou saldo credor no Demonstrativo Composição do Ativo Permanente; j) a existência de diversos bens nos Termos de Responsabilidade sem o respectivo número de tombamento e valor; k) a ocorrência de pagamentos diversos, à título de juros passivos, sem qualquer manifestação sobre as providências adotadas para o ressarcimento desses valores; l) a falta de informações acerca das receitas da empresa no Demonstrativo da Execução do Orçamento do Exercício, previsto no artigo 147, II; m) a inexistência dos seguintes documentos exigidos no Regimento Interno: (1) a demonstração da composição acionária do Capital Social, nos termos do disposto no artigo 147,VII; (2) o pronunciamento conclusivo sobre as Contas firmado pelo titular da secretaria que estava vinculada a entidade; contrariando o artigo 147, XV; (3) o Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis, contrariando o § 1º do artigo 148; XI - determinar a publicação no Diário Oficial de Acórdão formalizando a Decisão definitiva acerca das contas em apreço, nos termos do inciso II do artigo 24 da Lei Orgânica do TCDF, LC nº1/94, autorizando a expedição da respectiva Provisão de Quitação a: a) Manoel Olímpio de Vasconcelos Neto, Diretor - Presidente no período de 01.01 a 31.12.93; b) Francisco das Chagas do Vale, Diretor - Executivo no período de 01.01 a 31.12.93; XII - aprovar a minuta do acórdão apresentada pelo Relator, para os fins do item XI supra.

PROCESSO Nº 0274/96 - Reversão à atividade de MARIA DO ROSÁRIO DA CRUZ OLIVEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 8386/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, julgou legal o ato de reversão, determinando à FEDF que, "a posteriori", retifique o ato de fl. 59, para incluir o fundamento do art. 25, da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 6060/96 (apensos os de nºs 6386/93 e 030.000.306/96) - Aposentadoria de LÁZARO CARLOS FERREIRA-SLU. - DECISÃO Nº 8387/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou ao SLU que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I. quanto à aposentadoria: a) anexar aos autos cópia autenticada das certidões que comprovem o período averbado segundo informação de fl. 09, Processo nº 6386/93-TCDF; b) juntar cópia autenticada dos atos de designação e de dispensa da função de Chefe do Distrito de Taguatinga (DFG-02 - período de 04.08.92 até a inativação, em 30.07.93), e de dispensa da função de Encarregado de Limpeza Pública (DAI-111.2), relativamente aos períodos de 01.06.84 a 09.10.84 - ato de designação visto à fl. 25 Processo n.º 6386/93-TCDF e de 10.10.84 a 03.08.92 - designação vista à fl. 28 daquele processo; c) elaborar novo mapa demonstrativo de quintos, em substituição ao de fl. 31 do Processo nº 6386/93-TCDF, discriminando, fielmente, as funções exercidas pelo ex-servidor, de forma a retratar a correta incorporação das vantagens decorrentes, atentando, ainda, para o atendimento ao contido no item anterior; d) tornar sem efeito o documento porventura substituído; II. quanto à pensão: a) elaborar título de pensão, fazendo constar o fundamento legal das parcelas e seus respectivos percentuais; b) anexar aos autos declaração de não-acumulação de mais de duas pensões, nos termos do art. 222, inciso V, combinado com o art. 225 da lei n.º 8.112/90, além do comprovante do último provento percebido pelo instituidor (dezembro/1995), conforme dispõe o art. 215 da Lei nº 8.112/90; III. corrija o demonstrativo de tempo de serviço de fl. 10 do processo de aposentadoria, na forma como está exposta no documento de fl. 11 do processo de pensão.

PROCESSO Nº 7663/96 (apenso o de nº 082.000.238/96) - Aposentadoria de TEREZINHA MARIA DE JESUS ALVES-FEDF. - DECISÃO Nº 8388/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à FEDF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a. orientar a interessada no sentido de que o tempo de serviço constante da certidão de fl. 5 - apenso (Prefeitura Municipal de Redenção de Gurgueia-PI) poderá ser contado para efeito de anuênios, desde que providenciada certidão emitida pelo próprio órgão; b. elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 11, considerando as licenças concedidas com fulcro no art. 107 da Lei nº 1711/52, para fins de aposentadoria e adicional, e corrigindo o cômputo total dos dias efetivamente trabalhados para 9852 dias (ou seja, 26 anos, 11 meses, 27 dias), bem como observando o disposto no item "a"; c. elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 26 - apenso, alterando a proporcionalidade dos proventos para 26/30, observando o disposto nos itens anteriores e na Decisão Normativa/TCDF nº 02/93; d. apurar os valores pagos a mais, para fins de ressarcimento.

PROCESSO Nº 0338/97 (apenso o de nº 082.011.567/96) - Aposentadoria de JOÃO RAPHAEL DE REZENDE-FEDF. - DECISÃO Nº 8389/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0340/97 (apenso o de nº 082.016.780/96) - Aposentadoria de MARÇALINA CHAVES SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8390/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à FEDF que encaminhe à interessada cópia do parecer do Ministério Público, a fim de que a mesma possa resguardar, por sua iniciativa, junto à Jurisdicionada, a integralização da ordem jurídica.

PROCESSO Nº 1744/97 - Contendo o Ofício nº 1354/98-GAB/SES, mediante o qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8391/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, relevando o atraso referenciado, concedeu a prorrogação do prazo, a contar de 13.10.98 até 12.12.98, para a conclusão da TCE de que trata o Processo de origem n.º 061.039.154/97.

PROCESSO Nº 2354/97 (apensos os de nºs 3706/97 e 082.017.773/96) - Aposentadoria e reversão à atividade de ANTONIA GOMES DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8392/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I. julgar ilegais os atos de reversão em causa e conseqüente aposentadoria; II. fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para que a FEDF adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma do art. 78, inciso X, da LODF, c/c o art. 1º, X, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 3126/97 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Companhia Imobiliária de Brasília, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8393/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, concedeu à TERRACAP a prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 09.10.98, para a conclusão da tomada de contas especial constante do Processo nº 111.002.062/96-0.

PROCESSO Nº 3430/97 (apenso o de nº 142.000.236/97) - Tomada de contas anual dos agentes de material da Região Administrativa XII - Samambaia, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 8394/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas anual e do Ofício nº 1081/97-GAB/RA XII (fl. 02); II. considerar satisfatória a apresentação das referidas contas, não obstante a ausência dos pronunciamentos previstos no parágrafo único do art. 142 do RI/TCDF; III. nos termos dos arts. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94 e 167, inciso I, do RI/TCDF, julgar Regulares as contas dos agentes de material da Administração Regional de Samambaia e autorizar, em conseqüência, a expedição das competentes quitações aos servidores JOSÉ SIMIÃO DE FREITAS, Matrícula nº 41.360-7, período de 01.01 a 10.04.96, JOÃO ALBERTO XAVIER, Matrícula nº 45.865-1, períodos de 11.04 a 02.06.96 e 03.07 a 31.12.96, e JOSÉ DIAS, Matrícula nº 47.768-0, período de 03.06 a 02.07.96; IV. autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 3635/97 - Contendo o Ofício nº 1292/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8395/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, prorrogou, por mais 90 (noventa) dias, a contar de 14.10.98, o prazo para conclusão da TCE constante do Processo nº 030.006.643/97.

PROCESSO Nº 4050/97 (apenso o de nº 073.004.569/92) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de propriedade da jurisdicionada. - DECISÃO Nº 8396/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4178/97 (apenso o de nº 082.003.542/97) - Aposentadoria de JACIRA MARIA DE OLIVEIRA LOPES-FEDF. - DECISÃO Nº 8397/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4728/97 (apensos os de nºs 5663/96, 2002/97, 3050/97 e 3336/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelas irregularidades apontadas nos Processos nºs 4728/97, 3050/97, 2002/97, 3336/97 e 5663/96. - DECISÃO Nº 8398/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0694/98 (apensos os de nºs 1110/82 e 030.006.730/97) - Pensão civil concedida a ARIALDINA DA CONCEIÇÃO IZAIAS-SEA - DECISÃO Nº 8399/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público à SEA/DF, para ser remetida à interessada, a fim de que a mesma possa resguardar, por sua iniciativa, junto à Jurisdicionada, a integralização da ordem jurídica.

PROCESSO Nº 1816/98 - Ofício nº 1218/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para conclusão de processo de prestação de contas anual da Sociedade de Abastecimento de Brasília, referente ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 8400/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, concedeu a prorrogação de prazo, nos termos do pedido, até 27.12.98.

PROCESSO Nº 2200/98 - Contendo o Ofício nº 1218/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita a prorrogação prazo, por 90 (noventa) dias, para remessa do processo de prestação de contas anual da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 8401/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, concedeu a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, nos termos do pedido, a prorrogação do prazo, até 27.12.98.

PROCESSO Nº 2201/98 - Contendo o Ofício nº 1218/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para conclusão da tomada de contas especial constante do Processo nº 071.000.076/98. - DECISÃO Nº 8402/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a. conceder a prorrogação de prazo, até 27.12.98; b. reiterar os termos da Decisão nº 5.678/98.

PROCESSO Nº 2410/98 (apenso o de nº 081.000.456/98) - Aposentadoria de PEDRO DE SOUZA-FCDF. - DECISÃO Nº 8403/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à FEDF que, "a posteriori", adote as providências elencadas à fl. 3 dos autos, que serão alvo de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 2670/98 - Representação do Ministério Público junto à Corte, versando sobre a Lei n.º 1892/98, que dispõe sobre o Programa Habitacional para Pessoas Portadoras de Deficiências. - DECISÃO Nº 8404/98.- Havendo o representante do Ministério Público junto à Corte, Procurador-Geral JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, pedido vista do processo, foi adiado o julgamento.

PROCESSO Nº 2941/98 (apensos os de nºs 3755/92, 1749/97, 2612/97, 4279/97, 4957/97, 4995/97, 5316/97, 5317/97, 5344/97 e 5347/97) - Tomadas de contas especiais instauradas na Fundação Hospitalar do Distrito Federal, cujos prejuízos apurados se situam abaixo do valor estabelecido no art. 9º, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94. - DECISÃO Nº 8405/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento das tomadas de contas especiais constantes dos autos; II. determinar à Jurisdicionada que, caso ainda não tenha feito, adote as medidas de sua alçada estabelecidas no art. 12 da Resolução nº 102/98 para ressarcimento do dano e regularização patrimonial; III. esclarecer que as medidas tomadas deverão constar nos Processos nºs 061.008.582/91, 061.046.189/97, 061.042.630/97, 061.045.363/97, 061.042.254/97, 061.009.127/97, sendo que a efetividade dessas medidas ficarão registradas no demonstrativo a que se refere o art. 14 da mesma Resolução, o qual deverá ser anexado à prestação de contas anual de 1998; IV. determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4368/98 - Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 180 (cento e oitenta) dias, formulado pela servidora JUDITE VIEIRA MACIEL para apresentação das certidões exigidas pela Decisão nº 7044/97. - DECISÃO Nº 8406/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) conhecer, excepcionalmente, do requerimento de fls. 01/02, sob a forma de pedido de prorrogação de prazo de diligência, nos termos do art. 200 da Resolução nº 38/90, que dispõe sobre o Regimento Interno do TCDF, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial; b) informar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que o prazo para cumprimento da diligência determinada na Decisão nº 7044/97 (fl. 03) foi prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da comunicação da decisão a ser proferida neste processo, ao cabo dos quais, os autos deverão ser devolvidos a esta Corte com as providências da citada Decisão nº 7044/97 devidamente cumpridas.

**RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO**

PROCESSO Nº 1800/87 - Reforma de ABDON ALVES BARBOSA-CBMDF. - DECISÃO Nº 8407/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento dos atos praticados pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, representados pela Portaria de 25/10/95 (fl. 78), que tornou sem efeito a Portaria de 07/10/94 (fl. 46) e repristinou o Decreto de 10/03/87 (fls. 14/15), considerando-os regulares.

PROCESSO Nº 2690/89 - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa VI - Planaltina, relativa ao exercício de 1988. - DECISÃO Nº 8408/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 33/38; II - julgar irregulares as contas do Sr. PEDRO MENDES DA LUZ, Ordenador de Despesas da Região Administrativa VI - Planaltina, no período de 01/01 a 31/12/88, com base na alínea "c", inciso III, do artigo 17 da Lei Complementar nº 01/94, por ter autorizado despesas de forma irregular, devidamente impugnadas por este Tribunal, conforme apurado no Processo TCE nº 2818/88; III - autorizar, por racionalização administrativa e economia processual, com fulcro no artigo 85 da Lei Complementar nº 01/94, o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito correspondente, conforme apurado no Processo TCE nº 2818/88; IV - devolver os autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 2960/90 - Aposentadoria de MARLENE LIMA DE OLIVEIRA-PCDF. - DECISÃO Nº 8409/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter a diligência determinada em sessão anterior como regularmente cumprida; II - considerar legal, para fins de registro, o ato concessório visto à fl. 03-verso, retificado pelos de fls. 04 e 18.

PROCESSO Nº 4283/90 - Aposentadoria de JOSÉ IDINEI COSTA-PCDF. - DECISÃO Nº 8410/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato concessório visto no verso da fl. 03 do processo; II - alertar a Polícia Civil do Distrito Federal sobre a possibilidade de o interessado exercitar o direito de pleitear a revisão da parcela de adicional da Lei nº 6.732/79, passando de 5/5 do DAS 1 para 3/5 do DAS 1 e 2/5 do DAS 3.

PROCESSO Nº 6440/91 - Pensão civil concedida a MARIA DA CONCEIÇÃO ARRUDA-PCDF. - DECISÃO Nº 8411/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência ordenada em sessão anterior; II - considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3759/92 - Aposentadoria de ANTÔNIO BARBOSA DA COSTA-SETUR. - DECISÃO Nº 8412/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência ordenada pela Decisão nº 9749/96; II - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ANTÔNIO BARBOSA DA COSTA, visto à fl. 03-verso dos autos.

PROCESSO Nº 4742/92 - Convênio nº 054/92 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Planaltina e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP. - DECISÃO Nº 8413/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 887/GAB/VI, acostado à fl. 398, relevando o atraso no seu encaminhamento a esta Corte; II - reiterar: a) à Região Administrativa VI - Planaltina, os termos do item IV da Decisão nº 9162/96, reiterada pela Decisão nº 3860/97, no sentido de encaminhar à Divisão de Tomada de Contas do Departamento Geral de Contabilidade da Secretaria de Fazenda e Planejamento a prestação de contas do Convênio nº 054/92, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que informe a esta Corte sobre as providências adotadas; b) à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e à Secretaria de Fazenda e Planejamento os termos das alíneas "a" e "b", respectivamente, do item III da Decisão Plenária nº 7043/97, Processo nº 2910/91, com vistas à Prestação de Contas do Convênio nº 054/92, de que tratam os autos, celebrado pelo Distrito Federal, por meio da Administração Regional de Planaltina e a NOVACAP; III - autorizar o encaminhamento de cópia da instrução e do referido voto aos jurisdicionados constantes do item II, a fim de subsidiar a consecução dos trabalhos de regularização da prestação de contas de que trata o processo; IV - autorizar a CITAÇÃO do Administrador Regional de Planaltina para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar suas razões de defesa quanto à reincidência no descumprimento da Decisão nº 9162/96, reiterada pela de nº 3860/97, tendo em vista o que consta do artigo 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 01/94; V - autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para as providências cabíveis.

PROCESSO Nº 4351/93 (apenso o de nº 030.004.306/93) - Pensão civil concedida a ELZA VERNEQUE VALENTIM e outras-SEA. - DECISÃO Nº 8414/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de pensão civil vitalícia concedida a ELZA VERNEQUE VALENTIM, e temporária a ELAINE CRISTINA VERNEQUE VALENTIM, EVERSON VERNEQUE VALENTIM e ANA GABRIELA VERNEQUE VALENTIM, instituída pelo ex-servidor JOSÉ VALENTIM, visto à fl. 19 do processo apenso; II - determinar à Secretaria de Administração que, "a posteriori", anexe ao Processo nº 030.004.306/93, apenso, a declaração dos beneficiários de não-acumulação ou de acumulação lícita, em observância ao disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90, que será objeto de verificação em futura auditoria; III - alertar a Secretaria de Administração sobre a possibilidade dos interessados pleitearem a modificação de 17 para 18/35 avos da parcela de vencimento do Título de Pensão, tendo em vista o arredondamento de tempo de serviço de que trata o § 2º do artigo 78 da Lei nº 1.711/52.

PROCESSO Nº 4614/93 - Pensão civil concedida a JOANA DE ALMEIDA SOUZA-SLU. - DECISÃO Nº 8415/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de pensão civil vitalícia concedida a JOANA DE ALMEIDA SOUZA e temporária a NÁDIA LUIZ DE SOUZA, NIVALDO LUIZ DE SOUZA e NEUZA LUIZ DE SOUZA, visto à fl. 19 do processo; II - relevar o cumprimento parcial da diligência ordenada pela Decisão nº 10.208/96; III - determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal que, "a posteriori", promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) dê cumprimento ao item 3 da Decisão nº 10.208/96 (fl. 31); b) elabore novo título de pensão, em substituição ao de fl. 37, a fim de: - alterar o valor da "Gratificação de atividade-GAE" para Cr$ 779.084,91 e o da "Gratificação de Serviço de Limpeza Urbana-GLSU" para Cr$ 535.620,88; - fazer constar o nome da gratificação instituída pela Lei nº 342/92, no percentual de 55%, como sendo "Gratificação de Serviço de Limpeza Urbana", em vez de "Gratificação de Desempenho"; IV - excluir, por apostilamento, caso ainda não tenha feito, do rol de beneficiários da pensão, NIVALDO LUIZ DE SOUZA e NEUZA LUIZ DE SOUZA, em face dos mesmos haverem atingido a maioridade a partir de 04/11/94 e 12/08/93, respectivamente; V - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5608/93 - Aposentadoria de ALFREDO BISPO DE SANT'ANNA-FSS. - DECISÃO Nº 8416/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ALFREDO BISPO DE SANT'ANNA, visto às fls. 06 e 57/58 do processo; II - determinar à Fundação do Serviço Social que, "a posteriori" elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 61, a fim de corrigir o encerramento da contagem para 12/07/93, data em que o servidor completou a idade limite de permanência no serviço público, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria; III - alertar a jurisdicionada sobre a possibilidade de o interessado exercitar o direito de pleitear a revisão do tempo de serviço prestado a UNB, passando de 707 para 904 dias a averbação para fins de aposentadoria e adicional.

PROCESSO Nº 0329/96 (apensos os de nºs 040.002.007/95, 040.004.900/95 e 040.007.430/95) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa IV - Brazlândia, relativa ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 8417/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do

Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 72/92, considerando cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 10.490/96; II - relevar o atraso e a falha apontada quanto ao não atendimento do item II-D da Decisão mencionada; III - julgar REGULARES as contas do ordenador de despesa ADWAGNER DUTRA ALARCÃO, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, c/c o artigo 167, inciso I, do RI/TCDF, e REGULARES COM RESSALVAS as contas do ordenador de despesa RONAN BATISTA DE SOUZA, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, c/c o artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, tendo em vista o que consta da Decisão nº 14.550/95 desta Corte; IV - autorizar a expedição das respectivas provisões de quitação na forma indicada no item anterior; V - determinar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes e posterior arquivamento.

PROCESSO Nº 2439/96 - Procedimentos administrativos e judiciais relativos ao recebimento da doação que seria feita à Fundação Cultural do Distrito Federal pela empresa promotora da ÓPERA AÍDA. - DECISÃO Nº 8418/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 057/96-PRES/FCDF, 087/96-PRES/FCDF, 105/96-PRES/FCDF, 144/96-GAB/DEFER, 109/96-PRES/FCDF, 126/96-PRES/FCDF, 044/97-PRES-FCDF e 131/97-GAB-SUAUD, de fls. 17/19, 25,29, 34, 41 e 43, respectivamente; II - relevar os atrasos ocorridos no trâmite do processo; III - considerar satisfatoriamente cumpridas as diligências determinadas nos itens 1 e 2 da Decisão nº 745/96, fl. 02; IV - determinar o retorno dos autos à 2ª ICE para acompanhamento do tema mediante sua inclusão na pasta permanente de auditoria da entidade; V - autorizar o arquivamento dos autos, após cumprida a determinação do item anterior.

PROCESSO Nº 3471/96 - Aposentadoria de BENTA DA SILVA BARROS-FEDF. - DECISÃO Nº 8419/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - relevar o não cumprimento da diligência determinada por meio da Decisão nº 2728/97 (fl. 22); II - considerar legal, para fins de registro, o ato concessório visto à fl. 12 dos autos.

PROCESSO Nº 6558/96 - Auditoria de regularidade realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal para verificação da legalidade, para fins de registro, das admissões decorrentes do Concurso Público regulado pelo Edital nº 1/96. - DECISÃO Nº 8420/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da auditoria e dos documentos juntados às fls. 102/146 dos autos; II - considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões decorrentes do concurso público regulado pelo Edital 1/96-CLDF, publicado no DODF de 03/09/96: CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - Categoria profissional: Advogado - Carla Maria Martins Gomes, Denise Sankievicz, Fernando Augusto Miranda Nazaré , Henrique Leonardos Medeiros, Luis Eduardo Matos Toniol, Paulo Fernando Ramos Serejo; Categoria Profissional: Analista de Sistemas: Fernanda de Souza e Melo Ferreira de Araújo, Marcelo Dutra Vila Lima, Ney Barros Luz; Categoria profissional: Revisor Taquigráfico: Clarice Zanella, Edna Maria da Costa Vieira, Flávia Helena Ribeiro da Silva, Luna Andrade, Ivete Piccoli, Jayne Alves Rodrigues Garcia, Juliana Leite da Silva, Ludmila aires Ferreira, Luiza Hiroko Yamada Kuwae, Marcia Vieira Pacheco, Maria da Glória Dias dos Santos, Milene de Alencar Fernandes, Monique de Cabral Fagundes Pereira, Paulo Ricardo Esmeraldo de Oliveira, Quésia Silva de Farias, Rosineide Barreto Porto, Venessa de Carvalho Costa, Verônica Nunes de Oliveira; CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO - Categoria Profissional: Gráfico: José Teles de Albuquerque; Categoria profissional: Fotolitografista - Francisco Cristiano Bezerra, Silvio Roberto Carvalho da Fonseca; Categoria profissional: Técnico em Informática/ Manutenção - Jorge José Alves, Pedro Ubirajara Santos Botão; CARGO: ASSISTENTE LEGISLATIVO - Categoria profissional: Técnico de Segurança Legislativa - André Luis da Costa Leite, Angello Giuseppe de Medeiros Nasiasene, Carla Alvares da Silva Guimarães, Carla Saleh Gomes, Carlos Roberto dos Santos, Danilo da Costa Portela, Deir Moura da Costa, Elisete Helena de Brito, Emanoel de Assis Lessa, Evandro Diniz Cotta, Felipe Tavares Seixas, Jorgeval Silva Costa, Judson dos Santos, Leonardo Mendes Lacerda, Manuel Junior da Silva Sena, Marcos Sousa e Silva, Marlos Marques de Oliveira, Rodrigo Mauro de Melo Mendes Pinto, Walter Fernandes; III - determinar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, homologue, mediante publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, a última versão do novo resultado do concurso para o cargo de Assistente Legislativo (categoria Técnico de Segurança Legislativa) com base na qual foram feitas admissões posteriores a 30/01/98; IV - sobrestar a apreciação da legalidade das seguintes admissões para o cargo de Assistente Legislativo (categoria Técnico de Segurança Legislativa), até que a CLDF adote as providências indicadas no item anterior: Tácio Ferreira de Morais, Ademir Oliveira de Lima, Mauro Severino Dias, Rubens Flausino Amor, Antônio Rodrigues Teixeira, Edinaldo Dias da Silva, Roberto Rodrigues da Silva; V - autorizar o retorno do processo à 4ª ICE para aguardar o resultado das ações judiciais impetradas por alguns candidatos e para a verificação do cumprimento da determinação contida no item II.

PROCESSO Nº 6742/96 (apenso o de nº 000.001.118/96 e 1 volume) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 8421/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, incluindo o Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa, relativa ao exercício de 1995, dos documentos acostados às fls. 07/138 e do ofício de fl. 03, reiterado pelo de fls. 169 e 171; II - relevar o atraso apontado; III - recomendar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que: a) passe a elaborar Tomada de Contas Anuais da CLDF e do FASCAL em processos distintos; b) organize as Tomadas de Contas Anuais com os documentos pertinentes de modo a se dar cumprimento ao que determina o artigo 140 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal; c) passe a observar o artigo 50 do Decreto 16.098/94, de 29 de novembro de 1994, que, salvo algumas exceções, veda a emissão de Nota de Empenho posteriormente ao dia 15 de dezembro de cada ano; d) ultime providências no sentido de sanar as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 02/96; e) proceda aos registros contábeis em observância aos ditames do Decreto nº 16.098/94, da Lei 4.320/64 e dos Manuais e Princípios Contábeis, passando a considerar as retenções referentes às contribuições dos funcionários ao Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa como consignações; f) evite, sob pena de cominações legais previstas no título II, Capítulo V da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, a emissão de Nota de Empenho posteriormente ao dia 15 de dezembro, bem como a realização de despesas sem prévio empenho; g) tome as providências necessárias junto aos órgãos beneficiados com funcionários cedidos, no sentido retornar aos cofres da Câmara Legislativa os recursos despendidos com esses funcionários; h) instaure Tomadas de Contas Especiais com o objetivo de apurar possíveis danos ao Erário relacionados com o pagamento efetuado a mais a funcionários requisitados e com o armazenamento e distribuição de produtos químicos com validade vencida; i) procure capacitar o setor de material e patrimônio, tanto em termos tecnológicos como humanos, de modo a evitar os constantes desaparecimentos de bens móveis; j) passe a registrar operacional, contábil e financeiramente os bens produzidos pela Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica; IV - recomendar ao Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal que contabilize as contribuições dos associados, descontadas em folha pela CLDF, como receita de contribuição, conforme determina o plano de contas único; V - recomendar à Secretaria de Fazenda e Planejamento - SEFP que passe a registrar os repasses orçamentários à Câmara Legislativa do Distrito Federal como receita orçamentária ao invés de extra-orçamentária; VI - julgar regular a Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que inclui o Fundo de Assistência à Saúde da CLDF, relativa ao exercício de 1995, com as ressalvas constantes das letras a e b seguintes: a) realização de despesas sem prévio empenho em infringência ao art. 42 do Decreto nº 16.098/94, ao art. 60 da Lei nº 4.320/64 e ao art. 73 do Decreto-Lei nº 200/67; b) realização de empenho de despesa em data posterior ao dia 15 de dezembro, contrariando o art. 50 do Decreto nº 16.098/94; VII - determinar a expedição da devida provisão de quitação aos responsáveis nominados às fls. 141/142 dos autos; VIII - autorizar o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações sobre fatos isolados que venham a ser apurados pelo Tribunal, e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 0185/97 - Concurso público para o emprego de Advogado da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, aberto pelo Edital nº 179/96-IDR. - DECISÃO Nº 8422/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da auditoria realizada e dos documentos juntados às fls. 37/47; II - considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões no emprego de Advogado do Quadro de Pessoal da Companhia Imobiliária de Brasília -TERRACAP, oriundas do concurso de que trata o Edital nº 179/96-IDR: - Maria Julia Monteiro da Silva - Miguel Roberto Moreira da Silva - Paola Aires Correa Lima - Renato Magalhães Marques - Vitorino Pereira Batista - Viviane de Castro; III - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE para o oportuno exame da legalidade de futuras admissões decorrentes do citado certame.

PROCESSO Nº 0337/97 (apenso o de nº 082.011.394/96) - Aposentadoria de THOMAZ RABELLO CHAGAS-FEDF. - DECISÃO Nº 8423/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório visto às fls. 15/16 do processo apenso.

PROCESSO Nº 0560/97 (apenso o de nº 082.014.647/96) - Aposentadoria de ELZA ESTEVES DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8424/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato concessório visto às fls. 17/18 do processo apenso; II - alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação da Gratificação de Regência de Classe - GRC (Lei nº 696/94).

PROCESSO Nº 0655/97 (apenso o de nº 011.000.461/96) - Aposentadoria de ALZIRA CAETANO VASCONCELOS-DEFER. - DECISÃO Nº 8425/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3485/97 - Relatórios emitidos pelo SISCOEX, referentes à Secretaria de Transportes do Distrito Federal, no exercício de 1997. - DECISÃO Nº 8426/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos relatórios emitidos pelo SISCOEX, relativos à execução orçamentária da despesa da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, no exercício de 1997, e dos documentos acostados aos autos às fls. 51/80; II - autorizar a apensação do processo à tomada de contas anual de 1997 da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

PROCESSO Nº 0420/98 - Avaliação dos controles internos da Região Administrativa III - Taguatinga. - DECISÃO Nº 8427/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados da avaliação dos controles internos da Administração Regional de Taguatinga - RA III; II - dar conhecimento à Administração Regional de Taguatinga - RA III e às Secretarias de Fazenda e Planejamento e de Governo dos pontos de controle identificados ao longo dos trabalhos de auditoria, constantes do Quadro Demonstrativo de fls. 17 a 20; III - informar ao jurisdicionado que é de sua responsabilidade, e também dos órgãos de supervisão e de controle, planejar, instalar e supervisionar sistema de controle interno, assim como adotar medidas tendentes ao fortalecimento e adequação dos mesmos; IV - em decorrência do item anterior, assinar prazo de 90 (noventa) dias para que: a) a Administração Regional de Taguatinga - RA III se manifeste, indicando as medidas saneadoras implementadas no sentido de providenciar a correção das irregularidades apontadas, e as que forem adotadas com a finalidade de evitar que os problemas indicados não voltem a ocorrer, informando o prazo necessário à efetivação das mesmas; b) os órgãos abaixo elencados, respeitadas suas respectivas competências, e de forma coordenada com as determinações constantes da Decisão nº 6832/98, adotada no âmbito do Processo nº 2692/98, indiquem as medidas saneadoras a serem implementadas relativamente as falhas apontadas: b.1 - Secretaria de Fazenda e Planejamento; b.2 - Secretaria de Governo; b.3 - Procuradoria-Geral do Distrito Federal; V - alertar a jurisdicionada de que a falta de providências ou a adoção de medidas insuficientes poderá ensejar a responsabilização da Administração, por omissão ou desídia, caso se identifique ocorrência de irregularidades resultantes da fragilidade dos controles internos.

PROCESSO Nº 0682/98 - Avaliação dos controles internos da Região Administrativa VIII - Núcleo Bandeirante. - DECISÃO Nº 8428/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados da avaliação dos controles internos da Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII; II - dar conhecimento à Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII e às Secretarias de Fazenda e Planejamento e de Governo dos pontos de controle identificados ao longo dos trabalhos de auditoria, constantes do Quadro Demonstrativo de fls. 21a 25; III - informar ao jurisdicionado que é de sua responsabilidade, e também dos órgãos de supervisão e de controle, planejar, instalar e supervisionar sistema de controle interno, assim como adotar medidas tendentes ao fortalecimento e adequação dos mesmos; IV - em decorrência do item anterior, assinar prazo de 90 (noventa) dias, para que: a) a Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA-VIII se manifeste, indicando as medidas saneadoras implementadas no sentido de providenciar a correção das irregularidades apontadas, e as que forem adotadas com a finalidade de evitar que os problemas indicados não voltem a ocorrer, informando o prazo necessário à efetivação das mesmas; b) os órgãos abaixo elencados, respeitadas suas respectivas competências, e de forma coordenada com as determinações constantes da Decisão nº 6832/98, adotada no âmbito do Processo nº 2692/98, indiquem as medidas saneadoras a serem implementadas relativamente as falhas apontadas: b.1 - Secretaria de Fazenda e Planejamento; b.2 - Secretaria de Governo; b.3 - Procuradoria Geral do Distrito Federal; V - alertar a jurisdicionada de que a falta de providências ou a adoção de medidas insuficientes poderá ensejar a responsabilização da Administração, por omissão ou desídia, caso se identifique ocorrência de irregularidades resultantes da fragilidade dos controles internos.

PROCESSO Nº 0897/98 (apensos os de nºs 2195/97, 3276/97 e 4697/97) - Balancete do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, relativo ao 4º trimestre de 1997. - DECISÃO Nº 8429/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos Balancetes do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, relativos aos quatro trimestres de 1997, dos documentos de fls. 74/184 e do resultado da inspeção; II - autorizar a apensação dos autos ao processo de prestação de contas anual do órgão, com vista a subsidiar sua análise.

PROCESSO Nº 1719/98 (apensos os de nºs 7280/91 e 082.000.440/98) - Pensão civil concedida a EULER DAS DORES PEREIRA DE SOUSA e outras-FEDF. - DECISÃO Nº 8430/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registo; a) o ato de concessão da pensão civil vitalícia a EULER DAS DORES PEREIRA DE SOUSA e temporária a MARIA TEREZA DE SOUSA SILVEIRA e JOÃO PEDRO DE SOUSA SILVEIRA, instituída pelo ex-servidor YRANY SILVEIRA, visto à fl. 22 do Processo nº 082.000.440/98, apenso aos autos; b) o ato de aposentadoria de YRANY SILVEIRA, visto à fl. 12 do Processo nº 082.009.186/91, apenso ao de nº 7280/91-TCDF; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, "a posteriori", junte ao Processo nº 082.000.440/98 comprovante, fornecido pela viúva do instituidor da pensão, de que vivia sob sua dependência econômica.

PROCESSO Nº 4193/98 - Relatórios de Acompanhamento de gestão via SISCOEX da Região Administrativa III - Taguatinga, referentes ao exercício de 1998. - DECISÃO Nº 8431/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 01/13, relevando as falhas apontadas; II - considerar irregulares as despesas objeto das NEs nºs 85, 121, 166 e 190/98, pela extrapolação do valor do limite fixado para a modalidade de licitação evocada, relevando a aplicação da multa prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94; III - determinar à Região Administrativa III - Taguatinga que proceda à correção dos Programas de Trabalho das despesas representadas pelas NEs nºs 18, 19 e 20/98, por conterem afinidade maior com o "Funcionamento da Unidade; IV - recomendar à mesma Administração Regional que observe as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal - Decreto nº 16.098/94 - no preenchimento de Notas de Lançamento, assim como atente para a determinação contida no item VII, letra "b", da Decisão nº 5413/96, quando da emissão

de Nota de Empenho, pois o descumprimento de tais normas poderá ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 4443/98 - Contendo o Ofício nº 1217/98-SUAD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo para remessa a esta Corte do Processo nº 072.000.054/98. - DECISÃO Nº 8432/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/02; II - conceder a prorrogação de prazo, até 29/10/98, para remessa a esta Corte do Processo nº 072.000.054/98, que trata da Tomada de Contas Anual do Ordenador de Despesa da EMATER/DF, relativa ao exercício de 1997; III - autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

**RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**

PROCESSO Nº 3400/87 - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento dos bens elencados às fls. 2/3. - DECISÃO Nº 8433/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5036/90 (apenso o de nº 095.003.373/90) - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília para apurar responsabilidades pelo prejuízo causado à Jurisdicionada, em razão do pagamento de verbas rescisórias com atraso, ensejando aplicação da sanção prevista no art. 477 da CLT. - DECISÃO Nº 8434/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0775/91 (anexo o de nº 7552/91) - Aposentadoria e revisão dos proventos de VITAL DE MORAES ANDRADE-SEA. - DECISÃO Nº 8435/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, com vistas ao atendimento da medida indicada à fl. 230, "in fine".

PROCESSO Nº 3624/91 (apenso o de nº 5966/93 e 7 volumes) - Irregularidades verificadas na cessão de empregados pela Companhia Urbanizadora na Nova Capital do Brasil para outros órgãos. - DECISÃO Nº 8436/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6689/91 (apenso o de nº 054.000.744/91) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados em veículo oficial. - DECISÃO Nº 8437/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7343/91 - Contendo o Ofício nº 803/98-PRES, mediante o qual a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 8438/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 482 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada, sem prejuízo de se solicitar ao Sr. Consultor Jurídico do Gabinete do Sr. Governador informação sobre o andamento do Processo nº 112.004.452/95.

PROCESSO Nº 0191/93 - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília para apurar responsabilidades pela existência de pagamentos indevidos a servidores, em decorrência de decisão judicial. - DECISÃO Nº 8439/98.- O Tribunal, de acordo com voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 1267/98-SUAD/SEFP e concedeu a prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15.10.98, para a remessa da TCE objeto do Processo nº 095.002882/91.

PROCESSO Nº 5169/93 (apenso o de nº 073.001.896/92) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens de sua propriedade. - DECISÃO Nº 8440/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5315/93 (apenso o de nº 054.000.425/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal, decorrente do desaparecimento de materiais de consumo. - DECISÃO Nº 8441/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, autorizou a restituição do processo apenso à PMDF para que possa cumprir a diligência determinada na Sessão de 11.08.98.

PROCESSO Nº 0589/94 (apensos os de nºs 054.000.107/94 e 054.000.580/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8442/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3354/94 (apenso o de nº 082.007.637/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 8443/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do documento de fl. 119 do apenso, considerando cumprida a diligência expressa na Decisão nº 631/98 (fl. 165); b) negar provimento ao recurso de reconsideração impetrado pelo servidor JORGE LUIZ LASNEAUX (fls. 99/143); c) com fulcro nos arts. 26 da Lei Complementar nº 01/94 e 173 do RI, autorizar a notificação do referido servidor para, no prazo de 30 dias, recolher aos cofres da FEDF o valor do seu débito, equivalente a 840,1468 UFIRs, a ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir de 1º.07.98.

PROCESSO Nº 0709/95 (apenso o de nº 053.000.295/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8444/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1349/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 8445/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1894/95 (apenso o de nº 082.003.451/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8446/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3140/95 (apensos os de nºs 101.000.043/93 e 101.000.245/94) - Prestação de contas relativa à aplicação de recursos de Subvenções Sociais, repassados pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal à Associação dos Moradores do Projeto Lúcio Costa, referente ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 8447/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3198/95 (apenso o de nº 075.000.016/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília para a apurar responsabilidades pela quebra de estoque sobre vendas, constatada em inventário realizado no PV-41, no dia 08.02.95. - DECISÃO Nº 8448/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3465/95 (apenso o de nº 061.022.604/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8449/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3703/95 (apenso o de nº 075.000.237/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília para apurar responsabilidades pela quebra de estoque sobre vendas acima do limite regulamentar, constatada por ocasião do inventário realizado no MM-18. - DECISÃO Nº 8450/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4214/95 (apenso o de nº 131.000.134/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa II - Gama para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de 394 (trezentos e noventa e quatro) litros de lubrificantes, que se encontravam sob a responsabilidade da Seção de Transportes - Divisão de Administração Geral, da RA-II. - DECISÃO Nº 8451/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4361/95 (apensos os de nºs 2556/96 e 040.007.954/95) - Ofício nº 1.271/SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8452/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 46 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 4896/95 (apensos os de nºs 3336/96 e 101.000.252/94) - Prestação de contas do Convênio nº 34/89 e aditivos, firmados entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Vila São José Bento Cottolengo. - DECISÃO Nº 8453/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5182/95 (apensos os de nºs 2287/94 e 3917/95) - Ofício nº 1.267/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial (Proc. 150.000522/95). - DECISÃO Nº 8454/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 33 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 5490/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8455/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5668/95 - Ressarcimento de valores pagos indevidamente a empresas contratadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil em virtude de interpretação deste Tribunal sobre a aplicação dos dispositivos das Leis nºs 8.178/91 e 8.276/91. - DECISÃO Nº 8456/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6421/95 (apenso o de nº 082.022.642/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados às instalações das dependências da Escola Classe 511 de Samambaia. - DECISÃO Nº 8457/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) nos termos dos arts. 17, III, d, e 20, da Lei Complementar nº 01/94 e 167, III, "d", do Regimento Interno, julgar irregulares as contas em apreço, considerando o servidor NILDO DO CARMO NASCIMENTO em débito com a Fundação Educacional do DF, conforme apurado nos autos; b) na forma e termos regimentais, vencida a fase recursal, autorizar a notificação do devedor, para recolher aos cofres da referida entidade o valor atualizado do débito que corresponde a 566,5797 UFIR's.

PROCESSO Nº 1134/96 - Contendo o Ofício nº 1.267/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial (Proc. nº 030.008396/96). - DECISÃO Nº 8458/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 70 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 1589/96 - Contendo o Ofício nº 1.267/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para atendimento de determinação da Corte (Proc. nº 148.000597/95). - DECISÃO Nº 8459/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do Ofício de fls. 49 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 2098/96 - Resultado de auditoria programada levada a efeito na Secretaria de Turismo do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 8460/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4180/96 (apenso o de nº 093.000.877/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Energética de Brasília para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8461/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6010/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8462/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6902/96 - Contendo o Ofício nº 1267/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial (Proc. nº 053.000461/83). - DECISÃO Nº 8463/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 31 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 7196/96 (apenso o de nº 121.131.580/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar responsabilidades pelos pagamentos de multa e custas processuais incidentes sobre o pagamento intempestivo da rescisão do contrato de trabalho da ex-empregada Regina Coeli Carvalho Padilha. - DECISÃO Nº 8464/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) determinar a citação dos responsáveis para apresentarem defesa quanto ao débito equivalente a 3.893,42 UFIR's que lhes é atribuído solidariamente.

PROCESSO Nº 7521/96 (apenso o de nº 030.000.344/97) - Tomada de contas especial instaurada pelo Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal para apurar responsabilidades por irregularidades ocorridas na Tesouraria do IPDF. - DECISÃO Nº 8465/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) nos termos dos arts. 17, III, "d", e 20, da Lei Complementar nº 01/94 e 167, III, "d", do Regimento Interno, julgar irregulares as contas em apreço, considerando o servidor FRANCISCO CARLOS DE ARAÚJO em débito com o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF - IPDF, pelo montante de 2830,53 UFIR's conforme apurado nos autos; b) na forma e termos regimentais, vencida a fase recursal, autorizar a notificação do devedor, para recolher aos cofres do referido órgão o valor atualizado do débito.

PROCESSO Nº 1148/97 - Contendo o Ofício nº 1267/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial (Proc. nº 135.000244/97). - DECISÃO Nº 8466/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 25 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 3436/97 - Contendo o Ofício nº 1147/98, mediante o qual o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo para remessa de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8467/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 44 e concedeu a prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, a partir do conhecimento desta decisão, para a remessa da TCE.

PROCESSO Nº 3772/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 8468/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3875/97 - Contendo o Ofício nº 1.267/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial (Proc. nº 030.007126/97). - DECISÃO Nº 8469/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 45 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 5041/97 (apenso o de nº 081.000.817/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelas irregularidades constatadas no consumo de água e uso de esgotos da FCDF e de Próprios Culturais (Processo nº 081.000.817/96). - DECISÃO Nº 8470/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5263/97 (apenso o de nº 082.009.749/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pela não prestação de contas dos recursos liberados ao Diretor Regional de Ensino de Planaltina, Sr. ELSON FERREIRA CARDOSO, no valor de R$ 1.600,00, constante do Processo nº 082.009.749/97. - DECISÃO Nº 8471/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5298/97 - Contendo o Ofício nº 358/98, mediante o qual o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8472/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 30 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

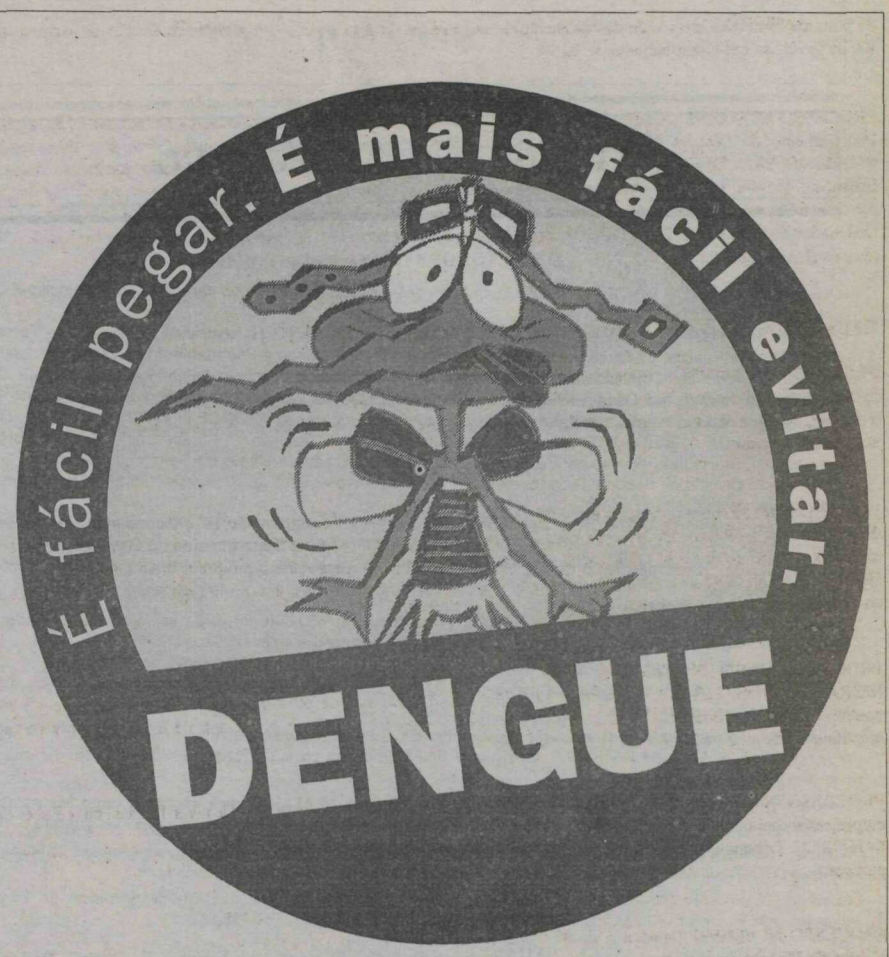
Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Procurador-Geral do Ministério junto à Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, que dela fez uso por duas vezes:

Pela primeira, requereu ao Plenário que fosse dispensada, em caráter excepcional, a remessa ao Ministério Público de processos de Tomada de Contas Especial - TCE de valor inferior ao de alçada, tendo em vista que, como reiteradamente tem ocorrido, aquele órgão não mais se manifesta nesse tipo de processo (Parecer MP/TCDF nº 3.1040/97; Processo nº 1392/96).

Na segunda, o Procurador-Geral distribuiu aos membros do Plenário o endereço eletrônico da pauta, requerendo, novamente, a colaboração para lançamento prévio dos processos, a fim de que esses estudos preliminares, iniciados na gestão do Presidente JORGE CAETANO, com o eficiente apoio de integrantes do Núcleo de Informática e Processamento de Dados, pudessem agilizar a implantação definitiva da pauta, com publicação prévia no Diário Oficial do Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar, às 12h10, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ELMIZ ANTONIO ROCHA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata -contendo 145 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto à Corte.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, RONALDO COSTA COUTO, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS.



# SEÇÃO II

# ATOS DO PODER EXECUTIVO

## DECRETOS DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- Tornar sem efeito a nomeação de GILDA ALMEIDA DOS SANTOS, matrícula nº 43.133-8, Técnico de Administração Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Biblioteca, Símbolo DFG-11, da Divisão de Suporte Técnico, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, por não ter tomado posse em tempo hábil, conforme publicação no DODF nº 175, página 14, de 15/09/98.
- Nomear GILDA ALMEIDA DOS SANTOS, matrícula nº 43.133-8, Técnico de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Biblioteca, Símbolo DFG-11, da Divisão de Suporte Técnico, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretária de Administração do Distrito Federal.
- Exonerar, a pedido, MARIA CRISTINA GONÇALVES REIS, matrícula nº 80.217-4, do Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Tecnologias e Metodologias, Símbolo DFG-11, do Departamento de Capacitação de Pessoal, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a partir de 06/10/98.

Exonerar SILVANA GAMA MONTEIRO FERREIRA, matrícula nº 45.227-0, do cargo em comissão de Encarregado, Símbolo DFG-02, da Assessoria Administrativa do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento.

Exonerar MARIA DE JESUS RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 45.956-9, do cargo em comissão de Encarregado, Símbolo DFG-01, da Assessoria Administrativa do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento, por estar sendo nomeada para exercer outro cargo.

Mandar cessar o pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete, categoria Auxiliar, Símbolo GEG-03, da servidora AURENI MARIA ARAÚJO DA SILVA, matrícula nº 38.832-7, da Secretaria de Fazenda e Planejamento, por estar sendo nomeada para exercer outro cargo.

Nomear MARIA DE JESUS RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 45.956-9, para exercer o cargo em comissão de Encarregado, Símbolo DFG-02, da Assessoria Administrativa do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento.

Nomear AURENI MARIA ARAÚJO DA SILVA, matrícula nº 38.832-7, para exercer o cargo em comissão de Encarregado, Símbolo DFG-01, da Assessoria Administrativa do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento.

Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete, categoria Auxiliar, Símbolo GEG-03, da Secretaria de Fazenda e Planejamento, ao servidor MOACYR FERNANDO DE ANDRADE, matrícula nº 41.301-1.

**Nomear, NILZA DA COSTA TAVARES, Assistente Superior de Saúde, 2º Classe, Padrão III (Enfermeiro), Matrícula Nº129.507-1, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 11 da Direção Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

**Exonerar, à pedido, JOSE FRANCISCO DE CARVALHO, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão IV (Médico-Sanitarista) Matrícula Nº 119.815-7, do Cargo em Comissão de Assistente Técnico do Diretor Regional da Direção Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFA-10, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

**Exonerar, por ter sido nomeada para ocupar outro Cargo, MARLI VIRGINIA GOMES MACEDO LINS E NOBREGA, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão I (Médico-Gineco.e Obstetricia) Matrícula Nº 127.043-5, do Cargo em Comissão de Chefe da Unidade de Ginecologia e Obstetricia da Divisão Recursos Médico-Assistenciais da Direção Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal..**

**Nomear, MARLI VIRGINIA GOMES MACEDO LINS E NOBREGA, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão I (Médico-Gineco.e Obstetricia) Matrícula Nº 127.043-5, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente Técnico do Diretor Regional da Direção Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFA-10, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

**Exonerar, à pedido, ISMAEL SANTOS SOUSA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo ), Matrícula Nº 113.870-7, do Cargo em Comissão de Encarregado de Farmácia da Seção de Farmácia da Divisão de Recursos Materiais do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 16.10.98.**

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:**

**I - EXONERAR, a pedido, LUIZ LUCAS DA CONCEIÇÃO, Subprocurador-Geral do Distrito Federal, matrícula nº 33.580-0, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do cargo em comissão, Símbolo CNE-05 de Procurador-Chefe da 3ª Subprocuradoria, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.**

**II - NOMEAR, SANDRA CRISTINA DE ALMEIDA TEIXEIRA, Procuradora do Distrito Federal de 1ª Categoria, matrícula nº 48.594-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para o cargo em comissão, Símbolo CNE-05 de Procurador-Chefe da 3ª Subprocuradoria, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.**

**CRISTOVAM BUARQUE**

DESPACHOS DO GOVERNADOR
Em 5 de novembro de 1998

**PROCESSO N.º: 092.006.205/98, INTERESSADO : MARCELO ANTONIO TEIXEIRA PINTO, ASSUNTO : AFASTAMENTO DO PAÍS**

1. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento do País, com destino a Lima, Peru, no período de 31 de outubro a 06 de novembro do corrente ano, do servidor, **MARCELO ANTONIO TEIXEIRA PINTO**, matrícula nº 49.000-8, da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, a fim de participar do Congresso da Asociación Interamericana de Ingenieria Sanitária e reunião do Programa de Pesquisa de Saneamento - PROSAB, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção de seus vencimentos normais e demais vantagens fixas.
2. Publique-se e encaminhe-se à Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB para as providências pertinentes.

PROCESSO N.º: 030.007.649/98. INTERESSADA: DENISE YOSHIE TAKAHASHI OBARA. ASSUNTO: Afastamento do País
1. Autorizo, nos termos do Decreto n.º "N" 542, de 17 de novembro de 1966, combinado com o artigo 95, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a dispensa de ponto da servidora Denise Yoshie Takahashi Obara, matrícula n.º 49.807-6, Assessora da Coordenação para Assuntos Internacionais, símbolo DFA-11, no período de 25 de dezembro de 1998 a 05 de março de 1999, a fim de participar do *"Programa Especial de Estágio: Treinamento Técnico"*, oferecido pelo Governo da Província de Saitama – Japão, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção do vencimento e demais vantagens fixas.
2. Publique-se e encaminhe-se à Secretaria de Governo do Distrito Federal, para os fins pertinentes.

CRISTOVAM BUARQUE

# SECRETARIA DE GOVERNO

## PORTARIA Nº 13, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

**O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**, no uso das atribuições regimentais e conforme estabelecido na alínea "a" do item 1.1 da Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998, e, ainda, o que preceitua o artigo 1º do Decreto nº 13.993, de 11 de junho de 1992, atendendo o estabelecido no artigo 51, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, resolve:
I - Designar, como membros da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Governo **MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS**, matrícula nº 43.729-8, **IVONILDO BRAGA MAGALHÃES**, matrícula nº 43.829-4, **DENIZE MOREIRA RIZÉRIO**, matrícula nº 25.418-5, **JACKELINE BARBOSA MONTENEGRO**, matrícula nº 30.577-4 e **VERÔNICA BAHIA MOURA**, matrícula nº 33.693-9, para, sob a presidência do primeiro, constituir a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Governo, dando prosseguimento aos trabalhos iniciados e/ou processados.
II - O Presidente da Comissão de que trata o inciso anterior será substituído pelo membro **JACKELINE BARBOSA MONTENEGRO**, matrícula nº 30.577-4, nas suas faltas e impedimentos legais.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
V - Revogam-se as disposições em contrário.

LUIZ ANTONIO M. REBELLO

## PORTARIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

**O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**, no uso das atribuições regimentais e estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993, e o disposto no artigo 9º, do Decreto nº 18.687, de 09 de outubro de 1997, combinado com a Portaria de 25 de setembro de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 184, de 28 de setembro de 1998, resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como representantes da Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON, para compor a COMISSÃO INTERNA DE QUALIDADE AMBIENTAL DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL:

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|---|---|---|
| Arlete Silveira da Silva | 92.262-5 | Membro Auxiliar |
| Isabel Guimarães Correa | 48.578-0 | Suplente de Membro Auxiliar |
| Sérgio Erom Marques | 39.764-4 | Membro Auxiliar |
| Carlogene Mariano Carvalho | 26.886-0 | Suplente de Membro Auxiliar |

JOSÉ CARLOS TEATINI

# SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

# ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

## ORDEM DE SERVIÇO DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998

**A ADMINISTRADORA REGIONAL DO CRUZEIRO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXIII, do artigo 53, do Regimento Interno da Administração Regional do Cruzeiro, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
**Designar** os servidores **EMERENCIANA DO SOCORRO PONTES JARDIM**, matrícula nº 40.951-0, Assessora de Gabinete, **LAURA APARECIDA DOS SANTOS**, matrícula nº 44.615-7, Secretário Administrativo da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, **MARIA ESTER LIMA**, matrícula nº 42.743-8, Auxiliar de Administração Pública, **FRANCISCO CARMO DE CASTRO**, matrícula nº 41.529-4, Chefe da Seção de Arquivo Técnico, **VICENTE DA MOTA GOMES**, Auxiliar de Atividades Jurídicas, **JUCELMA FERNANDES DE DEUS**, matrícula nº 48.166-1, Secretário Administrativo da Assessoria Técnica, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, comporem a Comissão para realizar Inventário dos Bens Patrimoniais pertencentes a esta RA-XI, referente ao exercício de 1998. O prazo de entrega do relatório final fica subordinado ao prazo definido pela SEFP.

ANADETE GONÇALVES REIS

# ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

## ORDENS DE SERVIÇO DE 3 DE NOVEMBRO DE 1998

**A ADMINISTRADORA REGIONAL DO PARANOÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o disposto no Parágafo Único do artigo 07 do Decreto nº 13.447, de setembro de 1991, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97 , item III a) da Lei 8.112/90, resolve:**
**CONCEDER licença Gala aos servidores abaixo discriminados:**

**OZELITA DE SOUZA MAIA, matrícula 43.745-X, no período de 01/09 a 08/09/1998;**
**FLÁVIO DE ANDRADE MONTEIRO, matrícula 41.185-X, no período de 28/09 a 05/10/98;e**
**JOAQUIM DE OLIVEIRA MAGALHÃES, matrícula 91.318-9, no período de 16/10 a 23/10/98.**
A ADMINISTRADORA REGIONAL DO PARANOÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o disposto no Parágrafo Único do Artigo 07 do Decreto nº 13.447, de setembro de 1.991, resolve:

**CANCELAR o pagamento de Indenização de Transporte, previsto no Decreto acima mencionado dos servidores discriminados abaixo:**

**INTERESSADO: FELIPE SOARES NEVES**
**MATRÍCULA : 91.483-5**
**CARGO : INSPETOR DE OBRAS**
**A PARTIR DE : 17/08/98**

MARIA DELSIONE DA SILVA

## ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 53, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e tendo em vista o constante do Processo n.º 132.003466/98. resolve: DESIGNAR, nos termos do inciso II do artigo 13 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto n.º 16.098 de 29 de novembro de 1994, ALLIED GONÇALVES TONIN, Inspetor de Obras, Matrícula n.º 91.261-1 para ser EXECUTOR do Convite 67/98 ( Obra de captação de águas pluviais na ligação da BR 070 - QNH/ Taguatinga – DF ) celebrado entre a Administração Regional de Taguatinga – RA-III e a firma MEVATO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. Publique-se e encaminhe-se a DAG para providências complementares.

RONALDO SEGGIARO DE ALMEIDA

# SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIAS DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no artigo 105, parágrafo único, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e com base nos fatos constantes do Processo nº 030.012.988/93, resolve:
Designar os servidores FÁBIO SOARES JANOT, Procurador do Distrito Federal, matrícula nº 45.781-7, MARIA DE OLIVEIRA COSTA RIBEIRO, Assessora do Instituto de Ciência e Tecnologia - ICT, matrícula nº 68.100-8, ADEMAR FERRACIOLI, Chefe do Serviço de Tomada de Contas da SRF/SEA, matrícula nº 28.736-9 e PAULO MENDES DO NASCIMENTO, Encarregado do Serviço de Tomada de Contas da SRF/SEA, matrícula nº 21.577-5, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Tomada de Contas Especial, incumbida de apurar, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos constantes do processo acima citado.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 164, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda as razões apresentadas pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria de 13 de agosto de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 154, do mesmo mês e ano, para apuração dos fatos constantes do Processo nº 030.006.515/98, resolve:
Designar o servidor FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE, Analista de Finanças e Controle, matrícula nº 30.786-6, para apresentar defesa escrita no prazo de vinte dias, na qualidade de Defensor Dativo da servidora BELANISSE BARBOSA DE SOUZA, Técnica de Orçamento, matrícula nº 22.396-4, em virtude da não apresentação da respectiva defesa no prazo legal, consoante preceitua o art. 161, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, relativamente ao processo em epígrafe.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 56 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, combinado com o inciso III, do artigo 1º do Decreto nº 7.755, de 07 de novembro de 1983, resolve:

1 - Instaurar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de apurar denúncias de irregularidades, apontadas pela Comissão de Sindicância relativa ao Processo nº 030.001.608/98.
2 - Designar as servidoras HELOIZA MONZILLO DE ALMEIDA, Procuradora do Distrito Federal, matrícula nº 48.011-8, GLÓRIA MARIA DE CARVALHO REZENDE, Analista de Administração Pública, matrícula nº 40.401-2, e IVONE PEREIRA LEITÃO COELHO, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 80.105-4, para sob a presidência da primeira, comporem a comissão acima citada.
3 - A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, para apresentar suas conclusões, nos termos do art. 152, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 105, parágrafo único, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Designar os servidores MARIA DE FÁTIMA BRASIL DE MIRANDA, matrícula nº 19.508-1, BEATRIZ HELENA RAMOS PUPE, matrícula nº 92.008-8, PAULO CÉSAR SOARES LOUREIRO, matrícula nº 91.540-8, ROSENILDA MARIA DE SOUSA SANTOS, matrícula nº 31.054-9 e MÔNICA LIMEIRA DA SILVA, matrícula nº 38.911-0, para, sob a presidência da primeira, constituírem Grupo de Trabalho incumbido de realizar o Levantamento Físico de bens patrimoniais imóveis utilizados pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, objeto do Decreto nº19.163, de 08 de abril de 1998, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme Processo nº 030.007.363/98.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

**ASSINATURA SEMESTRAL**

| Retirada no Anexo do Palácio do Buriti | Remessa via Correios |
|---|---|
| R$ 87,12 | R$ 223,08 |

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

## COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

A ENCARREGADA DA SINDICÂNCIA, designada pela Portaria de 04 de novembro de 1998, publicada no DODF nº 210 de 05 de novembro de 1998, do Senhor Secretário de Administração do Distrito Federal, resolve:
1.Designar, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 149, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a servidora MARIA MARCIA DA SILVA UCHÔA, matrícula nº. 4.153 - x, Assistente Intermediário em Serviços Sociais, para exercer a função de Secretária da Sindicância, relativa ao Processo nº 060.002.674/98 .

LEDAMAR SOUSA RESENDE
Sindicante

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇAO DE PESSOAL-SRH/SEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, resolve averbar os tempos de serviço prestados pelos servidores abaixo:

Processo: 030.007.729/98; Nome: José Ferreira Lima; Matrícula: 22.395-6; Cargo: Fiscal de Concessões e Permissões; averba: 610 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 25/08/70 a 25/04/72, contados para efeito de aposentadoria (Pensionista Maria de Nazaré Ribeiro Lima, matrícula nº 92.573-X), Retificação.
Processo: 030.007.729/98; Nome: José Ferreira Lima; Matrícula: 22.395-6; Cargo: Fiscal de Concessões e Permissões; averba: 1.865 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 23/05/73 a 30/06/78, contados para efeito de aposentadoria (Pensionista Maria de Nazaré Ribeiro Lima, matrícula nº 92.573-X) Retificação.
Processo: 030.007.729/98; Nome: José Ferreira Lima; Matrícula: 22.395-6; Cargo: Auxiliar de Administração Pública; averba: 1.102 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/07/78 a 06/07/81, contados para efeito de aposentadoria (Pensionista Maria de Nazaré Ribeiro Lima, matrícula nº 92.573-X) Retificação.
Processo: 030.007.764/98; Nome: Pedro de Cerqueira Leite; Matrícula: 22.680-7; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 89 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 02/04/73 a 29/06/73, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 030.007.764/98; Nome: Pedro de Cerqueira Leite; Matrícula: 22.680-7; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 105 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 13/07/73 a 25/10/73, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 030.007.764/98; Nome: Pedro de Cerqueira Leite; Matrícula: 22.680-7; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 130 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/11/73 a 10/03/74, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 030.004.919/90; Nome: Vera Lúcia Gurgel Sasaki; Matrícula: 28.834-9; Cargo: Analista de Orçamento; averba: 3.612 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 24/09/79 a 13/08/89, contados para efeito de aposentadoria (Retificação).
Processo: 040.012.193/98; Nome: Adão Rodrigues de Paulo; Matrícula: 30.166-3; Cargo: Técnico Tributário; averba: 169 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 07/01/80 a 23/06/80, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 132.003.438/98; Nome: Ana Pereira dos Santos Costa; Matrícula: 30.957-5; Cargo: Técnico de Finanças e Controle; averba: 42 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 02/06/72 a 13/07/72, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 030.010.892/93; Nome: Sônia Messenberg Guimarães; Matrícula: 39.321-5; Cargo: Auxiliar de Administração Pública; averba: 4.443 dias, conforme certidão expedida pelo GDF, no período de 15/05/80 a 13/07/92, contados para efeito de adicional e aposentadoria.
Processo: 143.000.034/97; Nome: Normélia Kátia de Assis; Matrícula: 43.043-9; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 632 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/06/84 a 22/02/86, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 143.000.034/97; Nome: Normélia Kátia de Assis; Matrícula: 43.043-9; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 46 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 03/03/86 a 17/04/86, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 143.000.034/97; Nome: Normélia Kátia de Assis; Matrícula: 43.043-9; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 147 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 20/05/86 a 13/10/86, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 143.000.034/97; Nome: Normélia Kátia de Assis; Matrícula: 43.043-9; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 59 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/11/86 a 29/12/86, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 143.000.034/97; Nome: Normélia Kátia de Assis; Matrícula: 43.043-9; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 1.187 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/04/87 a 30/06/90, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 143.000.034/97; Nome: Normélia Kátia de Assis; Matrícula: 43.043-9; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 104 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 26/09/90 07/01/91, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 030.008.029/98; Nome: Rosinete Alves de Carvalho; Matrícula: 43.196-6; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 200 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 02/08/82 a 17/02/83, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 030.008.029/98; Nome: Rosinete Alves de Carvalho; Matrícula: 43.196-6; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 29 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 15/07/83 a 12/08/83, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 030.008.029/98; Nome: Rosinete Alves de Carvalho; Matrícula: 43.196-6; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 2.108 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/03/85 a 07/12/90, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 030.008.029/98; Nome: Rosinete Alves de Carvalho; Matrícula: 43.196-6; Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: 1.398 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 10/12/90 a 07/10/94, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 040.011.164/95; Nome: Carlos Matos; Matrícula: 46.186-5; Cargo: Auditor Tributário; averba: 547 dias, conforme certidão expedida pelo FEDF, no período de 01/09/70 a 29/02/72, contados para efeito de adicional e aposentadoria (Retificação).
Processo: 020.000.669/98; Nome: Isabel Rodrigues Paes de Andrade Banhos; Matrícula: 46.546-1; Cargo: Procurador do DF; averba: 1.102 dias, conforme certidão expedida pelo STJ, no período de 08/09/92 a 14/09/95, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 020.000.669/98; Nome: Isabel Rodrigues Paes de Andrade Banhos; Matrícula: 46.546-1; Cargo: Procurador do DF; averba: 1.298 dias, conforme certidão expedida pela Câmara dos Deputados, no período de 21/03/85 a 08/10/88, contados para efeito de aposentadoria.

Processo: 020.001.070/98; Nome: Antônio Carlos Alencar Carvalho; Matrícula: 47.681-1; Cargo: Procurador do DF; averba: 1.327 dias, conforme certidão expedida pela Justiça Federal, no período de 06/08/92 a 24/03/96, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 138.002.232/98; Nome: Rosemeire Pereira Bonfin; Matrícula: 91.555-6; Cargo: Analista de Administração Pública; averba: 1.341 dias, conforme certidão expedida pela FEDF, no período de 30/06/94 a 01/03/98, contados para efeito de adicional e aposentadoria.
Processo: 040.012.021/98; Nome: Débora Jeane de Oliveira Batista; Matrícula: 92.052-5; Cargo: Auxiliar de Administração Pública; averba: 88 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 02/01/91 a 30/03/91, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 040.012.021/98; Nome: Débora Jeane de Oliveira Batista; Matrícula: 92.052-5; Cargo: Auxiliar de Administração Pública; averba: 499 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/04/91 a 11/08/92, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 040.012.021/98; Nome: Débora Jeane de Oliveira Batista; Matrícula: 92.052-5; Cargo: Auxiliar de Administração Pública; averba: 1.920 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 15/02/93 a 19/05/98, contados para efeito de aposentadoria.
Processo: 132.002.966/98; Nome: Raimundo Sotero de Oliveira Filho; Matrícula: 92.447-4; Cargo: Analista de Finanças e Controle; averba: 2.274 dias, conforme certidão expedida pela PMDF, no período de 10/05/71 a 30/07/77, contados para efeito de adicional e aposentadoria.

MARIÉDEN MARTINS TOSTA

# SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

## PORTARIA Nº 1.185, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

Prorroga prazo para conclusão de trabalhos de levantamento de bens patrimoniais.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 2º do Decreto nº 19.163, de 8 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a contar de 09 de novembro de 1998, o prazo para a conclusão dos trabalhos de que trata a Portaria SEFP nº 761, de 07 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 150, do dia 10 de agosto de 1998, que instaurou Comissão incumbida de realizar o levantamento físico dos bens patrimoniais imóveis destinados à Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

# SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## PORTARIA Nº 220, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998 (*)

O Secretário de Educação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13/05/75, e tendo em vista o contido no Processo nº 082.010.559/98, resolve:

I- Instituir Comissão de Tomada de Contas Especial para, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar responsabilidades no tocante a não apresentação, por parte da Escola Osório Bacchin, da prestação de contas referente ao Convênio nº 2978/97-FNDE/MEC;

II- Designar, para comporem a referida comissão, sob a presidência do primeiro, os seguintes servidores: ILDEU RANDOLFO BORGES, matrícula nº 90.738-3, BOAVENTURA DAVID SOUSA, matrícula nº 91.805-9 e JOSENILDA MOREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 30.496-4.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 199, de 20.10.98, pág. 7.

## PORTARIA Nº 230, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no Capítulo X – DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL, do Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, resolve:

1. Determinar a realização do Inventário Patrimonial de 1998 na Secretaria de Educação.
2. Constituir Comissão Coordenadora do Inventário Patrimonial de 1998, composta pelos servidores a seguir relacionados, sob a presidência do primeiro:
- IÊDA ANGELIN FERREIRA, matrícula 25.078-4;
- SUMAIA CLAUDIA DA COSTA, matrícula 67.355-2;
- MARIA DAS MERCÊS REZENDE DE MOURA, matrícula 43.673-9;
- SILVIA CRISTINA MENDES, matrícula 91.714-1;
- CHARLEY MIRANDA DE JESUS, matrícula 29.078-5;
- NEIDE APARECIDA BARROS DA SILVA, matrícula 31.020-4;
- NEURILANDE RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula 38.795-9.
3. São as seguintes as atribuições da referida Comissão:
a) orientar e coordenar os trabalhos;
b) emitir os formulários e relatórios necessários;
c) fazer o cotejamento com a carga geral;
d) consolidar o Inventário Patrimonial de 1998;
e) adotar todas as providências, visando a solução dos problemas técnicos surgidos.
4. O prazo de conclusão dos trabalhos, contados da data de publicação desta Portaria, é de 45 (quarenta e cinco) dias.
5. Fica expressamente proibida a movimentação de bens no período, ressalvadas as decorrentes de novas entregas aos usuários.
6. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 219, de 15.10.98, publicada no DODF nº 199, de 20/10/98.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

## DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº: 082.018287/98; INTERESSADO: ARI SILVA UMBELINO E OUTROS; ASSUNTO: ACERTO FINANCEIRO.
À vista das instruções contidas no processo e o disposto nos Artigos 39, 54, 80 e 81 do Decreto 16.098/94, e de acordo com as disposições do Decreto nº 17.954 de 30/12/96, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão, liquidação e pagamento da Nota de Empenho no valor total de R$ 16.174,60 (dezesseis mil, cento e setenta e quatro reais e sessenta centavos), na forma do despacho da DOC/FEDF às fls. 04, em favor dos servidores ARI SILVA UMBELINO E OUTROS, relacionados às fls. 02, a título de exercícios anteriores relativos à Décimos/Quintos, devendo a despesa correr à conta da Dotação Orçamentária 08.042.0188.8502.0010, fonte 330, elemento 31.90.92.

PROCESSO Nº: 082.018288/98; INTERESSADO: GERSON F. ZIBE E OUTROS; ASSUNTO: ACERTO FINANCEIRO.
À vista das instruções contidas no processo e o disposto nos Artigos 39, 54, 80 e 81 do Decreto 16.098/94, e de acordo com as disposições do Decreto nº 17.954 de 30/12/96, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO as emissões, liquidações e pagamentos da Nota de Empenho no valor total de R$ 65.888,12 (sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais e doze centavos), na forma do despacho da DOC/FEDF às fls. 04, em favor dos servidores GERSON F. ZIBE E OUTROS, relacionados às fls. 02, a título de exercícios anteriores relativos à Décimos/Quintos, devendo a despesa correr à conta das Dotações Orçamentárias 08.042.0188.8502.0010, fonte 330, elemento 31.90.92 no valor de R$ 61.964,12 (sessenta e um mil, novecentos e sessenta e quatro reais e doze centavos) e 15.082.0495.8503.0005 fonte 330 elemento de despesa 31.90.92, no valor de R$ 3.924,00 (três mil, novecentos e vinte e quatro reais).

PROCESSO Nº: 082.017849/98; INTERESSADO: THIAGO HENRIQUE P. DE CARVALHO E OUTROS; ASSUNTO: ACERTO FINANCEIRO.
À vista das instruções contidas no processo e o disposto nos Artigos 39, 54, 80 e 81 do Decreto 16.098/94, e de acordo com as disposições do Decreto nº 17.954 de 30/12/96, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão, liquidação e pagamento da Nota de Empenho no valor total de R$ 15.884,44 (quinze mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), na forma do despacho da DOC/FEDF às fls. 04, em favor dos servidores inativos da FEDF THIAGO HENRIQUE P. DE CARVALHO E OUTROS, relacionados às fls. 02, a título de exercícios anteriores, devendo a despesa correr à conta da Dotação Orçamentária 08.007.0021.8502.0009, fonte 330, elemento 31.90.92.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

# FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

## DIRETORIA EXECUTIVA

### INSTRUÇÕES DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III do Artigo 30 do Estatuto da Entidade, e tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990, aplicada no Distrito Federal por força do art. 5º da Lei nº 197, de 04.12.91 bem como o teor do Parecer nº 317/98-ART/PJ e, ainda, o constante do Processo nº 082.013861/98, resolve:
DECLARAR VAGO o cargo de Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, ocupado por ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CASTRO, matrícula nº 29.082-3, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 03.08.98, em virtude de admissão em emprego público inacumulável.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando o Artigo 34, da Lei nº 8.112/90 e o constante no Processo nº 082.014731/98, resolve:
Retificar a Instrução datada de 16 de setembro de 1998, publicada no DODF nº 178 de 18 de setembro de 1998, que exonerou, a servidora SULIAN VIEIRA PACHECO, Professor MG3V, matrícula nº 37.235-8, para considerá-la, exonerada, a pedido, a partir de 01.09.98.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto no item 10 Instrução nº 555, de 04 de março de 1997, e o disposto no parágrafo único do Decreto nº 17.603 de 15 de agosto de 1996, o constante no MEMO nº 856/98-DRE/Ceilândia, resolve, em caráter excepcional, autorizar:
1. DORISMAR ISABEL DA COSTA ELEUTÉRIO, matrícula nº 65.936-3, substituir o Diretor da Escola Classe 40 de Ceilândia, Símbolo FG-04, no período de 12.10.98 a 10.11.98, em prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde do titular, iniciada em 13.08.98.
2. SANDRA GOMES GUARINO, matrícula nº 47.071-6, substituir a Vice-Diretora da Escola Classe 40 de Ceilândia, Símbolo FG-02, no período de 12.10.98 a 10.11.98, tendo em vista que a titular está substituindo a Diretora da referida Escola no mesmo período.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que foi delegada pelo Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
01.Retificar a instrução de 19 de fevereiro de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 037, do dia 25 de fevereiro de 1998, que reviu a aposentadoria de MYRIAM BRÉA HONORATO DE SOUZA, matrícula nº 82.230-2, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 24F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerar a contar de 16 de janeiro de 1995, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.014940/92.

02.Retificar a instrução de 04 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 172, do dia 10 de setembro de 1998, que concedeu aposentadoria a ANTONIO DA COSTA NETO, matrícula nº 59.919-0, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 22F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerar Padrão 23F, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.012355/98.

03.Retificar a instrução de 22 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 182, do dia 24 de setembro de 1998, que concedeu aposentadoria a CECILIO BARBOSA DE SANTANA, matrícula nº 73.594-9, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 22F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerar CELICIO BARBOSA DE SANTANA, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.010088/98.

04.Retificar a instrução de 26 de outubro de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n º 205, do dia 28 de outubro de 1998, que concedeu aposentadoria a FRANCISCO ARAUJO DA SILVA, matrícula nº 72.692-3, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerar FRANCISCA ARAUJO DA SILVA, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.010540/98.

01.Conceder aposentadoria a FRANCISCA NASCIMENTO BIJOS, matrícula nº 96.989-3, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 12 de julho de 1994. Processo nº 082.011870/98.

**JACY BRAGA RODRIGUES**

## ATO DO DIRETOR

RELAÇÃO DE SERVIDORES EXONERADOS, A PEDIDO, DO QUADRO DE PESSOAL DA FEDF, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, DA LEI Nº 8.112/90:

- ADELLANE ARAÚJO SOUSA, Cargo Efetivo: Professor MG3V, matrícula nº 32.653-4, Processo nº 082.018138/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 19.08.98.
- ELIANE VIEIRA DE ASSIS, Cargo Efetivo: Professor MG1Q-GT3, matrícula nº 44.845-1, Processo nº 082.018063/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 08.04.98.
- WILSON CAVALCANTE TEIXEIRA, Cargo Efetivo: Professor MG1Q, matrícula nº 30.538-3, Processo nº 082.018372/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 20.10.98.
- ILDEJANE GOMES SANTOS, Cargo Efetivo: Professor MG1Q, matrícula nº 25.838-5, Processo nº 082.018574/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 26.10.98.
- JOSÉ ANTONIO AMÂNCIO, Cargo Efetivo: Assistente de Educação/Condução de Veículos Automotores, matrícula nº 74.958-3, Processo nº 082.005333/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 12.09.97.
- MARLI ALEXANDRINA DE ANDRADE BORGES, Cargo Efetivo: Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, matrícula nº 67.336-6, Processo nº 082.018439/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 23.10.98.
- MARIA APARECIDA PERES OLIVEIRA, Cargo Efetivo: Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula nº 49.928-5, Processo nº 082.018180/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 19.10.98.
- CARLA NUNES LAZZARINE, Cargo Efetivo: Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula nº 29.352-0, Processo nº 082.018129/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 15.10.98.
- GILSON MARCELO MELO DE SANTANA, Cargo Efetivo: Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula nº 29.862-X, Processo nº 082.018506/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 26.10.98.
- VÂNIA COELHO DOS SANTOS, Cargo Efetivo: Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula nº 28.938-8, Processo nº 082.018526/98, Data da Instrução: 04.11.98, a partir de 26.10.98.

JACY BRAGA RODRIGUES

## DESPACHO DO DIRETOR

PROCESSO Nº: 082.015645/97; INTERESSADO: JORGE DO CARMO PIMENTEL; ASSUNTO: AFASTAMENTO PARA EXERCER CARGO COMISSÃO.
Autorizo a Licença para Tratar de Interesses Particulares, prevista no artigo 91, da Lei nº 8.112/90, ao servidor JORGE DO CARMO PIMENTEL, matrícula nº 56.270-X, Professor MG3V, pelo período de 03.10.97 a 02.10.99.

JACY BRAGA RODRIGUES

# DIVISÃO DE PESSOAL

## ORDENS DE SERVIÇO DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais resolve, para fins de regularização funcional, tornar pública a concessão de Carga Horária Eventual de Trabalho aos servidores abaixo relacionados, autorizadas nas datas discriminadas a seguir:

| Nome | Matrícula | Pelo período de |
|---|---|---|
| ADELINA MARTA DE S. MIRANDA | 24.363-9 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ADRIANA FREITAS B. MARRA | 27.217-5 | 07/08/95 a 29/10/95 |
| ALDA MARIA RAMOS | 27.329-5 | 29/08/95 a 21/12/95 |
| ALESSANDRA F. M. GONDIM | 23.289-0 | 06/07/95 a 02/08/95 |
| ALESSANDRA FIGUEIREDO M. GONDIM | 23.289-0 | 03/08/95 a 21/12/95 |
| ANA LÚCIA C. SOUZA | 25.818-0 | 28/08/95 a 21/12/95 |
| ANA PAULA PATRÍCIO FLORES | 24.128-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ANA ROBERTA L. XAVIER | 26.108-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ANTÔNIO TADEU DE S. GONTIJO | 24.943-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| AZELMA MARIA M. PEREIRA NOGUEIRA | 46.129-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| BEATRIZ SANTANA DA SILVA | 25.908-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| CHRISTINA MENHÔ BARBOSA | 65.078-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| CIRVALDO A. PEREIRA | 24.020-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| CLAUDIO ANTUNES CORREIA | 27.001-6 | 24/07/95 a 21/12/95 |
| DAYSE CRISTINA DE O. NUNES | 25.924-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| DAYSE MIRELLE DA COSTA | 26.494-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| DÉBORA ÉRIKA KUBO E SILVA | 26.715-5 | 24/07/95 a 21/12/95 |
| ELIANA GOMES DA SILVA | 23.403-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ERIC ALBERTO L. DE OLIVEIRA | 26.756-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ESTER ALVES DE CASTRO | 26.992-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| EURÍPEDES ALVES BARBOSA | 23.638-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| FERNANDO M. HALTEMBURG | 26.463-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| GENILSON DE P. RODRIGUES | 26.438-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| GERALDO P. DA SILVA FILHO | 27.394-5 | 02/10/95 a 09/10/95 |
| GILVAN DE P. RODRIGUES | 26.478-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| HELENA KAZUE TANAKA | 26.972-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| HYARBAS OLAVO FERREIRA | 26.134-3 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| IÊDA MARIA V. B. P. BUENO | 26.247-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ILCA COLONA DOS SANTOS | 48.193-9 | 20/02/95 a 06/03/95 |
| IZANILDE M. S. DOS SANTOS | 25.980-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| JAILTON CRISTALINO PEREIRA | 27.141-1 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| JAQUELINE F. F. CAETANO | 26.640-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| JAQUELINE MACHADO R. ARAÚJO | 23.506-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| JOEL MARTINS GOMES | 48.177-7 | 13/02/95 a 15/02/95 |
| KARLA CARRARA LOPES DE OLIVEIRA | 25.773-7 | 09/02/95 a 06/03/95 |
| KARLA DE PAULA P. FERNANDES | 26.545-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| LANZILINA NETTO DUQUE | 47.031-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| LENIR RAMOS DA SILVA | 44.691-2 | 01/08/95 a 28/11/95 |
| MANOEL RONAN DE BRITO | 26.675-2 | 30/06/95 a 21/12/95 |
| MARA RÚBIA PIRES ALBUQUERQUE | 27.538-7 | 01/11/95 a 12/11/95 |
| MARCELO ALEXANDRE DE OLIVEIRA | 48.604-3 | 06/07/95 a 11/07/95 |
| MÁRCIA MARIA DOS SANTOS | 25.902-0 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA ALCERI DA ROSA | 26.172-6 | 05/05/95 a 05/07/95 |
| MARIA ALCERI DA ROSA | 26.172-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA APARECIDA N. BATISTA | 26.897-6 | 15/08/95 a 28/11/95 |
| MARIA CECÍLIA DE S. R. REGIANI | 47.427-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA DA PAZ DE C. JUSTINO | 22.934-2 | 06/06/95 a 05/07/95 |
| MARIA DAS DORES M. COSTA | 65.069-2 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA DE LOURDES SILVA | 26.637-X | 01/06/95 a 05/07/95 |
| MARIA ILVANIZA V. RIVETTI | 44.801-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA INÊZ M. DE SOUZA | 26.159-9 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA JOSÉ SOUTO BAHIA | 59.839-9 | 01/09/95 a 29/11/95 |
| MARIA MARQUEZA LINS | 26.915-8 | 22/06/95 a 21/12/95 |
| MARIA SOLANGE DE SOUZA | 26.733-3 | 24/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA ZÉLIA C. AZEVEDO | 74.136-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARLEIDE B. DE LIMA | 26.300-1 | 24/07/95 a 31/08/95 |
| NAILDA CÉZAR DOUETTS VIEIRA | 89.273-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| NORMA SUELI DE ANDRADE PEREIRA | 26.154-8 | 24/07/95 a 21/12/95 |
| OSMARINA MARIA DE OLIVEIRA | 26.728-7 | 01/08/95 a 21/12/95 |
| PALMA CARLA C. DE CASTRO | 26.158-0 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| PEDRITA R. B. DOS SANTOS | 70.607-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| RENATA LUCI DE CAMPOS | 26.103-3 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| RICARDO DA S. KOZIEL | 27.147-0 | 28/07/95 a 15/08/95 |
| RITA DE CÁSSIA L. LACERDA | 26.517-9 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| ROBERTA DE F. MACHADO COELIN | 44.432-4 | 05/05/95 a 05/07/95 |
| ROBERTA DE F. MACHADO COELIN | 44.432-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROSALINA A. DA C. SILVA | 26.430-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROSELY P. DOS SANTOS | 27.469-0 | 30/10/95 a 12/11/95 |
| ROSENDA MARIA V. PORTELA | 46.630-1 | 25/05/95 a 05/07/95 |
| RUI FERREIRA DE CARVALHO | 54.658-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| SYNTHYA SATHLER AGUIAR | 26.191-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| TEREZINHA R. DE C. MACEDO | 26.291-9 | 24/07/95 a 21/12/95 |
| TEREZINHA RESENDE C. MACEDO | 26.291-9 | 08/05/95 a 05/07/95 |
| VALÉRIA JARDIM DE O. LIMA | 43.784-0 | 30/08/95 a 27/11/95 |
| VERA LÚCIA C. SOARES | 24.845-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| VIVIAN DINIZ CAMPOS | 26.093-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| VIVIANE SANTOS SPERANDIO | 26.092-4 | 27/07/95 a 21/12/95 |
| WANESSA DE CASTRO | 26.038-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| WELLYENY C. DA SILVA BORGES | 22.976-8 | 08/11/95 a 20/11/95 |
| YARA RIOS M. DE ALMEIDA | 25.802-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ZIAME PIRES FERREIRA | 23.385-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ZUILA SENA BONFIM | 65.043-9 | 06/07/95 a 21/12/95 |

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve, para fins de regularização funcional, tornar pública a concessão de Carga Horária Especial de Trabalho aos servidores abaixo relacionados, autorizadas nas datas discriminadas a seguir:

| Nome | Matrícula | A partir de |
|---|---|---|
| ALESSANDRA GOMES PEREIRA | 24.918-1 | 22/02/95 |
| AMALIA DE ARAÚJO MENDES | 25.763-X | 24/02/95 |
| CARLA JEANE R. DOS SANTOS | 23.380-3 | 22/02/98 |
| CRISTIANE F. DE MELO DE SOUSA | 24.798-7 | 22/02/95 |
| FRANCILENE SOUZA M. DA SILVA | 23.120-7 | 22/02/95 |
| ILCA COLONA DOS SANTOS | 48.193-9 | 07/03/95 |
| KARLA CARRARA LOPES DE OLIVEIRA | 25.773-7 | 07/03/95 |
| KELLY CRISTINA DA SILVA | 24.948-3 | 22/02/95 |
| LEILA A. DA COSTA OLIVEIRA | 24.928-9 | 22/02/95 |
| MARIA DO CARMO DO NASCIMENTO | 45.951-8 | 22/02/95 |
| NEIDE ABADIA ROCHA | 48.538-1 | 07/03/95 |
| RENATA DE MELO MONTEIRO | 25.801-6 | 16/03/95 |
| ROMILDA DE LIMA SOUZA | 24.876-2 | 22/02/95 |
| SANDRA A. DE OLIVEIRA | 23.150-9 | 22/02/95 |

MARIA ELISA EICHLER

## ORDENS DE SERVIÇO DE 27 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve, para fins de regularização funcional, tornar pública a concessão de Carga Horária Especial de Trabalho aos servidores abaixo relacionados, autorizadas nas datas discriminadas a seguir:

| Nome | Matrícula | A partir de |
|---|---|---|
| ADELINO OLIVEIRA LISBOA | 25.962-4 | 11/10/95 |
| ALESSANDRO XAVIER RAMOS | 26.938-7 | 06/10/95 |
| ANGELITA J. G. DE O. SILVA | 26.801-1 | 16/08/95 |
| ARICELMA A. PEDRA | 27.089-X | 22/05/95 |
| CAIRCELIA R. PEROTTO | 63.084-5 | 16/08/95 |

| | | |
|---|---|---|
| CELIA BORGES DA CUNHA | 27.103-9 | 04/08/95 |
| CLEMILDA MARIA DA S. DE ALBERGARIA | 27.062-8 | 11/10/95 |
| CRISTIANA SOARES DE AGUIAR | 27.360-0 | 17/11/95 |
| DEMETRIUS LOPES DA SILVA | 27.090-3 | 04/08/95 |
| DENISE T. BONATO | 22.802-8 | 06/10/95 |
| EDUARDO BARCELOS E SILVA | 27.195-0 | 20/09/95 |
| ELIANA S. S. AZEREDO | 26.228-5 | 06/10/95 |
| EI IANE VIEGA MACHADO ALMEIDA | 27.187-X | 18/08/95 |
| ELISANGELA DE OLIVEIRA | 27.395-3 | 11/10/95 |
| EVIDA MARIA PEREIRA RAMOS | 27.155-1 | 16/08/95 |
| GERALDO M. DE OLIVEIRA | 26.457-1 | 04/12/95 |
| HELLEN ALVES MACHADO | 27.072-5 | 06/10/95 |
| ILDAMAR DE FARIAS BRITO | 27.162-4 | 16/08/95 |
| LAURA VIEIRA MACIEL | 26.862-3 | 16/08/95 |
| LILIAN GOMES RIBEIRO | 27.487-0 | 20/10/95 |
| MARIA MADALENA B. LOBO SILVA | 26.012-6 | 17/11/95 |
| MARIA SOCORRO D. M. FERREIRA | 27.197-7 | 16/08/95 |
| RENICE SUMAN S. DE MELO | 26.008-8 | 16/08/95 |
| ROSANGELA PEDRINA DA SILVA | 26.990-5 | 04/08/95 |
| ROSELI BATISTA ALMEIDA | 27.206-X | 16/08/95 |
| SAMUEL D. DE CARVALHO | 26.780-5 | 06/10/95 |
| SANDRA PEREIRA C. CABRAL | 26.741-4 | 16/08/95 |
| SILVANA DE SOUZA SANTOS | 27.465-8 | 20/10/95 |
| SILVANA GOMES RABELO ALARCAO | 26.590-X | 16/08/95 |
| SILVIA ESTER B. COUTINHO | 27.415-1 | 11/10/95 |
| SONIA SILVA POSIDONIO | 27.188-8 | 25/10/95 |

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais resolve, para fins de regularização funcional, tornar pública a concessão de Carga Horária Eventual de Trabalho aos servidores abaixo relacionados, autorizadas nas datas discriminadas a seguir:

| Nome | Matrícula | Pelo período de |
|---|---|---|
| ABGAIR ALVES SIQUEIRA | 23.997-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ADRIANA ALVES TORRES | 24.729-4 | 03/07/95 a 05/07/95 |
| ADRIANA ALVES TORRES | 24.729-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ADRIANI NÓBREGA GOMES | 27.112-8 | 26/07/95 a 16/08/95 |
| ALANI AMORIM DE CALDAS | 24.960-2 | 01/08/95 a 28/11/95 |
| ALDEMIR RODRIGUES MARTINS | 26.956-5 | 26/06/95 a 05/07/95 |
| ALDEMIR RODRIGUES MARTINS | 26.956-5 | 24/07/95 a 30/08/95 |
| ALESSANDRA A. FAGUNDES | 25.863-6 | 24/07/95 a 29/07/95 |
| ANA CLÁUDIA RANGEL SILVA | 23.834-1 | 22/11/95 a 21/12/95 |
| ANA DE FÁTIMA C. DE OLIVEIRA | 65.581-3 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ANA LÚCIA C. SOUZA | 25.818-0 | 06/07/95 a 27/08/95 |
| ANDRÉA MACIEL DE BRITO | 26.245-5 | 26/07/95 a 30/07/95 |
| ANDRÉIA CRISTINA DA SILVA | 25.840-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ANNY HELENA L. BERTAZZO UNGARETTI | 43.348-9 | 04/07/95 a 29/11/95 |
| ANNY HELENA L. BERTAZZO UNGARETTI | 43.348-9 | 30/11/95 a 21/12/95 |
| ARI SILVA UMBELINO | 71.369-4 | 20/11/95 a 21/12/95 |
| ARTHEMISIA E. P. MESSINIS | 26.747-3 | 21/06/95 a 21/12/95 |
| BENVINDA DIAS CAVALCANTE | 44.733-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| BERENICE FRANÇA DA SILVA | 26.584-5 | 01/08/95 a 16/08/95 |
| CÁTIA FERNANDES PRAXEDES | 23.388-9 | 22/08/95 a 21/12/95 |
| CLAUDELICE GONÇALVES DE FREITAS | 26.098-3 | 22/05/95 a 05/07/95 |
| CLAUDELICE GONÇALVES DE FREITAS | 26.098-3 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| CLÁUDIA REGINA SAMPAIO | 66.463-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| CRISTINA ADELY G. DE ALMEIDA | 48.836-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| CRIZYELLA DE SOUZA VAZ | 26.561-6 | 25/05/95 a 05/07/95 |
| DENISE CASTELLO B. PENA | 26.621-3 | 30/05/95 a 05/07/95 |
| DENISE DOS SANTOS SILVA | 27.214-0 | 31/08/95 a 03/09/95 |
| EDILEUZA DE AZEVEDO BOTELHO | 47.373-1 | 16/10/95 a 24/10/95 |
| EDILEUZA DE AZEVEDO BOTELHO | 47.373-1 | 04/10/95 a 15/10/95 |
| ELIANA DE MELO PEREIRA | 27.034-2 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| ELINE LIMA MOREIRA DE AZEVEDO | 27.339-2 | 26/09/95 a 09/10/95 |
| EMÍLIA H. B. SOUZA SILVA | 26.842-9 | 20/06/95 a 21/12/95 |
| FLÁVIA MEIRELES DE BASTOS | 27.410-0 | 18/09/95 a 19/09/95 |
| FLÁVIA PATRÍCIA GOMES ROCHA | 25.841-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| FLORA GULES | 60.736-3 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| GARDÊNIA DE F. P. COSTA | 47.078-3 | 01/09/95 a 30/11/95 |
| GARDÊNIA DE F. P. COSTA | 47.078-3 | 01/12/95 a 21/12/95 |
| GEORGIA AGUIAR VIADEMONTE | 27.397-X | 13/09/95 a 17/09/95 |
| GERALDO FEREGUETI GOES | 26.378-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| GERMAR PEDRO DA SILVA | 24.882-7 | 06/07/95 a 30/07/95 |
| GILMA RIBEIRO DOS SANTOS | 20.587-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| GLAUCO FÉLIX P. SOARES | 24.961-0 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| GRAZIELA ALONSO DORIA M. DE BARROS | 64.153-7 | 26/07/95 a 16/08/95 |
| HERCÍLIA JOSÉ DA ROCHA | 24.831-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| IARA DE JESUS MACHADO | 45.682-9 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| IASMINE DOS SANTOS MEDEIROS | 23.140-1 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| ILDÉZIA RODRIGUES C. FIGUEIREDO | 62.702-X | 26/07/95 a 21/12/95 |
| JOÃO ALBERTO DE FREITAS FERREIRA | 26.575-6 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| JOSÉ AURIMAR P. LIMA | 27.055-5 | 01/11/95 a 21/12/95 |
| JÚLIA APARECIDA DE LIMA R. SILVA | 26.978-6 | 29/06/95 a 05/07/95 |
| JULIANA M. DE SOUZA | 24.006-0 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| KÁTIA MÂCEDO RÊGO | 48.516-0 | 08/08/95 a 21/12/95 |
| KELEN ROCHA SOUSA | 26.180-7 | 27/04/95 a 21/12/95 |
| KELY CHRISTINA B. AMÂNCIO | 44.381-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| LILIAN CRISTINA DA CRUZ SOUZA | 25.502-5 | 02/10/95 a 31/10/95 |
| LILIAN CRISTINA DA CRUZ SOUSA | 25.502-5 | 06/07/95 a 29/09/95 |
| LUCIANA KALIL | 26.167-X | 01/09/95 a 29/11/95 |
| LUCIANO GONÇALVES DOS SANTOS | 27.393-7 | 13/09/95 a 21/12/95 |
| MADALENA MAESTRI ROSSANI | 25.858-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARA NÚBIA S. MONTALVÃO | 25.803-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MÁRCIA VIRGÍNIA B. COSTA | 58.674-9 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARCONE JOSÉ DE OLIVEIRA | 26.298-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA APARECIDA LACERDA CORDEIRO | 64.468-4 | 07/10/95 a 31/10/95 |
| MARIA DA ANUNCIAÇÃO C. F. FERREIRA | 26.465-2 | 23/05/95 a 05/07/95 |
| MARIA DA ANUNCIAÇÃO C. F. FERREIRA | 26.465-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA DE LOURDES SILVA | 26.637-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA INÊZ EVANGELISTA CARDOSO | 43.060-9 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA JOSÉ PINTO MORGADO ABREU | 74.518-9 | 06/09/95 a 21/12/95 |
| MARIA LUÍZA DA S. ALVES | 98.383-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARÍLIA CORRÊA FARIA | 26.359-1 | 22/05/95 a 05/07/95 |
| MARÍLIA GOMES DOS SANTOS | 65.687-9 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| MICHELLA A. MEDEIROS MAIA | 26.077-0 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MÔNICA ANDRÉA RIBEIRO | 45.029-4 | 16/11/95 a 21/12/95 |
| PATRÍCIA CARVALHO DA SILVA | 64.434-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| PAULA CHRISTINA MIRANDA RÊGO | 25.904-7 | 30/08/95 a 21/12/95 |
| REGINA CELES DOS S. XAVIER | 25.006-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| RITA DE CÁSSIA B. RIBEIRO | 74.275-9 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| RIVAILDA FERNANDES MUNIZ | 25.882-2 | 29/05/95 a 05/07/95 |
| RIVAILDA FERNANDES MUNIZ | 25.882-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROBERTO RODRIGUES LUACIR | 26.582-9 | 01/08/95 A 21/12/95 |
| ROBSON JOSÉ LOBO ARRAIS | 47.448-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROMILDA BENTO DE ALMEIDA | 25.877-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROSANE DE OLIVEIRA BARROS | 25.814-8 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| ROSANEUSA GOMES M. DA NÓBREGA | 25.813-X | 15/08/95 a 21/12/95 |
| ROSINALVA C. CABRAL | 25.122-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROSINI GUIDO | 26.601-9 | 26/06/95 a 05/07/95 |
| ROSINI GUIDO | 26.601-9 | 06/07/95 a 11/07/95 |
| SANDRA C. ANTUNES DE CARVALHO | 27.306-6 | 10/10/95 a 21/12/95 |
| SANDRA MARIA R. MENDES | 26.117-3 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| SANDRA RIBEIRO ALVES | 26.461-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| SARAH VOGADO DE SOUZA | 42.169-3 | 02/10/95 a 21/12/95 |
| SHIRLEY NUNES B. GARCIA | 48.331-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| SILVIA PAIS MARQUES | 26.977-8 | 01/08/95 a 21/12/95 |
| SIMONE MORAES DE JESUS DA SILVA | 27.440-2 | 06/10/95 a 29/10/95 |
| SORAYA EDILENE M. BARBOSA | 45.620-9 | 01/08/95 a 16/08/95 |
| SUELI RIBAS SOUZA | 26.989-1 | 30/10/95 a 21/12/95 |
| SUELY BRITO DE AZEVEDO | 25.897-0 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| TERTULIANA SABINO DE SOUZA | 26.720-1 | 02/10/95 a 21/12/95 |
| TERTULIANA SABINO DE SOUZA | 26.720-1 | 01/08/95 a 29/09/95 |
| VANEIDE DE OLIVEIRA REIS | 27.142-X | 08/08/95 a 16/08/95 |
| VANESSA NERIS ABADE | 25.884-9 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| VINICIUS ANTONIO L. DA COSTA | 49.804-1 | 28/08/95 a 21/12/95 |
| WAGNER GOMES DA SILVA | 47.925-X | 22/06/95 a 05/07/95 |
| WANDERLEI ALVES MARTINS | 56.523-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| WANDERLEI ALVES MARTINS | 56.523-7 | 01/08/95 A 21/12/95 |

MARIA ELISA EICHLER

**ORDENS DE SERVIÇO DE 28 DE OUTUBRO DE 1998**

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve, para fins de regularização funcional, tornar pública a concessão de Carga Horária Especial de Trabalho aos servidores abaixo relacionados, autorizadas nas datas discriminadas a seguir:

| Nome | Matrícula | A partir de |
|---|---|---|
| ADRIANA PIRES CORREA | 27.457-7 | 25/10/95 |
| ADRIANI NÓBREGA GOMES | 27.112-8 | 17/08/95 |
| ALESSANDRA ABRANTES FAGUNDES | 25.863-6 | 31/07/95 |
| ANA LÚCIA DOS S. VIEIRA | 27.382-1 | 20/10/95 |
| BERENICE FRANÇA DA SILVA | 26.584-5 | 17/08/95 |
| CARLA CABRAL DE LIMA | 27.460-7 | 25/10/95 |
| CRIZYELLA DE SOUZA VAZ | 26.561-6 | 17/08/95 |
| DENICE ALVES FERREIRA | 26.467-9 | 18/08/95 |
| DENISE DOS SANTOS SILVA | 27.214-0 | 04/09/95 |
| EDILEUZA DE AZEVEDO BOTELHO | 47.373-1 | 25/10/95 |
| ELINE LIMA MOREIRA DE AZEVEDO | 27.339-2 | 10/10/95 |
| ELISETE MARIA DE SOUSA | 27.427-5 | 29/09/95 |
| ERIENE FRANCELINA DA SILVA | 26.280-3 | 22/11/95 |
| EUDA FERNANDES DE ALBUQUERQUE | 27.444-5 | 20/11/95 |
| FLÁVIA MEIRELES DE BASTOS | 27.410-0 | 20/09/95 |
| FLAVIA RIBEIRO DA COSTA | 27.447-X | 25/10/95 |
| GEORGIA AGUIAR VIADEMONTE | 27.397-X | 18/09/95 |
| GERLUCE S. R. B. SANTOS | 27.428-3 | 29/09/95 |
| GERMAR PEDRO DA SILVA | 24.882-7 | 31/07/95 |
| GISLENE CARVALHO RODRIGUES | 27.484-4 | 20/10/95 |
| GLAUCE FERREIRA DE ANDRADE | 27.490-9 | 20/10/95 |
| GRASIELA PETRUCCI ALABARSE | 27.489-5 | 20/10/95 |
| GRAZIELA ALONSO DORIA M. DE BARROS | 64.153-7 | 17/08/95 |
| ISABEL CRISTINA S. DE PINHO XAVIER | 27.557-3 | 08/12/95 |
| IVONE FERREIRA DOS SANTOS | 27.479-8 | 25/10/95 |
| JANAINA LUCIANA MALTA LANGKAMER | 27.472-0 | 31/10/95 |
| LEIA FERREIRA DOS SANTOS | 27.477-1 | 25/10/95 |
| LUCIENE CRISTINE F. DE FREITAS | 27.488-X | 20/10/95 |
| MARA REJANE KERCH DA SILVA | 27.458-5 | 25/10/95 |
| MÁRCIA ALESSANDRA S. LIMA | 27.290-6 | 29/08/95 |
| MARCUSE GONÇALVES DOS SANTOS | 27.604-9 | 14/12/95 |
| MARIA HELENA DA FONSECA | 27.392-9 | 30/10/95 |
| MARIA LUISE DA CUNHA BICHARA | 66.025-6 | 17/08/95 |
| MARTA ELIAS FERREIRA | 27.449-6 | 25/10/95 |
| MAURÍCIO F. DOS SANTOS | 27.553-0 | 13/12/95 |
| MORALINA OLIVEIRA DE FARIA | 48.597-7 | 17/08/95 |
| NELMA PEREIRA DE LIMA | 27.235-3 | 17/08/95 |
| PAULA CRISTINA TADEU | 27.448-8 | 25/10/95 |
| ROSANA PINTO BARBOSA FERNANDES | 27.454-2 | 20/11/95 |
| SANDRA RIBEIRO ALVES | 26.461-X | 17/08/95 |
| SILVANA MARIA DE OLIVEIRA | 27.509-3 | 20/10/95 |
| SIMONE MORAES DE JESUS DA SILVA | 27.440-2 | 30/10/95 |
| SORAYA EDILENE M. BARBOSA | 45.620-9 | 17/08/95 |
| SUELY RODRIGUES LOPES | 27.482-8 | 25/10/95 |
| VANEIDE DE OLIVEIRA REIS | 27.142-X | 17/08/95 |
| ZÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS | 26.422-9 | 17/08/95 |

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais resolve, para fins de regularização funcional, tornar pública a concessão de Carga Horária Eventual de Trabalho aos servidores abaixo relacionados, autorizadas nas datas discriminadas a seguir:

| Nome | Matrícula | Pelo período de |
|---|---|---|
| ADRIANA MARIA BARBOSA MACHADO | 27.194-2 | 02/08/95 a 16/08/95 |
| ADRIANA ROSA RIBEIRO | 27.288-4 | 06/10/95 a 15/11/95 |
| ANA MARIA ARAÚJO P. LIMA | 62.971-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ANA PATRÍCIA S. SANTOS | 27.038-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ANDRÉ LUIZ V. MARTINS | 26.645-0 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| AURÉLIA MARIA PEIXOTO | 48.167-X | 26/07/95 a 17/08/95 |
| CORINA FERREIRA DA SILVA | 73.342-3 | 30/10/95 a 15/11/95 |
| CORINA ROSA GOMES | 22.816-8 | 21/11/95 a 21/12/95 |
| DINAMÁRCIA FELIPE | 27.176-4 | 24/10/95 a 10/11/95 |
| DULCE VÂNIA C. TRINDADE | 44.070-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| EDENIR JOSÉ S. LEMOS | 23.568-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| EDUARDO BERNARDES DA SILVA | 27.303-1 | 25/08/95 a 28/08/95 |
| ELAINE GONÇALVES DA SILVA | 27.211-6 | 09/10/95 a 24/10/95 |
| ELISAMAR PINTO MORAES | 27.295-7 | 24/08/95 a 27/08/95 |
| ELIZABETH MARIA DE A. RODRIGUES | 92.526-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| EVANILDA R. A. FARIAS | 99.429-4 | 01/09/95 a 29/11/95 |
| FABIANNY WILMÁRIA A. DE SOUZA | 23.575-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| FERNANDO JOSÉ CRUZ | 27.445-3 | 23/10/95 a 29/10/95 |
| FRANCISQUINHA ARAGÃO | 27.271-X | 16/10/95 a 21/12/95 |
| FREDERICO DOS SANTOS | 27.450-X | 09/10/95 a 24/10/95 |
| GIANE MALBA V. NOGUEIRA | 48.843-7 | 21/08/95 a 18/12/95 |
| HELINTON LEAL SILVA | 25.141-0 | 18/09/95 a 05/10/95 |
| ISABEL CRISTINA M. LELIS | 24.793-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| IVANA ALVES O. DE PAIVA | 26.836-4 | 11/08/95 a 21/12/95 |
| JANAINA DE OLIVEIRA GOMES | 27.459-3 | 16/10/95 a 21/12/95 |
| JAQUELINE R. DE C. ZA | 27.468-2 | 16/10/95 a 21/12/95 |
| JEOVAH RODRIGUES | 76.703-4 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| LEILA RODRIGUES DOS SANTOS | 27.365-1 | 04/09/95 a 14/09/95 |
| LÍLIAN CAVALCANTE VIEIRA | 23.547-4 | 02/11/95 a 21/12/95 |
| LINDALVA FERREIRA DE ALMEIDA | 26.192-0 | 23/08/95 a 28/08/95 |
| LUCIANA M. NOGUEIRA | 26.799-6 | 29/09/95 a 30/10/95 |
| LUCIANE SALES DE OLIVEIRA | 26.883-6 | 04/08/95 a 16/08/95 |
| MARCELO M. BRITO | 23.851-1 | 09/11/95 a 15/11/95 |
| MÁRCIA PEREIRA CABRAL | 27.386-4 | 08/09/95 a 17/09/95 |
| MARCO ANTONIO F. SOBRINHO | 27.293-0 | 23/08/95 a 27/08/95 |
| MARIA DA CONCEIÇÃO R. RAIMUNDO | 26.388-5 | 14/08/95 a 21/12/95 |
| MARIA DE LOURDES C. GRANJEIRO | 66.717-X | 31/08/95 a 21/12/95 |
| MARIA INÊS PEREIRA | 26.400-8 | 25/07/95 a 17/08/95 |
| MÓISES CARNEIRO DA SILVA | 27.519-0 | 09/11/95 a 20/11/95 |
| MÔNICA RODDRIGUES DA SILVA | 27.498-4 | 13/10/95 a 19/10/95 |
| MORALINA O. DE FARIA | 48.597-7 | 26/07/95 a 16/08/95 |
| PATRÍCIA SOUZA FERREIRA | 27.056-3 | 07/07/95 a 25/07/95 |
| PEDRO JACKSON G. C. FILHO | 24.994-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| REBECA B. S. NOGUEIRA | 26.062-2 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| REGINALVA A. C. NEVES | 47.963-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| REINALDO V. B. ARANTES | 26.650-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROBSON DE SOUSA DANTAS | 27.356-2 | 29/09/95 a 27/11/95 |
| ROBSON DE SOUZA DANTAS | 27.356-2 | 28/11/95 a 21/12/95 |
| RONALDO B. A. DA SILVA | 84.376-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROSANGELA COSTA N. DOS SANTOS | 27.151-9 | 28/07/95 a 30/07/95 |
| ROSANGELA M. LIRA | 47.637-4 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| ROSELI BEZERRA DE MELO MORAIS | 64.431-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROSIANE C. MARCIANO | 42.826-4 | 31/07/95 a 17/08/95 |
| SANDRA ALVES MAZZOCANTE CRUZ | 64.712-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| SANDRA R. R. BUENO | 47.149-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| SÉRGIO C. BARBOSA | 27.379-1 | 11/09/95 a 29/10/95 |
| SHIRLEI MÁRCIA B. OMENA | 27.408-9 | 16/10/95 a 21/12/95 |
| SOLANGE V. PEIXOTO | 63.571-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| SUELY BRITO DE AZEVEDO | 25.897-0 | 03/06/95 a 05/07/95 |
| SUZANA P. P. YONAHA | 25.785-0 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| THANA KELLY R. DE SOUZA | 27.307-4 | 02/10/95 a 24/10/95 |
| ÚRSULA MARTHA M. RODRIGUES | 43.990-8 | 24/07/95 a 10/10/95 |
| VERA LÚCIA LOPES | 27.403-8 | 16/10/95 a 21/12/95 |
| WALDENIA A. DE S. CAMACH | 25.861-X | 02/05/95 a 30/05/95 |
| WILSON VELECI DA SILVA | 45.014-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |

MARIA ELISA EICHLER

## ORDENS DE SERVIÇO DE 29 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência conferida pela Instrução n.° 551, de 31.01.96, RESOLVE:
Conceder LICENÇA NOJO ao servidor Álvaro Vieira Machado, Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula n.°49.891-2, pelo período de 15.10.98 a 22.10.98, nos termos do Art.97 - Inciso III - letra "b" da Lei 8.112/90.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais resolve, para fins de regularização funcional, tornar pública a concessão de Carga Horária Eventual de Trabalho aos servidores abaixo relacionados, autorizadas nas datas discriminadas a seguir:

| Nome | Matrícula | Pelo período de |
|---|---|---|
| ABDIAS CORDEIRO DIAS | 26.163-7 | 28/04/95 a 23/05/95 |
| ADRIANA LIMA MADUREIRA | 26.804-6 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| ADRIANA SALDANHA M. CARDIM | 26.522-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ADRIANA SALDANHA M. CARDIM | 26.522-5 | 02/08/95 a 21/12/95 |
| ADRIANI GOULART DOS SANTOS | 26.612-4 | 29/05/95 a 04/06/95 |
| ADRIANO LÁZARO LOURENÇO REIS | 48.940-9 | 06/07/95 a 25/07/95 |
| ALDEIRTON M. DE ALMEIDA | 26.890-9 | 22/06/95 a 21/12/95 |
| ALENA DO N. BITENCOURT | 62.654-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ALEX SANDRO QUEIROZ | 26.496-2 | 19/05/95 a 23/05/95 |
| ALEXANDRE DE SOUZA DIAS | 26.518-7 | 01/06/95 a 01/06/95 |
| ALEXANDRE DE SOUZA DORO | 49.644-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ALFIM NUNES DE SOUZA | 26.991-3 | 30/06/95 a 01/07/95 |
| ALINE PEIXOTO BURIGO CARVALHO | 26.580-2 | 14/06/95 a 26/06/95 |
| ANA LÚCIA DA SILVEIRA SOARES | 26.264-1 | 29/05/95 a 05/07/95 |
| ANA PAULA MOREIRA DE CARVALHO | 26.421-0 | 02/06/95 a 04/06/95 |
| ANABELA CRISTINA M. DA ROCHA | 23.512-1 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| ANDRÉA GONÇALVES DUSI | 26.181-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ANDRÉA LIMA MADUREIRA | 26.870-4 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| ANDRÉIA CONCEIÇÃO MATOS | 25.925-X | 03/05/95 a 23/05/95 |
| ANTONIA DE MARIA SOARES | 26.707-4 | 13/06/95 a 28/06/95 |
| ANTÔNIO HENRIQUE L. T. GAMA | 26.535-7 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ANTÔNIO MÁRCIO R. OLIVEIRA | 26.822-4 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| ANTÔNIO SANTOS B. DE CASTRO | 26.263-3 | 01/08/95 a 17/08/95 |
| APARECIDA LÚCIA R. DE CARVALHO | 26.459-8 | 01/06/95 a 01/06/95 |
| ARABELA MIRANDA DA SILVA | 48.426-1 | 28/08/95 a 21/12/95 |
| ARNALDO DENI DE S. JÚNIOR | 26.796-1 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| AUREA LUSTOSA PIRES COLOMBO | 47.957-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| AURIAM ESTEVES EVANGELISTA | 26.754-6 | 19/06/95 a 26/06/95 |
| BENEDITA DOS REIS S. COSTA | 44.189-9 | 27/07/95 a 21/12/95 |
| BENEDITO BARBOSA DA SILVA | 20.951-1 | 24/07/95 a 03/08/95 |
| CARBENE TEIXEIRA DE SOUSA | 27.267-1 | 15/08/95 a 28/08/95 |
| CARLA CRISTINA B. A. DUTRA | 26.104-1 | 20/04/95 a 23/05/95 |
| CARLA PIRES DA LUZ | 46.482-1 | 01/08/95 a 21/12/95 |
| CARLA PIRES DA LUZ | 46.482-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| CARLA SOUSA ALMEIDA | 26.962-X | 27/06/95 a 11/07/95 |
| CARLOS ALBERTO RAIMUNDO | 26.671-X | 24/07/95 a 25/07/95 |
| CARMEN VALENÇA DE MELO | 42.191-X | 17/08/95 a 21/12/95 |
| CECÍLIA ELIZABETE DA CRUZ | 25.780-X | 14/06/95 a 21/12/95 |
| CIRENIO SOARES V. ALMEIDA | 26.874-7 | 22/06/95 a 28/06/95 |
| CLÁUDIA VIEIRA M. CAIXETA | 26.947-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| CLÁUDIO BARBOSA | 26.578-0 | 28/07/95 a 17/08/95 |
| CORINA FERREIRA DA SILVA | 73.342-3 | 01/08/95 a 29/10/95 |
| CORINA ROSA GOMES | 22.816-8 | 24/07/95 a 20/11/95 |
| CRISTINA MARIA DE LIMA | 26.607-8 | 01/06/95 a 01/06/95 |
| CRIZYELLA DE SOUZA VAZ | 26.561-6 | 06/07/95 a 06/07/95 |
| CRIZYELLA DE SOUZA VAZ | 26.561-6 | 07/07/95 a 16/08/95 |
| DEISE AVELINA FELIPE | 26.770-8 | 19/06/95 a 26/06/95 |
| DENISE CASTELLO B. PENA | 26.621-3 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| EDÉLVI FARIA ALBERTONI TEIXEIRA | 26.615-9 | 01/06/95 a 01/06/95 |
| EDENILCE T. DE ANDRADE | 27.144-6 | 28/07/95 a 21/12/95 |
| EDINALVA N. DE OLIVEIRA | 26.523-3 | 01/06/95 a 01/06/95 |
| EDINEA CRISTINA DA SILVA | 26.296-X | 19/06/95 a 28/06/95 |
| EDIVALDO MONTE DOS SANTOS | 26.759-7 | 14/08/95 a 28/08/95 |
| EGBERTO ALVES DOS SANTOS | 27.314-7 | 31/08/95 a 21/12/95 |
| ELIANA MARIA DO NASCIMENTO | 27.060-1 | 01/09/95 a 29/11/95 |
| ELISABETH ISABEL DA COSTA GOMES | 49.294-9 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ELISÂNGELA PEREIRA DA SILVA | 26.749-X | 14/06/95 a 26/06/95 |
| EMILENE FLORES DE OLIVEIRA | 26.407-5 | 02/06/95 a 04/06/95 |
| FÁBIA AIRES BARBOSA | 26.748-1 | 14/06/95 a 26/06/95 |
| FÁBIA KÁTIA P. MOREIRA | 27.019-9 | 10/08/95 a 28/08/95 |
| FRANCISCO AUGUSTO R. MATOS | 23.371-4 | 05/06/95 a 20/06/95 |
| GILDA MARIA DE SOUZA | 70.972-7 | 18/08/95 a 15/12/95 |
| GUILHERMINA COELHO BARBOSA | 49.764-9 | 26/06/95 a 05/07/95 |
| HELENA DE SOUZA FRANÇA | 48.418-0 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| HELIANA MARIA BRANDIZZI DOS SANTOS | 26.769-4 | 19/06/95 a 26/06/95 |
| HELINE LOUREIRO COSTA | 47.726-5 | 05/06/95 a 20/06/95 |
| HILARIÃO GOMES DA SILVA NETO | 26.649-3 | 20/06/95 a 26/06/95 |
| IVONE F. GUIMARÃES | 22.846-X | 02/06/95 a 01/07/95 |
| JACINTA SOUSA DE MEDEIROS | 25.367-7 | 24/08/95 a 28/08/95 |
| JAIR ARAÚJO LIMA | 26.670-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| JAIR ARAÚJO LIMA | 26.670-1 | 07/07/95 a 16/08/95 |
| JAIRO MIRANDA | 56.204-1 | 26/07/95 a 13/12/95 |
| JANAÍNA DA S. PINTO | 27.230-2 | 15/09/95 a 21/12/95 |
| JOÃO MARCOS C. DA COSTA | 27.023-7 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| JOEL BARBOSA DE OLIVEIRA | 26.346-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| JORGE CARVALHO DA SILVA | 99.611-4 | 26/07/95 a 21/12/95 |
| JOSÉ ALBERTO O. DE SOUZA | 47.824-5 | 30/06/95 a 21/12/95 |
| JOSICLER LIMA DA SILVA | 27.208-6 | 10/08/95 a 10/08/95 |
| JUBILÉIA DE ALMEIDA M. VITOR | 23.299-8 | 27/07/95 a 21/12/95 |
| JÚLIA APARECIDA DE LIMA R. SILVA | 26.978-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| JÚLIA APARECIDA DE LIMA R. SILVA | 26.978-6 | 07/07/95 a 16/08/95 |
| KÁSSIA ESTELITA M. DE SOUZA | 24.832-0 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| LEANDRO CAIXETA BORGES | 26.840-2 | 21/06/95 a 28/06/95 |
| LECILDA MARIA DE SOUSA | 26.089-4 | 03/05/95 a 28/06/95 |
| LEILA LOPES DA SILVA | 26.371-0 | 02/06/95 a 04/06/95 |
| LINDOMAR DE BARROS N. DOS SANTOS | 26.464-4 | 17/05/95 a 25/07/95 |
| LORELEY HADDAD DE ANDRADE | 45.352-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| LÚCIA HELENA DA SILVA | 23.468-0 | 06/07/95 a 02/10/95 |
| LUZIA ANTONIETA MAIA | 24.028-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARA A. DA SILVA | 26.492-X | 24/07/95 a 12/12/95 |
| MARA APARECIDA DA SILVA | 27.319-8 | 25/08/95 a 21/12/95 |
| MARCELO ANTUNES DE SOUZA | 26.638-8 | 14/06/95 a 27/06/95 |
| MARCELO MAIA BRITO | 23.851-1 | 24/07/95 a 08/11/95 |
| MARCELO Q. NOBELINO | 26.083-5 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| MÁRCIA EHMS DE ABREU | 26.901-8 | 23/06/95 a 05/07/95 |
| MARCILENE PEREIRA REIS | 26.811-9 | 19/06/95 a 26/06/95 |
| MARIA APARECIDA OLIVEIRA | 44.857-5 | 01/06/95 a 20/06/95 |
| MARIA APARECIDA S. BITENCOURT | 56.092-8 | 01/09/95 a 29/11/95 |
| MARIA CARDOSO BORGES | 26.301-X | 08/05/95 a 04/06/95 |
| MARIA DA PAZ DE C. JUSTINO | 22.934-2 | 06/07/95 a 14/08/95 |
| MARIA DANTAS DA COSTA NETA | 26.789-9 | 19/06/95 a 26/06/95 |
| MARIA DE F. GONÇALVES | 64.703-9 | 01/06/95 a 01/06/95 |
| MARIA DE FÁTIMA NUNES BEZERRA | 27.232-9 | 17/08/95 a 21/12/95 |
| MARIA DE LOURDES MELO | 26.940-9 | 24/07/95 a 21/12/95 |
| MARIA DO CARMO DE SOUZA | 26.857-7 | 20/06/95 a 17/08/95 |
| MARIA LEIDE FERREIRA DE ANDRADE | 27.009-1 | 03/07/95 a 11/07/95 |
| MARIA LUISE DA CUNHA BICHARA | 66.025-6 | 01/08/95 a 16/08/95 |
| MARIA ONEIDE RIBEIRO | 26.771-6 | 19/06/95 a 26/06/95 |
| MARIA TEREZA MACHADO | 47.838-5 | 24/05/95 a 05/07/95 |
| MARILÉA CORREA FARIA | 26.359-1 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| MARINA ALVES FRANÇA | 66.478-2 | 18/06/95 a 01/08/95 |
| MARINHA B. FERREIRA | 48.285-4 | 05/09/98 a 21/12/95 |
| MÁRIO A. FERREIRA | 26.016-9 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| MIQUÉIAS A. DA SILVA | 27.336-8 | 06/09/95 a 21/12/95 |
| NIDIA TERESA R. RIBEIRO | 27.163-2 | 21/08/95 a 18/12/95 |

| | | |
|---|---|---|
| ODILON LOPES VASCONCELOS | 24.243-8 | 24/07/95 a 21/12/95 |
| OSWALDO JOSÉ MACHADO DOS SANTOS | 26.620-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| OSWALDO JOSÉ MACHADO DOS SANTOS | 26.620-5 | 26/05/95 a 05/07/95 |
| OTACÍLIO BELMONTE D. FILHO | 26.944-1 | 26/06/95 a 11/07/95 |
| PATRÍCIA B. OLIVEIRA | 26.932-8 | 23/06/95 a 25/07/95 |
| PATRÍCIA F. DA SILVA | 26.803-8 | 19/06/95 a 26/06/95 |
| PATRÍCIA MACHADO MELLO | 26.563-2 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| PATRÍCIA N. SILVA | 26.386-9 | 26/07/95 a 13/12/95 |
| REGINA CÉLIA DOS SANTOS PIRES | 26.845-3 | 21/06/95 a 28/06/95 |
| RITA DE CÁSSIA COSSO F. PACHECO | 26.722-8 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| RITA DE CÁSSIA COSSO F. PACHECO | 26.722-8 | 07/07/95 a 16/08/95 |
| ROBSON DE SOUZA DANTAS | 26.636-1 | 01/07/95 a 28/09/95 |
| ROSA INÊS ALBUQUERQUE MELO | 26.834-8 | 20/06/95 a 28/06/95 |
| ROSALINA A. DA C. SILVA | 26.430-X | 28/06/95 a 05/07/95 |
| ROSANE GUALBERTO SERAFIM | 26.682-5 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| ROSEMARY CARVALHO SALES | 26.784-8 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| ROSENDA MARIA VIEIRA PORTELA | 46.630-1 | 06/07/95 a 14/08/95 |
| SANDRA RAQUEL DE ALMEIDA | 26.623-X | 01/06/95 a 01/06/95 |
| SANDRA RIBEIRO ALVES | 26.461-X | 07/07/95 a 16/08/95 |
| SÉRGIO LUIS DA SILVA | 26.499-7 | 19/05/95 a 23/05/95 |
| SILVÂNIA NUNES DE OLIVEIRA | 48.212-9 | 21/08/95 a 18/12/95 |
| SUZETE B. DE SOUZA VASQUES | 77.461-8 | 06/07/95 a 28/08/95 |
| SUZI MAGALHÃES DE ARAÚJO | 24.659-X | 06/07/95 a 21/12/95 |
| TAMARA CRISTINA M. T. PIRES | 26.656-6 | 06/07/95 a 21/12/95 |
| TELMA SILVA DOS SANTOS | 27.039-3 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| TICIENNE PERES DA SILVA | 26.411-3 | 15/05/95 a 04/06/95 |
| VALDEMIR OLIVEIRA DO NASCIMENTO | 26.966-2 | 27/06/95 a 05/07/95 |
| VALDIR PEREIRA DE ARAÚJO | 27.086-5 | 24/07/95 a 21/12/95 |
| VALERIANA ROSSI | 26.458-X | 20/06/95 a 17/08/95 |
| VANDERLÚCIA G. DA SILVA | 56.281-5 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| VÂNIA MONTEIRO DOS SANTOS | 42.032-8 | 24/07/95 a 17/08/95 |
| VÂNIA ROCHA DA SILVA | 24.541-0 | 24/02/95 a 15/03/95 |
| VERA GOMES DE QUEIROZ | 26.558-6 | 24/05/95 a 01/06/95 |
| VLADIMIR VASCONCELOS DA SILVA | 26.866-6 | 24/07/95 a 12/12/95 |
| ZÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS | 26.422-9 | 06/07/95 a 21/12/95 |

MARIA ELISA EICHLER

**ORDENS DE SERVIÇO DE 3 DE NOVEMBRO DE 1998**

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
1. Autorizar o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público do Distrito Federal-TIDEM aos servidores abaixo relacionados:

| Nome | Matrícula | A partir de |
|---|---|---|
| DARLENE BENTO LUIZ | 62.709-7 | 23/09/98 |
| IZAURA ABREU DAS NEVES | 33.755-2 | 24/09/98 |
| ANA PAULA BONFIM AYRES DA FONSECA | 36.819-9 | 14/04/98 |

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução nº 551, de 31.01.96, subitem 1.12, resolve:
1 - Retificar a averbação do tempo de serviço referente aos processos formulados na vigência da Lei nº 8.112/90, adotada no âmbito do Distrito Federal, a partir de 01.01.92, através da Lei nº 197, de 04.12.91, para que se estenda os benefícios, também, para efeitos de Adicional por Tempo de Serviço (anuênios) de acordo com a Súmula 137-TCU, atendendo-se, assim, as diligências daquela Corte, relativamente ao servidor abaixo relacionado:

| | |
|---|---|
| Nome: **COLOMBINA ARAÚJO DE SOUSA** | Matrícula: **93.562-1** |
| Processo: **082.000553/92** | Dias: **614** |
| Nome: **GERALDA ANTUNES FARIAS** | Matrícula: **95.172-2** |
| Processo: **082.000682/93** | Dias: **322** |
| Nome: **NORMÉLIA DE OLIVEIRA PRETTO** | Matrícula: **42.227-4** |
| Processo: **082.011386/92** | Dias: **7.005** |
| Nome: **EMÍLIA AUGUSTA BALDISSERA** | Matrícula: **64.528-1** |
| Processo: **082.011591/93** | Dias: **1.578** |
| Nome: **MARIÂNGELA CARVALHO RIBEIRO** | Matrícula: **98.289-X** |
| Processo: **082.028634/95** | Dias: **777** |
| Nome: **MARIÂNGELA CARVALHO RIBEIRO** | Matrícula: **98.289-X** |
| Processo: **082.024330/94** | Dias: **633** |

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Retificar a Ordem de Serviço de 25 de maio de 1993, publicada no DODF nº 108, de 31 de maio de 1993, página 08, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, descontando-se os períodos porventura usufruídos, à MARIA VICENTINA BATISTA, matrícula nº 73.819-0, lotado(a) DRE/GAMA, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 29.09.77 a 29.09.82
2º quinqüênio: 30.09.82 a 29.09.87
Leia-se: 1º quinqüênio: 29.09.77 a 30.09.82
2º quinqüênio: 01.10.82 a 30.09.87
2-Retificar a Ordem de Serviço de 09 de novembro de 1992, publicada no DODF nº 234, de 18 de novembro de 1992, página 10, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, descontando-se os períodos porventura usufruídos, à CLEONICE PEREIRA DE SOUSA, matrícula nº 72.252-9, lotado(a) DRE/GAMA, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinqüênio: 29.04.83 a 28.04.88
Leia-se: 2º quinqüênio: 29.04.83 a 29.04.88
3-Retificar a Ordem de Serviço de 12 de agosto de 1993, publicada no DODF nº 167, de 18 de agosto de 1993, página 39, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, descontando-se os períodos porventura usufruídos, à ROSIMAR P. MORAIS, matrícula nº 91.339-1, lotado(a) DRE/CEILÂNDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinqüênio: 09.11.77 a 07.11.83
Leia-se: 2º quinqüênio: 09.11.77 a 08.11.83
4-Retificar a Ordem de Serviço de 11 de novembro de 1992, publicada no DODF nº 234, de 18 de novembro de 1992, página 10, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, descontando-se os períodos porventura usufruídos, à EXPEDITO A. DE ARAÚJO, matrícula nº 75.346-7, lotado(a) PES. A DISP. ORG. ESTR. GDF, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinqüênio: 26.04.83 a 16.04.88
Leia-se: 2º quinqüênio: 26.04.83 a 16.05.89
1-Retificar a Ordem de Serviço de 09 de agosto de 1993, publicada no DODF nº 167, de 18 de agosto de 1993, página 36, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à ROSIMAR P. MORAIS, matricula nº 91.339-1, lotado(a) DRE/CEILÂNDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinqüênio: 08.11.83 a 09.11.88
Leia-se: 3º quinqüênio: 09.11.83 a 10.11.88
2 Retificar a Ordem de Serviço de 18 de fevereiro de 1994, publicada no DODF nº 38, de 25 de fevereiro de 1994, página 12, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à ROSIMAR P. MORAIS, matricula nº 91.339-1, lotado(a) DRE/CEILÂNDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 4º quinqüênio: 10.11.88 a 13.11.93
Leia-se: 4º quinqüênio: 11.11.88 a 14.11.93
3-Retificar a Ordem de Serviço de 21 de janeiro de 1997, publicada no DODF nº 17, de 24 de janeiro de 1997, página 554, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à CLEONICE PEREIRA DE SOUSA, matricula nº 72.252-9, lotado(a) DRE/GAMA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinqüênio: 29.04.88 a 28.04.93
Leia-se: 3º quinqüênio: 30.04.88 a 29.04.93
4-Retificar a Ordem de Serviço de 25 de maio de 1993, publicada no DODF nº 108, de 31 de maio de 1993, página 08, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA VICENTINA BATISTA, matricula nº 73.819-0, lotado(a) DRE/GAMA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinqüênio: 30.09.87 a 29.09.92
Leia-se: 3º quinqüênio: 01.10.87 a 30.09.92
5-Retificar a Ordem de Serviço de 04 de março de 1993, publicada no DODF nº 50, de 10 de março de 1993, página 03, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade À TERESINHA DE JESUS S. LIMA, matricula nº 72.001-1, lotado(a) DRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 28.04.77 a 27.04.82
2º quinqüênio: 28.04.82 a 27.04.87
3º quinqüênio: 28.04.87 a 27.04.92
Leia-se: 1º quinqüênio: 28.04.77 a 29.04.82
2º quinqüênio: 30.04.82 a 29.04.87
3º quinqüênio: 30.04.87 a 29.04.92
6-Retificar a Ordem de Serviço de 28 de julho de 1997 , publicada no DODF nº 148, de 05 de agosto de 1997, página 5.927, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à TERESINHA DE JESUS S. LIMA, matricula nº 72.001-1, lotado(a) DRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:
Onde se lê: 4º quinqüênio: 28.04.92 a 27.04.97
Leia-se: 4º quinqüênio: 30.04.92 a 29.04.97

MARIA ELISA EICHLER

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

| Nome: | Matrícula | Exercício: | Quinqüênio(s) |
|---|---|---|---|
| CLEONICE FERREIRA CAIXETA | 20.001-8 | SRF/SCSA | 1º 05.07.93 a 04.07.98 |
| EDMUNDO ALVES DE VASCONCELOS | 20.101-4 | DRE/TAGUATINGA | 1º 01.07.93 a 30.06.98 |
| ISMAEL NUNES DOS SANTOS | 20.147-2 | DGA/DPA | 1º 13.07.93 a 12.07.98 |
| REJANE ALVES DE SOUZA | 20.177-4 | DRE/SAMAMBAIA | 1º 20.07.93 a 19.07.98 |
| RAIMUNDO NUNES DA SILVA | 20.218-5 | DP/DAE | 1º 28.07.93 a 27.07.98 |
| MARIA APARECIDA MENDES DA SILVA | 20.264-9 | DRE/CEILANDIA | 1º 12.07.93 a 11.07.98 |
| EGLAER FÁTIMA SENA PINTO | 20.340-8 | DP/UEJA | 1º 02.08.93 a 01.08.98 |
| JULIE CHRISTHIANE P. ALBUQUERQUE | 20.368-8 | DPA/SRM | 1º 20.07.93 a 19.07.98 |
| MARIA DA SILVA | 20.408-0 | DRE/N.BANDEIRANTE | 1º 26.07.93 a 25.07.98 |
| MARIA DE LOURDES SILVA | 20.469-2 | DRE/PP-CRUZEIRO | 1º 16.08.93 a 15.08.98 |
| MARIA DA PENA BATISTA DA CUNHA | 20.482-X | DRE/SOBRADINHO | 1º 17.08.93 a 16.08.98 |
| PAULO CÉSAR SOUZA | 41.172-8 | DRE/SAMAMBAIA | 1º 04.06.92 a 03.08.97 |
| ELISABETH MARTINS SILVA | 48.550-0 | DRE/PP-CRUZEIRO | 1º 16.03.93 a 15.03.98 |
| ELAINE LEAL LUZ | 48.553-5 | DRE/SOBRADINHO | 1º 22.03.93 a 21.03.98 |
| VILSON DE OLIVEIRA CABRAL | 48.564-0 | DRE/PP-CRUZEIRO | 1º 17.03.93 a 16.04.98 |
| MARIA APARECIDA COSTA R. MATTOS | 48.592-6 | DP/PROEM | 1º 18.03.93 a 17.03.98 |
| ADRIANA GONÇALVES DE A. PANDLETON | 48.698-1 | DP/DAE | 1º 25.03.93 a 24.03.98 |
| SEBASTIANA DA SILVA DE JESUS | 48.985-9 | DRE/PLANALTINA | 1º 20.04.93 a 19.05.98 |
| HEDITE RODRIGUES LOPO | 49.170-5 | DRE/SOBRADINHO | 1º 27.04.93 a 26.04.98 |
| MARIA FRANCISCA N. COIMBRA | 49.312-0 | DRE/PLANALTINA | 1º 04.05.93 a 03.05.98 |
| FRANCISCA DAS CHAGAS OLIVEIRA | 49.382-1 | DRE/PP-CRUZEIRO | 1º 05.05.93 a 04.08.98 |
| MARIA ALICE BITENCOURT | 49.509-3 | DRE/SAMAMBAIA | 1º 12.05.93 a 11.05.98 |
| MARIA LENI GASPAR | 49.619-7 | DP/CEFDE | 1º 14.06.93 a 13.08.98 |
| CÉLIO LUIZ DE LIMA | 49.970-6 | DRE/CEILANDIA | 1º 29.06.93 a 28.06.98 |
| ANA MARIA SARAH DE PAULA | 53.953-8 | DRE/N.BANDEIRANTE | 4º 01.04.93 a 31.03.98 |
| KÁTIA SUZI CAMILO FERREIRA | 56.530-X | DRE/TAGUATINGA | 3º 18.02.93 a 17.02.98 |
| MARIA DO SOCORRO FELINTO | 56.558-X | DRE/GAMA | 3º 24.06.93 a 23.06.98 |
| NORMA FERREIRA BORGES DE MATOS | 56.643-8 | DRE/TAGUATINGA | 3º 24.02.93 a 23.02.98 |
| FRANCISCO S. DE OLIVEIRA | 56.976-3 | DRE/PP-CRUZEIRO | 3º 17.03.93 a 16.03.98 |
| MARIA LÚCIA DE CARVALHO | 57.363-9 | DRE/GAMA | 1º 08.04.93 a 07.05.98 |
| MARIA CARDOSO AGUIAR | 57.684-0 | DRE/CEILANDIA | 3º 30.05.93 a 29.05.98 |
| JOSE RIBAMAR SOUSA | 57.736-7 | DRE/SAMAMBAIA | 3º 13.06.93 a 12.06.98 |
| IDALINA NUNES DE SANTANA | 57.751-0 | DRE/TAGUATINGA | 3º 16.06.93 a 15.06.98 |
| ANA MARIA DE SOUSA | 57.796-0 | DRE/SAMAMBAIA | 3º 20.06.93 a 19.06.98 |
| JAIME JOAQUIM DO NASCIMENTO | 57.850-9 | DRE/CEILANDIA | 3º 30.06.93 a 29.06.98 |
| HERMINÍSIA ALVES DE SANTANA | 57.862-2 | DRE/GUARA | 3º 05.07.93 a 04.07.98 |
| MARIA DA CRUZ ARAUJO GOMES | 57.904-1 | DRE/PP-CRUZEIRO | 3º 27.07.93 a 26.07.98 |
| JOSÉ AUGUSTO LOPES | 58.119-4 | DRE/SOBRADINHO | 3º 29.08.93 a 28.08.98 |
| VALDIVINO GONZAGA DE CARVALHO | 62.039-4 | DRE/CEILANDIA | 1º 02.04.86 a 01.04.91<br>2º 02.04.91 a 01.07.96 |
| REGINA CÉLIA MARQUES | 63.385-2 | DRE/PP-CRUZEIRO | 2º 08.06.91 a 07.06.96 |
| SUELY APARECIDA NUNES | 63.817-X | DRE/PP-CRUZEIRO | 2º 11.06.91 a 10.06.96 |
| MARIA ALBENE FRANÇA VALLE | 72.178-6 | DRE/GAMA | 2º 18.04.93 a 17.04.98 |
| CLEONICE P. DE SOUSA | 72.252-9 | DRE/GAMA | 4º 30.04.93 a 29.07.98 |
| MARIA VICENTINA BATISTA | 73.819-0 | DRE/GAMA | 4º 01.10.92 a 30.09.97 |
| MARIA DAS DORES RIBEIRO DA SILVA | 74.619-3 | DRE/PLANALTINA | 2º 25.01.93 a 24.01.98 |
| EXPEDITO A. DE ARAUJO | 75.346-7 | PES. A DISP. ORG ESTR. GDF | 3º 17.05.89 a 16.05.94 |
| MARIA DAS GRAÇAS PENA | 75.473-0 | INATIVO | 4º 05.05.93 a 04.05.98 |
| ODELITA MARIA DOS S. SALGADO | 76.407-8 | DRE/N.BANDEIRNATE | 3º 06.08.88 a 05.08.93<br>4º 06.08.93 a 05.08.98 |

MARIA ELISA EICHLER

## DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE OUTUBRO DE 1998

**A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA**, no uso das atribuições regimentais, com base nos Artigos 121 e 129 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, e de conformidade com que foi apurado no processo nº 082.012479/98, resolve:

1. Aplicar a pena disciplinar de **ADVERTÊNCIA** ao servidor **GILBERTO ANTERO DOS SANTOS SILVA, matrícula nº 54.649-6**, por ter infringido o disposto no Art. 116, Incisos I, III e IV da Lei 8.112 de 11.12.90, estando, portanto, incurso nas sanções do Art. 127, Inciso I, c/c o Art. 129 segunda parte da citada Lei.
2. Determinar que este ato entre em vigor a partir desta data.

**LÊDA GONÇALVES DE FREITAS**

## DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE AGOSTO DE 1998 (*)

**A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31.01.96, e tendo em vista o disposto no artigo 97, inciso I, da Lei nº 8112/90, resolve:**
**conceder afastamento ao servidor Alessandro Ferreira Floriano, matrícula 27.664-2, por motivo de doação de sangue, no dia 30 de julho de 1998.**

**JUSSARA FRANCO DE SANTANA MACHADO**

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 183, de 25.9.98, pág. 22.

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31.01.96, e tendo em vista o disposto na Lei nº 197 de 04/12/91 e Lei nº 356 de 20/11/92, regulamentada pelo Decreto 14.413, de 25/11/92, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo especificados:
-ELEUDE ANTUNES T. DE FREITAS, matrícula 46.209-8, MG 1Q-GT3, CHEsp autorizada conforme processo 12.662/98, a partir de 30/08/98, publicação DODF nº 194 página 18, de 13/10/98;
-SANDRA AMÉLIA CARDOSO, MATRÍCULA 33.608-4, MG 03Q, CHEsp autorizada conforme publicação no DODF nº 194, página 18, de 13/10/98.

JUSSARA FRANCO DE SANTANA MACHADO

CENTRO EDUCACIONAL 01 DO GUARÁ

ORDENS DE SERVIÇO DE 5 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL 01 DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31/01/96, e tendo em vista o disposto no artigo 97, item III, alínea "B", da Lei nº 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Nojo a servidora Maria José de Carvalho Maia, matrícula 24.357-4, pelo período de 28/08/98 a 04/09/98.

A DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL 01 DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31/01/96, e tendo em vista o disposto no artigo 7º, ítem XIX da Constituição Federal do Brasil, combinado com o artigo 10, alínea "B", parágrafo 1º dos ADCT, resolve:
Conceder Licença Paternidade ao servidor Alonso Pedro Estrela, matrícula 67.961-5, pelo período de 14/09/98 a 18/09/98.

MARIA BERNADETE G. DE ANDRADE

CENTRO EDUCACIONAL 03 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE AGOSTO DE 1998 (*)

**A DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL 03 DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução nº 551, de 31.01.96, e tendo em vista o disposto no artigo 97, ítem III, alínea "a", da Lei nº 8.112/90, resolve:**
**Conceder Licença Gala a servidora Cláudia Augusta dos Santos, matrícula 41.527-8, pelo período de 24/07/98 a 31/07/98.**

**ZILDA MARIA DE MELO SOARES**

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 183, de 25.9.98, pág. 22.

CENTRO DE ENSINO 04 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO CENTRO DE ENSINO 04 DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31/01/96, e tendo em vista o disposto no artigo 97, ítem III, alínea "B", da Lei nº 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Nojo a professora Sirlene Adelaide Vieira Innocêncio, matrícula 32.366-7, pelo período de 02/09/98 a 09/09/98.

IVANILDA M. SANTIAGO DOS SANTOS

CENTRO DE ENSINO 10 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO CENTRO DE ENSINO 10 DO GUARÁ,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31/01/96, e tendo em vista o disposto no artigo 7º, ítem XIX da Constituição Federal do Brasil, combinado com o artigo 10, alínea "B", parágrafo 1º dos ADCT, resolve:
Conceder Licença Paternidade ao servidor Paulo Henrique Silva São Pedro, matrícula 67.422-2, pelo período de 28/09/98 a 02/10/98.

MARIFLOR MAIA B. DE JESUS

ESCOLA CLASSE 02 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA ESCOLA CLASSE 02 DO GUARÀ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31/01/96, e tendo em vista o disposto no artigo 7º, ítem XIX, da Constituição Federal do Brasil, combinado com o artigo 10, alínea "B", parágrafo 1º dos ADCT, resolve:
Conceder Licença Paternidade ao servidor Maurício Ferreira Rodrigues. matrícula 23.138-X, pelo período de 03/07/98 a 07/07/98.

BEATRIZ MARCONDES P. DO BÉ

CENTRO INTERESCOLAR DE LINGUAS DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE AGOSTO DE 1998 (*)

O DIRETOR DO CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DO GUARA-CIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução nº 551, de 31.01.96, e tendo em vista o disposto no artigo 97, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Nojo ao servidor Walter Fernandes Cavalcante, matrícula 25.631-5, período de 30/07/98 a 06/08/98.

CRISTOVÃO J. DO NASCIMENTO

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 183, de 25.9.98, pág. 22.

ESCOLA CLASSE 05 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE AGOSTO DE 1998 (*)

**A DIRETORA DA ESCOLA CLASSE 05 DO GUARÁ DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31.01.96, e tendo em vista o disposto no artigo 97, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.112/90, resolve:**
**Conceder Licença Nojo aos servidores Farise Oliveira Bolzon, matrícula 68.178-4 e Fádua de Oliveira Fernandes Távora, matrícula 46.434-1, pelo período de 22/07/98 a 29/07/98.**

LEILA GOMES FIRMINO

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 183, de 25.9.98, pág. 22.

## DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 551 de 31.01.96, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:
**01. MARLUCE PAULA DE ARAÚJO**, matrícula 35.427-9, conforme CHEV 093/98, pelo período de 27/07/98 a 23/12/98;
**02. ROSANIR RIBEIRO DOS SANTOS**, matrícula 35.890-8, conforme CHEV 105/98, pelo período de 03/08/98 a 31/10/98;
**03. REGINA HELENA SPEICH DE MORAES**, matrícula 36.549-1, conforme PROT 110580/98, a partir de 17/09/98.

KÁTIA FRANCA VASCONCELLOS

## DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA

ORDEM DE SERVIÇO DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 551, de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 7º, do Decreto número 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, aos servidores abaixo especificados:
MIRTES DA SILVA DE PAULA, matrícula 36748-6, a partir de 06/10/98, CHESP autorizada pela DEX/DGA.
KATIANE JANAINA MARQUES TRIPUDI, matrícula 34082-0, a partir de 06/10/98, CHESP autorizada pela DEX/DGA.
BELCHIOR SILVANO GONÇALVES, matrícula 33116-3, a partir de 09/10/98, CHESP autorizada pela DEX/DGA.

ALAÍDE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

## DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA

CENTRO DE ENSINO 519 DE SAMAMBAIA
ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO CENTRO DE ENSINO 519 DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 551 de 31.01.96, resolve:
CONCEDER Licença Nojo ao servidor FRANCISCO ANTÔNIO M. DE OLIVEIRA, matrícula n.º 28.900-0, pelo período de 02/10/98 a 06/10/98.

ANNE CHRISTINE N. BRAGA

ESCOLA CLASSE 121 DE SAMAMBAIA
ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA ESCOLA CLASSE 121 DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 551 de 31.01.96, resolve:
CONCEDER Licença Nojo à servidora MARIA DAS DORES VIEIRA CARDOSO, matrícula n.º 34.784-1, pelo período de 07/10/98 a 14/10/98.

MAGDA SOLANGE DA SILVA

CENTRO DE ENSINO 411 DE SAMAMBAIA
ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO CENTRO DE ENSINO 411 DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 551 de 31.01.96, resolve:
CONCEDER Licença Nojo ao servidor JOÃO KNOX TELES DE MENEZES, matrícula n.º 49.759-2, pelo período de 16/09/98 a 23/09/98.

RONAM ALVARES SILVA NORONHA

ESCOLA CLASSE 510 DE SAMAMBAIA
ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA ESCOLA CLASSE 510 DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 551 de 31.01.96, resolve:
CONCEDER Licença Gala a servidora ALESSANDRA SOUSA CASTELAR, matrícula n.º 67.432-X, pelo período de 21/10/98 a 28/10/98.

ADAIL MOREIRA DOS SANTOS

## DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA

ESCOLA CLASSE 41 DE TAGUATINGA
ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

**A DIRETORA DA ESCOLA CLASSE 41 DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III "b" da Lei nº 8112/90, resolve:**
**Conceder licença nojo a servidora ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 24.820-7 pelo período de 15.10.98 a 22.10.98.**

NADIA TEREZINHA CARNEIRO MAGALHÃES

# SECRETARIA DE SAÚDE

## INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
## DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
## SEÇÃO DE PESSOAL

### ORDEM DE SERVIÇO Nº 43, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL ISDF. no uso de sua competência delegada pela Ordem de Serviço nº 216 de 22 de novembro de 1995 e tendo em vista o contido no Decreto nº 7.612. artigo 30. inciso 30 de 25 de julho de 1983. resolve:

CONCEDER LICENÇA NOJO. à servidora FRANCISCA DAS CHAGAS ALVES PEREIRA . Auxiliar de Administração Pública. matricula nº 100763-7 QP ISDF. no periodo de 22/09 a 29/09/98.

CONCEDER LICENÇA NOJO. à servidora MARIA DE LOURDES ALVES PEREIRA. Auxiliar de Administração Pública. matrícula nº 200937-4 QP ISDF, no periodo de 22/09 a 29/09/98.

CONCEDER LICENÇA NOJO. à servidora MARLAITE SILVA DE OLIVEIRA. Auxiliar de Administração Pública. matrícula nº 200827-0 QP ISDF, no periodo de 27/09 a 04/10/98.

WILSON ANTONIO DE SALGADO

### ORDEM DE SERVIÇO Nº 44, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL ISDF. no uso de sua competência delegada pela Ordem de Serviço nº 216 de 22 de novembro de 1995 e tendo em vista o contido no Decreto nº 7.612. artigo 30, inciso 30 de 25 de julho de 1983. resolve:

CONCEDER LICENÇA NOJO, aos servidores FRANCISCO CHAGAS DOS SANTOS. Auxiliar de Administração Pública. matrícula nº 100275-9 QP ISDF, e LUZINETE CHAGAS DOS SANTOS. Auxiliar de Administração Pública. matrícula nº 100687-8 QP ISDF. no periodo de 25/10 a 01/11/98.

WILSON ANTONIO DE SALGADO

## DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR

### ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR-DESAT, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto no item 04, da Instrução nº 03 , de 20 de março de 1998, resolve :

1- Consignar Elogio aos servidores abaixo relacionados, pelo desempenho profissional, espírito de equipe e dedicação ao serviço;

LUIZ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, Assistente Superior de Saúde, Médico, Matrícula 117.137-2;
REYNILDE CARNEIRO LIRA, Assistente Superior de Saúde, Matrícula 115.782-5;
PEDRO ALVES CARDOSO, Assistente Superior de Saúde, Matrícula 112.679-2;
LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JUNIOR, Chefe do N.V.S.T/DESAT, Matrícula 201.588-9;
PAULO ROBERTO GUERRA JUCÁ, Assistente Superior de Saúde, Médico, Matrícula 135.322-5;
MARLI FERNANDES GUEDES,Chefe da Seção de Administração Geral/DESAT, Matrícula 136.762-5;
FÁTIMA ELIANE FIGUEIRÓ, Secretária do DESAT, Matrícula 136.761-7;
LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS FALCÃO,Assistente Superior de Saúde,Enfermeiro, Matrícula 360.135-8;
MARIA JOSÉ DE SALES PAZ, Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula 115.070-7;
IVANILDO DANTAS, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 133.883-8;
REGINA CÉLIA PAIVA M. UCHOA, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula 360.146-3;
OSMAR SOARES, Assistente Superior de Saúde, Médico, Matrícula 360.144-7.
MARIA ROSÂNGELA PEREIRA E SILVA, Assistente Intermediária de Saúde, Telefonista, Mat. 131.654-1

MYRIA VIEIRA DE SOUZA

### ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR-DESAT, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto no item 04, da Instrução nº 03 , de 20 de março de 1998, resolve :

1 – Nomear Luiz Antonio Medeiros Falcão, matrícula 121.607-04, Enfermeiro, AS 01 classe especial padrão I, para exercer o cargo de Coordenador do Núcleo de Educação do Trabalhador em Saúde do Departamento de Saúde do Trabalhador – DESAT, do quadro da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
2 – Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MYRIA VIEIRA DE SOUZA

## HOSPITAL REGIONAL DA CEILÂNDIA

### ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item 4, da Instrução Nº 03 de 20 de março de 1998, resolve: conceder Salário Família aos servidores abaixo relacionados, nos termos do artigo 197, da Lei 8.112/97:
JOÃO DE DEUS ARAÚJO, Matrícula 120.467-0, Dependente: Daniel Galeno Araújo, na qualidade de filho;
MARIA VANDETE DA SILVA OLIVEIRA, Matrícula 120.655-9, Dependente: Amanda Oliveira da Paz, na qualidade de filha.
SILVANO BARROS, Matrícula 133.409-3, Dependente: Lorena Antunes Barros, na qualidade de filha;
GILMAR MENDES BERNARDINO, Matrícula 121.308-3, Dependente: Wellinda Dib Bernardino, na qualidade de filha.

ISA HELENA MORAIS ALVES PATRÃO

### ORDENS DE SERVIÇO DE 3 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DE CEILÂNDIA, DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada através da Instrução datada de 11 de novembro de 1996, da Presidência da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, Resolve: remover os seguintes servidores:
ANA MARIA GOMES LACERDA, Matrícula 300.527-5, do Hospital Regional de Ceilândia, para o Centro de Saúde No 07 de Ceilândia, da Regional de Saúde de Ceilândia;
JOSÉ MARÇAL DE AZEVEDO JÚNIOR, Assistente Superior de Saúde, Médico - Pediatra Matrícula 131.436-0, do Centro de Saúde Nº 06 de Ceilândia, para o Hospital Regional de Ceilândia, conforme parecer favorável da servidora e Chefias Imediatas.
MARIA DE FATIMA DIAS MACHADO, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 300.582-3, do Hospital Regional de Ceilândia, para o Centro de Saúde nº 02 de Ceilândia, da Regional de Saúde de Ceilândia, conforme MEMO Nº 1640/98 - SRM/DP/DRH, de 06.10.98;
PATRICIA BOTELHO DE SOUZA, Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula 136.501-1, do Centro de Saúde 03 de Ceilândia, para o Centro de Saúde nº 08 de Ceilândia, da Regional de Saúde de Ceilândia, conforme parecer favoravel da servidora e Chefias Imediatas;
ANTONIO VANIBEL MORATO, Assistente Intermediário de Saúde, Agente de Saúde Pública, Matrícula 116.462-7, do Centro de Saúde nº 04 de Ceilândia, para o Centro de Saúde nº 10 da Ceilândia, da Regionla de Saúde de Ceilândia, conforme parecer favoravel da servidor e Chefias Imediatas;
IZABEL CRISTINA DE SOUSA, AS.31- TMP, Enfermeira, Matrícula 352.433-7, do Centro de Saúde 03 de Ceilândia, para o Hospital Regional de Ceilândia/DRSC, conforme MEMORANDO Nº 260/98 - Seção de Enfermagem/DRSC, de 16.10.98.

O DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item 4, da Instrução nº 03, de 20 de março de 1998, resolve: Autorizar o afastamento dos seguintes servidores, abaixo relacionados já incluídos os dias previstos para trânsito nos termos da Instrução Nº 27, de 05 de setembro de 1980:
MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA CARNEIRO, Assistente Superior de Saúde, Médico - Clínica Médica, Matrícula 127.925-4, para participar do 4º Simpósio SOCESP Grandes Temas em Cardiologia Prática Atual e Perspectivas Futuras, a realizar-se em São Paulo - SP, no período de 02.12.98 a 07.12.98;
EULINA MARIA DO NASCIMENTO MENEZES RAMOS, Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula 128.815-6, para participar do VI Congresso Brasileiro de Controle de Infecção e Epidemiologia Hospitalar, a realizar-se em Campos de Jordão - SP, no período de 28.11.98 a 05.12.98;
MARIA DE LOURDES OPPELT RAAB, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 352.290-3, para participar do 18º Congresso Brasileiro de Reprodução Humana, a realizar-se em Porto Alegre - RS, no período de 05.11.98 a 12.11.98;
VALÉRIA FIGUEIREDO BARCELLOS, Assistente Superior de Saúde, Odontologa, Matrícula 133.735-1, para participar da IV Jornada Odontologia da Univercidade de Brasília, a realiza-se em Brasília - DF, no período de 23.11.98 a 27.11.98.

1 - Consignar Elogio aos servidores abaixo relacionados, em virtude da dedicação com que estes servidores desempenham suas funções, sempre dispostos a trabalhar independente do dia e horário para cobrir às necessidades do setor, sempre zelosos e prestativos para com o público e os companheiros desta unidade de saúde, solicitado pela Encarregada de Arquivo Médico/DDI/DRSC, conforme OFÍCIO Nº 002/98 - Arquivo/SDI/DDI/DRSC, de 18.09.98.
NOÊMIA GARCIA DE OLIVEIRA, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 114.358-1;
ENI DA CONCEIÇÃO BENTO SILVA, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 117.808-3;
MARIZETE PEREIRA DA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar Operacional Serviços Diversos - Limpeza e Conservação, Matrícula 126.599-7;
ANTONINO PEREIRA MOURA, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 107.140-8;
VANILDA CAIXETA BORGES CARREIRO, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 117.466-5.
2 - Consignar elogio ao servidor, SEBASTIÃO GRACIANO FILHO, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 120.550-1, pela dedicação, eficiência e responsabilidade com que vem desempenhando suas atribuições no Centro de Saúde, solicitado pela Chefia do Centro de Saúde nº 06 de Ceilândia, conforme MEMO No 09/98 - Ch.CSC - 06, de 15.09.98.
3 - Consignar elogio ao servidor, DEMITIRES MAGNUS DE ARAÚJO RIBEIRO, Assistente Superior de Saúde, Médico - Anestesiologista, Matrícula 132.587-6, pela cooperação com esta Unidade e também por ter conseguido lograr êxito nas provas do título superior em anestesiologia, solicitado pela Chefia da UAG/DRSC, conforme O.I Nº 032/98 - UAG/HRC, de 22.10.98.
4 - Consignar elogio aos servidores abaixo relacionados, e Pela menor taxa de prematuridade do DF, após endereço corrigido e uma das menores do País. pela diminuição da mortalidade de pré-natal, solicitado pela Chefia da URGO/DRSC, conforme MEMO Nº 65/98 - Ch. URGO/DRSC, de 10.07.98:
WALTER TOLEDO DO AMARAL, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra Matrícula 127.040-1:
GLADES RIBEIRO ZANINA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra Matrícula 133.181-7:
VALTER EUFRAZIO MARANHÃO, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra Matrícula 128.069-4:
SILVANA TESCH HOSKEN DE CARVALHO, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 129.942-5;
RICARDO MUDADO SUASSUNA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 135.430-2.
5 - Consignar elogio aos servidores abaixo relacionados, pela atuação no programa viva mulher que desempenha com muita dedicação e com resultados excelentes, solicitado pela Chefia da URGO/DRSC, conforme MEMO Nº 65/98 - Ch. URGO/DRSC, de 10.07.98:
JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO MALHEIROS, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 118.283-8:
EVANDRO OLIVEIRA DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 350.761-1:
6 - Consignar elogio aos servidores abaixo relacionados, pela redução da demanda reprimida e pela excelente condução das pacientes com patologias mamarias, solicitado pela Chefia da URGO/DRSC, conforme MEMO Nº 65/98 - Ch. URGO/DRSC, datado de 10.07.98.
DENISE GOMES CIDADE, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 130.478-0:
HELSON JOSÉ DE ALMEIDA ALBERNAZ, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 350.805-6.
7 - Consignar elogio ao servidor, JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS JÚNIOR, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra. Matrícula 135.344-6:

pelo trabalho desempenhado em nivel de FHDF e FEDF, na prevenção e promoção de saúde das adolecentes da Ceilândia, solicitado pela Chefia da URGO/DRSC, conforme MEMO Nº 65/98 - Ch. URGO/DRSC, de 10.07.98.

8 - Consignar elogio aos servidores abaixo relacionados, TERCIO FERREIRA REZENDE, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstreta, Matrícula 120.317-7, pela dedicação, responsabilidade e eficiência com que tem atuado na frente do programa de infertilidade nesta Regional, solicitado pela Chefia da URGO/DRSC, conforme MEMO Nº 65/98 - Ch. URGO/DRSC, de 10.07.98.

9 - Consignar elogio aos servidores abaixo relacionados, pelo trabalho nas enfermarias com diminuição significativa de complicações e de infecções hospitalares, solicitado pela Chefia da URGO/DRSC, conforme MEMO Nº 65/98 - Ch. URGO/DRSC, de 10.07.98.

LÚCIA SPERANTA ROSIU, Assistente Superior de Saúde, Médica - .Ginecologista e Obstetra, Matrícula 116.279-0:

RITA DE CÁSSIA TORRES DE FARIA, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 119.544-1:

EDVANIR ANTÔNIO DE PAIVA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 117.156-9.

10 - Consignar elogio aos servidores abaixo relacionados, pela qualidade e pela responsabilidade com que desempenha suas funções, pelo compromisso com as pacientes, solicitado pela Chefia da URGO/DRSC, conforme MEMO Nº 65/98 - Ch. URGO/DRSC, de 10.07.98.

FERMANDO LUÍS SILVA LEITE, Assistente Superior de Saúde, Mêdico -Ginecologista e Obstetra, Matrícula 129.244-7:

JOSÉ ROGÉRIO PIMENTA DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 125.485-5.

11 - Consignar elogio aos servidores abaixo relacionados, pela atuação e desempenho com que tem atuado como 6º plantonista, na resolutividade dos problemas que ocorram durante o plantão, solicitado pela Chefia da URGO/DRSC, conforme MEMO Nº 65/98 - Ch. URGO/DRSC, datado de 10.07.98:

GEOVANES GOMES DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 128.075-9;

VALDEMI GOMES DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 116.420-1;

ROSÂNGELA COSTA PINTO BARREIROS, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 120.564-1.

11 - Consignar elogio aos servidores abaixo relacionados, pela dedicação, pontualidade e relevo com que tem atuado os plantões, solicitado pela Chefia da URGE/DRSC, conforme MEMO Nº 65/98 - Chi. URGE/DRSC, datado de 10.07.98.

WANILDETE NERI DE BARROS FERREIRA, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 112.772-1;

VOLNEY PAULINO FERREIRA T. MENDES, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 119.845-9;

SEBASTIÃO GRACIANO FILHO, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 120.550-1;

DJALMA CORREIRA DOS SANTOS, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 120.565-0;

SIDNEY ROSA DE OLIVEIRA , Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 124.473-6;

EDINA RIBEIRO PINTO SALES, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 133.687-8;

LILIANE DE ANDRADE BARROS, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 135.601-1;

VALDIR NUNES DE SOUZA, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 131.201-4.

conceder

Licença Prêmio por assiduidade, nos termos do artigo 87, da Lei 8.112/90 cominada com a Lei 221, de 27.12.91 aos seguintes servidores:

ADEMIRO AUGUSTO DA SILVA — Processo: 061 042 183/92
Matrícula: 105.221-7 — Quinquênio: 1º - 25.03.71 a 16.01.77
2º - 17.01.77 a 31.01.82
3º - 01.02.82 a 28.02.87
4º - 01.03.87 a 08.01.93
Lotação: HRC

Esta publicação torna sem efeito as anteriores publicadas no DODF 104 de 26/05/92 e DODF nº 145 de 27/07/94;

HAROLDO COSTA ALENCAR — Processo: 061 042 364/92
Matrícula: 106.689-7 — Quinquênio: 5º - 04.06.93 a 03.06.98
Lotação: HRC;

Esta publicação torna sem efeito a aterior publicada no DODF nº 164, de 28.08.98 página 11;

HÉLITON LUIZ DE ABREU SOUZA — Processo: 061 042 520/91
Matrícula: 111.225-2 — Quinquênio: 4º - 10.02.92 a 09.02.97
Lotação: HRC;

esta publicação torna sem efeito a aterior publicado no DODF nº 164, de 28.08.98, página 11;

TEREZINHA ROSA DA SILVA DE MELO — Processo: 061 042 646/91
Matrícula: 111.784-0 — Quinquênio: 4º- 15.01.93 a 14.01.98
Lotação: HRC;

AMINADAB LEITE DA CRUZ — Processo: 061 042 649/92
Matrícula: 112.249-5 — Quinquênio: 4º - 09.04.93 a 08.05.98
Lotação: HRC;

BRASÍLIA MARIA COSTA GÓIS — Processo: 061 042 096/92
Matrícula: 119.305-8 — Quinquênio: 2º - 16.04.91 a 01.07.98
Lotação: HRC;

CLAUDECIR BATISTA CAMELO CAMPOS — Processo: 061 042 030/92
Matrícula: 120.653-2 — Quinquênio: 3º - 24.06.93 a 23.06.98
Lotação: HRC;

ALCIDES PEREIRA DO COUTO — Processo: 061 042 466/94
Matrícula: 120.700-8 — Quinquênio: 3º - 04.05.93 a 02.07.98
Lotação: HRC;

MARIA DE FÁTIMA NORONHA MARTINS — Processo: 061 042 920/93
Matrícula: 121.056-4 — Quinquênio: 2º - 01.07.88 a 06.08.93
Lotação: HRC

Esta publicação torna sem efeito a anterior publicada no DODF nº 234, de 22.11.93 página 19;

MARIA DE FÁTIMA NORANHA MARTINS — Processo: 061 042 920/93
Matrícula: 121.056-4 — Quinquênio: 3º - 07.08.93 a 06.08.98
Lotação: HRC;

MARIA ELIZABETH ALMEIDA PEREIRA — Processo: 061 042 165/93
Matrícula: 121.221-4 — Quinquênio: 3º - 11.07.93 a 10.07.98
Lotação: HRC;

MARCELO PEREIRA DE SOUZA — Processo: 061 042 428/93
Matrícula: 121.287-7 — Quinquênio: 3º - 30.08.93 a 29.08.98
Lotação: HRC;

MARIA LÚCIA QUEIROZ DOS ANJOS — Processo: 061 042 163/93
Matrícula: 121.337-7 — Quinquênio: 3º - 20.07.93 a 19.07.98
Lotação: HRC;

EUÊMIA RAFAEL DA SILVA — Processo: 061 042 779/92
Matrícula: 121.419-5 — Quinquênio: 3º - 06.10.93 a 05.10.98
Lotação: HRC;

GILMAR RIBEIRO COSTA — Processo: 061 042 978/92
Matrícula: 128.197-6 — Quinquênio: 2º - 13.07.93 a 12.07.98
Lotação: HRC;

LUCIANA SUGAI MORTOZA MACEDO — Processo: 061 042 816/93
Matrícula: 128.254-9 — Quinquênio: 2º - 03.07.93 a 02.07.98
Lotação: HRC;

JÚLIA ANGÉLICA ALMEIDA DE ARAÚJO — Processo: 061 042 978/93
Matrícula: 132.595-7 — Quinquênio: 1º - 02.04.93 a 01.05.98
Lotação: HRC;

MANOELITO ANTÔNIO DOS SANTOS — Processo: 061 042 174/91
Matrícula: 112.332-7 — Quinquênio: 4º - 14.11.92 a 13.11.97
Lotação: HRC;

ROMÉRIO FERREIRA — Processo: 061 042 478/93
Matrícula: 120.915-9 — Quinquênio: 3º - 20.05.93 a 19.05.98
Lotação: CSC - 10;

GILMAR MENDES BERNARDINO — Processo: 061 042 269/93
Matrícula: 121.308-3; — Quinquênio: 3º - 21.07.93 a 20.07.98
Lotação: CSC - 10;

NILZA ADÉLIA DA COSTA — Processo: 061 042 559/92
Matrícula: 121.338-5 — Quinquênio: 3º - 20.07.93 a 19.07.98
Lotação: CSC - 10

SILVIA MARIA VASCONCELOS COSTA — Processo: 061 042 902/93
Matrícula: 128.443-6 — Quinquênio: 2º - 12.08.93 a 11.08.98
Lotação: CSC - 10;

MARIA LUCI DOS SANTOS ALMEIDA — Processo: 061 042 250/91
Matrícula: 113.044-7 — Quinquênio: 4º - 10.08.93 a 09.08.98
Lotação: CSC -11;.

EDNA PEREIRA DE OLIVEIRA BARBOSA — Processo: 061 042 266/93
Matrícula: 121.810-7 — Quinquênio: 3º - 05.10.93 a 04.10.98
Lotação: HRC.

conceder

Licença Paternidade aos servidores abaixo discriminados:

SILVANO BARROS, Assistente Intermediário de Saúde, Motorista, Matrícula 133.409-3, no periodo de 06.10.98 a 10.10.98, por motivo de nascimento de sua filha, em 06.10 98;

GILMAR MENDES BERNARDINO, Assistente Intermediário de Saúde, Agente de Saúde, Matrícula 121.308-3, no período de 30.08.98 a 03.09.98, por motivo de nascimento de sua filha, em 30.08.98.

conceder

Auxílio Natalidade aos servidores abaixo discriminados, nos termos do artigo 196, da Lei 8.112:

SILVANO BARROS, Matrícula 133.409-3, Dependente: Lorena Antunes Barros, D.N.: 06.10.98;

GILMAR MENDES BERNARDINO, Matrícula 121.308-3, Dependente: Wellida Dib Bernardino, D.N: 30.08.98.

designar

substitutos dos Cargos em Comissão nos termos do artigo 38 da Lei 8.112/90, os seguintes servidores:

SUZANA CAMARGOS BERNARDES, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 134.865-5, para responder pelo cargo de Secretária da Divisão de Recursos Humanos/DRSC, DFG - 03, no período de 11.09.98 a 31.10.98, por motivo de férias e licença prêmio da titular;

CLÁUDIO VIANA JÚNIOR, Assistente Superior de Saúde, Médico - Pediatra, Matrícula 131.472-6, para responder pelo cargo de Chefe do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar/DRSC, símbolo DFG - 06, no período de 01.10.98 a 31.10.98, por motivo de vacância do cargo;

DAVI GONÇALVES, Assistente Superior de Saúde, Médico - Clínica Médica, Matrícula 122.491-3, para responder pelo cargo de Chefe de Equipe de Emergência/Serviço de Emergência/DRSC, símbolo DFG - 06, no período de 01.10.98 a 31.10.98, por motivo de vacância do cargo;

VALDEMI GOMES DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 116.420-1, para responder pelo cargo de Chefe da Seção de Medicina Integrada do Hospital Regional de Ceilândia/DRSC, símbolo DFG - 06, no período de 01.10.98 a 31.10.98, por motivo de vacância do cargo;

ADMILSON GONÇALVES DE MACENA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 131.197-2, para responder pelo cargo de Chefe de Equipe de Emergência/ Serviço Emergência/DRSC, símbolo DFG - 06, no período de 01.10.98 a 31.10 98, por motivo de vacância do cargo;

EURIPEDES PEREIRA DOMINGUES, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 118.286-2, para responder pelo cargo de Chefe de Equipe de Emergência/Serviço Emergência/DRSC, símbolo DFG - 06, no período de 01.10.98 a 31.10.98, por motivo de vacância do cargo;

SÉRGIO SILVA RAMOS, Assistente Superior de Saúde, Médico - Clínica Médica, Matrícula 122.138-8, para responder pelo cargo de Chefe de Equipe de Emergência/Serviço de Emergência/DRSC, símbolo DFG - 06, no período de 01.10.98 a 31.10.98, por motivo de vacância do cargo;

RONALDO BEZERRA DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Clínica Médica, Matrícula 131.829-2, para responder pelo cargo de Chefe da Unidade Regional de Clínica Médica/SMI/DRSC, símbolo DFG - 06, no período de 01.10.98 a 31.10.98, por motivo de vacância do cargo;

RONY DE CASTRO PENKAL, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 130.697-9, por ter respondido pelo cargo de Encarregado de Cadastro Financeiro da Seção de Pessoal da Divisão de Recursos Humanos/DRSC, símbolo DFG - 03, no período 01.11.97 a 04.11.97, por motivo de vacância do cargo;

Tornar sem

efeito Ordem de Serviço de 03 de Agosto de 1998, publicado no DODF Nº 164, de 28.08.98, página 10, referente a Auxílio Natalidade do servidor SÉRGIO PUTTINI MACHADO, Matrícula 351.718-7, Dependente: Vinicius Nascimento Machado, D.N: 22.07.98.

Tornar sem

efeito Ordem de Serviço de 03 de Agosto de 1998, publicado no DODF Nº 164, de 28.08.98, página 11, que autoriza o afastamento da servidora, FRANCISCA MARIA FERREIRA SANTOS, Assistente Superior de Saúde, Nutricionista, Matrícula 132.223-1, para participar do XV CONBRAN - Congresso Brasileiro de Nutrição, a realizar-se em Brasília -DF, no período de 22.08.98 a 26.08.98.

Tornar sem

efeito Ordem de Serviço de 10 de Junho de 1998, publicado no DODF Nº 113, de 18.06.98, página 30, que autoriza a servidora, LIGIA GOMES SILVA, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 117.650-1, para participar do 2º Congresso Baiano de Climatério e Menopausa, 1º Congresso Baiano de Baiano de Reprodução Hunana, a realizar-se em Salvador - BA, no período de 21.07.98 a 27.07.98.

retificar

Ordem de Serviço de Licença Prêmio de 21 de Setembro de 1998, publicado no DODF Nº 179, de 21.09.98, página 23:

**Onde-se lê:** Processo nº 061.042267/98
**Leia-se:** Processo nº 061.042387/97

. autorizar aos servidores abaixo discriminados, a ausentar-se do serviço por motivo de casamento, nos termos do artigo 97, inciso III, alínea "a", da Lei 8112/90:
AUCILEIDE CESAR FLORESTA ALVES, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula 351.996-1, no período de 24.09.98 a 01.10.98;
SHIRLEY NUNES LEAL SAMPAIO, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula 350.682-7, no período de 24.09.98 a 01.10.98.

autorizar aos servidores abaixo discriminados, a ausentar-se do serviço, nos termos do artigo 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8112/90:
JOSÉ SANTANA RODRIGUES OLIVEIRA, Assistente Intermediário de Saúde, Motorista, Matrícula 116.188-1, no período de 15.09.98 a 22.09.98, por motivo de falecimento de seu pai Herculano Rodrigues de Oliveira;

ANA MARIA RIBEIRO DE AZEVEDO, Assistente Superior de Saúde, Nutricionista, Matrícula 126.119-3, no período de 14.09.98 a 21.09.98, por motivo de falecimento de seu pai Pedro Ribeiro dos Anjos;
JOSÉ GALVANY AZEVEDO VASCONCELOS, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula 122.812-9, no período de 14.09.98 a 21.09.98, por motivo de falecimento de sua mãe Francisca Azevedo de Vasconcelos;

FRANCISCA FERREIRA ROLIM, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula 116.304-3, no período de 04.09.98 a 11.09.98, por motivo de falecimento de seu pai Pedro Ferreira Neto;
RIGOBERTO AZEVEDO VASCONCELOS, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 122.266-0, no período de 14.09.98 a 21.09.98, por motivo de falecimento de sua mãe Francisca Azevedo de Vasconcelos;
ELISA MARIA TEIXEIRA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 116.903-3, no período de 22.09.98 a 29.09.98, por motivo de falecimento de sua mãe Maria da Conceição Teixeira Silva;

VERA LÚCIA DA SILVA COÊLHO, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 133.435-2, no período de 08.10.98 a 15.10.98, por motivo de falecimento de seu irmão Valter Coêlho da Silva;
ANA CRISOSTOMO DE MORAIS, Assistente intermediário de Saúde, Auxiliar Técnico - Laboratório - Hematologia e Hemoterapia, Matrícula 117.617-0, no período de 10.10.98 a 17.10.98, por motivo de falecimento de seu pai José Crisostomo do Carmo;

MARCILEY LEMOS CORREIA, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula 115.700-1, no período de 09.10.98 a 16.10.98, por motivo de falecimento de sua irmã Maristela Lemos Mendanha;

HELENA ALVES RAMTHUM DO AMARAL, Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula 124.491-1, no período de 16.10.98 a 23.10.98, por motivo de falecimento de sua mãe Odete Alves Ramthum.

ISA HELENA MORAIS ALVES PATRÃO

## REGIONAL DE SAÚDE DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIREÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 03 de 20 de março de 1998, item 4, subitem 4.9, resolve:

Conceder LICENÇA PRÊMIO, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Coordenação Regional de Saúde do Guará, nos termos do Art. 87 da Lei 8.112/90 combinados com a Lei 221/91, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos.

Nome: ANTOMAR COUTINHO DUTRA Processo: 061.027.337/92
Matrícula: 121.417-9
Quinquênio: 3º - 15.10.93 a 14.10.98

Nome: ZÉLIA MARIA DE CARVALHO ANDRADE Processo: 061.027.224/94
Matrícula: 121.183-8
Quinquênio: 3º- 16.09.93 a 15.09.98

Nome: MARLENE SILVA ROCHA BARROS Processo: 061.027.618/93
Matrícula: 121.614-7
Quinquênio: 3º- 13.09.93 a 12.09.98

ELZA MARIA DOS SANTOS

# SECRETARIA DE OBRAS

## ATO DO CHEFE DE GABINETE

PORTARIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

**O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item IX, da Portaria n.º 102, de 22 dezembro de 1997, resolve:
CONCEDER Gratificação por Encargo em Gabinete na função de Assistente, ao servidor EDSON DE OLIVEIRA JÚNIOR, matrícula nº 91.376-6, Técnico de Administração Pública do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

CONCEDER Gratificação por Encargo em Gabinete na função de Assistente, ao servidor PAULO CÉSAR SOARES LOUREIRO, matrícula nº 91.540-8, Técnico de Administração Pública da Secretaria de Obras do Distrito Federal.

RUBEN SOTTO MAIOR FILHO

# SECRETARIA DE AGRICULTURA

## FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SÉRVIÇO "E" Nº 58 , DE 29 DE OUTUBRO DE 1998.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o item XVII, do artigo 26 do estatuto da entidade, e considerando o que dispõe o artigo 10, do Decreto nº 14.647, de 25 de maio de 1993, publicado no Diário Oficial de 01 de abril de 1993, resolve : I - Designar a servidora NORMA DE FÁTIMA PEREIRA VIANNA, Técnico de Desenvolvimento Agropecuário, matrícula nº 94.026-7, para membro da Comissão de Avaliação de Desempenho e Mérito, instituída pela Instrução de Serviço "E" n º 33, de 13 de agosto de 1996, em substituição à servidora Maria Dilani de Paiva Campos, em virtude de sua aposentadoria; II - Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

# SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

## DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E RECREAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 68, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998

O Diretor do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Artigo 22 do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643, de 18 de agosto de 1983: Resolve:
Designar o servidor MANUEL AFONSO FILHO, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 00.343-3, para substituir o Encarregado de Reprografia, símbolo DFG-03, do Serviço de Apoio Administrativo por motivo de licença para tratamento de saúde do titular, no período de 29/10/98 à 27/11/98, com base no parágrafo único do Decreto nº 17.603 de 15 de agosto de 1.996, estando, o mesmo, substituindo desde 31/08/98 conforme Ordem de Serviço nº 061 de 24/09/98, publicada no DODF nº 186 de 30 de setembro de 1.998.

ROBERTO LIAO JÚNIOR

# SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

**PORTARIAS DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998**

O SECRETÁRIO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais constantes do Inciso XIX do Art. 35, do Regimento aprovado pelo Decreto n º 15.059 de 24.09.93, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria de 20 de outubro de 1998, publicada no DODF nº 201, de 22/10/98, pag. 21 que altera a composição da Comissão constituída pela Portaria de 11/08/98.

O SECRETÁRIO DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais constantes, do Regimento aprovado pelo Decreto n º 15.059 de 24.09.93, Resolve:

- Alterar a Portaria de 23 de outubro de 1998, publicada no DODF nº 205 de 28/10/98, pag.13, incumbida de apurar os fatos ocorridos na aplicação dos recursos provenientes do Convênio nº 040/92, e na guarda de material retirado do Pavilhão de Feiras, por ocasião do término da Festa dos Estados realizada em 1992, substituindo a servidora YEDA MARIA CARVALHO GARCIA, matrícula nº 24.226-8, pelo servidor PAULO ROBERTO BERNARDES DOS SANTOS, matrícula nº 1.493-1.

**MARCELO DOURADO**

# SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

## INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

**ORDENS DE SEVIÇO DE 29 DE OUTUBRO DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições resolve:
Constituir Subcomissão de Análise de Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI do loteamento denominado Condomínio MANSÕES COLORADO, processo nº 030.004.086/91, composta pelos seguintes servidores: João Alves Cardoso, mat. 37.592-6; José Aquiles Tollstadius Leal, mat. 37.392-3 e Flávio Marcelo Silveira Braga, mat. 37.394-X, sendo a coordenação exercida pelo primeiro servidor.

Constituir Subcomissão de Análise de e Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA, com seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, do loteamento denominado Condomínio QUINTAS INTERLAGOS, processo nº 020.000.786/85, composta pelos seguintes servidores: Paulo Ney Lucas, mat. 37.410-5; Ana Cristina Soares Linhares, mat. 37.966-2 e Bento Marçal Pinto Ribeiro, mat. 43.004-1, sendo a coordenação exercida pelo primeiro servidor.

FREDERICO FLÁVIO MAGALHÃES

## SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 195, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o contido no Contrato nº 124/98, firmado em 16.10.98 entre o SLU/DF e a GÊNESE INFORMÁTICA LTDA, tendo como objeto o fornecimento de 1 (um) NOTEBOOK, conforme consta do processo nº 094.001.455/98, resolve:
1 - DESIGNAR o Chefe da Assessoria de Informática, para atuar como EXECUTOR do Contrato supramencionado, competindo-lhe, dentre outras inerentes, as seguintes atribuições:
a) acompanhar a execução do Contrato, em conformidade com o Edital, com a proposta da contratada e de acordo com os instrumentos contratuais;
b) propor aplicação de penalidades em decorrência do inadimplemento contratual;
c) atestar as notas fiscais referentes aos serviços prestados e instruir o respectivo processo de pagamento;
d) exercer o controle e a observância do prazo de vigência do Contrato, especialmente no que se refere ao período de garantia;
e) observar as orientações emanadas dos Memorandos Circulares nºs 030/98 – DG/SLU/DF, de 23.06.98, e 181/98 – DAF/SLU/DF, de 19.08.98.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

# SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

**PORTARIA Nº 24, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998**

O SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Lei nº 1.797, de 18 de dezembro de 1997, e o disposto nos artigos 70,71 e 72 do Decreto/GDF nº 16.109 de 1º de Dez 94, resolve:
Art. 1º - Constituir Comissão para, no prazo de 90 (noventa) dias, realizar inventário físico dos bens patrimoniais da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano referente ao exercício de 1998.

Art. 2º - O inventário consistirá na contagem física dos bens e sua comparação com os registros da carga patrimonial, devendo ser acompanhado de :
I – cópia do ato que designou a Comissão encarregada do levantamento físico dos bens patrimoniais;
II- registro patrimonial, descrição, valor, estado de conservação e localização dos bens móveis,
III-localização, características, registro patrimonial, número de registro em cartório e valor dos bens imóveis;
IV-declaração, firmada pela Comissão, de que o levantamento implicou averiguação "in loco"da existência real de bens móveis e confirmação da propriedade dos imóveis;
V- demonstrativo das incorporações, transferências e desincorporações de bens patrimoniais ocorridas no período;
VI- relatório a respeito das irregularidades apuradas e condições de guarda e uso de bens ;
VII- relatório de bens que não constam da carga geral, assim como dos não localizados, e informações sobre as providências adotadas pela unidade administrativa, visando regularizar a situação.

Art. 3º - o inventário será emitido em duas vias e uma destinada a DEGEPAT/SEFP,
Art. 4º - fica expressamente proibida a movimentação de bens no período, ressalvado decorrente de bens novos.

Art. 5º - A Comissão será composta pelos seguintes servidores:
- LUIZ AVELINO PERES NETO – matrícula 44.476-6 - Presidente
- JOSÉ ROBERTO LEITÃO E SILVA JUNIOR – matrícula 35.128-8 –Vice – Presidente
- MOISÉS LOPES DA SILVA – matrícula 44.097-3
- AGNALDO MORATO – matrícula 30.687-8
- JOSÉ ALDEBARAN COSTA RIBEIRO – matrícula 92.921-7

Art. 6º - O presidente será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice- Presidente.
Art. 7º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY

# SEÇÃO III

## SECRETARIA DE GOVERNO

### SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

### ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS PARA O DF Nº 3/98
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 10/96

Processo nº 131.001.737/98. Partes: DF/RA-II e Compacta Máquinas e Terraplenagem Ltda. Objeto: reforma das quadras de esporte da quadra 17 do setor leste e da quadra de vôlei da Praça do Castelinho no setor Oeste do Gama. Do valor total do contrato é de R$ 29.505,99 (vinte e nove mil quinhentos e cinco reais e noventa e nove centavos), sendo inicialmente empenhado R$ 29.505,99 (vinte e nove mil quinhentos e cinco reais e noventa e nove centavos), conforme NE nº 366, de 16/10/98, evento 400091, Global, na dotação orçamentária: U.O.: 11.104, PT 08046022420700001, na natureza da despesa: 459051, fonte de recursos: 125. Do prazo de vigência: o contrato terá vigência de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura. Modalidade de licitação: convite nº 13/98-RA-II. Data de sua assinatura: 29/10/98. Signatários: pelo DF/RA-II: CÍCERO CÂNDIDO SOBRINHO, Administrador Regional do Gama e pela Contratada: RÉGIO LUCIANO ÁVILA DE REZENDE, Representante Legal.

EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS PARA O DF Nº 4/98
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 10/96

Processo nº 131.001.665/98. Partes: DF/RA-II e Compacta Máquinas e Terraplenagem Ltda. Objeto: urbanização com pavimentação asfáltica da entrequadra 27/30 do Setor Oeste do Gama - estacionamento. Do valor total do contrato é de R$ 67.373,90 (sessenta e sete mil trezentos e setenta e três reais e noventa centavos), sendo inicialmente empenhado R$ 67.373.90 (sessenta e sete mil trezentos e setenta e três reais e noventa centavos), conforme NE nº 368, de 21/10/98, evento 400091, estimativo, na dotação orçamentária: U.O.: 11.104, PT 10058032310520006, natureza da despesa: 459051, fonte de recursos: 110. Do prazo de vigência: o contrato terá vigência de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura. Modalidade de licitação: convite nº 12/98-RA-II. Data de sua assinatura: 29/10/98. Signatários: pelo DF/RA-II: CÍCERO CÂNDIDO SOBRINHO, Administrador Regional do Gama e pela Contratada: RÉGIO LUCIANO ÁVILA DE REZENDE, Representante Legal.

### ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 10/98

**A Comissão Permanente de Licitação da Administração Regional do Paranoá, torna público o Resultado de Julgamento da licitação:**
**OBJETO: Perfuração de poços tubulares profundos.**

O Processo teve como vitoriosa a empresa **DRAKAR ENGENHARIA LTDA.**

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/98

**A Comissão Permanente de Licitação da Administração Regional do Paranoá, torna público o Resultado de Julgamento da licitação:**
**OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a execução da 2ª etapa do estádio de futebol do Paranoá.**

O Processo teve como vitoriosa a empresa **BRASCON IND. COM. E SERVIÇOS LTDA.**

LUCIANA CRISTINA AGUIAR DE CARVALHO
Presidente da CPL

### ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos Termos do disposto no Artigo 63 do PDOT, Lei n.º 17, o Governo do Distrito Federal, através da Administração Regional, convoca a população para ampla AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no dia 10 de dezembro de 1998, às 15 (quinze) horas, no Auditório da Administração Regional de Planaltina, Avenida WL-2 – Setor Administrativo, Planaltina-DF para apreciação e deliberação prévia do Plano Diretor Local de Planaltina-DF.

Planaltina-DF, 4 de novembro de 1998
SINVAL DE MELO MONTEIRO
Administrador

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO AO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/96
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**PROCESSO Nº** 030.001.866/96 - PARTES: **DF/SEA X ITAG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO:** Re-Ratificar o Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 202/96-SEA, celebrado em 18/06/96. DA RETIFICAÇÃO: A Cláusula Terceira - Da Dotação Orçamentária, passa a ter a seguinte redação: " A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: I - Unidade Orçamentária: 13101; II - Programas de Trabalho: 03.007.0024.2063-0001 e 03.007.0021.8501-0001; Natureza da Despesa: 34.90.39 e IV - Fonte de Recursos: 100. Sendo o empenho inicial, deste exercício, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme Nota de Empenho nº 98ne00024, emitida em 16/01/98, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo". VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no referido contrato. DATA DA ASSINATURA: 08.10.98. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: MARIA VERA LÚCIA DOMINGOS, na qualidade de Sócia Gerente.

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO AO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 203/96
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**PROCESSO Nº** 030.001.866/96 - PARTES: **DF/SEA X AÇÃO INFORMÁTICA LTDA. OBJETO:** Re-Ratificar o Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 203/96-SEA, celebrado em 18/06/96. DA RETIFICAÇÃO: A Cláusula Terceira - Da Dotação Orçamentária, passa a ter a seguinte redação: " A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: I - Unidade Orçamentária: 13101; II - Programas de Trabalho: 03.007.0024.2063-0001 e 03.007.0021.8501-0001; Natureza da Despesa: 34.90.39 e IV - Fonte de Recursos: 100. Sendo o empenho inicial, deste exercício, no valor de R$ 15.000,00 ( quinze mil reais), conforme Nota de Empenho nº 98ne00026, emitida em 16/01/98, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo". VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no referido contrato. DATA DA ASSINATURA: 08.10.98. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: AMAURI PEREIRA DE SOUZA, na qualidade de Sócio Gerente.

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9/97
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**PROCESSO Nº** 030.009.989/96 - PARTES: **DF/SEA X ADLER ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO:** Re-Ratificar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 09/97-SEA, celebrado em 12/03/97. DA RETIFICAÇÃO: A Cláusula Terceira - Da Dotação Orçamentária, passa a ter a seguinte redação: " A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: I - Unidade Orçamentária: 13101; II - Programas de Trabalho: 03.007.0024.2063-0001 e 03.007.0021.8501-0001; Natureza da Despesa: 34.90.39 e IV - Fonte de Recursos: 100. Sendo o empenho inicial, deste exercício, no valor de R$ 30.000,00 ( trinta mil reais), conforme Nota de Empenho nº 98ne00023, emitida em 16/01/98, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo". VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no referido contrato. DATA DA ASSINATURA: 20.10.98. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: ERNESTO CALVET DE PAIVA CARVALHO, na qualidade de Diretor.

## SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 15/98-CPL

PROCESSO N.º : 040.012.241/98
OBJETO : Aquisição de Fita magnética e Disquete
DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA : 16/11/98.
LOCAL : SBN, Quadra 02, Bloco "A", Ed. Vale do Rio Doce – Auditório Paulo Emílio, subsolo.
HORÁRIO : 10:00 h.
TIPO : MENOR PREÇO GLOBAL

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CPL/SEFP, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, a abertura do Convite em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Secretaria de Fazenda e Planejamento, Sobreloja, Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis, de 9:00 às 17:00 horas. Outras informações pelos telefones (061) 3128200 ou 3128281.

CONVITE Nº 17/98-CPL

PROCESSO N.º : 040.012.242/98
OBJETO : Aquisição de Impressos e Formulários Contínuos
DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA : 16/11/98.

LOCAL : SBN, Quadra 02, Bloco "A", Ed. Vale do Rio Doce – Auditório Paulo Emílio, subsolo.
HORÁRIO : 15:00 h.
TIPO : MENOR PREÇO GLOBAL

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CPL/SEFP, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, a abertura do Convite em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Secretaria de Fazenda e Planejamento, Sobreloja, Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis, de 9:00 às 17:00 horas. Outras informações pelos telefones (061) 3128200 ou 3128281.

Brasília-DF, 5 de novembro de 1998

FERNANDO CABRAL VIANA FILHO
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

## SUBSECRETARIA DA RECEITA
## DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
## DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS

EDITAL Nº 363 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 1.101/98 - DFE, de 15/06/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **COMERCIAL DE ALIMENTOS HOLANDA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.377.118/001-82, com a seguinte descrição: 1 – O sujeito passivo iniciou suas atividades em 27/08/97 e as encerrou, presumivelmente, em nov/97, data da última aquisição de mercadoria, sem nunca haver pago ICMS. Adquiriu mercadorias, por transferência do estoque final da firma Supermercado Augusto Ltda, conforme o demonstrativo Análise do Inventário de Transferência de Estoque, e por compras a diversos fornecedores, conforme o Demonstrativo de Mercadorias Adquiridas, porém não as registrou no livro Registro de Entradas, incorrendo na presunção estabelecida no art. 455 do Dec. 16.102/94 para que se efetue a cobrança do ICMS, em conformidade com o Demonstrativo de Vendas sem Emissão de Nota Fiscal, relativo ao período e valor original abaixo indicados. 1.a) nov/97... R$ 1.516,07; 2 – Deixou de cumprir as obrigações tributárias acessórias a seguir relacionadas: 2.a) Não escriturou os livros fiscais Registro de Entradas, Registro de Saídas e Registro de Apuração do ICMS, sujeitando-se à multa de R$ 11,32 por período de apuração e por livro (art. 473, II, do Dec. nº 16.102/94); 2.b) Não apresentou GIM no período de atividade da empresa, sujeitando-se à multa de R$ 113,23 (art. 479, I. do Dec. nº 16.102/94); 2.c) Não requereu a baixa de sua inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, sujeitando-se à multa de R$ 113,23 (art. 478, II, "a"). Por força do que dispõe o art. 461, § 5º, II, do Dec. 16.102/94, aplica-se apenas a multa acessória relativa ao item 2.a) no valor de R$ 135,84 (cento e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos). Os valores acima indicados, com acréscimos legais e multas, perfazem um crédito tributário de R$ 5.116,65 (cinco mil, cento e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item 1 – Dec. 16.102/94, Art. 172 e 173, § 1º, I. Multa: Art. 465, § 1º. Item 2 – Dec. 16.102/94; Art. 172, 174 e 181. Multa: Art. 473, II.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – PRINCIPAL | 1.516,07 |
| 2 – CORREÇÃO MONETÁRIA | 83,73 |
| 3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL | 3.199,60 |
| 4 – JUROS DE MORA | 181,41 |
| 5 – MULTA ACESSÓRIA | 135,84 |
| TOTAL (R$) | 5.116,65 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cinco mil, cento e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%; no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50% (Lei complementar nº 10, de 11 de julho de 1996). (Auditor Autuante: Humberto Montania Netto – mat.: 46.307-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 364 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 1.728/98 - DFE, de 16/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **GONÇALVES & CIA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.320.320/001-81, com a seguinte descrição: Deixou de requerer baixa de inscrição do cadastro fiscal do Distrito Federal até o último dia útil do mês subseqüente ao do encerramento das atividades do estabelecimento. Aplicou-se multa acessória no valor de R$ 113,23 (cento e treze reais e vinte e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item 1 – Dec. 16.102 de 30/11/94, art. 32, II, "d". Multa: Art. 478, II, "a"(1 UPDF). Item 2 – Dec. 18.955 de 22/12/97, art. 28. Multa: Art. 372, I, c.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Carlos A. S. Serrão; mat.: 46.353-1).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 365 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 1.557/98 - DFE, de 02/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **VIDA NOVA PAPELARIA E ARMARINHO LTDA ME,** inscrição no CF/DF Nº 07.371.050/001-28, com a seguinte descrição: 1 - Desenquadramento do Regime de Microempresa a partir de 01 de abril de 1997 porque não escriturou DMICRO e não recolheu o imposto evidenciado nos Demonstrativos: Relação de Notas Fiscais de Saídas Emitidas e Não Escrituradas, Apuração do Saldo Devedor, Atualização do Débito Fiscal e Resumo do Crédito Tributário. Valor Original R$ 779,42; Período de 01/06/97 a 30/06/97. Após a aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, conforme Demonstrativos, o Crédito Tributário totaliza R$ 1.866,81 (um mil, oitocentos e sessenta e seis Reais e oitenta e um centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item 1 – Dec. 14.681/93; Art. 10, III e IV; Art. 19, III e § único. Multa: Art. 23, II, "b". Dec. 16.102/94, Art. 174; Multa: Art. 465, II, "b". Dec. 18.955/97, Art. 174. Multa: 362, II, "b".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – PRINCIPAL | 779,42 |
| 2 – CORREÇÃO MONETÁRIA | 43,04 |
| 3 –MULTA SOBRE O PRINCIPAL | 822,46 |
| 4 – JUROS DE MORA | 221,89 |
| 5 – MULTA ACESSÓRIA | 0,00 |
| TOTAL (R$) | 1.866,81 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%; se optar pelo parcelamento a multa será reduzida em 50%. (Auditor Autuante: José Martins Valadares, mat.: 46.249-7).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 366 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 1.680/98 - DFE, de 23/03/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **JP SANTOS & CIA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.333.278/001-01, com a seguinte descrição: Deixou de requerer a baixa de inscrição do cadastro fiscal do Distrito Federal até o último dia útil do mês subseqüente ao do encerramento das atividades do estabelecimento. Aplicou-se multa acessória no valor de R$ 113,23 (cento e treze reais e vinte e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item 01 – Dec. 16.102 de 30.11.94, art. 32, II, "d". Multa: Art. 478, II, "a". Item 02 – Dec. 18.955 de 22.12.97, art. 28. Multa: Art. 372, I, "c".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Carlos A. S. Serrão, mat.: 46.353-1).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 367 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO TERMO ADITIVO Nº 77/98 AO AUTO DE INFRAÇÃO N° 231/97 de 25/02/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **REDSHOP COM. IMPORT. E EXPORT. LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.349.921/001-34, com a seguinte descrição: Aos 31 dias do mês de agosto de 1998, na Divisão de Fiscalização em Estabelecimentos, no exercício da Auditoria Tributária do Distrito Federal, lavrei (amos) o presente Termo Aditivo para retificar o valor do Auto de Infração nº 231/97 para R$ 65.972,83 (sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos) ao invés de R$ 65.941,53, pelo fato de terem sido revistas as alíquotas aplicadas no levantamento referente ao controle paralelo do mês 12/96 (fls. 22/48), por solicitação do Serviço de Julgamento do Contencioso Tributário, e conforme pode ser visto nos novos demonstrativos. Desta forma, o item 05 do referido Auto de Infração fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – PRINCIPAL | 19.636,78 |
| 2 – CORREÇÃO MONETÁRIA | 1.653,40 |
| 3 – JUROS DE MORA | 2.193,41 |
| 4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL | 42.167,34 |
| 5 – MULTA ACESSÓRIA | 321,90 |
| TOTAL (R$) | 65.972,83 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos). | |

Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário supra, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita da Circunscrição Fiscal onde se localiza o estabelecimento, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil seguinte ao da ciência, acompanhada das provas que entender necessárias, sob pena de REVELIA. Ratificam-se ao demais dizeres do referido Auto de Infração. (Auditor Autuante: Joélia Viana de Andrade, mat.: 46.256-X).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 368 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO N° 1.749/98 - DFE, de 17.09.98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PARK COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.364.876/001-05, com a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado deixou de recolher aos cofres do GDF o ICMS nos valores originais abaixo discriminados, relativo a: I - Imposto lançado e recolhido a menor ou não recolhido nos períodos de novembro de 1996 a julho de 1998, no valor de R$ 4.517,68; II – Multa acessória pela falta de entrega de guia de informação e apuração e demais informações econômico-fiscais exigidas pela legislação, no valor de R$ 113,23. O crédito Tributário, após a atualização monetária e a incidência de juros de mora e das penalidades cabíveis, totalizou R$ 7.370,96. INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I – Dec.

16.102/94, Art. 70, I e § 1º, III. Multa: Art. 465, II, "a". Dec. 18.955/97, Art. 74, I, "a". Multa: Art. 362, II, "a". Item II – Dec. 18.955/97, Art. 205, § 1º. Multa: Art. 373, I.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – PRINCIPAL | 4.517,68 |
| 2 – CORREÇÃO MONETÁRIA | 28,34 |
| 3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL | 2.272,99 |
| 4 – JUROS DE MORA | 438,72 |
| 5 – MULTA ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 7.370,96 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Sete mil, trezentos e setenta reais e noventa e seis centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%. (Auditor Autuante: Edison Sadao Ito, mat.: 46.225-X).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 369 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.591/98 - DFE, de 14/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **FINEST-FRUIT AGRO COMERCIAL LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.348.857/001-38, com a seguinte descrição: O contribuinte encerrou suas atividades sem formalizar baixa de inscrição no CF/DF, dentro do prazo legal, junto à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal. Assim, o contribuinte terá sua inscrição suspensa, relativa às atividades do ICMS, nos termos do DECRETO 18.955/97 – ART. 29, INC. I, ALÍNEA "C", item 2, sujeitando-se à Multa Acessória no valor de R$ 113,23 (cento e treze reais e vinte e três centavos). O contribuinte deverá solicitar baixa de inscrição no prazo de 90 (noventa) dias. INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 28 – Dec. 18. 955/97, Multa: Art. 372, inc. I, alínea "c" – Dec. 18.955/97.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% (Setenta e cinco por cento), conf. Lei Complementar nº 10, de 11 de julho de 1996. (Auditor Autuante: Fernando Carlos Tajera C. do Amaral, mat. 28.540-4; Geraldo Portela Júnior, mat.: 46.230-6).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 370 DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.789/98 - DFE, de 29/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **AM ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.331.151/001-49, com a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado efetivou a mudança de endereço sem comunicar tal fato à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. Deve, assim, recolher multa acessória no valor de R$ 113,23 (Cento e treze reais e vinte e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97, Art. 27, § 1º. Multa: Art. 372, I, "d".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o valor discriminado acima. Além de recolher a multa deverá regularizar sua situação cadastral, atualizando o endereço ou solicitando a baixa de inscrição conforme o caso em que se enquadre. (Auditor Autuante: Sônia Maria Andrade Santos, mat.: 25.227-1).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 371 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.706/98 - DFE, de 17/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **COMERCIAL DE BEBIDAS UNIVERSO LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.353.576/001-40, com a seguinte descrição: 1 – Deixou de recolher aos cofres do tesouro do Governo do Distrito Federal, ICMS referente a imposto lançado e recolhido a menor nos meses 04/96 (R$ 21,82); 05/96 (R$ 319,14); 08/96 (R$ 97,20); 09/96 (R$ 101,56); 10/96 (R$73,63); 11/96 (R$ 35,52); 12/96 (R$ 256,32); 02/97 (R$ 81,40) e 03/97 (R$ 93,14). 2 – Falta de recolhimento de fundo de estoque, por ocasião do encerramento de atividades no valor de R$ 369,47. Os créditos acima foram apurados em processo de baixa e tomou por base os livros fiscais apresentados pelo contribuinte. Após a aplicação de correção monetária, multa e juros de mora, o valor a recolher é de R$ 2.549,32 (Dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 70, parágrafo 1º e 465, inciso II, alínea "a" da Lei nº 07/88, regulamentada pelo Decreto 16.102/94. Artigos 74, inciso I; 362, inciso II, alínea "a" e artigo 3º, inciso I da Lei 1.254/96, regulamentada pelo Decreto 18.955/97.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – PRINCIPAL | 1.274,66 |
| 2 – CORREÇÃO MONETÁRIA | 115,63 |
| 3 – JUROS DE MORA | 463,92 |
| 4 – MULTA SOBRE PRINCIPAL | 695,11 |
| 5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA | 0,00 |
| TOTAL (R$) | 2.549,32 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50% (Lei Complementar nº 10, de 11 de julho de 1996). (Auditor Autuante: José Arnaldo Leite, mat.: 24.461-9).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 372 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5.119/98 - DFE, de 30/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **POLI SERVIÇOS GERAIS LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.339.519/001-62, com a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado não exerce suas atividades no local para o qual lhe foi concedida a inscrição, efetivou a mudança de endereço ou encerrou suas atividades sem comunicar tal fato à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. Deve, assim recolher multa acessória no valor de R$ 113,23 (cento e treze reais e vinte e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 21, § 1º do Dec. nº 16.128/94. MULTA: Art. 95, inciso IV, alínea "b" do Decreto 16.128/94.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% (Setenta e cinco por cento), conf. Lei Complementar nº 10, de 11 de julho de 1996. (Auditor Autuante: Regina Mendonça Ribeiro, mat.: 28.542-0; Tarcísio Roberto Correa, mat. 46.304-3).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 373 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5.120/98 - DFE, de 30/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **CARISMA TURISMO LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.335.565/001-65, com a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado não exerce suas atividades no local para o qual lhe foi concedida a inscrição, efetivou a mudança de endereço ou encerrou suas atividades sem comunicar tal fato à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. Deve, assim recolher multa acessória no valor de R$ 113,23 (Cento e treze reais e vinte e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 21, § 1º do Dec. nº 16.128/94. MULTA: Art. 95, inciso IV, alínea "b" do Dec. 16.128/94.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita de sua Circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Regina Mendonça Ribeiro, mat.: 28.542-0; Tarcísio Roberto Correa, mat.: 46.304-3).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 374 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5.122/98 - DFE, de 30/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **FIANÇA TAXI AÉREO LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.333.379/001-11, com a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado não exerce suas atividades no local para o qual lhe foi concedida a inscrição, efetivou a mudança de endereço ou encerrou suas atividades sem comunicar tal fato à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. Deve, assim recolher multa acessória no valor de R$ 113,23 (cento e treze reais e vinte e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 27, § 1º do Dec. 18.955/97. Multa: Art. 372, inciso I, alínea "d" do Decreto 18.955/97.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Regina Mendonça Ribeiro, mat.: 28.542-0 e Tarcísio Roberto Correa, mat.: 46.304-3).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 375 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.704/98 - DFE, de 15/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **OM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME,** inscrição no CF/DF Nº 07.361.809/001-67, com a seguinte descrição: Deixou de recolher aos cofres do tesouro do Governo do Distrito Federal, ICMS no valor de

R$ 49,80 no mês de agosto/96, referente a imposto lançado e não recolhido. 2 – O contribuinte acima identificado fica desenquadrado do regime simplificado de que trata a Lei 412/93, regulamentada pelo decreto nº 14.681/93, por falta de recolhimento. 3 – recolher aos cofres do tesouro do Governo do Distrito Federal, ICMS, resultante de desenquadramento nos meses 12/96 (R$ 524,97); 01/97 (R$ 601,13); 02/97 (R$ 499,57); 03/97 (R$ 716,14); 04/97 (R$ 622,01); 05/97 (R$ 652,10) e 06/97 (R$ 309,32). Os créditos acima foram levantados em processo de baixa e tomou por base as DMICROS, apresentadas pelo contribuinte. Após a aplicação de correção de correção monetária, multa e juros legais, o valor a recolher é de R$ 7.642,04 (Sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quatro centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 10, inciso IV; art. 17 e art. 23, inciso II, alínea a da Lei 412/93, regulamentada pelo decreto 14.681/93. Art. 70, parágrafo 1º e 465, inciso II, alínea "a" da Lei nº 07, regulamentada pelo Dec. 16.102/94.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – PRINCIPAL | 3.975,04 |
| 2 – CORREÇÃO MONETÁRIA | 221,07 |
| 3 – JUROS DE MORA | 1.347,89 |
| 4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL | 2.098,04 |
| 5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA | |
| TOTAL (R$) | 7.642,04 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quatro centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50% (Lei Complementar nº 10, de 11 de julho de 1996). (Auditor Autuante: José Arnaldo Leite, mat.: 24.461-9).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 376 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5.097/98 - DFE, de 29/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PIZZARIA TOLLO LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.333.389/001-45, com a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado deixou de recolher aos cofres do GDF o ICMS nos valores originais abaixo discriminados, relativo a: I – Imposto lançado e recolhido a menor ou não recolhido nos períodos de janeiro de 1993 a julho de 1998, nos valores de Cr$ 11.675.186,56; CR$ 22.191,59 e R$ 361,28; II – Imposto devido: A – pelo aproveitamento indevido de crédito fiscal de notas fiscais de emissão própria, não prevista na legislação, nos períodos de dezembro de 1993 a agosto de 1997; B – Pelo não estorno de crédito fiscal quando as mercadorias e serviços a elas relativos, adquiridas para comercialização ou industrialização forem objeto de saída na qual a base de cálculo do imposto ou a alíquota aplicável for inferior à da operação de entrada, nos períodos de setembro de 1993 a julho de 1996, no valores de CR$ 2.293.043,62 e R$ 14.669,46; III – Multa acessória pelo atraso na autenticação de livros fiscais determinada na legislação, no valor de R$ 339,69. O Crédito Tributário, após a atualização monetária e a incidência de juros de mora e das penalidades cabíveis, totalizou R$ 82.545,09. INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I: Dec. 3.992/77 – Art. 82, I nº 2 (alt. Dec. 12.109/89). Multa: Art. 480, I. Dec. 15.470/94 – Art. 70, I e § 1º, III. Multa: Art. 536, II, "a". Dec. 16.102/94: Art. 70, I e § 1º, III. Multa: Art. 465, II, "a". Dec. 18.955/97 - Art. 74, I, "a". Multa: Art. 362, II, "a". Item II.a: Dec. 3.992/97 – Art. 36, 82, X, "b". Multa: Art. 481, II. Dec. 15.470/94 – Art. 57, § 1º, IV; 70, II, "d", 2. Multa: Art. 538, I, "b". Dec. 16.102/94 – Art. 57, § 1º, IV; 70, II, "d", 2. Multa: Art. 467, I, "b". Item II.b) Dec. 3.992/97 – Art. 41, III e § 2º; 82, X, "b". Multa: Art. 482; Dec. 15.470/94 – Art. 58, III; 70, II, "d", 2; Multa: Art. 538, I, d. Dec. 16.102/94 – Art. 58, III; 70, II, d, 2. Multa: Art. 467, I, "d". Item III) Dec. 18.955/97 – Art. 183. Multa: 369, IV. Em 1997, Dec. 16.102/94 aplicado de acordo c/ art. 1º Dec. 17.894/96.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – PRINCIPAL | 15.876,88 |
| 2 – CORREÇÃO MONETÁRIA | 8.631,52 |
| 3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL | 47.280,10 |
| 4 –JUROS DE MORA | 10.416,90 |
| 5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA | 339,69 |
| TOTAL (R$) | 82.545,09 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e nove centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%. (Auditor Autuante: Edison Sadao Ito, mat.: 46.225-X).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 377 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.721/98 - DFE, de 15/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ANTÔNIO CARLOS PEREIRA ME,** inscrição no CF/DF Nº 07.352.349/001-70, com a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado não mais exerce suas atividades no endereço para o qual foi concedida a inscrição, sem comunicar tal fato à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. Deve, assim, recolher multa acessória no valor de R$ 113,23 (cento e treze reais e vinte e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 18.955/97 – art. 27. Multa: Art. 372, I, "a".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Fernando A. Rezende Júnior, mat.: 46.276-4 ).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 378 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.596/98 - DFE, de 21/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PAPELARIA UNIVERSAL BRASÍLIA LTDA,** inscrição nº 00.803.324 (não recadastrada), com a seguinte descrição: O contribuinte encerrou suas atividades sem formalizar baixa de inscrição no CF/DF, dentro do prazo legal, junto à DIVISÃO DE RECEITA de sua circunscrição fiscal. Assim, o contribuinte terá sua inscrição cancelada, relativa às atividades do ISS, nos termos do DECRETO 16.128/94 – Art. 24, INC. II, Alínea "d", sujeitando-se à Multa Acessória no valor de R$ 113, 23 (Cento e treze reais e vinte e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 21 – Dec. 16.128/94. Multa: Art. 95, inc. IV, alínea "a" – Dec. 16.128/94.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Fernando Carlos Tajera C. do Amaral, mat.: 28.540-4; Geraldo Portela Júnior. mat.: 46.230-6).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 379 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.595/98 - DFE, de 21/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PAPELARIA UNIVERSAL BRASÍLIA LTDA,** inscrição nº 07.112.528-0 (não recadastrada), com a seguinte descrição: O contribuinte encerrou suas atividades sem formalizar baixa de inscrição no CF/DF, dentro do prazo legal, junto à DIVISÃO DE RECEITA de sua circunscrição fiscal. Assim, o contribuinte terá sua inscrição cancelada, relativa às atividades do ICMS, nos termos do DECRETO 18.955/97 – Art. 29, INC. II, Alínea "c", sujeitando-se à Multa Acessória no valor de R$ 113, 23 (Cento e treze reais e vinte e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 28 – Dec. 18.955/97. Multa: Art. 372, inc. I, alínea "c" – Dec. 18.955/97.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA | 113,23 |
| TOTAL (R$) | 113,23 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e treze reais e vinte e três centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Fernando Carlos Tajera C. do Amaral, mat.: 28.540-4; Geraldo Portela Júnior, mat.: 46.230-6).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 380 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.727/98 - DFE, de 15/09/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PANIFICADORA E AÇOUGUE JOMASA LTDA,** inscrição nº 07.129.548-8; CF/DF não inscrito, com a seguinte descrição: Item I: Deixou de promover a devida inscrição no Cadastro de Contribuinte do ICMS, em momento precedente ao do início, de fato, da atividade econômica; INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 90; inciso I; do RICM aprovado pelo Dec. nº 3.992/77, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 8.078/84, aplicável na administração do ICMS por força do Decreto 11.526/89. Multa: Art. 514 do RICM aprovado pelo Decreto nº 3.992/77, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 10.153/87, aplicável na administração do ICMS por força do Decreto 11.526/89; Item 02: Empreendeu a integração dolosa no movimento comercial do Distrito Federal das mercadorias que adquiriu desacobertadas da competente documentação fiscal comprobatória da origem e pagamento do imposto devido, respectivos, que servia à formação de estoque e exposição à venda, vindo concorrer, de conseguinte, para o incumprimento da obrigação tributária principal, consubstânciado na falta de recolhimento do ICMS correspondente, no valor originário de Cr$ 1.153.771,59 (Um milhão, cento e cinqüenta e três mil, setecentos e setenta e um cruzeiros e cinqüenta e nove centavos), apurado do levantamento físico de estoque realizado no estabelecimento em 25 de fevereiro de 1992 conforme processo nº 040.001.690/92; Infringência: Art. 82, inciso X, alíneas "a" e "b"; Art. 103, inciso II, IV, VIII, e IX; Art. 104; Art. 32; todos do RICM aprovado pelo Decreto nº 3.992/77, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 8.263/84, aplicável na administração do ICMS por força do Decreto nº 11.526/89; Multa Moratória: Art. 480, inciso III, do RICM aprovado pelo Decreto nº 3.992/77, com as alterações introduzidas pelo Dec. 10.153/87, aplicável na administração do ICMS por força do Decreto nº 11.526/89; Multa Formal: Art. 504, combinado com o Art. 507 e com o Art. 508 e Art. 526, todos do RICM aprovado pelo Dec. nº 3.992/77, com as alterações introduzidas pelo Dec. 8.078/84, aplicável na administração do ICMS por força do Decreto 11.526/89; Multa Formal: Art. 515 do RICM aprovado pelo Dec. nº 3.992/77, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 8.078/84, aplicável na administração do ICMS por força do Decreto 11.526/89;Item 04: Os valores que serviram à base imponível de cálculo do imposto denunciado no item 02 do feito fiscal, foram definidos na perfeita forma do que dispõe o artigo 22, inciso I, ambos do RICM baixado pelo Decreto nº 3.992/77 e aplicável na administração do ICMS por força do Dec. 11.526/89. Item 05: Face aos preceitos do Art. 61, § 5º, da Lei Complementar nº 04, de 30 de dezembro de 1994, fica imputada a multa formal cominada no art. 526, do RICM aprovado pelo Decreto nº 3.992/77, com as alterações introduzidas pelo Decreto 10.153/87, aplicável na administração do ICMS por força do Decreto 11.526/89, e que se encontra capitulada no item 02 deste Auto de Infração. Item 06: Atualizados monetariamente os valores retrodenunciados e aplicados sobre eles os imponíveis acréscimos legais, o Crédito Tributário totaliza R$ 4.958,02 (Quatro mil, novecentos e cinqüenta e oito reais e dois centavos), na forma espelhada no "Demonstrativo de Acréscimos Sobre Débitos Fiscais – DADF" que, em se lhe passa constituir parte integrante.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – TRIBUTO | 0,40 |
| 2 – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | 1.244,75 |

| | |
|---|---|
| 3 – MULTA MORATORIA | 2.490,30 |
| 4 – MULTA FORMAL | 226,46 |
| 5 – JUROS DE MORA | 996,11 |
| TOTAL (R$) | 4.958,02 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Quatro mil, novecentos e cinqüenta e oito reais e dois centavos). | |

INTIMAÇÃO: Em face do que dispõe o inciso V, do Artigo 11, da Lei nº 657 de 25 de janeiro de 1994, fica o sujeito passivo atrás qualificado, intimado a recolher o crédito tributário retroqualificado, monetariamente atualizado na forma da legislação aplicável, ciente de que a imposição de mutla não exclui o cumprimento de obrigações tributárias acessórias, consoante as cominações do art. 61, inciso III, da lei complementar nº 004, de 30 de dezembro de 1994, ou exercitar, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da ciência deste auto de infração e, ou, apreensão, sob pena de ser declarado revel, o direito de instauração do processo administrativo contencioso fiscal, na forma do artigo 30, do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. (Auditor Autuante: André Clemente Lara de Oliveira, mat.: 32.343-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 381 DFE/ DFT/ SUREC/ SEFP, DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.737/97 - DFE, de 12/11/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido. **VIENA COMÉRCIO IMP. E EXP. DE VEÍCULOS LTDA,** inscrição no CF/DF nº 07.324.994/001-46, com a seguinte descrição: Não requereu a exclusão da inscrição do ISS no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, no prazo regulamentar, quando encerrou suas atividades comerciais. INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 21 – Dec. 16.128/94, RISS. Multa: Art. 95, inc. IV, alínea "a" – Dec. 16.128/94, RISS. Item 02: O crédito tributário total é de R$ 107,30 (cento e sete reais e trinta centavos).

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| DISCRIMINAÇÃO | R$ |
|---|---|
| 1 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA | 107,30 |
| TOTAL (R$) | 107,30 |
| TOTAL POR EXTENSO: (Cento e sete reais e trinta centavos). | |

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Vladimir Motta Pereira de Barros, mat.: 25.241-7).

GIOVANI LEAL DA SILVA

## DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

## DIVISÃO DA RECEITA DE CEILÂNDIA

EDITAL Nº 18-DRC/DAT/SUREC/SEFP, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE CEILÂNDIA , DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 29, inciso I, alínea c, item 2, c/c o art. 383, ambos do Decreto nº 18.955 de 22 de dezembro de 1997, DECLARA SUSPENSAS, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, CF/DF, as inscrições dos contribuintes, abaixo relacionados, por constatar a cessação de suas atividades nos locais para os quais foram inscritos, tornando público, em conseqüência, a inidoneidade das notas fiscais emitidas por esses contribuintes durante o período de suspensão, nos termos do art. 153, § 1º, inciso VI, alínea "a" do mencionado Decreto. As suspensões ora declaradas produzirão efeitos a contar do 10º dia da publicação do presente EDITAL e cessarão com a regularização da situação que motivou a presente suspensão ou, ainda, com o cancelamento das inscrições após o prazo de 90 dias, conforme art. 29, inciso II, alínea "d" e § 1º do mencionado Diploma Legal.

| CF/DF. CONTRIB. | NOME/RAZÃO SOCIAL |
|---|---|
| 07.302281/001-90 | JUDITE OLIVEIRA DOMINIENSE ME |
| 07.308662/001-65 | COMERCIAL DE ALIMENTOS JACOMAR LTDA |
| 07.328382/001-87 | MILTON MOREIRA FREITAS |
| 07.328549/001-55 | SOMADOR E EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME |
| 07.339236/001-84 | JOÃO BATISTA MUNIZ ME |
| 07.347794/001-93 | EDUARD'S CONFECÇÕES LTDA ME |
| 07.351034/001-14 | JOSÉ FRANCISCO SILVA DE OLIVEIRA |
| 07.363409/001-78 | A MUNDIAL LETREIROS E LUMINOSOS LTDA ME |
| 07.371906/001-56 | FIORI MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA |

**JOSÉ EMETÉRIO NUNES NEVES**

## BANCO DE BRASÍLIA S.A

## DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 22/98

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o resultado do julgamento da habilitação da Tomada de Preços DIRAD/CPLIC nº 022/98 - Empresas habilitadas: CDA - COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, CORBEL - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE BEBIDAS LTDA., CANDANGO - COMERCIAL DE ALIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA., PURÍSSIMA ÁGUA MINERAL LTDA., SUPERMERCADO COELHO LTDA., MARCODAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS e INDAIÁ - BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA. Empresa inabilitada: MINÁGUA - COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS LTDA. Os autos do Processo 041.000.365/98 encontram-se com vista franqueada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 14º andar, Brasília/DF, no horário das 10 às 16 horas,

WASHINGTON PAULO DE JESUS
Presidente da CPLIC

## DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSO

## GERÊNCIA DE CONTRATOS

AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O BRB-BANCO DE BRASÍLIA rescindiu unilateralmente o Contrato DIRAD/DESEG 96/079, firmado com empresa SENTINELA SERVIÇOS DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA, em 16.12.96, pelo descumprimento dos inciso II, III, V e VI da Cláusula Quinta do Contrato. Processo 041.000.266/96.

FRANCISCO DE ASSIS GOMES
p/Gerência

# SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 36/98

Processo: 082.015260/98 - Partes: **FEDF x LOGOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA** - Ass: 29.10.98 - Vigência: 02 (dois) anos - Objeto: Realização de estágios curriculares de estudantes de 2º grau da rede oficial do DF, em dependências da Entidade Concedente, com o fim de proporcionar complementação educacional e experiência prática na área de formação. - Assinantes; p/ FEDF: **Jacy Braga Rodrigues** - p/ LOGOS LTDA : **David Gomes Correia.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 88/98

Processo: 082.004450/98 - Partes: **FEDF x METALÚRGICA WCM INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA** - Ass.: 29.10.98 - Vigência: 20.08.2000 (a partir da publicação) - Objeto: Complementar recursos no valor de R$ 19.272,00 (Dezenove mil, duzentos e setenta e dois reais), para fazer face ao acréscimo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato nº 88/98 - FEDF, firmado entre as partes acima identificadas, conforme Concorrência nº 007/98-FEDF, na Nota de Empenho nº 3501/98 (Global) - Unidade Orçamentária: **FEDF** - Programa de Trabalho: 8042018822260001 - Natureza da Despesa: 459052 - Fonte de Recursos: 303000000 - Assinantes: p/ FEDF: **Antonio Ibañez Ruiz** - p/ METALÚRGICA WCM LTDA: **Marco Henrique Marinho Cecílio.**

## DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

## DIVISÃO DE MATERIAL

RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS
SETEMBRO/98

A SEÇÃO DE COMPRAS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no Artigo 16 da Lei nº 8.666/93 e Lei-DF nº 938/95 torna público a Relação de Compras e Serviços efetivados no mês de setembro de 1998.

| N.E. Nº | BENS E/OU SERVIÇOS | VALOR UNITÁRIO R$ | VALOR TOTAL R$ | FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|
| 2760/98 | Cadeira giratória sem braço, encosto separado. | 46,80 | 74.502,22 | FORJA DIST. DE MÓVEIS LTDA |
| 2787/98 | Armário de aço tipo guarda-roupa, 06 vãos. | 149,60 | 196.486,75 | SCHEFFER MÓVEIS DE AÇO LTDA |

A SEÇÃO

RELAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA
SETEMBRO/98

A SEÇÃO DE COMPRAS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no Artigo 16 da Lei nº 8.666/93 e Lei-DF nº 938/95 torna público a Relação de Obras de Engenharia efetivados no mês de setembro de 1998.

| N.E. Nº | BENS E/OU SERVIÇOS | VALOR UNITÁRIO R$ | VALOR TOTAL R$ | FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|
| 3315/98 | Manut. Corret. Nas unidades de ensino. | 300.000,00 | 300.000,00 | CONSTRUTORA BURITY LTDA |
| 3425/98 | Despesa com construção de reservatório. | 93.349,17 | 93.349,17 | CONSTRUTORA HAMILTON LTDA |

A SEÇÃO

# SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Entidade responsável: FHDF
Responsável pelo Ato de Ratificação: Dr. Antônio Luiz Ramalho Campos - Secretário de Saúde

| Processo | Data do Ato de Ratificação | Justificativa Lei nº 8.666/93 | Objeto |
|---|---|---|---|
| 061.011050/98 | 29.10.98 | Art. 24 Inciso X | Locação de imóvel p/PSC |
| 061.009630/98 | 20.10.98 | Art. 24 Inciso X | Locação de imóvel p/PSC |

## INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 27/98

A CPL/ISDF torna público aos interessados o resultado da licitação supramencionada, considerando vencedora a firma Paramed Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda.

Brasília-DF, 4 de novembro de 1998
LUIZ ANTÔNIO SÓCRATES TEIXEIRA
Presidente da CPL

## FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 3 – RM, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA – FHDF/HUB

O Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal – FHDF e o Reitor da Universidade de Brasília — UnB, em obediência ao subitem 5.5 do Edital n.º 1/98 - RM, de 16 setembro de 1998, publicado no D.O.D.F. e no D.O. de 18 de setembro de 1998, tornam públicos o horário e o local das provas objetivas para o Programa de Residência Médica, a serem realizadas no dia **15 de novembro de 1998**, em Brasília/DF.

| ÁREA/ESPECIALIDADE | INSCRIÇÕES | LOCAL | HORÁRIO |
|---|---|---|---|
| Todas as Áreas/Especialidades | Todos os candidatos inscritos | Universidade de Brasília - Instituto Central de Ciências - Ala Norte, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília | 13h |

1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta **preta**, do comprovante de inscrição e do documento de identidade **original**.
2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
3. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material. Não será permitida, também, a entrada de candidatos portando armas ou aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *walkman*, receptores, gravadores etc.). O sistema de segurança procederá à revista nos corredores, banheiros, salas de prova e outras instalações. Os candidatos que infringirem essas normas serão encaminhados às autoridades policiais presentes para as providências legais cabíveis.
4. Não haverá segunda chamada para as provas. O não-comparecimento a qualquer uma das provas implicará a eliminação automática do candidato.

ANTONIO LUIZ RAMALHO CAMPOS
Presidente da FHDF

LAURO MORHY
Reitor da UnB

## DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 249/98

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que a abertura das propostas da Tomada de Preços 249/98, proc. 061.008416/98, objetivando a aquisição de nistatina creme vaginal, será realizada no dia 06/11/98, às 14:00 horas.

Brasília, 5 de novembro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

AVISO DE PRORROGAÇÃO
CONVITE Nº 532/98

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que a abertura da licitação na modalidade de Convite 532/98, proc. 060.002695/98, prevista para o dia 06/11/98, às 15:30 horas, foi prorrogada para o dia 17/11/98, às 14:00 horas, face alterações no Edital.

Brasília, 5 de novembro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

**RESULTADO DE JULGAMENTO**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público o resultado de julgamento da licitação em epígrafe:

**CONVITE**

**EDITAL Nº 512/98**

Vencedora/itens
DMG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - 01,02,03
Desclassificadas/itens
LABORPLAST COML. LTDA - 01,02,03
UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 01,02,03

Brasília, 5 de novembro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

## FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/98

**A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Hemocentro de Brasília, torna público aos interessados, o RESULTADO da Tomada de Preços em epígrafe, realizada no dia 08.10.98 às 10:00 horas, cujo objeto são equipamentos para uso em laboratório, que se encontra afixado no quadro mural na portaria desta Fundação a partir do 06.11.98.**

Brasília, 5 de novembro de 1998
JOSÉ LOPES GOMES FILHO
Presidente da CPL

# SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

PROCESSO Nº 030.006.675/98. PARTES: DF/SECRAS X MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL/SECRETARIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL. OBJETO: 1-OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: a) promover os repasses dos recursos finaceiros, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS; b) - providenciar a liberação de recursos financeiros, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, observada a disponibilidade dos mesmos pela Secretaria do Tesouro Nacional, em compatibilidade com o que estabelece a Lei Orçamentária para o exercício de 1998; c) fixar e dar ciência aos executores dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução dos serviços, programas e projetos; d) acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços, programas e projetos de forma articulada, nos moldes da gestão intragovernamental, preconizado no art. 11 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. 2 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/ESTADO/DISTRITO FEDERAL: a) observar fielmente o Plano de Trabalho, o Plano de Aplicação, as metas e o objeto pactuado com a Secretaria de Asssistência Social; b) comprovar que os recursos referentes à contrapartida, quando for o caso, estejam assegurados; c) observar o Decreto nº 2529, de 25/03/98, que dispõe sobre o repasse automático de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social, para os Fundos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal de Assitência Social e sua respectiva prestação de contas; d) capacitar equipe técnica própria para supervisão dos serviços, programas e projetos, em parceria com a representação da Secretaria de Assistência Social no Estado; e) co-responsabilizar-se, em parceria com a União, pelo financiamento, acompanhamento e qualidade dos serviços, programas e projetos sob sua coordenação/execução. ASSINATURA: 20/03/98. SIGNATÁRIOS: MARIA JOSÉ VIEIRA FERES, Secretária da Criança e Assistência Social e LÚCIA VÂNIA ABRÃO COSTA, Secretária de Assistência Social.

OF Nº 095/98-DCC/1ª SPR/PRG/DF.

## FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

AVISO DE ALTERAÇÃO
CONVITE Nº 12/98

A COMISSÃO torna público aos interessados na licitação em epígrafe, a alteração na data da abertura das documentações e propostas para o dia 11/11/98 às 15:00horas.

Brasília, 4 de novembro de 1998
ITIBERÊ ERNESTO O. RIBEIRO JUNIOR
Presidente da CPL

AVISO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 19/98

A COMISSÃO, torna público que a empresa BRASCON INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. impetrou recurso contra o julgamento da licitação em epígrafe.

Brasília, 4 de novembro de 1998
ITIBERÊ ERNESTO O. RIBEIRO JUNIOR
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 23/98

A COMISSÃO, torna público aos interessados o resultado da licitação em epígrafe, ficando vencedora a empresa MN ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

Brasília, 4 de novembro de 1998
ITIBERÊ ERNESTO O. RIBEIRO JUNIOR
Presidente da CPL

# SECRETARIA DE OBRAS

| | |
|---|---|
| 01 | VIGESIMO SEGUNDO ADITIVO AO |
| 02 | TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/94 |

| | | |
|---|---|---|
| CONVENENTES | 1º DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE OBRAS - SO | |
| | 03 | COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP |

| 04 PROCESSO | 05 DATA ASSINATURA | 06 VIGÊNCIA ATÉ | 07 VALOR R$ |
|---|---|---|---|
| 030.004.957/94 | 28/10/98 | 31/12/98 | 108.221,47 |

**ALTERAÇÃO**

08 Por este Termo, fica aditado com o objetivo de suplementar recursos no valor de R$ 108.221,47 (cento e oito mil, duzentos e vinte e um reais, quarenta e sete centavos), perfazendo o total global de R$ 14.460.959,35 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e nove reais, trinta e cinco centavos), ao Convênio nº 013/94, celebrado em 30.06.94, entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Obras e a NOVACAP, regulando a Execução de Obras e Serviços de Construção e Ampliação de Prédios e Próprios do Poder Público do Distrito Federal.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e itens do Convênio Principal e seus Aditivos.

09 VALOR POR EXTENSO
(cento e oito mil, duzentos e vinte e um reais, quarenta e sete centavos)

**DADOS SOBRE A DESPESA**

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA DE OBRAS

11 PROJETO/ATIVIDADE
1.187 - 0001 - Const., Ampl. E Reforma de Prédios e Próprios do Poder Público

12 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - %
10% (DEZ)

13 ELEMENTO DE DESPESA
45.90 - 51

14 FONTE DE RECURSOS
"100" - Ordinário

**NOTA DE EMPENHO**

| 15 NÚMERO | 16 VALOR R$ | 17 NÚMERO | 18 VALOR R$ |
|---|---|---|---|
| 348/98 | 40.000,00 | 406/98 | 27.474,17 |
| 19 428/98 | 20 40.747,30 | 21 | 22 |

**ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES**

23 DISTRITO FEDERAL
HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA
Del. Comp. Art. 6º Dec. 16.098 de 28/11/94

24 2º CONVENENTE
OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR IRACY CECILIO DE ARAUJO JÚNIOR
Aprovado pela Diretoria em sua 3.169ª Sessão em 28 de outubro de 1998.

**TESTEMUNHAS**

25 DIOGO RODRIGUES BORGES 26 APARECIDA CLARET BRAGANÇA ZAGO

# COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: **Termo Aditivo ao Contrato nº 054/97-P.PJU/CEB**; PARTES: **COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e a SPOT REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.:** OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar os prazos de execução e vigência por mais 12 (doze) e 14 (quatorze) meses, respectivamente, suplementar-lhe recursos financeiros em R$ 443.892,00 (quatrocentos e quarenta e três mil , oitocentos e quarenta e dois reais), e regular o acréscimo de novos serviços da Contratada.. DATA DA ASSINATURA: 20/10/98; PROCESSO Nº 093.000.258/97-CEB; DESPESA DE PUBLICAÇÃO: CEB; ASSINATURA PELA **CEB**: JOSÉ CARLOS VIDAL e pela **SPOT REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.:** MARIA EUDETE PEREIRA DA SILVA; DEMAIS CONDIÇÕES: Em conformidade com o Contrato acima.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº 5690. Ass.:01.11.98. PROCESSO: 092.005965/98. PARTES: CAESB X FACEB - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DA CEB. Dispensa de Licitação. OBJETO: locação não residencial do 2º andar do imóvel de propriedade da FACEB, com área de 320,99 m2, situado no SCS, Quadra 04, Bloco "A", Lotes 141/153, Brasília/DF, destinado ao uso comercial com atividade compativel com o edifício e suas normas. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta da Rubrica 1.2.3.02.204.303-4 - Locação de Imóveis. VALOR: R$ 66.262,56 (sessenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). PRAZO: O prazo da locação será de 02 (dois) anos, contados a partir de 1º de novembro de 1998, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes. ASSINANTES: P/CAESB: Fábio Resende da Silva - Diretor Administrativo. P/FACEB: Alexis Mendes Barcellos Junior.**

EXTRATOS DE QUITAÇÃO

**Termo de Quitação do CT nº 2506, Processo: 092.004209/91. PARTES: CAESB X COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. DATA DA ASSINATURA: 05/11/98. ASSINANTES: P/CAESB: Fábio Resende da Silva - Diretor Administrativo. P/COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO: Ana Seles Mekis de Starostik.**

**Termo de Quitação do CT nº 3167, Processo: 092.003777/94 PARTES: CAESB X CONCORD TURISMO LTDA. DATA DA ASSINATURA: 05/11/98. ASSINANTES: P/CAESB: Fábio Resende da Silva - Diretor Administrativo. P/CONCORD TURISMO LTDA: Edimilson Alves de Carvalho.**

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**1º Aditivo ao Contrato nº 5466 Ass.: 29.10.98. PROCESSO: 092.004778/97. PARTES: CAESB X ENGEAGRO, CONSTRUÇÕES E AGROPECUÁRIA LTDA. OBJETO: Altera a Cláusula Quarta (Prazo de Execução/Vigência). Os prazos de execução e de vigência do Contrato, que findariam em 31/10/98 e 21/02/99 ficam prorrogados por mais 45 (quarenta e cinco) dias, expirando-se em 15/12/98 e 07/04/99, respectivamente. ASSINANTES: P/CAESB: Antonio da Costa Miranda Neto - Diretor do Sistema de Água. P/ENGEAGRO LTDA: Dilson Cordeiro de Menezes.**

1º Aditivo ao Contrato nº 5497. Ass.: 04.11.98. PROCESSO 092.000638/98. PARTES: CAESB X ARCAL AREIA E CASCALHO LTDA. OBJETO: Altera as Cláusulas Primeira (Objeto) e Terceira (Preço/Valor). Ao objeto do Contrato que se constitui de fornecimento de materiais de construção (areia lavada média e areia saibrosa), fica reduzido do item 01, 644 (seiscentos e quarenta e quatro) metros cúbicos, passando de 3.300 (três mil e trezentos) para 2.656 (dois mil seiscentos e cinquenta e seis) metros cúbicos; fica reduzido do item 02, 116 (cento e dezesseis) metros cúbicos, passando de 350 (trezentos e cinquenta) para 234 (duzentos e trinta e quatro) metros cúbicos. Fica reduzido do valor original do Contrato a quantia de R$ 16.583,84 (dezesseis mil, quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) passando seu total de R$ 80.839,00 (oitenta mil oitocentos e trinta e nove reais) para R$ 64.255,16 (sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos), redução equivalente a 20,52% (vinte vírgula cinquenta e dois por cento) do valor total contratado inicialmente. ASSINANTES: P/CAESB: Fábio Resende da Silva - Diretor Administrativo. P/ARCAL LTDA: José Teixeira Vaz de Melo.

1º Aditivo ao Contrato nº 5498. Ass.: 04.11.98. PROCESSO: 092.000638/98. PARTES: CAESB X LEMOS CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES, AREIA E CASCALHO LTDA. OBJETO: Altera as Cláusulas Primeira (Objeto) e Terceira (Preço/Valor). Ao objeto do Contrato que se constitui de fornecimento de materiais de construção (brita nº 01), fica reduzido do item 03, 300 (trezentos) metros cúbicos, passando de 2.000 (dois mil) para 1.700 (hum mil e setecentos) metros cúbicos. Fica reduzido do valor original do Contrato a quantia de R$ 7.005,00 (sete mil e cinco reais) passando seu total de R$ 46.700,00 (quarenta e seis mil e setecentos reais) para R$ 39.695,00 (trinta e nove mil e seiscentos e noventa e cinco reais), redução equivalente a 15% (quinze por cento) do valor total contratado inicialmente. ASSINANTES: P/CAESB: Fábio Resende da Silva - Diretor Administrativo. P/LEMOS LTDA: Eurípedes Maciel Lemos.

1º Aditivo ao Contrato nº 5643. Ass.: 22.10.98. PROCESSO: 092.000441/98. PARTES: CAESB X ALACON - ALARCÃO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: Altera a Cláusula Quarta (Prazo de Execução/Vigência). O prazo de execução do Contrato, que findaria em 23/10/98, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, expirando-se em 22/11/98. ASSINANTES: P/CAESB: Antonio da Costa Miranda Neto - Diretor do Sistema de Água. P/ALACON LTDA: Jaime Divino Alarcão.

## AVISO DE LICITAÇÃO
## TOMADAS DE PREÇOS NºS 100 E 101/98

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará as Tomadas de Preços nºs TP - 100/98 e 101/98-CAESB, como segue:
Tomada de Preços nº TP - 100/98 para aquisição de cal hidratada, de cal virgem e de cloreto férrico, para tratamento de água e de esgotos sanitários, por item cotado. Data de realização: 23 de novembro de 1998, às 15:00 horas.
Tomada de Preços nº TP - 101/98 para execução das obras de complementação do sistema coletor de esgotos sanitários compreendendo travessia subaquática e estação elevatória/linha de recalque no Lago Sul, RA XVI, no Distrito Federal, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário. Data de realização: 24 de novembro de 1998, às 09:00 horas. Os editais poderão ser consultados na Tesouraria da CAESB, no Térreo do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºs 67/97, em Brasília - Distrito Federal, e adquiridos mediante o recolhimento prévio de R$ 10,00 (dez reais) para cada edital da Tomada de Preços nº TP - 100/98 e R$ 180,00 (cento e oitenta reais) para cada edital e plantas da Tomada de Preços nº TP - 101/98, na mesma Tesouraria. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 4 de novembro de 1998
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

## AVISO DE PRORROGAÇÃO
## TOMADA DE PREÇOS Nº 94/98

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que a Tomada de Preços nº TP - 094/98-CAESB, para prestação de serviços de recuperação de bombas e bicos injetores de veículos automotores, marcada anteriormente para o dia 11 de novembro de 1998, às 09:00 horas, foi prorrogada para o dia 01 de dezembro de 1998, no mesmo horário e local, devido a alterações procedidas no Edital, as quais se encontram à disposição dos interessados na Assessoria de Licitações, no sexto andar do Edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºs 67/97, em Brasília - Distrito Federal.

Brasília, 4 de novembro de 1998
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

## RESULTADOS DE JULGAMENTOS
## CONCORRÊNCIA Nº 8/98

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento da Concorrência nº CP - 008/98 - CAESB, como segue: Dan - Hebert S/A Construtora e Incorporadora, vencedora com o valor total de R$ 11.365.484,14.

Brasília, 5 de novembro de 1998

## TOMADA DE PREÇOS Nº 57/98

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento da Tomada de Preços nº TP - 057/98-CAESB, da forma que se segue: PHELIPE INFORMÁTICA LTDA, vencedora com nota final de N: 18,74 e valor total de R$ 99.361,00.

Brasília, 21 de outubro de 1998
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



# SECRETARIA DE TRANSPORTES

## DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N.º 31/98

PROCESSO N.º 113.004.309/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e MEVATO - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - OBJETO: Prorroga consoante pedido da Contratada e manifestação do Executor do Contrato, o prazo de execução dos serviços por 45 (quarenta e cinco) dias com encerramento previsto para 12.12.98, estendendo-se a vigência contratual para 31.01.99. - DATA DA ASSINATURA: 27.10.98.

# SECRETARIA DE AGRICULTURA

## CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/97 - CEASA/DF. ESPÉCIE:** Contrato para o fornecimento de Até 120 (cento e vinte) pães tipo francês e até 20 (vinte) litros de leite tipo "C"; **CONTRATADA:** a FONTE Comercio de Produtos alimentícios Ltda, com sede à SRE/Sul CCAE Bl. "D" Lojas 29/30 Cruzeiro Velho, representada por JACINTO PEDRO GONÇALVES, CI Nº 830.133 - SSP/DF, CPF Nº 182.242.561-68, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília DF, **VALOR:** Estima-se o valor total do fornecimento objeto deste contrato em até R$ 6.494,40 (seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).à ser coberto pela Dotação 34.90.30 - Material de Consumo. **VIGENCIA:** O prazo de duração deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de setembro de 1998. **DESPESAS DE PUBLICAÇÃO:** Por conta da CEASA/DF. Presidente: VICTOR FRADE ALMEIDA e Diretor Executivo: JUSMAR CHAVES.

# SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/98
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 10/96

PROCESSO: 050.000.496/98. PARTES: DF/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA X VISÃO ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Execução da reforma da Colônia Agrícola Penal no Núcleo de Custodia de Brasilia, conforme caderno de especificações e encargos, projetos e proposta da contratada, e demais especificações consoante especifica a Concorrência 05/98-SSP, que passam a integrar o presente Termo.VALOR DO CONTRATO: R$ 1.093.754,75 (hum milhão, noventa e três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 24101, PROGRAMA DE TRABALHO: 06030002510450001, NATUREZA DA DESPESA: 4590.51, FONTE DE RECURSOS: 132002042 e 100000000, NOTA DE EMPENHO: 98NE00998 e 98NE00999, VALOR DA NOTA DE EMPENHO: R$493.482,85 E R$ 99.432,25 respectivamente, DATA DE EMISSÃO: 21.10.98, EVENTO: 400091, MODALIDADE: global, DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 03.11.98, PRAZO DE VIGÊNCIA : 315 (trezentos e quinze) dias, a contar da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, PROCEDÊNCIA DOS RECURSOS: Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício financeiro, de acordo com a correspondente Lei Orçamentária Anual, SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR, na qualidade de Secretário de Segurança Pública, Pela CONTRATADA: HELENA DE SOUZA FERREIRA, na qualidade de Sócia.

## DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/98

Partes: DETRAN/DF e SITRAN COM. IND. ELETR. LTDA – Proc. 055.006985/98 – Extr. Contr. 43/98 – Mod. Estimativo – Convite n.º 12/98 – Objeto: Prest. Serv. lavagem de 15.000 m² de faixas de pedestres em todo o D. F..., conforme espec. na Cap. XII – Da Especificação do Objeto no Convite 12/98 – Vl. Estimativo R$ 41.250,00 – Progr. Trab. 601057320270001 – Fonte 220 – Nat. Desp. 349039 – Evento 400091 – NE 1315/98 – UG 220201 – Data assinatura: 04.11.98 – Assinam.: Luis Riogi Miura e Lourival Ferreira Gomes.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 26/98

Partes: DETRAN/DF e EFICAZ EXTINTORES E SIST. CONTRA INCÊNDIOS LTDA – Proc. 055.005495/95 – Extr. do 1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 020/96 – Objeto: Altera no Contr. 20/96 a denominação social da empr. EFICAZ TECNOLOGIA CONTRA INCÊNDIO LTDA, que passa a ser EFICAZ EXTINTORES E SISTEMAS CONTRA INCÊNDIO LTDA – UG 220201 – Data da assinatura: 04.11.98 – Assinam.: Luis Riogi Miura e Horácio Pinheiro Barreira.

# POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RELAÇÃO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS
OUTUBRO/98

O DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no Artigo 16 da Lei N.º 8.666/93, Decisão N.º 3427/96 do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Mensagem SIAFEM96 N.º 001420, torna público a relação de compras, obras e serviços efetuadas no mês de OUTUBRO de 1998.

| NE N.º | CREDOR | ESPECIFICAÇÃO de BENS, OBRAS E SERVIÇOS | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL | VIGÊNCIA DO CONTRATO | CRITÉRIOS DE REAJUSTE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INEXIGÍVEL | | | | | | | |
| 00967/98 | BRB Banco de Brasília S/A | Aquisição de vales-transporte para os servidores cadastrados no mês de outubro/98 | | | 53.387,95 | | Conforme decisão governamen-tal |
| 01024/98 | Telecomunicações de Brasília S/A | Tarifas telefônicas do mês de setembro/98. | | | 60.397,47 | | Conforme decisão governamen-tal |
| CONCORRÊNCIA | | | | | | | |
| 00924/98<br>001032/98<br>001048/98 | Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga | Aquisição de combustíveis e lubrificantes | | | 80.000,00<br>30.000,00<br>10.000,00 | 31/12/98 | Conforme decisão governamental |
| 00925/98 | Coral Serviços de Refeições Industriais Ltda | Fornecimento de alimentação preparada para presos. | | | 366.968,97 | 31/08/99 | Anual IPC - Coluna 7 FGV |
| 00926/98 | Dinâmica Serviços Especializados | Serviços de limpeza e conservação | | | 544.960,37 | 31/08/99 | Anual IPC - Coluna 7 FGV |

O DEPARTAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITES Nºs 69, 77 A 80/98

CONVITE Nº 69/98
OBJETO: Fornecimento de passagens aéreas para a Polícia Civil do Distrito Federal, durante o exercício de 1999.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 17.11.98 às 15h30min.
CONVITE Nº 77/98
OBJETO: Aquisição de 500 (quinhentos ) metros quadrados de acoplado de cor preta para a Polícia Civil do Distrito Federal.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 24.11.98 às 15h30min..
CONVITE Nº 78/98
OBJETO: Aquisição parcelada de Baterias Automotivas e Estacionárias para a Polícia Civil do Distrito Federal, durante o exercício de 1999.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 24.11.98 às 15h.
CONVITE Nº 79/98
OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviço de revelação de filmes fotográficos e slides, para a Polícia Civil do Distrito Federal, durante o ano de 1999.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 24.11.98 às 10h30min.
CONVITE Nº 80/98
OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento e instalação de vidros para a Polícia Civil do Distrito Federal, durante o exercício de 1999, conforme anexo I.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 26.11.98 às 09h30min.
A CPL informa que encontram-se à disposição dos interessados, GRATUITAMENTE, mediante apresentação de CRC, convites relativos às licitações supramencionadas, na sede da CPL/PCDF, situada no SGON Quadra 05, Lote 02/07 (antigo prédio da Dimat/SSP, ao lado do IDR/GDF). Fone: 322-6347 e 314-8226.

Brasília-DF, 5 de novembro de 1998
MARIA DA PENHA DE MEDEIROS ALVES
Presidenta da CPL

# POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 61/98

**Objeto:** Aquisição de acessórios para computador.
**Data:** 16.11.98 – **Horário:** 15:00 horas
**Local:** Setor de Áreas Isoladas Sul – SAIS, DAL/PMDF, Anexo do QCG, sala nº 14.
Informações e cópias da Tomada de Preços e do Convite, diariamente das 14 às 18 horas nos dias úteis, no endereço acima mencionado.

TOMADA DE PREÇOS Nº 59/98
**Objeto:** Aquisição de escudo anti-tumulto para policiamento ostensivo.
**Data:** 24.11.98 – **Horário:** 15:00 horas

Brasília-DF, 4 de novembro de 1998

**PAULO CESAR FERREIRA NEVES –MAJ QOPM**
Presidente da CPL

# SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

## FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

### EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 561/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e do outro José Augusto Costa de Almeida, PROCESSO: 081.000490/98; OBJETO: Cessão e uso da Galeria Rubem Valentim, para a realização da exposição "JOSÉ RUFINO", programada para o período de 03 à 20/12/98, de terça a sexta de 09:00 às 19:00 horas, sabados, domingos e feriados das 13 às 19 horas, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 007/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$172,98(CENTO E SETENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 23 de outubro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: JOSÉ AUGUSTO COSTA DE ALMEIDA; TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO.

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 574/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a empresa Royal Academia de Ballet e Dança Ltda-ME., PROCESSO: 081.002274/98; OBJETO: Cessão e uso da Sala Martins Penna do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "ESSE HOMEM, uma *reflexão de vida*", programado para os dias 29 e 30/11/98 às 20:00 horas, ficando designado o dia 29/11/98 à partir das 13:00 horas para a montagem do espetáculo, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 003/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$2.264,54(DOIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 03 de novembro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: NÍVIA EMRICH DE OLIVEIRA PITALUGA; TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO.

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 573/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Associação Desportiva de Natação e Esportes Terrestres., PROCESSO: 081.002242/98; OBJETO: Cessão e uso da Sala Martins Penna do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "ALICE NO PAÍS TROPICAL", programado para o dia 07/12/98 às 20:00 horas, ficando designado o dia 07/12/98 à partir das 9:00 horas para a montagem do espetáculo, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 003/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$2.264,54(DOIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 03 de novembro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: MÁRJORE CAVALCANTI DE ARGÔLO LEÃO; TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO.

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 576/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a empresa Beth Lissa Studio de Ballet Ltda., PROCESSO: 081.002158/98; OBJETO: Cessão e uso da Sala Martins Penna do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "CRIANDO, CRIANÇA, CRIAÇÃO", programado para os dias 08 e 09/12/98 às 21:00 horas, ficando designado o dia 08/12/98 à partir das 9:00 horas para a montagem do espetáculo, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 003/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$2.264,54(DOIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 03 de novembro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: ELISABETH ANGELA TONIAZZI LISSA; TESTEMUNHAS: EMERSON BENEDITO VIDAL e TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO.

# SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

### RESULTADO DE HABILITAÇÃO
### TOMADA DE PREÇOS Nº 7/98

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Governo do Distrito Federal - CPL-SETER/DF, torna público o resultado de habilitação da Tomada de Preços nº 07/98:

Empresas Habilitadas: Aceco Produtos p/Escritórios e Informática Ltda., Balfar S/A, Comercial Marte de Móveis Ltda., Funcional Móveis Ltda., Informatic Comércio e Representação Ltda., Ludi Móveis p/Escritório Ltda., Lukas Móveis p/Escritório Ltda., Moduline Ind.Com.e Construções Ltda., Movap Móveis Ltda., Niflex Indústria Metalúrgica Ltda., Telos S/A Equipamentos e Sistemas e Ultracentro Comércio e Representações Ltda.
Empresa Inabilitada: Aldo Bortolini & Cia Ltda

ANDRÉ SANTA RITA PEREIRA
Presidente da CPL

# SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

### EXTRATO DE COMPRAS E BENS E/OU SERVIÇOS
### OUTUBRO/98

PUBLICAÇÃO NA FORMA DO ART. 16, DA LEI N.º 8.666/93 E DA LEI N.º 886/95

| NE Nº | FORNECEDOR/BENS E/OU/SERVIÇOS | QUANT | P.UNIT. | P. TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| | INEXIGIBILIDADE | | | |
| 674 | **VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA.** Aquisição de vales transporte para servidores da SETUR, no mês de outubro de 1998. (Cidade Ocidental, Valparaizo, Luziânia e Pedregal). | - | - | 464,20 |
| 675 | **RÁPIDO PLANALTINA LTDA.** Aquisição de vales transporte para servidores da SETUR, no mês de outubro de 1998. (Planaltina). | - | - | 65,10 |
| 676 | **TAGUATUR – TAGUATINGA TRANSP. E TURISMO LTDA.** Aquisição de vales transporte para servidores da SETUR, no mês de outubro de 1998. (Santo Antônio). | - | - | 176,40 |
| 678 | **BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA** Aquisição de vales transporte para servidores da SETUR, no mês de outubro de 1998. (Regiões Administrativas, Circular Plano Piloto, Circular Viação Planalto, Guará, TCB L. Norte e Circular Rodoferroviária). | - | - | 6.572,40 |
| 680 | **CAESB – CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA** Reforço do empenho original de serviços e tarifas de água e esgoto, de containers sanitários, instalados nos locais de eventos patrocinados e/ou apoiados pela SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 1.000,00 |
| 681 | **CEB – COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA** Reforço do empenho inicial de serviços e tarifas de energia elétrica, dos próprios administrados pela SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 14.000,00 |
| 682 | **INFRAERO – EMP. BRAS. DE INFRA ESTR. AEROPORTUÁRIA** Reforço do empenho inicial para ressarcimento da cota de água, energia elétrica e taxa de lixo, pela ocupação de área no aeroporto de Brasília, destinada ao balcão de informações ao turista, no exercício de 1998. | - | - | 350,00 |
| 684 | **SOCIEDADE TRANSP. COLETIVO DE BRASÍLIA LTDA.** Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais pela cessão do servidor Henrique Ary de Passos Curado, no mês de setembro/98, conforme nota de débito n.º 213. | - | - | 5.707,55 |
| 687 | **RÁPIDO PLANALTINA LTDA.** Nota de empenho suplementar a de n.º 675, para aquisição de vales transporte, no mês de outubro de 1998. | - | - | 2,10 |
| 692 | **JAYME CONSELHEIRO JÚNIOR** Diárias destinadas ao servidor Jayme Conselheiro Júnior, para participar do XXVI Congresso e Feira de Turismo, ABAV/98, a realizar-se em Recife-PE, no período de 21 a 25/10/98. Sendo: 02 diárias de 18 a 19/10/98 a R$ 148,45 e 5,5 diárias de 20 a 25/10/98 a R$ 177,95. | - | - | 1.275,63 |
| 693 | **FÁBIO PASSARINI DE GUSMÃO** Diárias destinadas ao servidor Fábio Passarini de Gusmão, para participar do XXVI Congresso e Feira de Turismo ABAV/98, a realizar-se em Recife-PE, no período de 21 a 25/10/98. Sendo: 02 diárias de 18 a 19/10/98 a R$ 148,45 e 5,5 diárias de 20 a 25/10/98 a 177,95. | - | - | 1.275,63 |
| 694 | **MONICA BAPTISTA TAVEIRA** Diárias destinadas a servidora Monica Baptista Taveira, para participar do XXVI Congresso e Feira de Turismo ABAV/98, a realizar-se em Recife-PE, no período de 21 a 25/10/98. Sendo: 02 diárias de 18 a 19/10/98 a R$ 148,45 e 5,5 diárias de 20 a 25/10/98 a 177,95. | - | - | 1.275,63 |
| 696 | **ANDRÉA FONTENELE DE ALMEIDA** Diárias destinadas ao servidor Andréa Fontenele de Almeida , para participar do XXVI Congresso e Feira de Turismo ABAV/98, a realizar-se em Recife-PE, no período de 21 a 25/10/98. Sendo: 02 diárias de 18 a 19/10/98 a R$ 148,45 e 5,5 diárias de 20 a 25/10/98 a 177,95. | - | - | 1.275,63 |
| 697 | **MARIANA BRAGA ALVES DE SOUZA** 5,5 diárias destinadas a Mariana Braga Alves de Souza, de 20 a 25/10/98 a R$ 177,95, para participar do XXVI Congresso e Feira de Turismo ABAV/98, a realizar-se em Recife-PE, no período de 21 a 25/10/98. | - | - | 978,73 |
| 698 | **TELEBRASÍLIA – TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA** Reforço do empenho inicial de serviços e tarifas telefônicas, de interesse da SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 7.100,00 |
| 699 | **TELEBRASÍLIA CELULAR S/A** Reforço do empenho inicial, destinados aos serviços e tarifas de telefonia celular, de interesse da SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 300,00 |
| 700 | **MARIANA BRAGA ALVES DE SOUZA E OUTROS.** Folha suplementar referente a diferença de substituição e gratificação por encargos de gabinete, no mês de setembro/98. | - | - | 360,64 |
| 701 | **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS** Contribuição INSS parte empregador e seguro de acidente do trabalho, de cargo comissionado sem vínculo da SETUR, referente a folha suplementar de diferença de gratificação por encargo em gabinete, no mês de setembro/98. | - | - | 51,85 |
| 702 | **TELEBRASÍLIA – TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA** Reforço do empenho inicial de serviços e tarifas telefônicas de interesse da SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 300,00 |
| 704 | **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIA VIAGEM – ABAV** Locação de Stand medindo 45m2, para participação da SETUR no XXVI Congresso e Feira de Turismo – ABAV 1998, a realizar-se em Olinda – PE, no período de 21 a 25/10/98. | - | - | 17.100,00 |
| 705 | **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS** Reforço do empenho inicial de serviços postais e telemáticos convencionais nas modalidades nacional e internacional, carga e aquisições de produtos postais, no exercício de 1998. | - | - | 250,00 |
| 706 | **CAESB – CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA** Reforço do empenho inicial, para despesas com serviços e tarifas de água e esgoto, dos próprios administrados pela SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 16.000,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 713 | **ABIH - ASS. BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS – DF**<br>Parceria para confecção do Guia de Hotéis de Brasília, durante o XXVI Congresso da ABAV, em Recife, no período de 21 a 25/10/98. | - | - | 15.000,00 |
| 717 | **IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS**<br>Pagamento de auxílio creche dos servidores da SETUR, referente ao mês de outubro/98. | - | - | 4.617,00 |
| 719 | **IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS**<br>Pagamento de vencimentos e vantagens fixas da folha normal da SETUR, referente ao mês de outubro/98. | - | - | 177.044,96 |
| 720 | **IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS**<br>Pagamento de substituições e gratificações por encargos de gabinete, referente a folha de pessoal da SETUR, no mês de outubro/98. | - | - | 2.114,06 |
| 723 | **IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS**<br>Pagamento de salário família dos servidores estatutários, referente a folha de pessoal da SETUR, no mês de outubro/98. | - | - | 30,72 |
| 726 | **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**<br>Contribuição INSS parte empregador e seguro de acidente do trabalho, de cargos comissionados sem vínculo da folha normal da SETUR, referente ao mês de outubro de 1998. | - | - | 15.282,55 |
| 728 | **ILAL CURSOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**<br>Inscrição da servidora Maria José Costa, no curso de espanhol, no período de 27/10 a 18/12/98. | - | - | 590,00 |

TOMADA DE PREÇOS

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 679 | **CENTROTEC – COM. CONSTRUÇÃO E REFRIGERAÇÃO LTDA.**<br>Reforço de NE de origem para serviços de reparos, assistência técnica e manutenção do sistema de ar condicionado central, do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e 09 aparelhos de ar condicionado de parede, no exercício de 1998. | - | - | 20.000,00 |

CONVITE

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 683 | **CAPRI TURISMO PASSAGENS E EXCURSÕES LTDA.**<br>Reforço do empenho inicial de fornecimento de passagens aéreas e terrestres (regionais, nacionais e internacionais), de interesse da SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 3.146,30 |
| 691 | **CASA OLÍMPICA ARTIGOS DESPORTIVOS LTDA.**<br>Reforço do empenho inicial, destinados a confecção e fornecimento de camisetas margas curtas fio 30.1, tamanho grande, artes específicas com 06 cores (03 na frente e 03 nas costas), marca Marleska, para os eventos , no exercício de 1998. | - | - | 300,00 |
| 703 | **QUALITY PRODUÇÕES**<br>Montagem, manutenção e desmontagem de Stand no XXVI Congresso e feira de Turismo – ABAV/98, a realizar-se em Olinda _ PE, no período de 21 a 25/10/98. | - | - | 29.809,52 |
| 708 | **BGR SONORIZAÇÃO LTDA-ME**<br>Reforço do empenho inicial referente a serviços de sonorização de pequeno, médio e grande porte, para eventos apoiados e/ou promovidos pela SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 5.700,00 |
| 709 | **DIAMANTE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**<br>Reforço do empenho inicial de locação de 01 caminhão muck de carroceria longa, com capacidade para 16 toneladas, equipado com guindaste, para transporte de containers sanitários e outros serviços de interesse da SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 5.600,00 |
| 710 | **ENCOMENDAS E TRANSP. DE CARGAS PONTUAL LTDA**<br>Reforço do empenho inicial de transporte de encomendas e cargas, por via aérea e terrestre, porta a porta, em âmbito nacional e internacional, de interesse da SETUR, no exercício de 1998. | - | - | 3.250,00 |
| 711 | **SUPERMERCADO COELHO LTDA.**<br>Reforço do empenho inicial de fornecimento de água mineral, acondicionada em garrafões de 20 litros, das marcas; Super Vida, seiva, Iza ou Planalto, no exercício de 1998. | - | - | 1.204,13 |

DISPENSA

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 677 | **CONFIANÇA EXTINTORES DE INCÊNDIO LTDA.**<br>Recarga em extintores de incêndio, conforme normas do CBDF, sendo; 10 CO2 06 Kg, 16 PQS 06 Kg, 03 AP de 10 litros, 02 PQS 12 Kg, 04 C02 25 Kg e 04 de espuma de 10 litros. | - | - | 1.304,00 |
| 686 | **UNIDOS MOTORES E FERRAGENS LTDA.**<br>Serviço de enrolamento de motor em bomba de 5HP, de 380V, recuperação mecânica, gaxeta, conforme autos do processo, tombamentos n.ºs 2874/9 e 2875/9. | 02 | 263,00 | 526,00 |
| 688 | **GSS COMÉRCIO, SERVIÇO E TECNOLOGIA LTDA.**<br>Aquisição de chave comutadora manual, para liga 01 (um) micro a 02 (duas) impressoras ou vice versa, marca Manhattan. | 01 | 16,00 | 16,00 |
| 689 | **SOLUTION COMPUTADORES LTDA.**<br>Manutenção corretiva, limpeza e lubrificação, em 02 (duas) *impressoras, tombamento n.º 113718/9, marca Fox 250,* tombamento n.º 2581/9, marca Emília PC. | 02 | 50,00 | 100,00 |
| 690 | **CETEFE – ASS. CENTRO TREIN. ED. FÍSICA ESPECIALIZADA**<br>Confecção de troféus em acrílico cristal, conforme medidas e aplicação constante nos autos do processo, destinados a V Etapa do Campeonato Brasileiro de Rallye da República, a realizar-se em Brasília – DF, no dia 17/10/98. | 26 | 26,90 | 699,40 |
| 695 | **CTIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA LTDA.**<br>Aquisição de placa de rede 10 MBPS PCI Encore. | 01 | 24,60 | 24,60 |
| 716 | **EQUILÍBRIO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.**<br>NE destinada a revisão periódica e/ou aquisição de peças ou componentes para veículos novos oficiais em situação de garantia sendo 02 Corsas, placas JFO 8850 e JFO 8860, no exercício de 1998. | - | - | 300,00 |

# SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

**A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL** convida a todos os interessados para a Audiência Pública para a apresentação e discussão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental/EPIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental/RIMA, relativo ao loteamento denominado Condomínio QUINTAS INTERLAGOS.

**DATA DA REALIZAÇÃO**: 05 de dezembro de 1998 - sábado.

**HORÁRIO**: 15:00 hs.

**LOCAL**: Centro Social e Administrativo do Condomínio Quintas Interlagos, entre os módulos B e C, Estrada do Sol, Km 5, Região Administrativa de São Sebastião.

Informa, ainda, que o EPIA/RIMA está à disposição do público para consulta até a data de realização da audiência, nesta Secretaria, localizada no SEPN QD. 511 Bloco "A" Ed. Bittar II - Brasília-DF, CEP: 70.750-901 (1° andar, Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

ANTONIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO
Secretário

DAR 2897/98- dias 04, 05 e 06/11/98.

## FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 68/98

Processo: 193.000.132/96 - FAPDF; partícipes: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF e Suely Sales Guimarães, com interveniência da Universidade de Brasília - UnB; Objeto: Apoio financeiro a execução do projeto "Promovendo a adesão de mães ao tratamento médico-psicológico de seus filhos"; Vigência: Data de assinatura até 22/10/99; Valor: R$ 11.106,75 (onze mil, cento e seis reais e setenta e cinco centavos); Nota de Empenho: nº 0364/97; Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 03010005723330001; Fonte de Recursos: 002; U. O.: 21201; Elemento: 349036; Data de Assinatura: 22/10/98; Despesas de Publicação: FAPDF; P/Concedente: Laura Maria Goulart Duarte, Diretora Presidente, Humberto Vendelino Richter, Diretor Técnico-Científico e Kátia Filomena Vaz Stival Bueno, Diretora Administrativa; P/Convenente e Coordenadora: Suely Sales Guimarães; P/Interveniente: Lauro Morhy, Reitor.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 81/98

Processo: 193.000.143/98 - FAPDF; partícipes: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF e Miriam da Silva Wanderley, com interveniência da Universidade de Brasília - UnB; Objeto: Apoio financeiro a execução do projeto "Análise da prevalência de *chlamydia trachomatis* em pacientes inférteis do Hospital Universitário de Brasília"; Vigência: Data de assinatura até 23/10/2000; Valor: R$ 16.196,00 (dezesseis mil, cento e noventa e seis reais); Nota de Empenho: nº 0271/98; Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 03010005720760001; Fonte de Recursos: 104; U. O.: 21201; Elemento: 349036; Data de Assinatura: 23/10/98; Despesas de Publicação: FAPDF; P/Concedente: Laura Maria Goulart Duarte, Diretora Presidente, Humberto Vendelino Richter, Diretor Técnico-Científico e Kátia Filomena Vaz Stival Bueno, Diretora Administrativa; P/Convenente e Coordenador: Miriam da Silva Wanderley; P/Interveniente: Lauro Morhy, Reitor.

# SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

## COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

AVISO DE ADIAMENTO
EDITAL Nº 14/98
CONCORRÊNCIA

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, torna público que a data da Concorrência Pública para venda de imóveis, objeto do Edital nº 14/98-Imóveis, FICA ADIADA de 25 de Novembro de 1998 PARA 09 de Dezembro de 1998, conforme faculta o tópico 4, Capítulo II, do mencionado Edital. O depósito da caução poderá ser feito até o dia 08/12/98, nas agências do Banco de Brasília S/A - BRB. As propostas de compra deverão ser entregues entre 9h e 10h do dia 09/12/98, no auditório do edifício sede da companhia e sua abertura se dará após o encerramento da primeira etapa dos trabalhos (recebimento das propostas). Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (061) 216.6132, 223.8779, 226.9156 ou telefone/FAX: (061) 325.8015 ou pessoalmente na Sede da TERRACAP, sala 313, no horário comercial.

Brasília, 5 de novembro de 1998
GERALDO RODRIGUES SOARES
Comissão Permanente de Licitação de Imóveis
Presidente

# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/98

Contratante: Tribunal de Contas do Distrito Federal - Contratada: Engecol - Projetos e Edificações Ltda. - Objeto: execução de reforma nos edifícios garagem, anexo e sede do TCDF. - Processo nº 2833/98 - Licitação: Tomada de Preço nº 08/98 - Vigência: 29.10.98 até 01 ano do recebimento do Termo Definitivo - Execução: 150 dias corridos, contados a partir do início dos trabalhos. - Valor : R$ 381.707,27 (*trezentos e oitenta e um mil*, setecentos e sete reais e vinte e sete centavos) - Unidade orçamentária: Tribunal de Contas do Distrito Federal - Classificação orçamentária: 459051 - Obras e Instalações - Fonte de recursos - 100 - ordinário não-vinculado - Número da nota de empenho: 768/98 - Valor da Nota de Empenho: R$ 381.707,27 Data da assinatura: 29.10.98 - Assinam: pela contratante, José Geraldo de Lana Tôrres, pela contratada, Célio Garcia Barbosa.

## DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
## DIVISÃO DE ORÇAMENTO DE FINANÇAS
## SEÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXTRATO DE COMPRAS
OUTUBRO/98

O Setor de Orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei nº 8.666/93 e Lei-DF nº 938/95, torna pública a relação de compras, obras e serviços efetuados no mês de outubro/98.

| NE | BENS, OBRAS E/OU SERVIÇOS | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL | FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|
| | **TOMADA DE PREÇO** | | | |
| 768 | 01 Un Reforma do Edifício-garagem, da cobertura do Edifício-sede, do 9º andar, do térreo, da pintura interna, da impermeabilização da laje do subsolo e dos banheiros coletivos do Edifício-anexo do TCDF. Contrato. Vigência: 01 ano a partir do Termo de Recebimento Definitivo. Reajuste: preços fixos e irreajustáveis.' | | 381.707,27 | Engecol Projetos e Edificações Ltda. |
| | **CONCORRÊNCIA** | | | |
| 699 | 01 Un Despesas com prestação de serviços de fornecimento e administração de tíquetes refeição e alimentação, com vistas à distribuição aos servidores desta Corte. Contrato. Vigência: 21/04/99. Percentual da taxa de administração: 0,01%. | | 340.000,00 | Vale Refeição Ltda. |

# INEDITORIAIS

## CONDOMÍNIO PARQUE COLORADO
AVISO DE CONCESSÃO DE LICENÇA

Torna público que recebeu do IEMA/SEMATEC a Licença Prévia por 365 (TRE ZENTOS E SESSENTA E CINCO) dias, para a atividade de parcelamento de so lo urbano, no local: BR-020 Km 02 Sobradinho-DF.
DAR 2951/98

## FACTORIAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

OFERTA PÚBLICA DE COMPRA DE AÇÕES PARA O CANCELAMENTO DE REGISTRO E EXTENSÃO AOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NOS TERMOS DO ARTIGO 254 DA LEI 6.404/76 E RESOLUÇÃO CMN 401 DE EMISSÃO DA BRASIL CENTRAL DE HOTÉIS E TURISMO S.A. POR CONTA E ORDEM DO SR. NORBERTO MÁRIO KLEIN

FACTORIAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, doravante designada simplesmente INTERMEDIADORA, por ordem e conta do Sr. Norberto Mário Klein doravante designado simplesmente OFERTANTE , vem a público dirigir aos titulares de ações de emissão da BRASIL CENTRAL DE HOTÉIS E TURISMO S.A., doravante designada simplesmente EMISSORA, a presente OFERTA PÚBLICA DE COMPRA DE AÇÕES, visando estender aos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias as mesmas condições obtidas pelo acionista controlador na alienação de controle realizada em 19/07/96, assim como para o cancelamento de registro que trata o artigo 21 da Lei 6.385/76, observados os termos da Instrução CVM nº 229/95, pelo que o OFERTANTE está se propondo a pagar todos os acionistas detentores de ações ordinários e preferenciais, nas seguintes condições: 1 - OFERTA PÚBLICA: Dispõe-se a INTERMEDIADORA, por ordem e conta da OFERTANTE, na forma de que foi deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 30 de abril de 1998, a adquirir a totalidade das ações de sua emissão em circulação no mercado, totalizando 2.283 ações ordinárias e 7.163 ações preferenciais, representando 5,19% do Capital Social Total da EMISSORA. 1.1 - O preço de compra é de R$ 39,30 (trinta e nove reais e trinta centavos) por ação na data-base de 30/04/98. Este preço será atualizado monetariamente a partir desta data, com base na variação da Taxa Referencial (TR) até a data da efetiva liquidação financeira da operação. O pagamento pelas ações será à vista, em dinheiro, na sede da INTERMEDIADORA. Este preço é o mesmo apurado na alienação de controle realizado em 19/07/96, atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) com juros de 6% aa. A INTERMEDIADORA informará o preço final por ação, assim que conhecido o índice de sua atualização. 1.2 - A presente oferta está condicionada apenas com relação às ações preferenciais, no que tange ao atendimento dos requisitos para cancelamento de registro de companhia mantido pela EMISSORA, enquanto que a oferta às ações ordinárias , por estar sendo realizada em atendimento ao art. 254, da Lei nº 6.404/76, então vigente, serão adquiridas independentemente de qualquer condição. Portanto, a presente oferta não será efetivada se não forem alcançados os requisitos exigidos para o cancelamento de registro de companhia aberta mantido pela EMISSORA. Até o dia da operação, a INTERMEDIADORA informará se foram ou não atendidos os referidos requisitos. 1.3 - A presente oferta é válida pelo prazo de trinta dias, tendo início na data da segunda publicação deste edital, isto é, em 06/11/98, e encerramento em 05/12/98, para os acionistas se habilitarem à venda. 1.4 - Os acionistas que aceitarem vender suas ações, deverão habilitar-se, pessoalmente ou através de procuradores devidamente constituídos, junto à sede da INTERMEDIADORA, FACTORIAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, sediada à Rua da Quitanda nº 50 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ, Tel (021) 507-1233. OS ACIONISTAS QUE ACEITAREM VENDER SUAS AÇÕES ESTARÃO , AUTOMATICAMENTE, CONCORDANDO COM O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA MANTIDO PELA EMISSORA. 1.5 - A operação de aquisição das ações será realizada na sede da INTERMEDIADORA, em 07/12/98, até às 17:30 hs. 1.6 - Será permitida a livre interferência de terceiros compradores, desde que pela totalidade das ações ofertadas à venda, por se tratar de oferta pública destinada ao cancelamento de registro de companhia aberta. INDEPENDENTEMENTE DE HAVER OU NÃO INTERFERÊNCIA POR PARTE DE TERCEIROS, O OFERTANTE PROCEDERÁ AO PEDIDO DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA JUNTO À COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, DESDE QUE CUMPRIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NO INCISO II DO ARTIGO 1º DA INSTRUÇÃO CVM nº 229/95, NA FORMA DO ITEM 1.2 DESTE EDITAL. 1.7 - A liquidação financeira da operação será realizada na sede da INTERMEDIADORA, três dias úteis após a operação de aquisição, isto é, em 10/12/98. 2 - CANCELAMENTO DO REGISTRO: Os acionistas da EMISSORA em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30/04/98 deliberaram o cancelamento de seu registro de companhia em razão dos altos custos de manutenção como companhia aberta, não compatíveis com seu porte e a inexistência de negociação em Bolsa de Valores de suas ações. 3 - INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA: 3.1 - A EMISSORA sediada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 5 Lote A, Plano Piloto, Brasília, Distrito Federal, tem por objeto social a exploração da atividade hoteleira-turístico e outros serviços específicos da mesma finalidade.

3.2 - Composição Acionária da Emissora em 30/04/98:

| Acionistas | Ordinárias | % | Preferenciais | % | Total | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Norberto Mário Klein | 114.000 | 94,59 | 33.500 | 54,59 | 147.500 | 81,09 |
| Eron Alves de Oliveira | 4.241 | 3,52 | 20.707 | 33,74 | 24.948 | 13,72 |
| Outros | 2.283 | 1,89 | 7.163 | 11,67 | 9.446 | 5,19 |
| Total | 120.524 | 100 | 61.370 | 100 | 181.894 | 100 |

As ações preferenciais tem as seguintes características; a) não tem direito a voto a não ser para a eleição, em separado, de um representante no Conselho Fiscal, e conferirão, aos seus titulares dividendos mínimos de 6% ao ano, não cumulativo, sobre o seu valor nominal, igualdade de condições com as ações ordinárias nas distribuições de dividendos extras e bonificações, e prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da sociedade. A Companhia não distribuiu dividendos nos últimos 3 anos em virtude dos resultados econômicos serem insuficientes.

3.3 - Indicadores Econômico-Financeiros da Emissora (em R$ mil):

| Informação: | 31/12/96 | 31/12/97 | 30/06/98 |
|---|---|---|---|
| Capital Social | 5.375 | 17.712 | 17.712 |
| Patrimônio Líquido | 17.770 | 17.925 | 18.067 |
| Receita Líquida | 4.592 | 4.517 | 1.376 |
| Lucro Operacional | 13.258 | 542 | 179 |
| Lucro Líquido | 13.211 | 143 | 152 |
| Exigível Total | 4.612 | 3.942 | 4.171 |
| Nº de ações | 181.000 | 181.000 | 181.000 |
| Valor Patrimonial | 98,17 | 99,03 | 99,82 |
| Exigível/Patrim. Líquido | 0,259 | 0,219 | 0,231 |
| Lucro/Patrim. Líquido | 0,743 | 0,008 | 0,008 |
| Lucro/Receita Líquida | 2,876 | 0,032 | 0,0110 |
| Lucro/ Capital Social | 2,457 | 0,008 | 0,008 |

3.4 - As ações da EMISSORA são negociadas somente em Mercado de Balcão.

3.5 - Informações adicionais sobre a presente oferta, incluindo cópia das peças de avaliação do preço das ações, poderão ser obtidas na sede da EMISSORA, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 5 Lote A, Plano Piloto, Brasília, Distrito Federal, na INTERMEDIADORA, na Rua da Quitanda nº 50 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ, ou ainda na Comissão de Valores Mobiliários, à Rua Sete de Setembro nº 111 - 27º andar, Rio de Janeiro, RJ. 3.6 - O registro de companhia de que trata o artigo 21 da Lei 6.385/76, mantido em nome da EMISSORA, encontra-se atualizado até a presente data. 4 - INFORMAÇÕES SOBRE O OFERTANTE: 4.1 - Sr. Norberto Mário Klein, Brasileiro, Casado, Executivo, Engenheiro Industrial, Controlador da Companhia desde 19/07/96, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo. 4.2 - O OFERTANTE e a INTERMEDIADORA declaram que desconhecem a existência de qualquer fato ou circunstância, não reveladas ao público, que possam influenciar de modo positivo e relevante os resultados da EMISSORA. 5 - MANIFESTAÇÃO SOBRE O CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA: 5.1 - OS ACIONISTAS QUE ACEITAREM VENDER SUAS AÇÕES ESTARÃO AUTOMATICAMENTE CONCORDANDO COM O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA MANTIDO PELA EMISSORA, DEVENDO PROCEDER CONFORME O ITEM 1.4 DESTE EDITAL, SENDO DESNECESSÁRIO QUALQUER PROCEDIMENTO ADICIONAL. 5.2 - Ficam os senhores acionistas convocados a se manifestar pessoalmente ou através de procuradores devidamente habilitados, concordando ou discordando do cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM nº 229/95. Os acionistas que assim o desejarem deverão preencher formulário em quatro vias, concordando ou não com o referido cancelamento, e tornando suas ações indisponíveis para negociação até o dia da realização da presente oferta, inclusive. O formulário de manifestação poderá ser solicitado pessoalmente, por correio ou fax endereçado à INTERMEDIADORA, sito à Rua da Quitanda nº 50 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ, fax nº (021) 242-3069. 5.3 -Serão consideradas as manifestações recebidas até às 18:00 hs do dia 05/12/98 independente da data do envio pelo correio. Serão desconsideradas quaisquer manifestações recebidas após a data limite, independente das razões. As manifestações recebidas dentro do prazo limite terão sua validade confirmada imediatamente após a confirmação da empresa EMISSORA. 6 - ALIENAÇÃO DE AÇÕES APÓS O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA: Findo o prazo da presente oferta e obtido o cancelamento do registro de companhia aberta, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 229/95, o OFERTANTE compromete-se a comprar, nas condições estipuladas , as ações oferecidas pelos acionistas não aceitantes desta oferta, no prazo de seis meses, contados da data da realização da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do primeiro exercício social posterior ao cancelamento. O preço de aquisição das ações durante este período será ajustado para refletir bonificações e dividendos que eventualmente venham a ser declarados ou pagos aos acionistas. O prazo para pagamento das ações nestas condições será de quinze dias a partir da data em que o acionista contatar a EMISSORA com o fim de proceder à referida alienação das ações, para o que este deverá comparecer pessoalmente ou através de procurador devidamente constituído à sede da EMISSORA. 7 - OBRIGAÇÕES SUPERVENIENTES DOS OFERTANTES: O OFERTANTE obriga-se a pagar aos acionistas que aceitarem a presente oferta a diferença a maior, se houver, entre o preço a ser pago nos termos do item 1.1, devidamente acrescido de atualização monetária anual, calculada de acordo com a variação do IGP-M, ou na hipótese de sua extinção, por outro índice de variação de preços que venha a substituí-lo, e o preço que o OFERTANTE vier a obter numa eventual alienação do controle da EMISSORA, que venha a se realizar dentro do prazo de dois anos a partir da data da presente operação de compra das ações. 8 - OUTRAS INFORMAÇÕES: 8.1 - A INTERMEDIADORA declara que não detém nem administra valores mobiliários de emissão da Emissora. 8.2 - O presente edital foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários através do Ofício OFÍCIO/CVM/GEA-4 Nº 101/98, datado de 22/10/98.

Brasília, 30 de outubro de 1998.
FACTORIAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

## FIBRA – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO A.G.E.

O Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA, no uso das suas atribuições legais e consoante o disposto no artigo 32, alínea "h", do Estatuto Social e, em atendimento ao disposto no edital de convocação do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, publicado no Diário da Justiça de 16/10/98 Seção III, convoca os senhores Delegados Representantes da Federação, no dia 19 de novembro de 1998, às 17:30 horas em primeira convocação ou às 18:00 horas em segunda convocação com qualquer número de presentes, no SIA Trecho 03 Lote 225 1º andar – Ed. FIBRA, para decidir sobre o seguinte assunto: a) Eleição para Listas Tríplices destinadas ao preenchimento do cargo de Juiz Classista, representante dos Empregadores, e da função de Suplente para o triênio de investidura 1999 a 2002, em razão do término do mandato do Juiz LUCAS KONTOYANIS. As inscrições deverão ser feitas até o dia 18 de novembro de 1998, às 19:00 horas na Gerência de Apoio aos Órgãos Colegiados, mediante recibo. Os candidatos deverão atender todos os requisitos previstos na Resolução nº 73/97, que editou a Instrução Normativa nº 12, publicada no *Diário da Justiça de 03/07/97 Seção I página 32053. Os candidatos eleitos deverão entregar toda* documentação exigida até o dia 27 de novembro de 1998, às 19:00 horas na Gerência de Apoio aos Órgãos Colegiados. Brasília-DF, 05 de novembro de 1998. LOURIVAL NOVAES DANTAS. Presidente.

DAR 2949/98

## SEICON/DF – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, RURAIS, MISTOS, VERTICAIS, E HORIZONTAIS DE HABITAÇÕES EM ÁREAS ISOLADAS E EDIFÍCIOS, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE PLEITO

O Sindicato dos Empregados em Condomínios Residenciais, Comerciais, Rurais, Mistos, Verticais, Horizontais de Habitações em Áreas Isoladas e Edifícios, Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Distrito Federal SEICON/DF., por sua Diretora Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos Sociais, vem divulgar o resultado do Pleito realizado em 03/11/98 no horário de 09: às 17:00 horas, na Sede do Sindicato, sito no SDS Ed. Eldorado Sala 614 Brasília/DF que, atendendo ao Edital de 13/10/98, publicado no DJ de 16/10/98, Seção 3, do Exmo Juiz Presidente do TRT da 10ª Região e, conforme Edital de Convocação do Sindicato dos Empregados em Condomínios Residenciais, Comerciais, Rurais, Mistos, Verticais, Horizontais de Habitações em Áreas Isoladas e Edifícios, Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Distrito Federal SEICON/DF., publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 28/10/98 pág. 22, realizou e, consagrou eleitos os Srs: Afonso Lucas Rodrigues, Janduí Alves Barbosa e Paulo Inácio Cardoso, eleitos para compor as Listas Tríplices para ser encaminhada ao TRT da 10ª Região, onde concorrerão aos cargos de Juiz Classista Temporário, Titular e Suplente das 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento do TRT 10ª Região. Tudo nos termos dos Editais citados, bem como, ao disposto na Resolução nº 73/97 e Instrução Normativa nº 12/97 do TST, em seu artigo 2º item A . VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS-DIRETORA-PRESIDENTE-SEICON/DF.

DAR 2944/98 +2

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE PLEITO

O Sindicato dos Empregados em Condomínios Residenciais, Comerciais, Rurais, Mistos, Verticais, Horizontais de Habitações em Áreas Isoladas e Edifícios, Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Distrito Federal SEICON/DF., por sua Diretora Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos Sociais, vem divulgar o resultado do Pleito realizado em 03/11/98 no horário de 09: às 17:00 horas, na Sede do Sindicato, sito no SDS Ed. Eldorado Sala 614 Brasília/DF que, atendendo ao Edital de 13/10/98, publicado no DJ de 16/10/98, Seção 3, do Exmo Juiz Presidente do TRT da 10ª Região e, conforme Edital de Convocação do Sindicato dos Empregados em Condomínios Residenciais, Comerciais, Rurais, Mistos, Verticais, Horizontais de Habitações em Áreas Isoladas e Edifícios, Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Distrito Federal SEICON/DF., publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 28/10/98 pág. 22, realizou e, consagrou eleitos os Srs: Afonso Lucas Rodrigues, Janduí Alves Barbosa e Paulo Inácio Cardoso, eleitos para compor as Listas Tríplices para ser encaminhada ao TRT da 10ª Região, onde concorrerão aos cargos de Juiz Classista Temporário, Titular e Suplente das 9ª e 10ª Juntas de Conciliação e Julgamento do TRT 10ª Região. Tudo nos termos dos Editais citados, bem como, ao disposto na Resolução nº 73/97 e Instrução Normativa nº 12/97 do TST, em seu artigo 2º item A . VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS-DIRETORA-PRESIDENTE-SEICON/DF.

DAR 2944/98 +2

## SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO DISTRITO FEDERAL

Sede Própria – SHIGS 703, Bl. "G" C/79 – Telefax: 225-1440 e Tel: 226-2171 – CEP 70331-707

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA 2/98

Pelo presente edital, ficam avisadas todas as empresas que de acordo com o art. 8º, inciso IV da Constituição Federal e Assembléia Geral da Categoria, realizada em 29/05/98, devem, obrigatoriamente, recolher em favor desta entidade, a Contribuição Confederativa dos empregados Vendedores-Pracistas, Vendedores-Motoristas, Ajudantes, Vendedores de Produtos Químicos, Agropecuários, Ffitossanitários, Viajantes, Chefes e Gerentes de Vendas, Assistentes, Contatos, Cobradores, Promotores, Demonstradores, Repositores, Telemarketing, Inspetores de Vendas, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, pois os mesmos constituem categorias e funções diferenciadas.

*Caracterizada a relação de emprego, aplicam-se os preceitos das Leis 3.207, de 18/07/57* e 6.224 de 14/07/75, a quantos exerçam funções iguais, semelhantes ou equivalentes aos Empregados Vendedores e Viajantes, embora sob outras designações.

A Contribuição Confederativa dos profissionais de nível superior que tenham vínculo empregatício com empresas de qualquer das Categorias Econômicas acima especificadas, terá que ser recolhida, obrigatoriamente, em favor deste sindicato e não dos sindicatos dos profissionais liberais, de vez que a profissão é exercida sob regime de emprego.

A referida Contribuição, deverá ser descontada na folha de pagamento do mês de novembro de 1998, no valor equivalente a 3% (três por cento) da remuneração bruta (Fixo + Comissão + Repouso), e recolher nas Agências da Caixa Econômica Federal, até o dia 10 de dezembro de 1998.

O empregador que recolher indevidamente a Contribuição Confederativa à categoria diversa daquela a que pertençam seus empregados, deverá proceder novo recolhimento para a Entidade Competente, sem no entanto, onerar os empregados.

O não recolhimento por parte do empregador, obrigará a Entidade Sindical a utilizar da cobrança Judicial.

Os jogos de Guias, foram enviados pelo Correio. O não recebimento destes ou quaisquer outros esclarecimentos, poderão ser solicitados diretamente ao sindicato no endereço e telefones acima mencionados. Brasília(DF), 05 de novembro de 1998 – BENEDITA MARIA DOS SANTOS NASCIMENTO – Presidente.

DAR 2948/98 (06, 09 e 10/11/98)

## SINDCLUBES/DF – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES RECREATIVAS ASSISTENCIAIS DE LAZER E DESPORTOS

EDITAL

O presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutária, convoca todos os associados desta entidade em pleno gozo de seus direitos sociais, para, atendimento ao edital de convocação de 13 de outubro de 1998, baixado pelo exmo. sr. juíz presidente do TRT 10ª Região, Publicado no DJ de 16 de outubro – Seção 3 Nº 198, para assembléia geral extraordinária permanente a realizar-se no horário de 09:00 às 19:00 horas nos dias 19 e 20 de novembro de 1998, na sede deste sindicato, sito SCS QD. 02, BL. C, Nº 157, ED. JOCKEY CLUB, SALA 209 – BRASÍLIA/DF, para tratar da seguinte ordem do dia: a) eleição para escolha através de escrutínio secreto, de nomes que comporão a lista trípice de associados candidatos à função de juiz classista temporário, representante dos trabalhadores das EGS. 9ª E 10ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Brasília/DF e as EGS. 1ª E 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Taguatinga/DF e seus respectivos suplentes para o triênio 1999 à 2002, as inscrições poderão ser apresentadas até às 17:30 horas do dia 17/11/98 na secretária da entidade, cujo os interessados deverão apresentar a documentação pertinente a instrução normativa nº 12 do Colendo TST com a observância das determinações previstas na resolução nº 073/97, publicada no DJ 03/07/97. NASSON ANTÔNIO DE OLIVEIRA.

DAR 2945/98

## ÍNDICE


SECRETARIA DE GOVERNO

.DESPACHOS, SECRETÁRIO, 04-11-98..... 1
.DESPACHOS, SUCAR, 05-11-98..... 1
.ORDEM DE SERVIÇO, SUCAR, 05-11-98..... 1
.SÚMULA 2, CONEN/DF, 03-11-98..... 2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

.PORTARIA 29, SECRETÁRIO, 05-11-98..... 2

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.ATO DECLARATÓRIO 511, SUREC/DAT, 03-11-98..... 5
.ATO DECLARATÓRIO 512, SUREC/DAT, 04-11-98..... 5
.ATOS DECLARATÓRIOS 513 E 514, SUREC/DAT, 05-11-98..... 5
.PORTARIAS 1186 A 1188, SECRETÁRIO, 05-11-98..... 4

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

.DESPACHO, SECRETÁRIO, 05-11-98..... 5

SECRETARIA DE SAÚDE

.PORTARIA 30, SECRETÁRIO, 04-11-98..... 5

SECRETARIA DE OBRAS

.DESPACHO, SECRETÁRIO, 03-11-98..... 5

SECRETARIA DE AGRICULTURA

.DESPACHOS, FZDF/DEX, 03-11-98..... 5

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

.DESPACHOS, CMDO GERAL, 03-11-98..... 6

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.DESPACHO, FCDF/DEX, 28-10-98..... 6

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

.RESOLUÇÕES 71 A 73, CTDF, 05-11-98..... 6

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

.RESOLUÇÃO 6, FAPDF/CS, 02-10-98..... 7

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

.DESPACHO, SECRETÁRIO, 05-11-98..... 7

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ATA 3372, SECRETARIA DAS SESSÕES, 20-10-98..... 7
.ATA 3373, SECRETARIA DAS SESSÕES, 22-10-98..... 14


* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS